

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
(PPGHIS)**

FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS

**DA CAMPANHA DA LEGALIDADE AO GOLPE DE
ESTADO DE 1964: O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
DURANTE O GOVERNO DE JOÃO GOULART
(1961-1964)**

VITÓRIA

2013

FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS

**DA CAMPANHA DA LEGALIDADE AO GOLPE DE ESTADO
DE 1964: O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DURANTE O
GOVERNO DE JOÃO GOULART
(1961-1964)**

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em história, na área de concentração em História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes.

VITÓRIA

2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

Santos, Francisco José dos, 1974-
S237d Da campanha da legalidade ao golpe de estado de 1964: o
estado do Espírito Santo durante o governo de João Goulart
(1961-1964) / Francisco José dos Santos. – 2013.
190 f.: il.

Orientador: Pedro Ernesto Fagundes.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal
do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Governo militar – Brasil. 2. Brasil - História - Revolução,
1964. 3. Espírito Santo (Estado) - Aspectos econômicos. I.
Fagundes, Pedro Ernesto. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

FRANCISCO JOSÉ DOS SANTOS

**DA CAMPANHA DA LEGALIDADE AO GOLPE DE ESTADO
DE 1964: O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO DURANTE O
GOVERNO DE JOÃO GOULART (1961-1964)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre em História.

Aprovada em: ____/____/____

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof. Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro
Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Dr. Vitor Amorim de Ângelo
Universidade Vila Velha

Prof. Dr. Valter Pires Pereira
Universidade Federal do Espírito Santo

A Alice (recém-nascida), que tem muito a trilhar; a Francene e a Renata; a Heitor Francisco e a todas as crianças que devem saber o longo caminho oferecido pela vida, o qual deve ser desvendado.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em primeiro lugar ao professor que me acolheu sem muita hesitação, Pedro Ernesto Fagundes. Orientou-me e deu direção substancial ao meu trabalho. Estava com a perspectiva de fazer o trabalho dentro de um parâmetro, Pedro Ernesto me abriu o horizonte para outros caminhos. Em segundo momento, Carolina Júlia (cônjuge), atrelada à área de História, deu-me valiosas dicas de como proceder em certas instâncias temáticas dentro do enfoque político-partidário, apontando-me lugares os quais eu deveria frequentar. Em se tratando de material de pesquisa, agradeço ao pessoal do Arquivo Público do Espírito Santo: Tiago Alves, Michel, Heitor e a tantos outros daquele espaço de consulta. De igual forma, vai um agradecimento ao Gicleiton Madson que, também ligado à área de História, pôde me fornecer fontes na Assembleia Legislativa do Espírito Santo. Ao pessoal da Biblioteca Pública Estadual que deu atenção ao meu trabalho. Ao Instituto Carlos Lindenberg em nome da senhora Letícia Lindenberg, Paula Rodrigues e Anelize Roriz, cuja autorização para a pesquisa sobre Carlos Lindenberg foi de grande apreço. Ao depoente Perly Cipriano, por fazer de sua memória um importante instrumento para nossa história. Por derradeiro, ao professor Valter Pires Pereira, pesquisador que recebeu meus estudos e deu-me várias sugestões. Como um todo, a todos aqueles que me ajudaram direta e indiretamente neste trabalho hercúleo.

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas”.

Karl Marx

RESUMO

Estudo sobre a Campanha da Legalidade e o governo de João Goulart (1961-1964) e suas repercussões político-econômicas no estado do Espírito Santo. A pesquisa perscruta, de igual teor investigativo, os momentos políticos advindos do contexto da Guerra Fria (1946-1989), assim como, para a história espírito-santense, o nuançar da política coronelista e partidária no estado capixaba e no âmbito nacional. Realça os partidos políticos em destaque, como o Partido Trabalhista Brasileiro, o Partido Social Democrático, a União Democrática Nacional, Partido Comunista Brasileiro e outros, cujas atuações fizeram parte da história política brasileira. Do golpe de Estado de 1964, da atuação de militares e civis envolvidos na ação golpista, propriamente, também as falas sobre o combate ao comunismo, à corrupção e pela moralização nas Forças Armadas, são estudos que se tornaram imprescindíveis nesta pesquisa. Do governo Goulart, suas propostas de reformas de base e controle da inflação por meio do Plano Trienal, no ensejo, a Aliança para o Progresso, planejada pelos Estados Unidos como caminho direto para manter a América Latina submissa ao seu jugo. A metodologia repousa no materialismo histórico-dialético, e por vezes, na observação crítica das análises dos discursos políticos. Os resultados serviram de fio condutor para se perceber traços marcantes historiográficos brasileiros, e a culminância disso fez saber: nem democracia nem reformas. O passo inicial para compreender a história política do Espírito Santo nos anos iniciais da década de 1960 foi dado, mas há problemas de suma importância que deixaram de ser destacados nesta investigação e que, dada a sua complexidade, merecem estudos mais aprofundados.

Palavras-chave: golpe de Estado de 1964, Brasil, Espírito Santo.

ABSTRACT

Study on the Campanha da Legalidade and the government of João Goulart (1961-1964) and its impact on political and economic state of Espírito Santo. The research scrutinizes the same wording investigative moments arising from the political context of the Cold War (1946-1989), as well as to the Espírito Santo's history, the nuance of politics and partisan coronelista in Espírito Santo state and nationally. Political parties highlighted as the Partido Trabalhista Brasileiro, the Partido Social Democrático, the União Democrática Nacional, the Partido Comunista Brasileiro and others, whose actions were part of Brazilian political history. The coup of 1964, the performance of military and civilians involved in the action coup, itself also, the statements on combating communism, corruption and moralizing in the military, are studies that have become indispensable in this research. Goulart government, its proposals for basic reforms and controlling inflation through the Triennial Plan, on occasion, the Alliance for Progress, planned by the United States as a direct path to keep Latin America submissive to the yoke U.S.. The methodology relies on historical and dialectical materialism, and sometimes critical comment on the analysis of political discourse. The results serve as a guideline to realize hallmarks Brazilian historiography and the culmination of it, did know: neither democracy nor reforms. The initial step to understanding the political history of the Espírito Santo in the early years of the 1960s was given, but there are issues of paramount importance, given their complexity, are no longer highlighted in this research, they warrant further studies.

Keywords: coup of 1964, Brazil, Espírito Santo.

LISTA DE SIGLAS

ABERT- Associação Brasileira de Rádio e Televisão;

ALES - Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo;

APEES - Arquivo Público do Estado do Espírito Santo;

BPES – Biblioteca Pública do Espírito Santo;

CODEC - Conselho de Desenvolvimento Econômico;

DCN - Diário do Congresso Nacional;

ESG - Escola Superior de Guerra;

FPN - Frente Popular Nacionalista;

FU- Frente Única;

IBAD- Instituto Brasileiro de Ação Democrática;

ICL - Instituto Carlos Lindenberg;

IJSN - Instituto Jones Santos Neves;

IRD - *Information Research Department* (Departamento de Pesquisa e Informações);

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais;

IPM - Inquérito Policial Militar;

MTR - Movimento Trabalhista Renovador;

PCB - Partido Comunista Brasileiro;

PDC - Partido Democrata Cristão;

PDS - Partido Democrático Social;

PDT - Partido Democrático Trabalhista;

PEI - Política Externa Independente;

PL - Partido da Lavoura;

PP - Partido Progressista;

PP - Partido Proletário;

PR - Partido Republicano;

PRC- Partido Republicano Construtor;

PRP - Partido da Representação Popular;

PRT - Partido Republicano Trabalhista;

PSD - Partido Social Democrático;

PSP - Partido Social Progressista;

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro;

PTN - Partido Trabalhista Nacional;

SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste;

UDN- União Democrática Nacional;

UNE - União Nacional dos Estudantes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O ALVORECER DA GUERRA FRIA	33
1.1 AS INTERVENÇÕES NORTE-AMERICANAS	33
1.2 APRESENTAÇÃO DA GUERRA FRIA NA AMERICA LATINA	37
1.3 AÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DO GOVERNO KUBITSCHKE	42
1.4 QUADRO PARTIDÁRIO DO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1946-1964)	44
1.5 ASPECTOS DO GOVERNO DE JÂNIO QUADROS	50
1.6 O GOVERNO DE JÂNIO QUADROS: RELAÇÕES POLÍTICO- ECONÔMICAS	52
2. O PANORAMA POLÍTICO DO ESPÍRITO SANTO (1945-1961).....	59
2.1 ANÁLISE DO QUADRO POLÍTICO CAPIXABA: LIDERANÇAS POLÍTICAS E PRINCIPAIS PARTIDOS	59
2.2 OS GOVERNO CAPIXABAS NO PERÍODO DEMOCRÁTICO: O FIM DO CORONELISMO?.....	69
3. CAMPANHA DA LEGALIDADE (1961).....	85
3.1 O MANIFESTO DE BRIZOLA E SUA REPERCUSSÃO NACIONAL	89
3.2 REPERCUSSÕES LOCAIS: O ANO DE 1961 NO ESPÍRITO SANTO	89
3.3 A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS SEUS REFLEXOS NO ESPÍRITO SANTO: A REAÇÃO DA BANCADA CAPIXABA.....	95
3.4 A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS E A ENTRADA DE JANGO NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA PELA BANCADA FEDERAL CAPIXABA.....	97
3.5 O ACIRRAMENTO DAS DISPUTAS: O RESULTADO DO PLEBISCITO NO ESPÍRITO SANTO E A MPRENSA ANTICHIQUINHO.....	97
3.6 ACUSAÇÕES A JOÃO GOULART POR DOCUMENTO E O GOVERNO CHIKUINHO	101
3.7 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SITUAÇÃO ECONÔMICA.....	103
3.8 OS EMBATES ENTRE O GOVERNO DE FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR E A OPOSIÇÃO	114
3.9 PREPARANDO O TERRENO PARA O GOLPE: MANIFESTAÇÕES DE ANTICOMUNISMO NO ESPÍRITO SANTO.....	118
4. A CONSPIRAÇÃO E O GOLPE DE 1964: O CONTEXTO.....	124
4.1 O ANO DE 1964 E O ESPÍRITO SANTO	125
4.1.1 Preparativos para o comício	126
4.2 COMPARAÇÕES DOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS SOBRE JOÃO GOULART	129
4.3 VISÃO DE GOLPE DE ESTADO DE ACORDO COM MONIZ BANDEIRA	130
4.4 O GOLPE DE ESTADO DE 1964 NA HISTORIOGRAFIA	132
4.4.1 Breve nota sobre o oficial Olympio Mourão Filho.....	138
4.5 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E SEUS REFLEXOS NO ESPÍRITO SANTO: ATUAÇÃO DE CHIKUINHO.....	140
4.5.1 Relato conciso sobre o inquérito contra Chiquinho.....	143

4.5.2	O golpe de 1964 na memória política capixaba: senador Eurico Rezende.....	143
4.5.3	O Golpe De 1964 na Memória Política Capixaba: O Deputado Carlos Alberto Cunha.....	151
4.5.4	O golpe de 1964 na memória política capixaba: o senador João Calmon	152
4.6	A IMPRENSA CAPIXABA E AS NOTÍCIAS SOBRE O GOLPE DE 1964: O JORNAL A GAZETA	153
4.7	ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: REGISTRO NAS ATAS DE 1964	156
4.7.1	Os Documentos recebidos do Governo Estadual.....	157
4.8	OS EMPRESÁRIOS CAPIXBAS SAÚDAM O MOVIMENTO MILITAR	160
4.9	A RESISTÊNCIA	162
4.9.1	Perly Cipriano: um depoimento	162
4.9.2	O deputado Mário Gurgel: voz solitária	163
4.10	NOVAMENTE O ANTICOMUNISMO E A SUA PROPAGANDA: UMA JUSTIFICATIVA?.....	164
5.	CONSIDERAÇÕES FINAIS	168
6.	REFERÊNCIAS.....	175
	ANEXOS	185

INTRODUÇÃO

No mundo atual, uma hecatombe nuclear é, talvez, algo muito pouco provável de acontecer. As experiências passadas, levadas a cabo pelas potências Ocidental – Estados Unidos, e Oriental – União Soviética, na segunda metade do século XX, trouxeram um grande desgaste para a sociedade humana. Do grande conflito, Segunda Guerra Mundial (1939-1945) até ao outro, denominado como Guerra Fria¹ (1946-1991 – esta é uma data discutível, porque alguns autores divergem; uns observam, por exemplo, do início da Guerra Fria em 1947 com o Plano Marshall, até à queda do muro de Berlim em 1989, enquanto outros dizem ter sido outro período)², havia uma exaustão, tanto na política quanto na economia. Documentários sobre o período de entrave entre esses dois gigantes, após a Segunda Guerra Mundial, falam em mais gastos no setor militar (como em armamentos bélicos: tanques, aviões e bombas nucleares, a corrida espacial, entre outros) do que em investimentos na saúde e educação públicas. Dessa forma, Estados Unidos, União Soviética e América Latina aparecem como importantes protagonistas neste estudo.

Por sua vez, a investigação sobre a Campanha da Legalidade que manifestava apoio a João Goulart, assim como, o discorrer da política (no âmbito nacional e local, partidos políticos, principais lideranças, entre outros), o açambarcamento do período político brasileiro e espírito-santense, num momento oportuno, relativo às décadas de 1940 e sequenciais até aos anos iniciais da década de 1960. Por conseguinte, inserido no contexto da Guerra Fria, aqui se apresenta o foco voltado para uma pesquisa regional, o estado do Espírito Santo. Nesse sentido, objeto desta dissertação.

Destarte, ao tempo concernente à Guerra Fria e aos antagonismos decorrentes desta, o termo “contenção” (ao avanço do socialismo), passou a ser uma palavra de ordem, bem como “anticomunismo”. A culminância das rivalidades existentes, no caso do nosso país e mais tarde em outros países do Cone Sul, dar-se-á na tomada

¹ No entanto, a partir de 1945, esses dois países passarão a exercer a liderança na política internacional.

² De acordo Edgar Luiz Barros (1988), o discurso do ex-Primeiro Ministro britânico Sir Winston Churchill, em Fulton, nos Estados Unidos, no dia 05 de março de 1946, foi o marco inicial do que ficou conhecido depois como Guerra Fria. Por sua vez, Eric Hobsbawm (1996), dá seu testemunho baseado em autores por ele pesquisado, menciona a paulatina divisão da Alemanha, de 1947 até a construção do Muro de Berlim em 1961. Para este autor, a Guerra Fria se originou com o combate ao comunismo pelos governos ocidentais.

do poder político, pelos militares, em 1964. Não se pretende fazer uma análise completa aqui do que foi essa Guerra Fria e seu desencadeamento pelo mundo em seus pormenores. Na verdade, propõe-se analisar mais precisamente a repercussão dessa guerra no ocidente. A análise a ser feita é a de como a América Latina, particularmente, o Brasil e o Espírito Santo, absorveram as nuances dos conflitos políticos-ideológicos.

Começa-se por analisar a dominação imperialista dos Estados Unidos, no ensejo da abertura da Guerra Fria por Sir Winston Churchill quando à época (05 de março de 1946), o ex-chanceler britânico, pronuncia um discurso, como observou Edgard Barros (1988), Churchill prontamente daria um “pontapé” inicial para o começo – público – da Guerra Fria. No desenrolar deste trabalho, adentraremos em temas concernentes ao Brasil, objeto primordial em questão, sobre a década de 1960, isto é, anos iniciais, com o governo de Jânio Quadros e sua tão debatida (ou combatida) Política Externa Independente (PEI); também se estudará como seu atribulado governo, de crises políticas, resultou em sua renúncia e na assunção de seu vice, João Goulart, de forma inédita no Brasil, que governou em regime parlamentarista; e veremos em detalhes mais precisos a deposição de Goulart em 1964, pelos militares, apoiados por grupos civis, na estrutura edificada dos complexos: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e do seu “irmão gêmeo” Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD).

É importante salientar, com convicção de historiador, para tais estudos são necessárias fontes imprescindíveis neste trabalho de tamanha envergadura. São mencionados grandes nomes cujos trabalhos foram essenciais para a realização desta obra. Nomes como os dos historiadores brasileiros Carlos Fico e o de Gustavo Bezerra, o do uruguaio René A. Dreifuss, e o pesquisador Moniz Bandeira; também, as observações do historiador britânico, Eric J. Hobsbawm. Cita-se, ainda, por sua importância sobre o discurso e a conspiração, Raoul Girardet, com a obra *Mitos e Mitologias políticas*. Faz-se menção de Antonio Gramsci que defendeu suas posições acerca da função e descrição dos mesmos. Numa palavra, pesquisadores cujos estudos deram uma contribuição intelectual fundamental para o desempenho desta dissertação.

Como justificativa para este estudo, citamos seu contributo para entendermos a história política brasileira, seu legado, como também para redefinir e compreender os fatos que levaram o presidente João Goulart, um governo civil e democraticamente eleito, a ser deposto por militares, que implantaram no país uma ditadura ou regime de exceção que durou vinte e um anos (1964-1985).

Tomar a filosofia, isto é, apropriar-se dela, é ter uma orientação, um caminho a ser percorrido com um categórico zelo, e com isso, deve-se fazer uso, ou melhor, um usufruto dela, cabe dizer neste trabalho, com certa narrativa aprazível, a noção de que, “Uma estrada de ferro não tráfegada, que, portanto, não usada, “consumida”, é uma estrada de ferro apenas potencialmente, não efetivamente”. (MARX, 2011, p.46). Para pensarmos na possibilidade da efetivação dos interesses de uma classe dominante e a permanência dessa classe no poder, o golpe de Estado de 1964 consumou tais perspectivas, no apogeu de uma ditadura militar, com prerrogativas anticomunistas, combate à corrupção e promoção da moralização da nação. Isso resultou em um estado de exceção e foi concretização do sonho da burguesia e dos setores conservadores da sociedade brasileira (maioria de militares, Igreja Católica e outros) alardeados pela hipótese de o Brasil tornar-se uma República Sindicalista liderada por João Goulart, entre outros fatores.

Será investigado, também, logo no segundo capítulo, o Estado do Espírito Santo. Isto é, as principais lideranças políticas, assim como, os seus respectivos partidos políticos.³ Para o terceiro capítulo, a análise de como a bancada federal e estadual capixabas comportaram-se mediante os fatos políticos ocorridos na nação brasileira, e como os setores do empresariado e dos sindicatos absorveram os episódios da renúncia de Jânio Quadros, como também da posse de João Goulart (por vezes rechaçada pelos opositores). Em capítulo oportuno, tratar-se-á da deposição de Goulart, que se deu com o ato denominado, posteriormente, de golpe de Estado, o qual fez o Brasil mergulhar em águas profundas dos dissabores das ausências de liberdade política e de expressão, nos subsequentes governos militares, estes apoiados, por sua vez, até certa medida, pelos Estados Unidos da América.

³ Ficou salientado, por orientações na qualificação do projeto de mestrado, fazer um trabalho que abordasse os principais partidos políticos, assim como suas lideranças e suas atividades. O plano não seria apenas o nacional, mas também o local. Foi necessário buscar alguns elementos informativos, 1930 a 1950, dentre os quais fugiram do foco do período aqui estudado 1961 a 1964.

Da obra política, Antonio Gramsci, em seu trabalho, preocupou-se em entender, investigar e transformar a sociedade italiana de seu tempo. O pensador alemão, Karl Marx, tratou de fazer a mesma tarefa em seu tempo, século XIX. Para Marx, o grande problema residia em fazer a revolução. Esta uma das leis da dialética.⁴ Neste sentido, a problemática de Marx é contemporânea, não se negligencia ou deixa displicente tal perspectiva de profundas mudanças que podem acontecer na sociedade.

Sendo assim, o objetivo da obra marxiana é procurar entender o Estado e a sociedade civil burguesa. Isso numa compreensão ampla, a saber: gênese, desenvolvimento, consolidação e crise de ordem burguesa. Uma vez compreendida a sociedade burguesa, criou uma teoria para explicá-la. O que é teoria para Marx? Reprodução ideal, reconstrução no plano das ideias. De acordo com Georg Hegel, o mundo é dominado pelas ideias; a crítica marxiana é: as ideias não criam o mundo. Para Marx, a dialética em Hegel estava invertida, e tratou de colocá-la de cabeça para cima. Desta forma, a teoria é criada em cima daquilo que existe: do concreto refletido na mente humana. Em suma, reprodução ideal do movimento, do objeto ideal. O fenômeno é o ponto de partida para o conhecimento. Numa palavra, “se a aparência fosse igual à essência, a ciência seria desnecessária”.

Entretanto, corroborando a menção que se faz do método, o sujeito/objeto, nesta relação, não se admite invenções. Recolher, apreender é um ideal metodológico: o sujeito deve ser fiel ao objeto. Para Marx, método é a relação que permite um sujeito se apropriar do movimento de um objeto. Abertura ao objeto, apoderar das práticas cognitivas. No nível teórico, uma teoria parte sempre de uma instigante pergunta que esse objeto oferece. Conhecimento objetivo, por meio da prática social, um valor em si, conhecer a verdade. Quanto às categorias, para Marx, são as partes constitutivas do objeto.

Sabe-se, contudo, como afirma Carlos Fico (2008), que o trato com a história não tem acesso garantido à verdade. Nesse sentido, aqui dependeria das fontes e o rigor aplicado a essas. Entretanto, cabe-nos trazer luz sobre as mais profundas inquietações dos últimos tempos: o lugar da história em sua legitimidade investigativa. Quiçá, no limite entre a ciência e a filosofia.

⁴ Outras duas leis da dialética são: a negação da negação e a interpenetração dos contrários.

Além das questões específicas sobre a Guerra Fria, penso que um dos temas centrais do presente trabalho é discutir o quadro político partidário brasileiro e capixaba no período em tela. Dessa forma, passaremos agora a apresentar a definição e conceito de partidos políticos. Da mesma maneira aproveitaremos o espaço da introdução da presente dissertação para tratarmos de temas fundamentais da história política do chamado período democrático (1945-1964). Esses temas seriam o populismo, o varguismo e os nacionalismos.

Daniel-Louis Seiler comenta os problemas dos fenômenos dos partidos políticos e tece considerações a respeito do seu modo de análise, tanto para a ciência política quanto para a história. Relata as dificuldades que Historiadores, cientistas políticos e sociólogos em procurar definir o que é partido. Nesse sentido, qual a função de um partido.

As pesquisas de Daniel-Louis Seiler (2000), bem como suas definições, continuam importantes para os devidos esclarecimentos concernentes aos partidos políticos:

[...] 'Partido' [...] deriva de uma acepção primeira do verbo 'partir', que em francês antigo, significava 'fazer partes, dividir'. 'Partido' designará, primeiramente, um grupo armado, mais precisamente uma tropa irregular de militares agindo à margem do grosso das forças armadas ou em ruptura com elas; uma espécie de 'corpo independente' (SEILER, 2000, p. 09).

Outra definição, segundo Seiler, é a dada por tradutores de Aristóteles, que "[...] usaram-no para designar os grupos sociais que se opunham a Atenas. Assim, os especialistas da Roma antiga empregaram os conceitos 'partido plebeu' e 'partido patrício' [...]". (SEILER, 2000, p.10).

De acordo Seiller, o termo é usado por historiadores de diferentes períodos da História, usam-no quando citam conflitos políticos entre grupos opostos. Porém muitos cientistas políticos comungam das ideias propagadas por Max Weber que afirma: 'os partidos são os filhos da democracia e do sufrágio universal'. (SEILER, 2000, p. 10).

Contudo, somente dois cientistas políticos americanos acrescentam questões já enunciadas por Max Weber. Esses cientistas definiram condições para que um grupo possa ser considerado partido político.

Entretanto, Seiller cita a posição de Jean Blondel que, segundo ele, "rompe o unanimismo ambiente para lembrar, em primeiro lugar, a unidade, o fenômeno

partido e do conflito” e, em segundo lugar, que só descobrimos poucos partidos antes da democratização dos sistemas políticos, contudo, o fenômeno existe, até e inclusive, na Antiguidade (idem, p. 11). “[...] Os primeiros homens práticos da ciência política encontraram nos partidos políticos um objeto suficientemente visível - isto é, institucionalizado.” (idem, p. 12).

Com isso, há a necessidade imperiosa da manutenção de um partido. Sua relevância para a sociedade na qual ele milita. A ação política nasceu da mais primitiva atividade humana: a construção da vida social.

Por seu turno, o filósofo italiano Antonio Gramsci, conforme suas observações concernentes ao trabalho ou função de um partido político em dada sociedade. Gramsci (1976) chama a atenção para o fato de se apresentar duas formas de partido: o partido constituído por uma elite de homens de cultura, no qual exerce a função de dirigir do ponto de vista da cultura, da ideologia geral. Por outro lado, há o partido de não-elite, mas de massas, e nesta circunstância, não tem outra função política que de uma fidelidade genérica de tipo militar, a um centro político visível ou invisível. No mais, como continua seu pensamento político, Gramsci assevera que, escrever a história de um partido significa escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, com destaque a um aspecto característico (GRAMSCI, 1976).

Pode-se inferir, não somente escrever a história de um país no qual está inserido esse ou aquele partido, mas sim convictamente, a história política de um país. Tendo os partidos políticos como uma instituição com uma das funções de representar a sociedade na qual ele se propõe a defender, a forma politizada se insere expressada nas lutas, nas reivindicações daquela sociedade em seu tempo e seu espaço, cujo sentido é chamar a atenção e criticar as ações políticas dos dirigentes.

Prestando um serviço puramente didático, algumas definições são expostas no trabalho de Seiler. De acordo com os filósofos ensaístas, um partido se define, com tal prerrogativa, em: “um conjunto organizado de homens unidos para trabalhar em comum pelo interesse nacional, conforme o princípio particular com a qual se puseram em acordo”. (Edmund Burke, apud SEILER, 2000, p. 23).

Das inúmeras análises acerca da formação e da taxionomia dado pela maioria dos partidos, vale destacar o estudo dos cientistas políticos europeus, que definem de forma concisa a formação e a gênese de partido político: “Os partidos são formações que agrupam homens de mesma opinião para lhes garantir uma influência verdadeira sobre a gestão dos negócios políticos”. (Hans Kelsen, apud SEILER, 2000, p. 23).

Outro importante autor é o sociólogo Max Weber, que afirma, entre outras definições clássicas, que todo o partido nasce com o objetivo primeiro de disputar e alcançar o poder. E para isso:

O partido constitui ‘relações de tipo associativo, uma dependência fundada num recrutamento de forma livre’. Seu objetivo é assegurar o poder a seus dirigentes [...]”. (Max Weber apud SEILER. pp. 24 e 25).

Debatendo sobre a gênese partidária, Seiler chega à assertiva segundo a qual os partidos são definidos como organizações que procuram mobilizar pessoas para uma ação coletiva conduzida contra outros, paralelamente mobilizados, com o intuito de alcançar, sozinhos ou em coalização, o exercício das funções de governo. Seiler apresenta um panorama muito bem organizado concernente às estruturas e demarcações partidárias. Como a sua própria obra define os partidos políticos, cabe ressaltar as funções de um partido.

Entretanto, Seiler apresenta um panorama muito bem organizado concernente às estruturas e demarcações partidárias. Como a sua própria obra define os partidos políticos, cabe ressaltar as funções de um partido.

Para Seiler, a questão não se atém se os partidos servem ou não à democracia, mas à correlação deles com esta. Na definição positiva, nenhuma democracia funciona sem partidos políticos (SEILER, 2000, p. 29). Do contrário, o negativo se encontra em que, quando a democracia sucumbe aos golpes militares, o primeiro ato instaurado pelos novos senhores é abolir os partidos ou manterem uma aparência democrática.⁵ Numa definição conclusiva, seguindo o pensamento de Georges Lavau, os partidos políticos asseguram a representação dos cidadãos.

⁵ Os exemplos seguem quanto ao respaldo político do ditador Getúlio Vargas e do partido político, Aliança Renovadora Nacional, Arena, partido criado em 1965, tendo como rival apenas outro partido, Movimento Democrático Brasileiro, MDB, para permitir uma aparência democrática ao regime militar instaurado no Brasil, em 1964.

Destarte, podemos acordar que os partidos nascem num cenário de desenvolvimento político e com o objetivo de conquistar o poder a partir de uma visão de mundo de um grupo voluntário, com um prisma ideológico comum aos seus pares, caracterizado por um discurso específico para uma classe, categoria e, no caso dos partidos nacionalistas, voltado para um dado momento singular de uma nação. Em regra, é esse o contexto de surgimento de todos os partidos, sobretudo, os europeus.

Por mais que falemos em democracia, principais partidos, situação política brasileira na era Vargas (de 1930 a 1945 – primeiro governo – e de 1951 a 1954 – segundo governo), e também no pós-Vargas, é importante ressaltar termos como “populismo” e “governo populista”. São conceitos pronunciados frequentemente, porém, nem sempre esclarecidos de uma forma devida. Entrementes, como podemos definir o populismo ou governo populista? Quais são os fatores básicos para dirimir tais verbetes dentro da história da política brasileira?

Para tais questões, novamente a pesquisadora Angela de Castro Gomes e o historiador brasileiro, Jorge Ferreira, dão-nos um parecer instigante sobre populismo, getulismo, trabalhismo, entre outros termos.

Por sua vez, para Jorge Ferreira (2001), é bastante difícil discutir, ou melhor, ter uma exata definição acerca da palavra populismo. Pois, de acordo com seus estudos, ficou fácil para as pessoas dizerem, sem maiores problemas, que tal governo é populista, ou que o populismo manobrou as massas, etc. Entretanto, é-nos necessária uma melhor forma de entendimento de tais termos.

Como chama a atenção Jorge Ferreira, calcado nas análises de vários autores ao longo de seu texto, nos primeiros anos do governo Vargas (1930-1945) houve uma grande saída de trabalhadores rurais para as cidades. Esses trabalhadores não tinham um passado de luta sindical, não conheciam direitos e reivindicações trabalhistas. Cabia-lhes, portanto, seguir as regras ditadas pela nova organização governamental, na pessoa de Getúlio Vargas. Numa forma destacável, a massa trabalhadora dedicou a Vargas sua submissão. O povo sucumbiu aos agrados do governo varguista.

Como essa situação foi gerada, pode-se compreender, com argumento crítico, o esforço do governo de Getúlio Vargas em promover o desenvolvimento econômico do país, para isso, foi importante construir indústria de base e ramos fabris variados. Numa palavra, lançar o país de agrário a industrial, como fato consumado deu-se a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) na década de 1940, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) entre outras. Numa palavra, esta junção de desenvolvimento das forças produtivas, e por sua vez, em consonância ao crescimento populacional nas grandes cidades provocado pelo êxodo rural desses trabalhadores em busca de melhores condições de vida, nesse sentido, proporcionará uma política governamental capaz de manobrar essa população despolitizada, ou mesmo, desprovida de sindicalização. Seria uma classe em si? Pois, uma classe para si⁶, de acordo com a análise do materialismo histórico, por ela mesma reivindicaria seus direitos e seria de difícil manobra como aconteceu décadas depois com a criação da Central Geral dos Trabalhadores (CGT) e outras instâncias favoráveis à classe operária?

A decorrência do êxodo rural, e essa massa camponesa desprovida de politização, promoveu o sucesso do governo de Vargas. Como advoga Ferreira (2001, p. 66), “a sociedade carece de instituições políticas sólidas, a exemplo de um sistema partidário”. Como continua sua observação, arrimado na afirmação de Otávio Ianni: “daí o sucesso da arregimentação das massas marginais, ou classes populares, pelo populismo”. (FERREIRA, 2001, p. 66).

Por essa forma, autores que se propuseram a fomentar o fenômeno do “populismo”, isto é, dizer o que significa como apontou Jorge Ferreira, os nomes de Germani e Di Tella relacionaram o Brasil da época com “imagens de atraso, desvio, manipulação”. (FERREIRA, 2001, pp. 66-67). Prossegue ainda Ferreira, com observação a esses dois autores supracitados, onde as ideias de processo de urbanização e camponeses recém-chegados teriam contaminado trabalhadores urbanos com o pensamento tradicional e individualista. Com isso, os líderes populistas encontraram um ambiente favorável para governarem e manipularem a grande massa, uma vez

⁶ Na obra, ***A miséria da filosofia***, de Karl Marx, o conceito de classe em si e classe para si vem da interpretação acerca do agrupamento da classe trabalhadora. Para Marx, a classe em si é como se fosse um saco de batatas (amontoadas em seu interior), a classe para si é o momento em que os trabalhadores já são cientes de seus direitos e realizam reivindicações como garantia deles, se for o caso, fazer a revolução socialista.

que, tais trabalhadores não eram pessoas esclarecidas e sem um passado de reivindicações trabalhistas.

A crítica vai num crescendo, em que é possível afirmar, a certa altura, de acordo com Ferreira (2001), que, para um grupo de intelectuais, o populismo era uma política de massas. No mais, a liderança populista era carregada de carisma, sobretudo a de Vargas. Numa assertiva, a classe trabalhadora se apresentava como “povo em estado embrionário” (RAMOS apud FERREIRA, 2001, p. 69). Na esteira dessa observação, Ferreira ainda salienta que, não foi somente a propaganda fator importante para erguer o “mito” Vargas. Há algo mais profundo, isto é, para sustentar uma personalidade política como Vargas por longo tempo. Isto é, no dizer de Ferreira, não podemos perder de vista a ideia de simbolismo materializado na construção da classe trabalhadora brasileira nesse período, cuja atuação, é muito forte.

Jorge Ferreira, insistindo no diálogo acerca da formação da classe operária, declara com firmeza no sentido de que os trabalhadores não tinham uma história de sindicalização. A assertiva se resume da seguinte forma: os trabalhadores tiveram acesso aos direitos sociais, mas não aos políticos. No que explana, de acordo com as análises de outros pesquisadores que insistem na situação classe operária e Estado/manipulação, Ferreira expõe de forma conclusiva: destituídos de tradições de lutas, organização e consciência, os trabalhadores passaram a idolatrar Vargas e, desde 1945, a eleger outros líderes populistas e a votar no PTB (2001, p. 81). Tal afirmação está baseada naquilo que Ferreira chamou de Populismo de primeira geração, os anos de 1950 e 1960.

Por sua vez, a tarefa extenuante de uma clara definição concernente à acepção populismo, Angela de Castro Gomes respalda o problema com a seguinte advertência: “[...] escrever sobre o populismo no Brasil será sempre um risco. Por incompletude ou por ‘má’ compreensão, por adesão ou rejeição [...]” (GOMES, 2001, p. 53).

Entretanto, Angela Gomes aponta no início de seu artigo, numa declaração que chama a atenção:

[...] o populismo é uma política de massas. Um fenômeno vinculado à proletarianização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo

indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe: não estão organizados e participando da política como classe. (GOMES, 2001, pp. 24-25).

A identificação do populismo, de acordo com Gomes, parece ter recebido uma definição mais adequada, como ficou assinalado. Até mesmo porque, ela tenta definir de imediato termo, ao contrário de Jorge Ferreira, seu objetivo era mostrar os caminhos trilhados pelos diversos pesquisadores acerca de estabelecer uma exatidão do termo populismo. A autora corrobora ainda que “[...] o populismo está igualmente associado a uma certa conformação da classe dirigente, que perdeu sua representatividade e poder [...]” (GOMES, 2001, p.25).

A controvérsia prossegue e, nesse detalhe, Angela Gomes se sobressai, procurando desenvolver o tema pertinente à natureza do populismo. A autora certifica que:

O fim do Estado Novo emerge como um novo momento original do pacto populista, desta feita retirando de Vargas o monopólio da manipulação e atribuindo às lideranças politicamente engajadas uma especial responsabilidade pelos rumos do regime. (GOMES, 2001, p. 39).

De forma que será nos anos de 1950 que haverá as maiores intensificações dos movimentos e pressões populares. Como advoga Gomes (2001, p. 41), em nome de Regis de Castro Andrade em que, com o Estado Novo, inaugurou-se no Brasil uma forma de supremacia burguesa na qual se encobriu o governo direto da burguesia por meio do controle de poderosos órgãos do Poder Executivo e de seus ministérios.

No mais, para a autora, sua afirmação conclusiva concernente ao decorrer dos anos levados pela condição política do populismo é a qual o movimento militar de março de 1964 acabou por sepultar a república inaugurada em 1945. Numa palavra, até o Golpe de 1964 pelo menos havia no país uma possibilidade de mudança político-econômica, com características burguesas, não que fossem reformas sociais radicais, mas existiam planos e possibilidades de combate à inflação, projetos sociais, entre outros. Isto é, com os militares no poder, isso foi minando e podendo as reivindicações populares.

No pensamento historiográfico brasileiro, em consonância entre Jorge Ferreira e Angela Gomes, sobre o populismo, Ferreira (2001) no artigo da mesma coletânea na qual se insere o da referida autora, imbuído das assertivas de Gomes, fonte de seus estudos, admite e certifica que a classe operária, marcada pelo individualismo, por

suas origens rurais, tradicionais e patrimoniais, tornou-se passiva e dependente do Estado.

Ainda no tocante à convergência do ponto de vista entre os historiadores Angela Gomes e Jorge Ferreira, é de ressaltar: para a primeira, escrever sobre o populismo no Brasil será sempre um risco, porém, admite que seja uma questão estimulante para o historiador e o cientista social. Na verdade, ela delineia um conceito que é de difícil afirmação. Por sua vez, Ferreira adverte nas páginas iniciais:

[...] se o populismo, como categoria explicativa da política brasileira entre 1930 e 1964 (...) vem desde a década de 70, sendo posto em dúvida em um ou outro aspecto (...) o conjunto da teoria ainda continua a dar as cartas para explicar o passado recente do país. (FERREIRA, 2001, p. 63).

Corroborando com a tese de Gomes e Ferreira, outra pesquisadora também de importância capital é Maria Capelato (2001). Em seu interessante artigo, na mesma coletânea dos historiadores Gomes e Ferreira, Capelato faz um estudo preocupado com o populismo dentro de uma visão mais abrangente: o populismo latino-americano. A parte específica que toca ao Brasil é bem fundamentada com uma vasta bibliografia. De acordo com seus estudos, Capelato observa mais a questão cronológica quando aborda a situação brasileira. Como examina atentamente a autora, algumas análises caracterizam o populismo brasileiro de forma indiferenciada. Os marcos cronológicos se situam entre os anos de 1930-1964; em decorrência, temos de acordo com a autora, o populismo varguista (1930-1954); a consideração do segundo período Vargas (1951-1954) que pode ser definido como populista. (CAPELATO, 2001).

Destarte, Capelato tenta demonstrar suas análises com a maior prudência possível. Revela-nos um estudo mais apurado do que aconteceu fora do âmbito brasileiro, os rumos que cada país latino tomou. Isto é, como que, no clima de Guerra Fria, as emancipações camponesas poderiam desordenar a política de cada país latino-americano. No que a autora advoga, quase nos mesmos anos (período), no México, com Lázaro Cárdenas (1946-1955), e na Argentina com Juan Domingo Perón. Para a autora, reunir esses diferentes personagens, incluindo Getúlio Vargas, e movimentos, e defini-los a partir de um mesmo conceito, implica a homogeneização de políticas muito distintas. (CAPELATO, 2001, p. 135).

O pesquisador Moniz Bandeira chama a atenção, dentro de uma forma dialética da qual ele faz uso, para o fato de, a teoria do populismo ter se convertido no populismo da teoria (BANDEIRA, 1979). Isto é, o fato de o populismo ou a teoria populista de determinados sociólogos menosprezar o papel do proletariado. Como declarou com devida convicção, “[...] falar de Estado populista ou democracia populista é mistificar o caráter de classe do Estado e da democracia burguesa como forma de Estado”. (BANDEIRA, 1979, p. 28).

Contudo, tais conclusões dos autores dos trechos anteriores, acerca da conceituação do populismo, são válidas, pois permitem um ótimo exercício de compreensão sobre o fenômeno político daquele momento. Se populismo define ou não a política da segunda metade do século XX, o importante é saber que o Brasil estava se afirmando como uma nação industrializante, uma vez que, a visão de uma nação essencialmente agrária estava caindo por terra.

Por sua vez, o conceito de trabalhismo também gerou diversas controvérsias. Disto, nesse estudo, por possuir um recorte temporal dos anos iniciais da década de 1960, é imprescindível desenvolver este termo. No ensejo, a pesquisadora Lucília Neves Delgado por meio de seus estudos discorreu acerca da política brasileira a partir dos anos de 1930. Em seu artigo intitulado *trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo* [...], de 2001, atesta que o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) apresentou à nação um projeto específico nos idos dos anos de 1940, 1950 e 1960: *o trabalhismo brasileiro*. Projeto no qual estava bem estruturado e relacionado com um plano para o futuro; alimentou as esperanças da população brasileira. Como prossegue a pesquisadora:

O trabalhismo adquiriu importância real naqueles anos, pois suas proposições programáticas encontraram ressonância não só no Partido Trabalhista Brasileiro, como também em diferentes entidades do movimento social organizado. (DELGADO, 2001, p. 173).

Portanto, tal estudo de Neves propõe ainda a cautela para a questão de o trabalhismo ter encontrado reverberação em programas governamentais. Contudo, o “programa” mostrou-se profícuo para que o Estado adotasse, nas décadas de 1950 e 1960, reformas econômicas e sociais. (DELGADO, 2001).

Na versão eletrônica, isto é, por fonte digital, a definição resumida de trabalhismo é exposta num seguinte sentido, de acordo com as pesquisas no site do CPDOC/FGV:

O papel do ministro do Trabalho Alexandre Marcondes Filho, que dirigiu a montagem do sindicalismo corporativista, articulou a invenção da ideologia trabalhista e se envolveu na criação do Partido Trabalhista Brasileiro (CPDOC/FGV, acesso em 12 mai. 2012).

Na mesma via do pensamento trabalhista, a figura de Alexandre Marcondes Filho⁷, da pasta do Trabalho, foi uma das personalidades fundamentais para desenvolver a ideologia trabalhista. Desde 1942, como afirma Angela Gomes:⁸

[...] até o fim do Estado Novo, o ministro e seus colaboradores mais próximos, ladeados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), dirigiram um conjunto de políticas públicas que reuniu propaganda, elaboração de leis de proteção ao trabalho e previdência social, além de várias outras iniciativas, sempre diretamente atribuídas e vinculadas à pessoa do presidente. (GOMES, 2007, p.57).

Por conseguinte, trabalhismo, getulismo, tudo se confunde à figura de Vargas. Para Gomes (2007), Getúlio Vargas passou a ser um símbolo de justiça social e progresso econômico para a população do país. Dono de uma liderança carismática, Vargas obteve um culto à sua figura, resultando assim numa realidade política ao lado do trabalhismo. (GOMES, 2007).

Essa ideologia do trabalhismo foi uma forma de o Partido Trabalhista Brasileiro garantir seu projeto para a sociedade brasileira. Poderia conquistar, assim, mais adeptos para o partido. Para um estudo preliminar do trabalhismo e sua formação, o artigo de Luiz Grijó (2007), *Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo* é de suma importância. Nesse sentido, descortina-se aquele que é considerado intelectual do trabalhismo, o gaúcho Alberto Pasqualini. Nessa condição, Pasqualini procurou estruturar o partido ao qual pertencia, o PTB.

Ainda segundo o autor, Alberto Pasqualini promove uma “revolução” no pensamento, cuja repercussão irá refletir no programa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). O opositor de seu partido, o udenista Carlos Lacerda, admitiu que Pasqualini fosse “o único teórico que até hoje teve o trabalhismo no Brasil” (apud GRIJÓ, 2007, p.85). Segundo Miguel Bodea (1992), Pasqualini é situado à esquerda de Getúlio Vargas no PTB, por conseguinte, considerado como ideólogo em contraposição a Vargas, que era um pragmático.

⁷ Alexandre Marcondes Machado Filho (1892-1974) nasceu em São Paulo. Em 1941 foi nomeado Ministro do Trabalho por Vargas. Deu sequência e intensificou a implementação do controle estatal sobre as organizações sindicais.

⁸ Em vias de permanecer um diálogo sobre o trabalhismo, o trabalho de Angela de C. Gomes (2007), torna-se imprescindível para fazer um entrecruzamento de informações.

Destarte, Alberto Pasqualini, um intelectual formado em Direito, em 1935 foi eleito vereador em Porto Alegre, pela Frente Única (FU).⁹ Assim, Pasqualini logrou sua aproximação com Getúlio Vargas. Cada vez mais, passou então a galgar cargos importantes na administração estadual, próximo ao final de 1937. Portanto, de 1939 a 1943, era membro do Departamento Administrativo do Rio Grande do Sul, indicado pelo interventor federal, general Cordeiro de Farias (GRIJÓ, 2007).

Pelos idos de 1944, Alberto Pasqualini (GRIJÓ, 2007), foi afastado do regime do Estado Novo, por posturas não fiéis ao governo. Na verdade, permitiu, no Rio Grande do Sul, a circulação do livro proibido no país, *Fronteira do agreste*, de Ciro Martins, e fazia discursos contra o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Lutava pela liberdade de expressão.

Em 1945, Pasqualini e outros tantos membros fundaram a União Social Brasileira (USB). Os manifestos da USB eram escritos por Pasqualini. Conforme Grijó (2007), mesmo a USB sendo criada como um movimento de oposição ao governo estadonovista, seus escritos trabalhistas depositor viriam a resultar no programa do PTB. Desta forma, em 1946, depois de muitos debates e consensos, houve a fusão entre o PTB e a USB. A partir de então, Pasqualini não mais se afastaria do partido de Vargas.

Com o tempo, a coadunação das ideias de Pasqualini com as do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) tomam forma, no desenvolvimento das massas trabalhadoras urbanas. Com isso, houve a preocupação no trato com essas massas, pois cabia agora fomentar nestas um caráter mais maduro. Portanto, foi salutar o pensamento de Pasqualini no que tange à projeção direta com as diretrizes básicas do partido. Com o livro *Bases e sugestões para uma política social*, publicado em 1948, Pasqualini define as bases do “programa” do “trabalhismo”. Na verdade, fazia parecer como programa do PTB (GRIJÓ, 2007).

Dentro de seu pensamento sociológico, Alberto Pasqualini acreditava na justiça social, não que essa fosse alcançada com os conflitos de classes nem pelo debate ideológico. Acreditou, com base na sua formação católica no sul do país, em que um

⁹ Frente Única (FU), fusão dos partidos: Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e Partido Libertador (PL). Isto é, uma associação de partidos rio-grandenses em comum apoio à candidatura de Vargas.

capitalismo cristianizado poderia salvar o mundo da escravidão; que o mal reside em explorar o povo em vez de direcionar esforços para o bem coletivo. Pasqualini acreditava que deveria existir solidariedade, equilíbrio e harmonia na sociedade brasileira. De acordo com ele (1994, p. 60), a “distribuição justa da riqueza, no interesse da própria estabilidade social, que preconiza o trabalhismo” (apud GRIJÓ, 2007, p. 97). Como se pode observar, o ideólogo do trabalhismo estava mais preocupado com um capitalismo mais humano, sendo evidente, não fazer nada de revolucionário para destituir governo ou mudança radical na estrutura econômica.

Retomando os aspectos iniciais do trabalhismo, em seus estudos Ferreira (2001) assinala que, a partir de 1942, a formulação do projeto trabalhista pelo Estado foi uma contribuição decisiva na construção de uma configuração de identidade coletiva da classe trabalhadora. Em suma, Estado e classe trabalhadora comungaram interesses comuns. E continua: “[...] no trabalhismo, estavam presentes ideias, crenças, valores e códigos comportamentais que circulavam entre os próprios trabalhadores antes de 1930” (FERREIRA, 2001, p. 103). O autor chama a atenção para o sentido de que a ideologia do Estado não promoveu uma força bruta, posto que o sucesso do trabalhismo não fosse arbitrário, nem imposto pela propaganda política e pela máquina policial. Em outras palavras, tamanha desenvoltura ocorreu naturalmente, teve uma aceitação muito favorável pela sociedade brasileira, lastreada pelo PTB.

A conclusão de Ferreira é de importância fundamental; em sua prudência admite uma historicidade no trabalhismo como um processo. O autor reserva um apreço capital: “[...] Compreendido como um conjunto de experiências políticas, econômicas, sociais, ideológicas e culturais, o trabalhismo expressou uma consciência de classe, legítima porque histórica”. (FERREIRA, 2001, p. 103).

É necessário, neste ensejo concernente ao trabalhismo, evidenciar, embora brevemente, a expressão *nacionalismo*. Cabe uma nota sobre esse termo e seus principais adeptos,¹⁰ pela luta que deveria alcançar patamares muito bem sobrepostos para um pleno desenvolvimento nacional.

¹⁰ Como se pôde observar pelo título deste trabalho, o foco principal é a Campanha da Legalidade e o golpe de Estado de 1964. Os verbetes estudados: trabalhismo, nacionalismos se correlacionam com o tema principal em vários momentos.

Em seu excelente artigo sobre o tema, *Nacionalismo como projeto de Nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)*, Lucília Neves Delgado (2007) demonstra com grande maestria o desenrolar dos acontecimentos que perpassaram a ideia de nacionalismo nas décadas de 1950 e 1960. Dessa forma, a pesquisadora brasileira explana sua observação de forma criticamente exata. A abordagem ressalta as facções envolvidas com a referida questão.

Para a autora, o nacionalismo em voga marcou uma geração, isto é, a concepção nacionalista foi hegemônica no período de 1955 a 1964. Nas prerrogativas que se seguem, conforme Delgado, a política nacionalista pregava o direito à educação a todos os brasileiros; o controle da remessa de lucros e encampação de empresas estrangeiras. O governo de João Goulart (1961-1964) irá definir isso.

Como continua Delgado, para lutar pelo ideal nacionalista, foi necessária a criação e um grupo que lutasse por tal reivindicação: a Frente Parlamentar Nacionalista (FPN). Segundo a autora, a FPN foi divulgadora do pensamento nacionalista e reformista. Com isso, foram significativas as noções de República e Nacionalismo. Nesse enfoque, de 1955 a 1964, o programa nacionalista, por intermédio de sua divulgação, foi tomado por parcela da sociedade civil e parlamentares envolvidos com a causa. Por conseguinte, os espaços estratégicos de debates eram universidades, Poder Legislativo, sindicatos, movimentos camponeses e associações profissionais.

Não obstante, por seu caráter abrangente, o nacionalismo percorreu as manifestações intelectuais, na verdade, culturais. Pode-se citar a Bossa Nova, o Cinema Novo, grupos teatrais como a Arena e a Oficina; na Arquitetura, Oscar Niemeyer; e no Urbanismo, Lúcio Costa e outros tantos. No mais, o acréscimo dado às fontes informativas da imprensa: *Jornal O Globo* e *Jornal do Brasil*, que traziam suplemento literário, na ocasião, de autores brasileiros todos os domingos (DELGADO, 2007).

A cultura ao novo e a valorização da brasilidade formam um novo amálgama. É proveitosa a observação de Neves porque, metaforicamente, ela resume o sentimento nacionalista do período, no qual reformismo, modernização desenvolvimentista e nacionalismo eram notas da mesma sinfonia. No mais, “para ser cosmopolita, o Brasil precisava ser, antes de tudo, nacionalista” (DELGADO, 2007, p. 363).

Em prosseguimento, a Frente Parlamentar Nacionalista, surgiu num contexto de luta pela brasilidade e modernização. O sentido de República, isto é, da participação popular, ampliava-se. Não havia uma restrição, conforme Delgado (2007). Nessa batalha, agregaram-se trabalhistas e comunistas. Entretanto, dois tipos de nacionalismos foram expostos: o nacionalismo dirigido e o nacionalismo reformista.

O nacionalismo dirigido, de acordo com os estudos de Delgado, “fortaleceu-se em meados da década de 1930, apesar da oposição de comunistas e democratas” (2007, p. 365). Este nacionalismo possuía dois caracteres: influência governamental calcada na mobilização popular e, com isso, um rígido controle dessa mobilização. O nacionalismo reformista ficou mais forte em meados da década de 1950. Estava ligado a uma organização autônoma da sociedade civil, adquirindo paulatinamente alianças com o PTB e o PCB. Como confirma a autora, este nacionalismo foi à expressão por meio do qual se mobilizou por reformas sociais. Uma nação independente só poderia sê-lo por intermédio de uma política nacionalista efetiva.

Por conseguinte, esse nacional-reformismo teve um respaldo da influência de intelectuais como Celso Furtado, da Comissão Econômica para o Desenvolvimento da América Latina (Cepal). Numa palavra, de acordo com Delgado (2007), para uma nação latino-americana se desenvolver, era necessário usufruir de recursos internos. Na mesma linha de pensamento, as organizações em torno do PCB, PTB e cidadãos ligados a esses partidos, juntamente com a grande força motriz que era a Frente Parlamentar Nacionalista, apropriaram-se dessa prerrogativa, já na segunda metade do século XX. Em suma, a Cepal incentivava uma política industrializante, com forte proteção ao capital nacional.

Neste ensejo sobre economia na década de 1950, podemos destacar, por conveniência, fazer uma ligação pertinente a este estudo, além de Celso Furtado, Roberto Campos, Eugênio Gudin e outros, intelectuais do pensamento desenvolvimentista¹¹ econômico brasileiro. Roberto Simonsen¹², mencionado pelo

¹¹ Segundo Bielschowsky (s/d), havia mais de uma corrente desenvolvimentista. Para ele, seus traços de união fundamentais eram o projeto comum de formar um capitalismo industrial moderno no país, e para isso, planejar a economia e proceder em distintas formas de intervenção governamental.

¹² De acordo com a obra de BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimento**. 4ªed. (s/Cidade): Contraponto. (s/d), Roberto Simonsen era empresário, engenheiro e economista. Foi vice-presidente do Centro Industrial de São Paulo, 1928, presidente da Confederação Industrial do Brasil (1935-1936). Na vida política, foi eleito senador pelo PSD em 1945. Morreu em 1948 aos 59 anos de idade.

autor Ricardo Bielschowsky como o grande ideólogo do desenvolvimentismo e maior líder industrial brasileiro. Segundo Bielschowsky (s/d), o vazio teórico/analítico acerca do desenvolvimento econômico que havia no país, assim como na América Latina, somente foi superado após a chegada da teoria cepalina do desenvolvimento, em 1949.

No tocante ao pensamento de Roberto Simonsen, industrialização para ele era a forma de ultrapassar a pobreza existente no Brasil (BIELSCHOWSKY, (s/d)). Simonsem sustentava ainda que o protecionismo era uma grande bandeira de luta pela industrialização. Como acuradamente observa Bielschowsky quanto ao legado de Simonsen (s/d, p.85), “A grande herança deixada aos desenvolvimentistas da década de 50 foi sua defesa ao planejamento econômico [...]”. Para ele então, a planificação era um instrumento necessário para dar diretrizes aos rumos futuros da economia, com isso, ao campo de ação da grande indústria.

No mais, referenciar o nacional desenvolvimentismo da década de 1950 é explorar um pouco mais do pensamento desenvolvimentista de Celso Furtado.¹³ Embora mencionado em linhas anteriores, faz-se necessário mostrar um pouco sua teoria. Neste sentido, nos anos de 1950, para Celso Furtado, segundo Bielschowsky (s/d, p.153) “[...] questões da presença do Estado na economia, um valioso instrumento de fortalecimento da corrente desenvolvimentista nacionalista, porque teve a função de transformar a retórica cepalina de planejamento em um primeiro documento brasileiro de subsídio à prática do planejamento que o órgão preconizava”. No entanto, tal pensamento desenvolvimentista de Furtado, abrangia também um olhar voltado para o desenvolvimento no Nordeste brasileiro. Como prossegue, uma ideia dominante de Furtado era atribuir ao Estado um papel fundamental para a tarefa desenvolvimentista em seus termos.

De outro lado, o resultado para a FPN juntamente com seus aliados, os partidos políticos PTB e PCB, foi a maior aproximação com o governo de Jango, este também imbuído pelas reformas nacionalistas. Para Delgado (idem, p. 373), como declara com firmeza, permite dizer que o trabalho da FPN foi de um valor fundamental pela questão da brasilidade, num momento em que o sentimento de

¹³ Um estudo melhor detalhado irá indicar outros nomes da corrente nacional desenvolvimentista. Por ora, fez-se aqui breve menção de poucos desenvolvimentistas. Para maiores informações vide a obra de Bielschowsky citada anteriormente.

nacionalismo marcou época, por expressar, sem erro, o desenvolvimento econômico e social da sociedade brasileira.

Por fim, a Frente Parlamentar Nacionalista atuou durante os governos de Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart que, com o golpe de Estado desfechado em 1964, como veremos num capítulo específico, minou assim, a possibilidade de avançar com um plano nacionalista calcado nessa manifestação dos anos de 1950. Os parlamentares e integrantes da FPN, ou do discurso nacionalista, tiveram seus mandatos cassados.

Uma observação em destaque também deve ser apontada quanto ao papel dos principais partidos políticos¹⁴, isto é, das décadas de 1940 e 1960, procuraram defender seus interesses. Portanto, a boa análise advoga no sentido de buscar os protagonistas no cenário político brasileiro, isto implica um estudo mais acurado dos partidos e suas respectivas lideranças. Para tanto, podemos citar os mais renomados autores que discutiram categoricamente o tema. São eles: Moniz Bandeira, Angela de Castro Gomes, Jorge Ferreira e outros que, com suas pesquisas, fizeram contribuição quanto à definição política sobre os partidos aqui estudados.

Como condição de suporte favorável para este trabalho acadêmico, ficou assinalado desenvolver a correlação dos partidos como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e alguns outros que durante os estudos daqueles, vez ou outra, são também analisados.

O recorte dos anos de 1961 a 1964 traz por si só, a importância de se fazer uma análise paralela dos partidos políticos supracitados, com as ações políticas, quando também dos planos econômico e social para o Brasil. A acepção sobre coronelismo está incluída como item importante para o período em destaque. O estado do Espírito Santo, não esteve de fora do plano político nacional, no período da Primeira República (1889 e 1930) e nem dos anos subsequentes, com isso, foi avaliado acuradamente aqueles elementos imprescindíveis neste estudo. Feita essa

¹⁴ Acerca dos partidos políticos, foram abordados os partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), no interior do primeiro capítulo. Analiso neste estudo os outros tantos que fizeram a história política do país sob a ótica de outras fontes bibliográficas.

introdução, no próximo tópico iniciaremos a discussão sobre a influência da Guerra Fria na América Latina.

1. O ALVORECER DA GUERRA FRIA

1.1 AS INTERVENÇÕES NORTE-AMERICANAS¹⁵

Uma exposição concisa de alguns pontos sobre o começo da Guerra Fria¹⁶ é relevante para entendermos o período concernente à década de 1960. Conforme estudos, as repercussões da Guerra Fria na América Latina, especialmente no Brasil, foram extremamente importantes em algumas decisões políticas, isto é, para os rumos políticos, econômicos e sociais tomados para o nosso país.¹⁷

A pretensão política dominante no prelúdio da Guerra Fria (1946), a partir das iniciativas dos Estados Unidos, era a de tentar deter o avanço soviético, tendo em vista o progresso geográfico¹⁸ da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) ao final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), abrangendo Repúblicas como a Bulgária, Tchecoslováquia, entre outras, e a repartição da Alemanha e da Áustria entre os países vencedores ocidentais (Estados Unidos, Inglaterra e França), ficando a União Soviética com as capitais orientais, Berlim e Viena.

Num discurso em Fulton, no Missouri, Estados Unidos, em 05 de março de 1946, a convite do Presidente norte-americano, Harry Truman, o ex- Primeiro Ministro britânico, sir Winston Churchill, apresentou seus *Tendões da Paz* (*Sinews of Peace*), no qual utilizou o termo “cortina de ferro”, (na verdade, esse termo foi usado pela primeira vez pelo nazista Joseph Goebbels, em 1944, de acordo com Barros - 1989), deixando evidente que designava a divisão da Europa em duas partes. Na passagem extraída do livro de Edgard Barros (1989, pp. 19-20), assim Churchill se posiciona:

¹⁵ Neste capítulo não foram abordados a derrubada do governo Alborns na Guatemala em 1954, o golpe e a ditadura de Stroessner em 1954 no Paraguai e, outros aspectos concernentes à temática abrangente da Guerra Fria.

¹⁶ O tema ‘Guerra Fria’, por si só, é um objeto para dissertação de mestrado. No entanto, conforme se anuncia, é apenas uma breve exposição para efeito de localização de alguns eventos em seu tempo deste estudo. Na verdade, inicialmente o tema seria *Repercussões da Guerra Fria no golpe de Estado de 1964*.

¹⁷ Inicialmente, este trabalho possuía a intenção de ser algo atrelado ao desenrolar da Guerra Fria e sua repercussão no golpe de Estado de 1964, no Brasil. Porém, dadas outras diretrizes, convencionou-se seguir um roteiro pelo estado do Espírito Santo. Mas o foco deste estudo não se perdeu. Dar-se-á formas em outros capítulos das reverberações político-ideológicas da Guerra Fria no estado capixaba.

¹⁸ Sobre a expansão da URSS, a contribuição foi forte dos Partidos Comunistas no Leste Europeu que passaram a dominar as eleições, com isso, promoveram líderes favoráveis ao regime soviético.

[...] De Stettin, no Báltico, a Trieste, no Adriático, uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás daquela linha todas as capitais de antigos Estados do Centro e do Leste Europeu, Varsóvia, Berlim, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado, Bucareste e Sofia, todas essas idades famosas e suas populações vivem no que se poderia chamar de esfera soviética e todas estão sujeitas, de uma forma ou de outra, não apenas à influência soviética, mas em crescente medida ao controle de Moscou [...].

Pela afirmação “[...] uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás dessas linhas estão todos os Estados da Europa Central e Oriental [...]” (DIAS JÚNIOR, 1997, p. 10), não é muito difícil entendermos de que forma o mundo se configurou no pós Segunda Guerra Mundial: duas potências emergidas – no Oriente, sob a orientação socialista, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS; no Ocidente, sob o comando capitalista dos Estados Unidos. Resultado evidente: um conflito político-ideológico.

Com o objetivo de responder à pergunta sobre quem deu início à Guerra Fria, o historiador britânico Eric J. Hobsbawm (1996), no capítulo concernente a esse período, diz que essa guerra foi de um tipo muito peculiar, e pode ser encarada como uma Terceira Guerra Mundial. As disputas tomadas aqui, as quais se configuraram ao longo da metade do século XX, foram marcadas por campanhas difamatórias entre as superpotências rivais, uma contra a outra. Portanto, conforme análise crítica do pesquisador britânico a

[...] Guerra Fria baseava-se numa crença Ocidental de que a era da catástrofe não chegaria de modo algum ao fim; de que o futuro do capitalismo mundial e da sociedade liberal não estava de modo algum assegurado [...]. (HOBSBAWM, 1996, p. 228).

A União Soviética não estava disposta a encarar outra guerra. Ela estava, na verdade, tentando manter uma política defensiva, como observara Hobsbawm (1996). A URSS, após a Segunda Guerra Mundial, estava exaurida, exausta, com sua economia em frangalhos.

Entretanto, quem foi responsável pela Guerra Fria? Hobsbawm afirma que ela se originou na América. Portanto, de acordo com esse autor, a referida asserção se deve ao que se observa concomitante ou influentemente na região europeia.

[...] Todos os governos europeus ocidentais, com ou sem grandes partidos comunistas, eram empenhadamente anticomunistas, e decididos a proteger-se de um possível ataque militar soviético [...]. (HOBSBAWM, 1996, p. 234).

Sendo assim, cabia às potências ocidentais se cuidarem da influência comunista, ou seja, tentar conter o avanço do inimigo “vermelho” seja pela propaganda ou de alguma outra forma que pudesse surtir efeito.

A partir de então, como advoga Hobsbawm (1996, p. 234), “[...] ‘contenção’ era a política de todos; destruição do comunismo, não”. No entanto, com o crescimento de disputas entre as superpotências, o anticomunismo irá predominar por longo tempo nos anos de Guerra Fria.

No âmbito da política econômica estadunidense, longe da esfera latino-americana e nos anos iniciais da Guerra Fria, tão importante quanto a outros pontos de análise sobre o decorrer dessa guerra, é suscitar brevemente a explanação da iniciativa norte-americana na reconstrução da Europa, logo depois da Segunda Guerra Mundial. É posto em andamento o Plano Marshall. O plano, na verdade, passou a ser percebido pela União Soviética como um artifício estratégico para controle (esfera de influência) dos países europeus pelos Estados Unidos. Tem o seu nome oficial de *European Recovery Program* (Programa de Reconstituição Europeia), proferido em discurso por George Marshall, em 05 de junho de 1947, em Harvard. Para o pesquisador Éric Roussel (2004, p. 79), “[...] os Estados Unidos não atuavam desinteressadamente. Com o auxílio, pretendiam permitir à Europa reerguer-se e protegê-la do comunismo, mas também queriam reativar o comércio internacional”.

Por conseguinte, como atesta o pesquisador norte-americano Sidney Lens (2006), os empréstimos-arrendamentos, o Plano Marshall, passando pela Aliança para o Progresso e, além disso, quem recebia dólares americanos tinha de aceitar as condições políticas e econômicas ditadas por Washington, antes que o dinheiro chegasse.

Contextualizando as aparências dos anos iniciais da Guerra Fria, podemos analisar conseqüentemente, a questão da América Latina como proposto no começo deste capítulo. Isto é, de que forma podemos entender o entrelaçamento desse conflito político-ideológico com as perspectivas ambiciosas dos Estados Unidos em relação ao hemisfério Ocidental, especialmente, os países do Cone Sul?

Elevado o grau de anticomunismo, crescem as rotineiras conferências para darem decisões precisas sobre o combate ao “perigo vermelho”. O Pacto do Rio (1947) ilustra bem esse exemplo. De acordo com John F. Dulles (1950), o Presidente Harry Truman, em pronunciamento, disse que os Estados Unidos estavam se preparando para consultar com todas as repúblicas americanas sobre a temática “pacto de defesa mútua”.

O Pacto do Rio (*The Rio Treaty*, 1947), foi uma conferência que se deu na cidade de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro, do dia 15 de agosto a 02 de setembro. Seu nome original em inglês era *Inter-American Treaty of Reciprocal Assistance* (Tratado Interamericano de Assistência Recíproca), mas ficou conhecido como *Rio Treaty* (HOLDEN;ZOLOV, 2000). Outro evento parecido foi o *The Act of Chapultepec of 1945* (O Decreto de Chapultepec de 1945, no México), o qual comprometia os Estados americanos a negociar um tratado de segurança mútua, conforme mencionado em linhas anteriores.

Logo em 1948, no alvorecer da Guerra Fria, os congressistas norte-americanos e setores anticomunistas, uniram-se para definirem posições de combate ao possível desenvolvimento de ideais comunistas pela América Latina. Na decisão dos *Delegados à Nona Conferência Internacional dos Estados Americanos em Bogotá*, discutiram de que forma poderiam rechaçar a ameaça do comunismo.

Neste momento, é necessário citar o Secretário de Estado americano, John F. Dulles¹⁹, para entendermos alguns pontos necessários sobre as atividades anticomunistas para as Américas. Com a obra *War or Peace* (1950), Dulles salienta:

*In some Latin-American countries there has been a trend toward fascism. Argentina is a notable example. Also, in many Latin-American countries political control is more than ever in the hands of military groups have more power than ever because our Defense Department has built up military strength in some of the countries on the theory that the Americas should be treated as military allies under the Act of Chapultepec and its successor, the Rio Pact. These trends away from representative government increase the opportunities of Communism.*²⁰ (DULLES, 1950, p. 151).

¹⁹ John F. Dulles (1889-1959) foi Secretário de Estados Unidos de 1953 a 1959.

²⁰ Em inglês no texto: Em alguns países latino-americanos tem havido uma tendência a aproximação com o fascismo. A Argentina é um notável exemplo. Também, em muitos países latino-americanos, o controle político está mais do que nunca nas mãos de grupos militares, possui mais poder ainda porque nosso Departamento de Defesa tem construído resistência militar sobre a teoria na qual as Américas deveriam ser tratadas como aliadas militares sob o Decreto de Chapultepec e seu sucessor,

Não nos surpreende, portanto, que o que sempre se desejou em nosso país, durante o período da Guerra Fria, foi uma tentativa de afastar o inimigo “vermelho”, em toda ocasião necessária. Até que ponto o mundo poderia suportar tamanha rivalidade? Aproveitando o espaço, o Brasil segue seu rumo dentro de parâmetros oscilantes, como foi comentado e será analisado num momento conveniente desta pesquisa.

De certa maneira, como mostram os estudos de Carlos Fico (2008), consoante às questões latino-americanas levadas em culminância pelos Estados Unidos, durante a gestão de Dwight Eisenhower (1953-1961), dentre várias situações políticas a serem tomadas, como as de planejamento militar (apoio logístico) e outras, seu vice-presidente, Richard Nixon, foi bastante hostilizado, quando em visita a Lima, no Peru e a Caracas, na Venezuela, em 1958, levou o governo norte-americano a refletir sobre a relação de seu país com a América Latina.

Assim, como observa Carlos Fico (2008), no ano de 1959, o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos acertou com o secretário assistente para Assuntos Interamericanos, Richard Rubbortton, Jr., a promoção dos interesses estadunidenses na América Latina, enfatizando as questões sociais e econômicas. Em decorrência disso, a região passaria a ter maior atenção dos Estados Unidos, que apoiaria governos anticomunistas, dentre outros problemas endêmicos latino-americanos, como desenvolvimento etc.

1.2 APRESENTAÇÃO DA GUERRA FRIA NA AMÉRICA LATINA

Numa observação pertinente sobre a repercussão da Guerra Fria nas nações latino-americanas, John F. Kennedy, presidente dos Estados Unidos da América (1961-1963), um governante anticomunista guiado pelo fator Guerra Fria, ao que segue, em um de seus discursos de campanha presidencial era de como combater o regime de Fidel Castro, em outras de suas falas disse ser a América Latina a “área mais perigosa do mundo” (FICO, 2008, p. 31).

Tendo por base essa afirmativa do presidente estadunidense, um olhar retrospectivo ao seu governo indica uma preocupação já existente com outros governantes para os problemas concernentes à América Latina, desde meados dos anos 1950, com

o Pacto do Rio. Essas tendências afastam do governo representativo o aumento de oportunidades do comunismo. (tradução do autor).

isso, estabelecendo diversos acordos militares cujo objetivo era reunir o continente contra o comunismo. Conforme o discorrer político no princípio do governo Kennedy, como chama a atenção Fico (2008, p.23),

Não foi o triunfo de Fidel Castro contra o regime de Batista, em 1959, que levou à maior modificação adotada pelos Estados Unidos em relação à América Latina, mas, sim, a implantação do regime socialista em Cuba, que se formalizou em abril de 1961 [...].

Para obter uma imagem positiva na América Latina, depois da invasão de Cuba e o embargo econômico à ilha, o secretário de Defesa dos Estados Unidos, Robert McNamara (1961-1968), entendendo que para ele, a pobreza era a semente da revolução violenta, chegou à conclusão de suas análises sobre as nações latino-americanas e a possibilidade norte-americana de ajudar da seguinte forma:

[...] o crescimento econômico da região se impunha como um requisito de segurança que interessava aos Estados Unidos (...) a necessidade conjugada tanto da doutrina militar da contra-insurgência, quanto da Aliança para o Progresso. (FICO, 2008,p.26).

Com o lançamento da Aliança para o Progresso, Kennedy conseguiu galvanizar as atenções dos governos latino-americanos (FICO, 2008). O discurso do governo norte-americano prometia um continente livre da pobreza, do analfabetismo, entre outros problemas. Fica evidente a preocupação estadunidense em se comprometer oficialmente nos assuntos políticos da América Latina, a diplomacia ensejada pelo programa em ajudar o restante da América, mascarava seus reais interesses.

Segundo as pesquisas dos norte-americanos, Holden e Zolov (2000), a Aliança para o Progresso comprometeu a margem de \$ 20 bilhões em fundos particular e público para ajudar a América Latina (HOLDEN; ZOLOV, 2000). Esse programa/auxílio deve ser analisado com um aspecto particular por aquele que o protagonizou ou, pelo menos, procurou dar um destino certo, John F. Kennedy. O presidente dos Estados Unidos pronunciou um discurso ao inaugurar a *Aliança para o Progresso* e suas “reais” intenções, anunciada em 13 de março de 1961:

(...) Our Alliance for Progress is an alliance of free governments and it must work to eliminate tyranny from a hemisphere in which it has no rightful place. Therefore let us express our special friendship to the people of Cuba and the Dominican Republic- and the hope they will soon rejoin the society of free men, uniting with us in common effort” (HOLDEN; ZOLOV, 2000, p. 228).²¹

²¹ Em inglês no texto: (...) Nossa Aliança para o Progresso é uma aliança de governos livres e ela deve funcionar para eliminar a tirania de um hemisfério no qual não possui seu lugar legítimo.

Dessa forma, traduziu-se a política de Washington como forma de atrair os países latino-americanos, sob a luz discursiva de uma América livre, sem pobreza e onde não haveria ameaça do comunismo. Neste sentido, nesta parte do texto se evidenciam os interesses anticomunistas protagonizados pela nação-líder capitalista no Ocidente. Como observa Carlos Fico (2008), o presidente Lyndon B. Johnson (1963-1968)²², sucessor de John F. Kennedy, assim como seu antecessor, também manteve um afastamento do governo de João Goulart. Como declara com firmeza Jorge Ferreira (2011, p. 400), “[...] Para eles, a recusa de Goulart em apoiar a intervenção militar em Cuba, bem como em romper relações diplomáticas e comerciais com a ilha, foi imperdoável”. Nesse sentido, ambos os presidentes norte-americanos foram idênticos em relação ao Brasil: hostilidade política e intransigência em renegociar a dívida externa brasileira (FERREIRA, 2011). O que isso significou? Logicamente, a bancarrota brasileira em termos econômicos, inflação, desemprego, entre outros.

O governo de Johnson manteve a Aliança para o Progresso, embora não muito preocupado com a política externa, a moldura doutrinária e anti-insurrecional. Com a Guerra do Vietnã, a visão estava voltada para a Ásia e, é claro, isso não significou negligenciar influência sobre as nações latino-americanas.²³ Numa palavra, relações conflitivas da Guerra Fria (que poderiam causar uma hecatombe nuclear – como, por exemplo, a Crise dos mísseis, em 1962); entre outros pontos, irão perpassar os tensos anos da década 1960. A Guerra Fria estava ficando “quente”. Numa palavra, embora a União Soviética e os Estados Unidos sempre evitem o conflito direto, houve conflitos regionalizados como na Ásia, África em virtude das tensões do declínio do velho colonialismo ou da própria Guerra Fria podiam eventualmente explodir em guerras.

Portanto, deixe-nos expressar nossa especial amizade ao povo de Cuba e o da República Dominicana- e a esperança que eles em breve se reunirão na sociedade de homens livres, unindo-se conosco em comum esforço. (tradução do autor).

²² Lyndon Baines Johnson (1908-1973). Frequentemente chamado de LBJ, Johnson ascendeu à presidência dos Estados Unidos em 23 de novembro de 1963, após o assassinato de John F. Kennedy. Completou o mandato de seu antecessor e se elegeu na eleição seguinte. Recebeu grande apoio dos Democratas.

²³ Conforme Luiz Cláudio Ribeiro (2005, p. 58), a Aliança para o Progresso cumpria um duplo objetivo (duas faces): dava subsídios financeiros para os governos de países e estados brasileiros alinhados com a política de contenção ao comunismo e, de outra forma, treinava os exércitos latino-americanos para combater as organizações guerrilheiras populares e movimentos sociais na América Latina.

Para Carlos Fico (2008), o programa Aliança para o Progresso teve uma imediata implantação no Brasil, com isso, no nosso país as benfeitorias deveriam ser identificadas visualmente com a marca da “Aliança para o Progresso”, tendo o Nordeste como a primeira região contemplada pelo programa, a assistência técnica para aquela região teve o objetivo de modernizar e reequipar as polícias civis (FICO, 2008). O Brasil foi o maior beneficiário da Aliança para o Progresso, pois recebeu cerca de US\$ 2 bilhões de dólares entre 1961 e 1971. Na esteira em que se analisa tal programa, Fico chama a atenção no sentido do qual:

[...] a problemática cubana ensejou (...) a Aliança para o Progresso e, no caso brasileiro, tornou simplesmente inadmissível para os Estados Unidos a hipótese de estabelecimento de um regime com qualquer pretensão esquerdista [...]. (FICO, 2008, p. 41).

Sob essa perspectiva, o embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon (outubro de 1961 a fevereiro de 1966), foi um dos principais articuladores do programa no país. Dentro dos seus objetivos e dos interesses estadunidenses implícitos, Gordon escreve um livro no qual expõe a Aliança para o Progresso. No IX apêndice de seu livro *O Progresso para a Aliança*, que se intitula *Política norte-americana, Guerra Fria e América Latina*, o embaixador aponta que,

Da experiência da reconstrução europeia do pós-guerra surgiu o novo conceito de integração econômica regional, do qual o Mercado Comum Europeu constitui até agora notável exemplo. (...) que um, segundo exemplo notável venha a ser, no devido tempo, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio. (GORDON, 1962, p. 119).

O que faz o referido embaixador norte-americano senão traduzir em oportunidades ensejadas, interesses acentuadamente imperialistas de sua pátria, no âmbito da Guerra Fria?

Por outro lado, a insistência da política de Washington voltada contra a expansão do comunismo soviético, na tentativa de minar o governo revolucionário em Cuba, organizou e patrocinou a possibilidade de invadir essa ilha, num episódio conhecido como *Invasão da Baía dos Porcos*. Inicialmente, o intento recebeu o nome militar de “Operação Zapata” (HOLDEN; ZOLOV, 2000). O plano para a invasão começou em 17 de março de 1960, quando o presidente Dwight D. Eisenhower autorizou a *Central Intelligence Agency* (CIA) a arregimentar uma força expedicionária de exilados cubanos.

Para fomentar tal invasão, uma boa retórica deveria ser feita para iniciar a operação. O Presidente Kennedy não mediu esforços e fez aquilo que qualquer um estadista faria: convencer a população norte-americana a permitir a ação ao país liderado pelos revolucionários. Portanto, cabe ao discurso, em primeira instância, isentar os Estados Unidos da invasão:

*[...] an obligation to present the facts, to present them with candor, and to present them in perspective. It is with that obligation in my mind that I have decided in the last 24 hours to discuss briefly at this time the recent events in Cuba. (...) this was a struggle of Cuban patriots against a Cuban dictator [...].*²⁴ (HOLDEN; ZOLOV, p. 229).

Em outro trecho, o discurso ainda é veemente para provocar a sedução da opinião pública estadunidense, ou seja, não comprometendo o governo norte-americano, conforme prosseguem Holden e Zolov (2000, p.230):

*Any unilateral American intervention, in the absence of an external attack upon ourselves or an ally would have been contrary to our traditions and to our international obligations [...].*²⁵ (HOLDEN; ZOLOV, p. 230).

No entanto, munindo-se de maiores detalhes quanto à repercussão da invasão no Brasil, na asserção de Gustavo Bezerra (2010, p. 41), “[...] os planos norte-americanos estavam sendo alvo de denúncias na ONU. Dos 1500 exilados antirrevolucionários (...) 1200 foram presos pelos milicianos cubanos”. Dentro de outras análises, a repercussão da invasão à Baía dos Porcos não podia passar em branco aqui no Brasil, tendo gerado reações tanto da esquerda quanto da direita. Enquanto isso, “[...]. No Congresso, nas ruas das principais cidades houve manifestações de repúdio à invasão e a favor de Cuba [...]” (BEZERRA, 2010, p. 42). Não somente esses setores, mas outros também se envolveram na defesa de Cuba, como o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), as Ligas Camponesas, a União Nacional dos Estudantes (UNE), entre outros. Mas, o anticomunista e governador da Guanabara, Carlos Lacerda, opôs-se a qualquer ato favorável à ilha cubana.

Entre 05 e 17 de agosto de 1961, no Uruguai, uma série de conferências deu impulso às intenções norte-americanas aos principais países pobres latino-

²⁴ Em inglês no texto: [...] uma obrigação para apresentar os fatos, para apresenta-los com honestidade e perspectiva. É com essa obrigação em minha mente, que tenho decidido nas últimas 24 horas, para discutir brevemente, nesta hora, os recentes eventos em Cuba. (...) isto foi um esforço dos patriotas cubanos contra um ditador cubano [...]. (tradução do autor).

²⁵ Em inglês no texto: Nenhuma intervenção americana unilateral, na ausência de um ataque externo por nós mesmos ou com algum aliado, teria sido contrário às nossas tradições e às nossas obrigações internacionais [...]. (tradução do autor).

americanos. A Carta de *Punta del Este* foi um documento importante, tanto quanto as palavras iniciais de John Kennedy, para a abertura da Aliança para o Progresso na América Latina. Nas frequentes reuniões, tais discursos procediam acerca dos problemas da América Latina, como as situações social, econômica (desenvolvimento), educação e outras. Cada país tinha seu respectivo delegado, formando os *Delegados do Encontro Especial do Conselho Econômico Social Inter-Americano*. Zolov e Holden (2000, p. 233) mostram brevemente a colaboração fundamental (discurso) do presidente norte-americano, em galvanizar os partícipes em *Punta del Este*:

*We, the American Republics, hereby proclaim our decision to unite in a common effort to bring our people accelerated economic progress and broader social justice within the framework of personal dignity and political liberty [...].*²⁶

Portanto, essa menção é digna de abordagem para entendermos a preocupação dos Estados Unidos na posição de nação hegemônica no Ocidente.

Ainda de acordo com Holden e Zolov (2000), os discursos dos políticos norte-americanos intencionavam-se na perspectiva de que não existiria dúvida quanto à revolução, de que seria esta inevitável na América Latina. Como continuam os autores, na conclusão de Milton Eisenhower, irmão do Presidente Dwight Eisenhower, os comunistas e seus seguidores viajantes alimentavam a fúria dos desprivilegiados com meias-verdades pela América Latina. Assim, a partir desse momento apresentaremos o quadro político brasileiro durante o período.

1.3 AÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS DO GOVERNO KUBITSCHEK

Dentro de perspectivas otimistas, clima repercutido de “política de boa vizinhança” e detalhes promissores, a América Latina, e, conseqüentemente, o Brasil (que está no escopo dos Estados Unidos já a partir dos anos de 1940), caminhava no sentido de procura por governos democráticos. Nosso país teve experiências democráticas: modernização/urbanização (sobretudo no governo de Juscelino Kubitschek, 1956-1961) e um proletariado se organizando em sindicatos; em 1960, isso era fato concretizado.

²⁶ Em inglês no texto: Nós, das Repúblicas Americanas, declaramos nossa decisão para unirmos em um comum esforço para trazermos ao nosso povo um acelerado progresso econômico e ampla justiça social entre a conjuntura da liberdade política e social. (tradução do autor).

Entretanto, a política brasileira conduzida nos anos de 1940, sobretudo na segunda metade dessa década, procurou uma aproximação com os Estados Unidos (retomo neste ponto o que no começo deste capítulo foi abordado em poucas palavras sobre o governo de Eurico Gaspar Dutra, 1946-1951). Carlos Fico nos apresenta, na seguinte passagem, o que o governo brasileiro desejava:

[...] após o término da Segunda Guerra Mundial, o governo Dutra (...) entendia-se merecedor de algum tipo de favorecimento dos Estados Unidos, já que o Brasil havia se revelado um aliado ativo no esforço bélico. (FICO, 2008, p. 20).

Mas, não houve resultado surpreendente disso. Nosso país teve que esperar um pouco mais pela ajuda externa financeira. De papel cumprido, então (com a missão militar na Segunda Guerra Mundial), o Brasil não conseguiu o seu reconhecimento (pretendido financeiramente) pelos Estados Unidos, que passou a negar a ajuda econômica. Em contrapartida, o governo brasileiro recorreu ao Fundo Monetário Internacional (FMI), uma instituição não governamental criada em 1944, e também ao *Eximbank* (Banco de Exportação e Importação dos Estados Unidos) que, temendo as posições nacionalistas de Getúlio Vargas, no decorrer da década de 1950, hesitaram a investir imediatamente no Brasil (FICO, 2008).

Com o desenvolvimento de projetos ou programas, dentro da conjuntura da Guerra Fria, é que se subentende a relação entre Estados Unidos e Brasil. Essa conjuntura propiciou, durante o governo de Juscelino Kubitschek, a criação da Operação Pan-Americana (OPA). Possuía o objetivo, com o Brasil a assumir a liderança da América Latina, de compelir os Estados Unidos a modificar concretamente os termos de suas relações com os países latino-americanos (BANDEIRA, 1989).

Como demonstra Bezerra,

O ideal do nacional-desenvolvimentismo refletiu-se na proposta da Operação Pan-Americana (OPA), surgida da troca de cartas entre JK e o Presidente Eisenhower, em 28 de maio e 5 de junho de 1958. (BEZERRA, 2010, p. 30).

Lembrando que tal nacional-desenvolvimentismo foi uma discussão político-econômica muito suscitada, pelo menos no campo teórico, no segundo governo de Getúlio Vargas e outros governos seguintes. Quanto ao governo de Juscelino

Kubitscheck (1956-1961)²⁷, aproveitou o momento para “flertar” com a política de Washington e obter recursos necessários para o Brasil. Desta forma, podemos constatar o alinhamento desse governo com os Estados Unidos ficando evidente o fato de não só trazer o desenvolvimento econômico para o país, como em parte pensava o ideólogo do desenvolvimentismo, Roberto Simonsen, mas no âmbito político, atrelar-se a Washington e não à União Soviética.²⁸

Conforme Bezerra (2010), os resultados práticos da OPA foram à criação da Comissão Especial dos Representantes dos 21 Estados-membros da OEA (Organização dos Estados Americanos), o Comitê dos 21, como também a fundação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), formado por 20 países membros, exceto Cuba. Bezerra destaca, também, a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a Aliança para o Progresso como itens relacionados à esteira ensejadora da OPA.

1.4 QUADRO PARTIDÁRIO DO PERÍODO DEMOCRÁTICO (1946-1964)

Neste momento, há a necessidade de apresentar um quadro dos principais partidos à época, como forma de complementar as questões políticas. Foram essas as principais legendas: o PTB, a UDN e o PSD. Conforme o decorrer das análises, ao longo dos próximos trechos, serão postos em evidência tais partidos.

Primeiro, a abordagem do PTB. Seguindo a mesma linha de explícito aparelhamento, Getúlio Vargas articulou o segundo Partido, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que se constitui a terceira maior legenda da Terceira República. Ao fazer isso, tinha como principal alvo a disputa política com os comunistas e simpatizantes. Seus quadros partidários eram substancialmente compostos de burocratas do Estado Novo.

Esses eram integrantes do Ministério do Trabalho, lideranças que incorporaram a estrutura sindical oficial, beneficiária das verbas sindicais mantidas e controladas

²⁷ Conforme o historiador Paulo F. Vinentini (2003, p. 21), “[...] A associação estreita ao capital estrangeiro e o alinhamento automático com os Estados Unidos faziam, entretanto, da industrialização impulsionada por JK mais um *desenvolvimentismo*-associado do que um *nacional-desenvolvimentismo*”.

²⁸ Para outros efeitos, transformar o país em “cinquenta anos em cinco”, como foi sua fala de campanha como presidenciável, em 1955; como presidente da República, para fazer cumprir sua promessa, deixou uma dívida externa muito grande.

pelo governo e, também, dos institutos de aposentadoria e pensões, de administração autárquica. Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) controlava a execução de uma política assistencialista. A partir de 1962, esse partido passou a ser o segundo maior, no congresso nacional.

O PTB trilhou a mesma linha política que o Partido Social Democrático (PSD), uma vez que sua política estava alicerçada na máquina estadonovista da era Vargas. Essa estrutura político-sindical dava ao PTB as características de legítimo representante e continuador do trabalhismo iniciado por Getúlio Vargas no Brasil, bem como a condição de veículo essencial para o encaminhamento das reivindicações trabalhistas e seu acolhimento pelo Estado. O PTB era, portanto, formado basicamente por uma corrente nacionalista reformista e por um grupo tradicional-clientelista.

Entretanto, a força do trabalhismo foi tão impactante que nesse momento alguns outros partidos - de pouca expressão como observa a autora – surgiram com nomes semelhantes, são eles: o Partido Social Trabalhista (PST), o Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Republicano Trabalhista (PRT), o Partido Orientador Trabalhista (POT), o Movimento Trabalhista Renovador (MTR).

A segunda maior agremiação partidária do sistema partidário brasileiro, nesse período, foi a União Democrática Nacional (UDN). Seu nascimento está ligado ao chamado Manifesto dos Mineiros, de 1943, que reivindicava a democratização das instituições em esferas nacionais, uma peculiaridade interessante, segundo Schimit.

A UDN foi o único dos três maiores partidos brasileiros da Terceira República que não possuía vínculos com as estruturas remanescentes do Estado Novo, adotando uma plataforma liberal. Seus grupos parlamentares mais célebres foram os bacharéis da chamada Banda de música, os reformistas reunidos da Bossa Nova e o grupo governista conhecido como Chapa Branca. (SCHIMIT, 2000, p. 17).

A União Democrática Nacional (UDN) fazia uma oposição radical ao getulismo, representando a oposição liberal e pluralista (encarnava um ditatorialismo). No entanto, como atesta Angela Gomes (2007), o getulismo foi um divisor de águas da nova ordem que então se estabeleceu. Como continua Gomes, o PTB não foi uma criação de última hora. Isto é, uma vez partido consolidado, pelos idos de 1945, foi pensado e, é evidente,

produziu os seus intelectuais orgânicos²⁹, conforme o pensamento político de Antonio Gramsci.

Portanto, criava-se um partido que estava pensando em como dar conta do proletariado que estava se formando, isto é, não um partido dos trabalhadores, mas um partido para os trabalhadores. Como assevera Gomes (2007), o PTB não foi concebido para fazer um contrapeso à força do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Destarte, como advoga Gomes: “[...] o PTB tinha uma proposta mais diretamente dirigida à classe trabalhadora, em especial, apontando para a articulação de um partido de massas com bases sindicais”. (GOMES, 2007, p. 59).

Por sua vez, o pesquisador Moniz Bandeira (1979), argumenta que, em torno do PTB em seus princípios, não havia um ar socialista, mas apenas socializante. Era uma opção para a classe trabalhadora, que não se filiaria nem ao PSD, nem tão pouco à União Democrática Nacional. Bandeira, convictamente nos diz que, sobre a composição da UDN, agrupavam liberais, conservadores e elementos de esquerda, entre os demais, compunham adversários do Estado Novo (BANDEIRA, 1979).

O que se observa, todavia, é na aposta em um partido de base governamental, porém, ligado às massas crescentes de trabalhadores urbanos, em outras palavras, agroindustriais. Outra análise capital de Moniz Bandeira:

[...] O PTB [...] não surgiu de cima para baixo, por uma simples determinação de Vargas. Por volta de 1932, no Rio de Janeiro, já existia um grupo que se intitulava Partido Trabalhista do Brasil, e outros apareceram, antes e depois, com o mesmo nome, através de vários Estados [...]. E em 1937 [...], Vargas mobilizou diversos dirigentes sindicais, entre eles alguns líderes da União Sindical, para organizar o Partido Nacional do Trabalho, ‘nos moldes do Partido Trabalhista inglês’. (BANDEIRA, 1979, p. 31).

De certa forma, os estudos apontam a criação do PTB como forma de resolver problema concernente ao novo mundo do trabalho que se vislumbra. Pode-se entender o PTB e o PSD como os dois grandes partidos surgidos na década de 1940, notórios dentro da política nacional de então. Deram ênfase às questões urbanas, sobretudo os petebistas, à ratificação de um salário mínimo e à criação das

²⁹ O significado de intelectual orgânico reside nos textos do pensador italiano, Antonio Gramsci (1891-1937). Para Gramsci, o intelectual orgânico nasce no seio da sociedade com o sentido de dar uma direção aos interesses de sua classe. De acordo com o pesquisador Hugues Portelli (1972), os intelectuais não constituem uma classe propriamente dita, mas grupos vinculados às diferentes classes. Entretanto, com a burguesia, irão surgir os tecnólogos e outros que darão impulso a como fazer quanto aos objetivos relacionados a essa classe. Nesta parte do texto, ressalta-se a importância de os intelectuais pensarem um partido para os trabalhadores.

leis trabalhistas. O PTB, segundo Ferreira (2001), com o projeto trabalhista se tornou a maior agremiação do espectro político do país.

No que concerne à fundação do Partido Social-Democrático, que possuía um Departamento Trabalhista funcionando também como um articulador político, esse partido possuiu segmentos de todas as classes sociais, desde a oligarquia rural ao proletariado (BANDEIRA, 1979). Foi um partido baseado na estrutura de poder do Estado Novo, pois misturou o coronelato com a burguesia industrial. Nesse momento, surge também a imagem do sindicalismo “pelego”³⁰, conforme alguns autores salientam: são os líderes sindicais que estão voltados para o favorecimento do capitalista, isto é, beneficiam mais o patrão do que o trabalhador, no jogo da luta de classes. No mais, à base política formada pelo PSD, como atesta Bandeira (1979), toda a organização política ditatorial, em cada Estado da Federação, aderiu.

No estado do Espírito Santo, os nomes em destaque são representados nas figuras de Jones dos Santos Neves e Carlos Fernando Monteiro Lindenberg foram os expoentes políticos por décadas da história política capixaba.

Ao que toca a natureza das estatísticas dos partidos diversos, como confirma Bandeira:

O PSD emergiu, em 1945, com 52,8% da representação na Câmara Federal, a UDN com 29,0%, enquanto o PTB obteve apenas 7,7 % e o PCB, 4,9%. Já em 1950, o PSD, decresceu para 37%, a UDN para 24,4% e o PTB saltou para 16,8%, posto PCB na ilegalidade. O PSP, liderado por Ademar de Barros, e o PDC também cresceram passando de 5,6% para 13,9%. (BANDEIRA, 1979, p. 52).

Nesse sentido, há a consolidação cabal dos dois, no sentido de procurar satisfazer, de certa maneira, os anseios da sociedade em geral, ainda que num plano distinto dos rumos de cada partido.

Uma visão atenta agora cabe ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), seu contexto nacional e local. Esse, um importante partido voltado para a massa. Ressalta-se aqui a trajetória dos trabalhadores urbanos e PCB. Na verdade, de acordo com dois

³⁰ De acordo com Moniz Bandeira, pelego é a manta que se põe sobre o arreio do cavalo para facilitar a montaria. BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo**, 1979, p.33. Aqui significa um sindicato mais ligado ao patronato ou ao governo.

historiadores, Fernando Silva e Marco Santana com o artigo *O equilibrista e a política (...)*³¹, de 2007, o PCB é discutido como o partido da classe operária.

Conforme os pesquisadores, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), assim como o PTB, tinham como objetivo as bases sociais, isto é, os trabalhadores, uma vez que o número de trabalhadores urbanos estava aumentando. Entretanto, a iniciativa do PCB era seguir a cartilha política da Internacional Comunista. No ensejo, com a declaração da fundação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), em 1922.

Assim, o PCB é um dos mais antigos, criticado e controvertido partido político nacional. De acordo com o brasilianista estadunidense, John W. F. Dulles³², concernente ao Brasil, nos idos de 1922, o Partido Comunista em pronunciamento, declara sua fundação:

[...] o Partido comunista, seção brasileira da Internacional Comunista, tinha por fim promover o entendimento, a organização política do proletariado em partido de classe, para a conquista do poder e consequente transformação política e econômica da sociedade capitalista em sociedade comunista (DULLES, 1977, p. 147).

Os comunistas, nas décadas de 1920 e 1930, eram totais nacionalistas, inclusive o conspícuo entre eles, Luiz Carlos Prestes. A Liga de Ação Revolucionária (LAR), formada por Luiz Carlos Prestes e outros, tinha a intenção de promover a luta anti-imperialista e a reforma agrária. Por um bom tempo essa facção atuou na luta pela soberania do Brasil.

Entretanto, como examina atentamente o autor norte-americano:

O PCB foi pintado como sendo dirigido, desde os princípios de 1929, por meia dúzia de jovens bem intencionados, já um tanto experientes, mas esquecidos de que estavam à frente de um partido cuja maioria de elementos tinha uma 'cultura' limitada. (DULLES, 1977, p.343).

De outro lado, acompanhando o governo Vargas contra qualquer manifestação comunista, estava o movimento integralista, isto é, Ação Integralista Brasileira (AIB). Essa facção, então, era liderada por Plínio Salgado, homem que embeveceu-se sob

³¹ O trabalho completo é: SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. **O equilibrista e a política: "o Partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964)**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). vol. 2, col. As esquerdas no Brasil. Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

³² As análises sobre o Partido Comunista do Brasil, em boa parte desta pesquisa, pertencem ao norte-americano e brasilianista John W. F. Dulles (1913-2008): DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil**, 1930-1935, segunda edição, Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

influência do regime fascista italiano e português. No Brasil, uniram-se forças para derrubar o integralismo: “trotskistas e anarquistas haviam lutado ombro a ombro com o PCB contra os camisas-verdes integralistas” (DULLES, 1977, p. 419). Entretanto, sob diversas represálias, o PCB, juntamente com a ANL, lutava por melhorias das condições dos trabalhadores em geral. Falava-se numa possível revolução para tomar o poder político.

Assim os comunistas colaboraram na criação da Aliança Nacional Libertadora (ANL), frente antifascista e anti-imperialista. Em sua meta de trabalho estava a de lutar por um Brasil melhor. Tinha, então, objetivos concretos:

O asseguramento das mais plenas liberdades democráticas do nosso povo, a emancipação real e nacional de nossa pátria, o não pagamento das dívidas imperialistas, a nacionalização das empresas imperialistas e a divisão das terras entre aqueles que a trabalha (DULLES, 1977, p. 419).

Com esses objetivos, a ANL levava adiante seu ideal de libertação do jugo estrangeiro existente na época de Getúlio Vargas, evidentemente, sofrendo todo o tipo de repressão e perseguição, sobretudo, Luís Carlos Prestes, o “cavaleiro da esperança”. Este um dos mais perseguidos pela ditadura varguista. Preso em 1936 e liberto em 1945.

Posteriormente, sobretudo, nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial (1939-1945), esse partido fez uma política de frente ampla e democrática. Os comunistas, após a saída de Vargas, estavam preocupados com a sobrevivência do partido, bem como com seus rumos políticos e com a classe trabalhadora. Então, o PCB criou o Movimento Unificador Trabalhista (MUT), como ponto de apoio, em abril de 1945 (SILVA; SANTANA, 2007, p. 106). No momento seguinte, o PCB ficou conhecido como o Partido da Classe Operária.

Para o pesquisador de partidos políticos, Vamireh Chacon, “[...] a primeira grande batalha da Guerra Fria no Brasil travou-se em torno do fechamento do PCB”. (CHACON, 1998, p. 145). Isto é, uma vez que, em princípios da década de 1950, a caça aos comunistas estava em alta nos Estados Unidos com o Macartismo³³ influenciando na América Latina.

³³ Joseph MacCarthy, senador norte-americano no início dos anos de 1950, foi um ferrenho anticomunista. Perseguiu intelectuais e artistas em geral.

Nas eleições de 02 de dezembro de 1945, o PCB cresceu excepcionalmente, obtendo resultados espantosos. Elegeu parlamentares nas cidades operárias: em Santos, cidade onde recebeu 45% por cento dos votos válidos, temos: o candidato à presidência da República, Yedo Fiúza, 14 deputados federais e 109 suplentes, e um senador, Luiz Carlos Prestes (SILVA; SANTANA, 2007, p. 109). Prosseguindo, os comunistas enfrentaram um difícil quadro, pois a bancada tinha sua maioria de parlamentares pertencentes ao Partido Social Democrático (PSD), à União Democrática Nacional (UDN) e ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Entretanto, todo o sucesso foi relativamente curto. O PCB passou a ser um partido perseguido pelos conservadores³⁴, recebeu a pecha de estar atrelado aos comunistas soviéticos e, por sua vez, ao comunismo ateu. Em 1947 passou a entrar na ilegalidade. Prestes, senador pelo PCB, indagado de que lado estaria, na possibilidade de uma guerra entre o Brasil e a União Soviética, respondeu prontamente que combateria o imperialismo e apoiaria o nacionalismo.

Ao que concerne ao esforço de Prestes, este reside em defender uma bandeira próxima de uma revolução sem confronto. Como certificam Silva e Santana (2007), o PCB dialogou com certas lideranças com vistas à aproximação do poder. Isto é, pensaram numa revolução pacífica. Ao apoiarem o governo Kubitschek, os pecebistas estavam no limite entre os “nacionalistas” (no qual deveria se dar todo apoio) e os “entreguistas”. Enfaticamente, “o partido abandonava oficial e definitivamente a bandeira insurrecional e entrava no caminho das reformas” (SILVA; SANTANA, 2007, p. 124).

Como prosseguem os autores, com a renúncia de Jânio Quadros, o PCB se envolveu na causa da legalidade constitucional, ou seja, empossar João Goulart. O partido acreditou, de certa forma, que o governo de Jango pudesse também dar continuidade à política de seu antecessor, Jânio Quadros, isto é, a Política Externa Independente.

1.5 ASPECTOS DO GOVERNO DE JÂNIO QUADROS

Antes da abordagem do governo de Jânio Quadros, e na sequência, o de João Goulart, devemos entender um pouco mais de como os seus governos procederam

³⁴ Conforme pudemos observar nas análises de John Foster W. Dulles, nas páginas anteriores.

político-economicamente. Numa compacta exposição sobre a condução política dos anos 1940 aos princípios de 1960, de acordo com o historiador Paulo F. Vizontini (2003, p. 197), “O período de 1945, fim do Estado Novo (...), e o de 1964 (...) é relacionado entre dois projetos: os nacionalistas e os ‘entreguistas’”. Na década de 1940, o governo de Eurico Gaspar Dutra (PTB), foi o mais submisso ao programa dos Estados Unidos, chegando a tentar estabelecer um vínculo político com o governo norte-americano. Segundo Vizontini (2003), Dutra iria ligar-se estreitamente à estratégia estadunidense.

Como continua Vizontini, o primeiro projeto estava calcado na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina da ONU). O segundo, baseado nas “fronteiras ideológicas” da Escola Superior de Guerra (ESG), autodenominava-se entreguistas, porque desejavam “entregar” o país aos *yankees* (VIZENTINI, 2003, p. 13).

Mais adiante, é necessário analisarmos o papel das Forças Armadas ao longo da história brasileira, em como os setores militares se comportaram em relação aos fatos políticos mais marcantes. De acordo com Martins Filho (2003, p. 106), as Forças Armadas estavam representadas por algumas personalidades militares na política ou concorrendo para tal posto como a presidência da República ou outros cargos políticos, nas pessoas de Eurico Dutra e Eduardo Gomes.

Jânio da Silva Quadros, apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), foi conhecido durante a campanha presidencial de 1960 como o homem que iria varrer a corrupção e moralizar o Brasil. Na disputa do pleito, utilizou a música de refrão: “(...) varre, varre, varre, vassourinha”. Vence e, em 1961, após sete meses de um dúbio ou duvidoso governo para os udenistas, renuncia, alegando que forças terríveis estavam-lhe atormentando. Quais eram essas forças terríveis? De que forma traduz-se forças terríveis por interesses de uma elite ou classe economicamente dominante associada ao capital estrangeiro, em especial, o norte-americano? São diretivas que vão culminar no golpe de Estado de 1964, com apoio dos Estados Unidos, militares e setores conservadores da sociedade brasileira.

1.6 O GOVERNO DE JÂNIO QUADROS: RELAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS

Dentro do governo de Jânio Quadros³⁵ no contexto da Guerra Fria, Quadros procurou governar o país mantendo uma política alternativa ao imperialismo norte-americano, dando impulso ao que ficou conhecido como Política Externa Independente (PEI). De acordo com Paulo Vinentini (2003, p. 27), “[...] PEI pode ser considerada uma resposta da diplomacia brasileira às aceleradas transformações internacionais, em particular o surgimento de novos atores e a modificação do caráter de outros [...]”.

No entanto, o elenco dos princípios que nortearam a PEI, conforme Vinentini:

- 1- Exportações brasileiras para todos os países, inclusive socialistas;
- 2- Defesa do Direito Internacional, da autodeterminação e da não-intervenção nos assuntos internos de outros países (aplicados em relação a Cuba);
- 3- Política de paz, desarmamento e coexistência pacífica nas relações internacionais;
- 4- Apoio à descolonização completa de todos os territórios ainda submetidos;
- 5- Formulação autônoma de planos nacionais de desenvolvimento e de encaminhamento da ajuda externa. (VINENTINI, 2003, p. 23).

A relação do governo de Jânio Quadros com Cuba será por solidariedade. Não somente esse fato, mas devemos nos ater para questões mais precisas: a CONCLAP (Conselho Nacional de Classes Produtoras). De acordo com Dreifuss (1981, p. 126), “Logo após sua eleição, Jânio Quadros recebeu um documento no qual continha *Sugestões para uma política nacional de desenvolvimento*”³⁶, documento esse que lhe dava diretrizes para reafirmação do papel da empresa privada e do capital estrangeiro, como também, o controle da mobilização popular e da intervenção estatal na economia e outras medidas tidas como importantes. Ainda, a administração paralela de Juscelino Kubitschek tornava-se governo com a de

³⁵ Jânio da Silva Quadros nasceu em 1917, em Campo Grande, Mato Grosso, atualmente capital de Mato Grosso do Sul. Em 1953, Jânio candidatou-se e ganhou para prefeito de São Paulo pelo Partido Democrata Cristão (PDC) em coligação com o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1954, Jânio (PTN/PSB) venceu para governo do Estado de São Paulo. Em 1960, Jânio ganhou para presidente da República. Assumiu o cargo em 1961 e renunciou sete meses depois. Deixou a situação política do país atônita. Jânio Quadros faleceu em 1992. In: Dicionário Historiográfico Biográfico Brasileiro (DHBB).

³⁶ Como aponta Dreifuss (1981, p.147), a nota de número 09, salienta que, “A mensagem de Jânio Quadros ao Congresso Nacional demonstrou sua posição favorável ao capital estrangeiro e a subordinação deste à noção de ‘desenvolvimento e segurança nacional’”. Conclui o autor de forma capital, as diretrizes trazidas por aquele documento inspiraram o governo Quadros e serviram como princípios básicos do programa das classes empresariais contra o governo de Goulart.

Jânio Quadros. Este havia composto um executivo que satisfaz forças socioeconômicas modernizantes-conservadora³⁷, a um só tempo (DREIFUS, 1981).

O pesquisador sobre política latino-americana, Moniz Bandeira, procurou fazer uma análise também com devida consistência crítica. Bandeira analisa assim a política entre Estados Unidos e Brasil, durante o governo Quadros:

A política exterior constituiu sem dúvida, importante fator de desconfiança e conflito entre os dois países, porque a linha de independência, que Quadros focalizara (...), não decorria de uma opção ideológica e sim do amadurecimento da consciência, sob crescente pressão das necessidades do próprio Estado nacional, de que os interesses dos Estados Unidos, em sua condição de potência hegemônica, nem sempre coincidiam e, no mais das vezes, se contrapunham aos do Brasil, enquanto país capitalista e em rápida expansão. (BANDEIRA, 1989, p. 104).

Entrementes, segundo Emiliano José (1998), a circunstância na qual a política externa de Jânio gerou descontentamento entre os setores conservadores, em especial, a UDN, foi que Jânio não era o homem dos sonhos do partido que o havia colocado na administração do país. Mais adiante, caso que veio provocar insatisfação ainda maior foi a condecoração de Ernesto “Che” Guevara por Jânio Quadros, em 19 de agosto de 1961, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul³⁸, como afirma Gustavo Bezerra (2010, p. 46). Não obstante, as influências das esquerdas brasileiras, na possibilidade de instaurar uma nova ordem alternativa à política estadunidense, promoveu uma situação embaraçosa com certa magnitude.

Portanto, nos meandros da oposição ao governo, entre as décadas de 1950 e 1960, as resistências camponesas merecem destaque contra a imposição de latifundiários. De acordo com o pesquisador Manoel de Andrade,

As Ligas Camponesas ganharam grande importância nas áreas onde havia camponeses a serem expropriados devido à expansão da cultura de cana-de-açúcar, como nos municípios de Vitória de Santo Antão, em Pernambuco, e Mari e Sapé, na Paraíba [...]. (ANDRADE, 1989, p.27).

³⁷ De acordo com os estudos de Dreifuss (1981), Jânio Quadros obteve também o apoio do Partido Democrático Cristão (PDC). Por seu turno, de forma concisa pode-se mencionar, os membros do CONCLAP, cuja composição atingia civis e militares ligados a negócios, tanto membros do IBAD e da Escola Superior de Guerra (ESG). Compunha seu Ministério banqueiros; exemplo de civis com ramo na indústria: Francisco Carlos de Castro Neves, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) Ministro do Trabalho; empresários e outros. Ainda, Jânio Quadros finalizou seu apoio militar com os líderes de direita das Forças Armadas.

³⁸ De acordo com as análises de Boris Fausto, “[...] Não havia nesse gesto qualquer intenção de demonstrar apoio ao comunismo. Ele simbolizava para o grande público a política externa independente que Jânio começava a pôr em prática. Essa política (...) consistia na busca de uma terceira via para o Brasil entre os dois blocos, capitalista e comunista, em confronto”. FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1998, p.439.

Por sua vez, como atesta Antônio Montenegro (2003), concernente aos movimentos dos trabalhadores rurais, as Ligas Camponesas eram um caminho alternativo à organização e mobilização das massas trabalhadoras rurais, porque havia uma ausência dos respectivos sindicatos. Entretanto, as ligas têm sua estruturação, ou seja, seu desenvolvimento, fora do controle do Estado.

Conforme os estudos de Andrade (1989), Francisco Julião foi influenciado pela Revolução Chinesa e pelo movimento de Fidel Castro, em Cuba. Francisco Julião³⁹ afirmava que a massa camponesa possuía um potencial revolucionário capaz de dirigir o movimento socialista no país. Essa postura causou divergências com o PCB, pois este alimentava a ideia na qual a classe que estava preparada para tomar o poder político era o operariado urbano. Outro líder também de destaque nesse período é Miguel Arraes, forte defensor dos assuntos concernentes às lutas camponesas.

De acordo com Jorge Ferreira (2011), Miguel Arraes⁴⁰ assumiu o governo de Pernambuco em outubro de 1962, com um grande apoio popular. Quando chegou ao governo, as Ligas Camponesas já possuíam suas atividades concentradas em comitês em dez estados nordestinos. Nesse sentido, uma vez no Executivo, não encontrou facilidades em administrar, pois, deveria lidar com a luta travada entre os grandes proprietários rurais e a massa trabalhadora rural.

Considerado um político progressista, Miguel Arraes utilizou-se de um instrumento simples para resolver a situação entre latifundiários e camponeses: a lei. Portanto, seu primeiro ato foi garantir o pagamento do salário mínimo ao trabalhador rural e estimular o diálogo entre esses trabalhadores e patrões. No plano mais audacioso,

³⁹ Francisco Julião Arruda de Paula. Nasceu no engenho de Boa Esperança, no município de Bom Jardim, Pernambuco, em 16 de fevereiro de 1915. Foi deputado federal pelo estado pernambucano entre os anos de 1963-1964. Era um defensor incansável dos camponeses nordestinos. Morreu no México, em 10 de julho de 1999. Maiores informações: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATTAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Segunda edição, vol. I e IV. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

⁴⁰ Miguel Arraes de Alencar (1916- 2005). Nasceu no Ceará. Iniciou sua carreira política em 1948, quando foi nomeado Secretário da Fazenda de Pernambuco pelo governador Barbosa Lima Sobrinho. Elegeram-se governador em 1962, pelo Partido Social Trabalhista (PST), apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores do Partido Social Democrático (PSD). Maiores informações: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATTAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Segunda edição, vol. I e IV. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

defendeu também a reforma agrária e articulou a Frente Unida dos Governadores do Norte na luta pelo desenvolvimento econômico da região (FERREIRA, 2011).

As atividades de Arraes eram levadas a questionamento pelos representantes do governo norte-americano no Brasil. Conforme Carlos Fico (2008, p. 78) “[...] A embaixada dos Estados Unidos afirmava que Arraes ‘cubanizaria’ o Brasil se chegasse ao poder. Supondo que a influência do governador pudesse se espalhar por outros estados nordestinos (...)”. Desta forma, a pretensão norte-americana apoiada pela USIS⁴¹, era evitar qualquer ação motivadora do prestígio do governador pernambucano. Com isso, o dinheiro da Aliança para o Progresso não poderia cair nas mãos de governantes hostis aos Estados Unidos.

Entretanto, após a vitória da desapropriação de Galileia⁴², as Ligas se expandiram para o norte e o sul do Brasil. Fortalecendo ainda mais as lutas camponesas no Nordeste, sobretudo em Pernambuco, Francisco Julião utilizou cordéis cantados nas feiras livres do interior daquele estado, panfletos e cartilhas para mobilizar os trabalhadores rurais. De acordo com o estudioso do tema, Pablo Porfírio (2010), Francisco Julião, cada vez mais famoso, passou a se relacionar com outros líderes de esquerda em diversos estados e países, principalmente Cuba, onde estabeleceu um intenso intercâmbio com Fidel Castro (PORFÍRIO, 2010, p. 49). Nesse contexto, Julião começou a defender, para o Brasil, os ideais de uma revolução a partir do campo. Por isso, foi acusado de receber dinheiro e apoio logístico cubano para organizar uma guerrilha rural.

Defendendo uma revolução socialista, Francisco Julião passa a ser uma figura observada pelos homens da CIA. Entretanto, Porfírio assevera ainda que o governo norte-americano enviou uma equipe, em 1961, liderada pelo irmão do presidente John Kennedy, Edward Kennedy, para intervir com projetos sociais e uma

⁴¹ *United States Information Service*. Serviço de Informações dos Estados Unidos.

⁴² Em nota concisa para um entendimento melhor desse fato, de acordo com os estudos de Antônio Montenegro (2003, pp.258-259) “[...] a publicação do despacho do juiz de Vitória de Santo Antão – autorizando o cumprimento do mandato de desocupação das terras do engenho pelos moradores em atraso com o pagamento do foro [...]”. Não obstante, a desapropriação de Galileia: “[...] as Ligas Camponesas se insurgem sobre os proprietários rurais (...) o coroamento dessa mobilização a partir da aprovação da desapropriação de Galileia, tem um grande efeito sobre os trabalhadores rurais de Pernambuco e outros estados [...]” (MONTENEGRO, 2003, p. 261). Em outras palavras, passa existir movimentos camponeses, por influência, em outras partes do país tomando como exemplo o realizado em Pernambuco.

substancial ajuda financeira no Nordeste, algo em torno de 100 milhões de dólares, na época, com o objetivo de estudar de perto os movimentos camponeses (PORFÍRIO, 2010, p. 50). Os projetos sociais acima contavam com a cooperação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Com o golpe civil-militar em 1964, Julião foi preso e enviado para o Recife. No ano posterior, exilou-se no México.

Entretanto, logo após um discurso em uma cerimônia improvisada no Salão Verde do Palácio do Planalto (ainda durante a visita de Guevara a Brasília), no qual pronunciou em favor de estreitar relações com Havana, Jânio Quadros viu-se em situação difícil com seus opositores. Quadros encontrou muitas aflições, nos seus últimos dias de governo (BEZERRA, 2010). No dia 24 de agosto, Carlos Lacerda⁴³, governador da Guanabara, denunciou um suposto convite do Ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, para dar um golpe de Estado que fecharia o Congresso e daria amplos poderes a Quadros. No dia posterior, uma resposta do presidente da República: alegando forças terríveis, Jânio renunciou. Eis um trecho da Carta-renúncia, citado por José Machado Lopes:

Ao Congresso Nacional: Nesta data e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República. Brasília, 25 de agosto de 1961. Jânio da Silva Quadros. (MACHADO LOPES, 1980, p. 30).

Não é necessário dizer aqui a tamanha desordem que isso provocou. Mais adiante, fica patente mostrar uma pequena parte da justificativa de renúncia, de acordo com a citação de Machado Lopes:

[...] Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando nesse sonho a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado (...). A mim não falta a coragem de renúncia [...]. (MACHADO LOPES, 1980, p. 32).

⁴³ Carlos Frederico Werneck de Lacerda. Jornalista; dep. Federal DF 1955 e 1956-1960; gov. da Guanabara 1960-1965. Nasceu no Rio de Janeiro, 30 de abril de 1914. Iniciou sua carreira em 1929, escrevendo artigos para o Diário de Notícias. Lacerda participou do grupo articulador da Aliança Nacional Libertadora (ANL). A partir de 1938, participou de atividades jornalísticas. O rompimento com os comunistas ocorreu em 1939, conforme registrou em depoimento, o comunismo era uma ditadura muito mais difícil de derrubar. Foi sempre um forte opositor a Getúlio Vargas. Morreu em 21 de maio de 1977. Maiores informações: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATTAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Segunda edição, vol. I e IV. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

Para corroborar a ideia de intrigas contra Jânio Quadros e a participação de Carlos Lacerda como o homem opositor a Quadros, Benevides afirma que:

Os fatos imediatamente precedentes à renúncia têm como protagonista, justamente o governador da Guanabara. O pano de fundo compõe-se do clima de denúncias sobre a 'comunização' do Itamarati (...). Apresentando um documento no qual estava sua renúncia após a solenidade do Dia do Soldado, Jânio aparentemente esperava voltar nos braços do povo. (BENEVIDES, 1982, p. 76).

Quanto aos meios de comunicação, conforme Alzira Abreu (2006, p.108), a imprensa, logo após a renúncia de Jânio, estava a favor da posse de Jango, mais adiante, em setembro do mesmo ano, a mesma imprensa estava a favor do parlamentarismo (02/9/1961) e o Plebiscito (06/01/1963). Mas, num terceiro momento, começou a se distanciar de Goulart, fazendo com que o presidente da República se sentisse acuado cada vez mais.

Concernente à posse de Goulart, de fato não houve uma fácil aceitação, uma vez que ministros militares e grupos civis fizeram discussões em repúdio ao vice de Jânio. Entretanto, de que forma poderiam afastar Goulart sem desrespeitar a Constituição ou receber fortes críticas da opinião pública? A situação estava se configurando para um possível golpe. Se de um lado João Goulart estava recuado, do outro, Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul e cunhado de Jango, conforme o historiador brasileiro Jorge Ferreira (2003), percebendo a possibilidade da tomada de poder pelos militares, lutou contra tal tentativa montando, como ficou conhecida e veremos mais adiante, a Campanha da Legalidade.

A surpresa da renúncia não foi somente no Brasil, mas refletiu também nos Estados Unidos. Bezerra nos mostra eficazmente esse momento de aflição política, da seguinte forma:

A renúncia inopinada de Quadros pegou o Governo dos Estados Unidos despreparado e mergulhou o país em uma das maiores crises político-institucionais de sua história, decorrente do veto dos três ministros militares, 'por razões de segurança nacional', à volta do vice-presidente João Goulart, que por ocasião da renúncia estava em visita oficial ao Oriente. (BEZERRA, 2010, p. 47).

Como resultado, essa renúncia provocou controvérsias (inevitáveis) em Brasília e nas principais cidades do país. Houve manifestações para colocar João Goulart⁴⁴ na

⁴⁴ João Belchior Marques Goulart. Dep. Fed./RS 1951 e 1952-1953; Min. Trab. 1953-1954; vice-pres. Rep. 1956-1961; Pres. Rep. 1961-1964. João Goulart nasceu em São Borja (RS), no dia 01 de março

Presidência da República. Do momento que ficou entendido, pela campanha a seu favor, que João Goulart se manteria no poder, no lugar que lhe era de direito, como reza a Constituição (na vacância do Presidente, o seu vice assume diretamente o cargo), Jango sofreu intervenções incabíveis para tal situação: foi-lhe negada, inicialmente, a passagem para a assunção de seu posto como então novo presidente do país, logo após a renúncia de seu antecessor.

Uma junta militar estava obstaculizando a entrada de Jango. No sul do país, o governador do Rio Grande do Sul e então cunhado de João Goulart, Leonel Brizola, lutava pela posse de Jango, num movimento conhecido, dito anteriormente, como a “*Campanha da Legalidade*”. Machado Lopes, em citação sobre o movimento militar de 1961, nos diz:

(...) o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas transformar-se-iam (...) em simples milícias comunistas. (MACHADO LOPES, 1980, p. 73).

Cabia, entretanto, fazer uma frente muito forte para derrubar as investidas dos militares e dos grupos opostos a Goulart. De acordo com Martins Filho:

[...] o último choque entre as duas principais correntes das Forças Armadas antes do golpe de 1964 veio, em agosto de 1961, com a inesperada renúncia de Jânio e a tentativa de golpe desfechada pelos três ministros militares para impedir a posse do vice-presidente João Goulart (MARTINS FILHO, 2003, p. 120).

Nisso, a campanha favorável a Jango foi fundamental para a manutenção da democracia e realizar os plenos direitos constitucionais. No próximo seguimento analisaremos principalmente os reflexos político-econômico do chamado Período Democrático no Espírito Santo.

de 1919. Desde o local de nascimento, pelos idos de 1945, estabeleceu uma forte aliança com aquele que seria seu patrono político: Getúlio Vargas. A partir daí, teve uma intensa atividade política de deputado federal à presidência da República. Faleceu em 06 de dezembro de 1976, em sua fazenda, no Uruguai. Maiores informações: ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATTAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Segunda edição, vol. I e IV. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

2. O PANORAMA POLÍTICO DO ESPÍRITO SANTO (1945-1961)

Antes de uma abordagem pormenorizada sobre as repercussões da renúncia de Jânio Quadros no Espírito Santo, convém ressaltar neste capítulo, a situação política capixaba antes do episódio da renúncia. Objetiva-se entender o desenvolvimento político capixaba⁴⁵, suas nuances e lideranças. Numa palavra, as discussões sobre os principais partidos políticos como o PSD, o PTB, a UDN e outros.

Nesse sentido, tais partidos são trazidos à tona como forma de avaliar o âmbito político espírito-santense, assim como, os de figura marcantes como Carlos Lindenberg, Jones dos Santos Neves, Floriano Rubim, Francisco Lacerda de Aguiar. Apresentar-se-á, uma ação política oscilante entre os partidos políticos PSD, PTB e Coligação Democrática, cujo predomínio foi de vinte anos, 1947 a 1967. Em outros aspectos, o destaque de uma tríade, a saber: Carlos Lindenberg, Jones dos Santos Neves e Francisco Lacerda de Aguiar.

2.1 ANÁLISE DO QUADRO POLÍTICO CAPIXABA: LIDERANÇAS POLÍTICAS E PRINCIPAIS PARTIDOS

Os trabalhos que chamam a atenção são dos autores capixabas Marta Zorzal (já mencionado) (1995) e Fernando Achiamé (2010). Os dois fizeram importantes análises concernentes à história política do território espírito-santense do período de 1930 (Achiamé), aos anos subsequentes, chegando à década de 1960 (Zorzal).

Nessa esteira, poderemos observar como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) foi um destaque nacional: de Getúlio Vargas a João Goulart. Na assertiva de Antonio Gramsci, primeiro um partido se torna dirigente, depois hegemônico. Quanto ao estado do Espírito Santo, a alternância estava entre os líderes do PSD, como nas figuras de Jones dos Santos Neves e Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, desde 1945, que disputavam ora o senado, ora o governo do Estado. Por sua vez, Francisco Lacerda de Aguiar (Chiquinho), em princípio no PSD, mais tarde dentro de uma Coligação Democrática composta por vários partidos, fez parte também desse revezamento, completando uma tríade no poder político capixaba por vários anos.

⁴⁵ Convencionou-se, após uma análise minuciosa, trazer o período de 1945 para efeito de um melhor estudo sobre a política capixaba. Porém, não há intenção de se alongar no referido ano, pois o trabalho foca, já em seu enunciado, os anos de 1961 a 1964.

O Espírito Santo não foi um estado indiferente ao que estava acontecendo no plano nacional. Nesse estado, os partidos políticos disputaram seus momentos no jogo do poder, nas intrigas “palacianas” capixabas. Para tal desenvoltura, as análises de Rogério Medeiros e Zorzal e Silva⁴⁶, são fundamentais para o entendimento da política no estado. Para Marta Zorzal (1995), o Partido Social Democrático (PSD) lançou os candidatos Jones dos Santos Neves e Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, que sempre se alternaram na política espírito-santense, desde a fundação do PSD, no início dos anos 1930.

Sobre a fundação do PSD no Espírito Santo merece destaque a atuação do então secretário de Punaro Bley, Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, que viajou o estado para construir o partido, apesar da negativa do seu tio, o ex- governador Jeronimo Monteiro, de que era considerado herdeiro político. Em entrevista ao IJSN Lindenberg rememora:

Ao convite, o ex-governador [Jeronimo Monteiro] respondeu: ‘ Conheço muito bem esses gaúchos. Getúlio só vai sair do poder velhinho, levado pela mão dos outros ou então morto. Não vou colaborar com esta farsa democrática ’. Liberado então [Lindenberg] (...) para convidar seus antigos companheiros de política, principalmente os coronéis, a integrarem a nova agremiação partidária. Foi com o apoio quase integral desses coronéis que se formou o forte PSD no Espírito Santo. (...) e que a partir daí, [fui] me desligando-se de Jeronimo Monteiro a quem, todavia, nunca deixei de homenagear. (Idem) (De Viva Voz. 1989, pg. 31- 32)

Diante da negativa do tio e ex-governador Jeronimo Monteiro, Carlos Lindenberg percorre o Estado e constrói o PSD com pares do interior, sobretudo, os coronéis, historicamente ligados aos Monteiros. E faz um acordo informal com o tio, quando um viaja para o reduto eleitoral do Sul e outro ia para o norte.

Desse modo, durante a construção e o período eleitoral que acabou elegendo os dois Monteiros para a Câmara Federal não houve confronto direto entre a defesa do pensamento e da construção partidária getulista construída por Lindenberg a pedido de Bley e a visão antigetúlio preconizada por Jerônimo. Contudo, apesar da eleição conseguida pelo Partido da Lavoura, Jeronimo Monteiro morreu no dia 23 de outubro de 1933 no dia em que tomaria posse.

⁴⁶ As obras em evidência são, quanto aos escritos de Rogério Medeiros, correspondem à coletânea de artigos no site: www.seculodiario.com.br, compreende textos diversos sobre partidos políticos capixabas. Assim como, do periódico *Espírito Santo Agora*, que traz algumas reportagens atribuídas a Medeiros. Quanto à de SILVA, Marta Zorzal e. *Espírito Santo, Estado, interesse e poder*. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.

Conforme as nuances políticas fora do Espírito Santo, pelos idos da década de 1950, em terras capixabas acontecia, inicialmente, o Governo de Jones dos Santos Neves (1952)⁴⁷, membro fiel do PSD. Uma vez posta em ação, era urgente a reunião dos partidos que já faziam oposição ao PSD. A Coligação Democrática reuniu imediatamente o PTB, PR, PSP, PRP, PDC e parte da UDN (MEDEIROS, acesso em 10 abr. 2012). Foi eleito o presidente do PSP, Lourival de Almeida. Chiquinho, que era do PSD, foi imediatamente para a Coligação Democrática. De acordo com Medeiros (acesso em 10 abr. 2012), Chiquinho evitou atritos entre os partidos que integravam a Coligação. O passo seguinte da Coligação foi criar um triunvirato para dirigir a campanha de Chiquinho, formada de: capitão Joaquim Leite de Almeida, do PSP; Oswaldo Zanelo, do PRP; e Floriano Rubim, do PTB.

Sendo Chiquinho eleito para governo do Estado, no período de 1955-1959, o PSP, contudo, elegeu apenas um deputado estadual: José Cupertino Leite de Almeida. No mais, as preocupações do PSP foram sempre compostas de rivalidades que precisavam ser vencidas.

Contudo, após a discursiva sobre o PSP, há, afinal, a necessidade de relacionar a União Democrática Nacional (UDN). Entretanto, conforme no primeiro capítulo já delineado acerca de sua formação, cabe aqui relacioná-la ao estado do Espírito Santo. Como um partido ultraconservador, a UDN fez um trabalho também de rivalidade com o PTB. Ainda, a UDN capixaba surgiu da Esquerda Democrática.⁴⁸ Fundada em 1945, a UDN teve como seu primeiro presidente o médico Mileto Rizzo, do município de Muqui. Nas eleições de 1946, ela elegeu seis deputados estaduais: Argeo Lorenzoni, Dulcino Monteiro de Castro, Mileto Rizzo, Moacir Brotas, Pedro Feu Rosa e Roberto Silveiras. Conforme Medeiros (2012) foi uma grande representação desses parlamentares para a região sul do Espírito Santo.

⁴⁷ Jones dos Santos Neves participou de dois mandatos como governador do estado do Espírito Santo. Seu primeiro governo, como interventor federal, foi de 21/01/1943 a 27/10/1945. O segundo, de 31/01/1951 a 10/10/1952. Seu governo será explicado, essencialmente, em momento oportuno deste trabalho.

⁴⁸ Conforme Vanireh Chacon (1998), a Esquerda Democrática, em termo nacional, não era um partido político, mas tinha tal pretensão. De acordo com as suas diretrizes, uma reunião de pessoas e organizações, que aceitam a declaração por ela entregue, em 12 de junho de 1945, ao Brigadeiro Eduardo Gomes, como base mínima de um partido, cujo programa será elaborado pela Convenção Nacional, que oportunamente se convocaria. A Esquerda Democrática possuía vários princípios, todos eles voltados para a construção de uma sociedade baseada na social-democracia. In: CHACON, Vanireh. **História dos partidos brasileiros**. Brasília: Ed. UnB, terceira edição, 1998.

No interior, a partir da criação da UDN, a luta pelo poder passou a concentrar-se em torno dessa legenda e do PSD. Entretanto, foi em São Mateus que a UDN passou a ter uma boa vantagem. Medeiros assinala que a UDN nunca foi sinônimo de unidade que uma divisão ocorreu para dar apoio à candidatura de Carlos Lindenberg (PSD) e à de Atílio Viváqua (sem legenda). Em eleições posteriores, a UDN perdeu para o pessedista Jones dos Santos Neves. Tempos depois, a UDN fez aliança com o PSD. Surpreendentemente, o apoio veio para favorecer a candidatura de Eurico de Aguiar Sales contra a de Francisco Lacerda de Aguiar.

De certa forma, algum tempo depois, toda a UDN aderiria ao governo de Chiquinho. Depois de tanto trâmite, a UDN se refez e lutou até o final como um bloco monolítico (Medeiros, 2012). Em 1958, o PSD recuperou o governo com Carlos Lindenberg, herdeiro político da tradicional família Monteiro, do sul do Estado. Seu legado político vem de Jeronimo Monteiro, Bernardino Monteiro, além de Florentino Avidos (casado com sua tia materna), ambos foram também governadores do Estado e ligados a setores tradicionais dos partidos conservadores.

No entanto, a Coligação Democrática se refez e voltou com a candidatura de Chiquinho. A constatação de que só havia dois polos políticos no Espírito Santo – PSD e os demais partidos de oposição – influenciou na decisão de reunir os antigos aliados contra o PSD. Até o PSP, de Asdrúbal Soares, Carlito Medeiros e Raul Giuberti, que havia feito aliança com o PSD, retornou à postura de oposição a esse partido. Chiquinho⁴⁹ derrotou Jones dos Santos Neves e Eurico Rezende, que tinha passado quatro anos sem mandato, e elegeu-se senador ao lado de Raul Giuberti.

Passemos para outros dois partidos que no Estado do Espírito Santo buscaram se afirmar: o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Partido Republicano Democrático (PRD). Conforme Medeiros (2012), o PSB construiu sua história em Cachoeiro de Itapemirim, o PRD ficou conhecido por causa da figura do professor Alberto Stange Júnior, único deputado de toda a sua história:

Enquanto o PSB abrigou indecisos jovens diante da ideologia socialista, numa época em que se confundia liberalismo com socialismo e centro com a esquerda, o outro nasceu da necessidade da Maçonaria de colocar suas propostas políticas (MEDEIROS, acesso em abr.de 2012).

⁴⁹ Francisco Lacerda de Aguiar governou o Espírito Santo em dois mandatos: o primeiro; em 1955-1959; o segundo, em 1963-1966.

O ano de 1946 é a data de entrada do PSB na capital do Espírito Santo. Rubem Braga, intelectual capixaba, discutiu com outros tantos a formação do partido. Mas, em 1948, o partido somente teve candidatos em Cachoeiro. Foram eleitos vereadores Elimário Imperial e Newton Meirelles e a legenda do PSB foi maior do que a aliança do PSD-UDN na sede do município. No mais, o PSB praticamente dominava a vida intelectual de Cachoeiro de Itapemirim. Entre os seus filiados encontravam-se jornalistas que tinham o domínio das redações. O mais conhecido era Newton Braga, irmão de Rubem Braga.

Como procede a pesquisa, o partido PSB contou definitivamente com o apoio do jornal *A Época*. Este periódico tinha o objetivo de fazer uma propaganda do partido e suas posições políticas. Os jornalistas responsáveis, ao menos no quesito ideológico, eram Ormando de Moraes e Gilson Carone. Assim, o PSB conseguiu, apenas naquele período, sua maior atuação no sul do estado.

Numa recente obra de nome *Mário Gurgel* (2008), o autor Antônio Gurgel faz uma interessante biografia de seu pai. Mário Gurgel, deputado pelo PTB capixaba, deixou um trabalho profundamente humanitário no Espírito Santo, conforme o autor: criou a Casa do Menor, auxiliou no Instituto do Bem Estar do Menor, entre outros. Ainda, sua atuação política como parlamentar estadual, e também na condição de um dos primeiros negros no parlamento no estado, foi marcante.

Nas declarações positivas de Antônio Gurgel (2008), o parlamentar Mário Gurgel (PTB), quanto às eleições para a sucessão da presidência da República no período de Juscelino Kubitschek, defendia as candidaturas de Jânio Quadros e Fernando Ferrari, opondo-se à coligação PSD/PTB, posto que sempre em controvérsias com os deputados do PSD.

Nas farpas que frequentemente eram trocadas entre Mário Gurgel e os parlamentares do PSD, em uma dessas, de acordo com Antônio Gurgel (2008), o parlamentar petebista dizia que o PSD era um partido parasita do Partido Trabalhista Brasileiro. “[...] tudo que temos de podre no PTB devemos ao domínio do PSD” (GURGEL, 2008, p. 102). A fala de Mário Gurgel não se restringiu a poucas e veementes críticas. Todo seu discurso foi voltado contra o partido oposto, deixando evidenciadas as rugas criadas entre Gurgel e os pessedistas. No clímax de seu

discurso, Mário Gurgel manteve a fala na qual o PSD era provocador de fome e de engambelarem João Goulart (GURGEL, 2008).

O apoio ao presidenciável Jânio Quadros nas eleições de 1960, por parte de Mário Gurgel (PTB), deu-se devido aos discursos daquele por um caráter nacionalista e moralista a respeito dos costumes políticos (GURGEL, 2008). No mais, também apoiou a candidatura de Fernando Ferrari (PTB), para a vice-presidência da República, político que criara o Movimento Trabalhista Renovador (MTR), influenciado pela doutrina solidarista de Alberto Pasqualini.

Entretanto, de acordo com Gurgel (2008), no estado do Espírito Santo, o apoio de Mário Gurgel aos referidos candidatos citados nas linhas anteriores, gerou algumas reações. O jornal do Partido Comunista, *Folha Capixaba*, mostrou sua postura crítica:

Passe bem, Sr. Mário Gurgel. O povo, em cujo seio nasceu, lamenta a sua retirada (...). Cuidado para não cair no buraco. Dê as mãos a Jânio e Ferrari, mas fique certo de que encontrará em seu caminho uma grande barreira: o povo (GURGEL, 2008, p.105).

Contudo, tal barreira não foi posta em evidência. Vitorioso no plano nacional, como continua Gurgel, o presidenciável Jânio Quadros foi bem votado no Espírito Santo. No mais, para uma observação cada vez mais profícua, é necessária uma atenção ao Poder Legislativo capixaba. Em 1958, Carlos Lindenberg ganhou a eleição para governo do Estado. Eleito em 1960, para a presidência da Assembleia Legislativa, Christiano Dias Lopes Filho, um fiel correligionário, foi peça-chave dentro do Legislativo, no equilíbrio entre governo e Assembleia Legislativa. Nesse sentido, “[...] Christiano se candidatou à reeleição ao mesmo cargo em março de 1961, tendo a seu lado a força da máquina do governo e o PSD, maior partido do Espírito Santo na época [...]”. (GURGEL, 2008, p.108).

Portanto, tal assertiva corrobora para dizer quanto o estado do Espírito Santo estava envolto nas malhas de uma elite política conservadora capitaneada pelo PSD. O mais importante é dizer que, para a reeleição, Christiano teve a concorrência do deputado Mário Gurgel. Depois de duas votações, pois houve empate na primeira, Mário Gurgel venceu.⁵⁰ E, uma vez presidente da Assembleia Legislativa, Gurgel “arrumou” a Casa e foi instado a conversar com o governador Carlos Lindenberg.

⁵⁰ Mário Gurgel foi presidente da Assembleia Legislativa nos anos de 1961 a 1962, pelo PTB.

Em virtude de suas duras posições, o presidente conseguiu ter aprovado o Projeto que criava o Departamento Social do Menor, sancionado por Lindenberg após longa espera (GURGEL, 2008).

Em âmbito nacional, como atesta seu filho-autor (2008), Mário Gurgel mantinha um bom relacionamento com Jânio Quadros e o vice-presidente, João Goulart, embora estando afastado do PTB e vinculado ao MTR, do amigo Fernando Ferrari. Quanto a esses fatos, podemos inserir a atuação do parlamentar Gurgel como sendo favorável à posse de Goulart à presidência da República, conforme veremos mais adiante.

Entre conflitos e intrigas, o trabalhismo capixaba parece ter procurado enfatizar o aumento do número de seus representantes políticos. A revista *Espírito Santo Agora* (maio de 1979, p. 12), traz em resenha a matéria sobre o Partido Trabalhista Brasileiro, de 1945 a 1962.

De acordo com a matéria, o PTB no Espírito Santo se caracterizou por uma vitalidade impressionante, a ponto de ser o partido com maior número de prefeitos, deputados e coligações à parte. Floriano Rubim⁵¹, um hábil articulador político, deu início ao PTB apenas com um líder sindical, Saturnino Rangel Mauro. Entretanto, recrutou o restante dos membros no interior do Estado, valendo-se de elementos expressivos que não se alinhavam com os líderes pessedistas (*Espírito Santo Agora*, maio de 1979, p. 12).

Floriano Rubim passou a persistir em atrair eleitores para o seu partido. Na década de 1950, trouxe líderes e o número de deputados passou de dois para seis, na bancada da Assembleia Legislativa. Ainda se explica tal fenômeno no fato de que o partido obteve um crescimento rápido influenciando no equilíbrio de forças partidárias no Estado. Conforme o periódico citado (1979), como o PSD possuía um bom número de participantes em sua bancada, a UDN (segunda maior bancada, com sete parlamentares) passou a disputar a força política com o PTB (este com seis deputados).

⁵¹ Floriano Rubim fundou o PTB e ficou nesse partido até o momento em que achou que o partido não correspondia aos seus interesses (o partido não estava como antes). Saiu e fundou o PTN. Com o golpe civil-militar de 1964 foi para a Arena. Neste partido, exerceu um final de mandato e conquistou outro em seguida (*ES-Agora*, maio de 1979, p. 13).

No entanto, mesmo sendo políticos de uma ideologia trabalhista, os interesses estavam voltados para a própria classe. A revista *Espírito Santo Agora* atestou o PTB espírito-santense com uma conclusiva ênfase:

A julgar, portanto, o passado do PTB no Espírito Santo, não seria exagero dizer que ele sempre contribuiu com a classe dominante, esquecendo-se, naturalmente das causas trabalhistas, em que pese as marcantes e isoladas atuações de Ramon de Oliveira Neto e Mário Gurgel. Partido composto em sua maioria de proprietários rurais e profissionais liberais, esteve sempre atrelado aos interesses políticos de Floriano Lopes Rubim e Rubens Rangel. (*Espírito Santo Agora*, 1979, p. 12).

Entretanto, o comentário sobre os feitos do deputado Mário Gurgel poderia ser mais extenso, em virtude de sua biografia, porém aqui devemos passar a outra análise, também muito relevante, acerca dos demais partidos políticos no solo espírito-santense. Caso proeminente, ou até mesmo notório, é o do nascimento do Partido Social Progressista (PSP). Este partido surgiu em São Paulo, conforme o jornalista capixaba Rogério Medeiros em um de seus artigos virtuais (MEDEIROS, acesso em 10 de abr. 2012), que habilmente advoga que o referido partido foi fundado por lideranças descontentes com o PSD. O referido jornalista, em sua página virtual, analisa, ainda, de forma importante, os diversos partidos capixabas.

O Partido Social Progressista surge das alianças populistas que não se alinhavam mais com Getúlio Vargas e, originalmente, era o Partido Republicano Progressista (PRP), foi fundado por Adhemar de Barros. Em 1946 esse partido funde-se com dois pequenos partidos políticos do estado de São Paulo, o Partido Popular Sindicalista (PPS) e o Partido Agrário Nacional (PAN).

Da fusão surge o Partido Social Progressista (PSP) sob a liderança de Adhemar de Barros. Caracterizou-se, também, por ser um partido de base regional como o PL e o PR, sendo que estes estavam localizadas, principalmente, em São Paulo. Posteriormente, na década de 50, ele adquiriu maior expressão nacional, penetrando nos estados do Rio de Janeiro, Goiás, Maranhão e Espírito Santo (ZORZAL, 1995, p. 199).

O Partido de Representação Popular (PRP) renasceu sob o comando de Plínio Salgado. Renasceu e se difundiu sob a liderança de seu comandante porque fora organizado no intervalo da década de 30, e seus remanescentes faziam parte da Ação Integralista Brasileira (AIB). Esse partido tinha maior expressividade nos estados em que havia uma concentração de imigrantes originários dos países do movimento fascista (Alemanha e Itália). O Espírito Santo recebeu um grande

contingente desses imigrantes, assim como os estados do Rio Grande do Sul, Paraná e, parcialmente, o estado de São Paulo.⁵²

Rogério Medeiros deu destaque às figuras que encabeçaram os partidos políticos. As lideranças do PSP foram, de acordo com o jornalista, Asdrúbal Soares e o militar Carlito Medeiros. Em sua pesquisa, o autor se certifica que, nesse momento, associou-se ao PSP o ex-udenista Lourival de Almeida. Mas, a figura maior reside na pessoa de Francisco Lacerda de Aguiar, popularmente, Chiquinho. Conforme Medeiros, três figuras jovens acompanharam ainda os mais velhos: o capitão Joaquim Leite de Almeida⁵³, o capitão Harry de Freitas Barcelos e Hélio Carlos Manhães. Estes foram as únicas “crias” do PSP, pois o grosso dos participantes veio de fora (MEDEIROS, acesso em 10 de abr. 2012).

No mais, as articulações políticas do Partido Social Progressista⁵⁴ discorrem como prossegue Medeiros (2012), a respeito à clara oposição ao Partido Social Democrático (PSD). O PSP nasceu em 1952. No princípio, Lourival de Almeida foi escolhido para dirigir o partido. Nas intrigas partidárias, a Ala Nova do PSP procurou encontrar um candidato que unisse os pequenos partidos e pudesse disputar o governo contra o PSD, a fim de fomentar uma frente de oposição mais eficiente.

Por seu turno, as atividades do Partido Comunista aqui no Estado parecem terem tido um relativo êxito. Na obra intitulada *História eleitoral e parlamentar do PCB no Espírito Santo, de 1945 a 1992 os pesquisadores* Rafael Simões e Wania Malheiros apresentam um relato sobre a trajetória da legenda no Espírito Santo. Conforme os autores, no estado, as primeiras informações sobre o PCB datam do final de 1927, com a chegada do estivador, Santos Antônio Bernardino, candidato a deputado federal, não eleito em 1933 (SIMÕES; MALHEIROS, 1996). Ainda segundo os

⁵² Para saber mais sobre a AIB no Espírito Santo, ver em: FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os Integralistas no Estado do Espírito Santo (1933-1938) **Revista Ágora** (Vitória), v. 13, p. 1-12, 2011.

⁵³ De acordo com o periódico *Espírito Santo Agora*, maio de 1979, páginas 36/37, em outubro de 1961, o general Amauri Kruel enviou o coronel José Faustini, para interrogar o então coronel Joaquim Leite de Almeida sobre três questões, sendo uma delas: uma possível ligação sua com o governo João Goulart, com quem estaria preparando um golpe contra o regime. Joaquim Leite era apontado pela oposição como uma pessoa inteligente e maquiavélica, e que combinado com João Goulart e Brizola engendrava um plano envolvendo o general Mena Barreto para que este investisse contra o governador de São Paulo, obrigando-o a reagir contra a revolução e derrubar o regime.

⁵⁴ Conforme listagem fornecida pela Assembleia Legislativa, no total de 42 deputados na Quinta Legislatura, 1963-1966, o PRP possuía 03 parlamentares, o PTB 11, a UDN 06, o PSD 12. Ainda aqui podemos perceber o tamanho destaque do PSD no Espírito Santo. A ARENA possui um deputado, de acordo com a lista, Vicente Silveira. Em outra listagem aparece o nome de Manoel Monteiro Lobato, pela ARENA.

autores, para um trabalho de panfletagem, dentro do bom sentido, o PCB capixaba promoveu uma publicação diária que investisse mais numa propaganda positiva sobre sua atuação. Tal publicação surgiu pelos idos de 1945, com o jornal *Folha Capixaba*.⁵⁵

Dessa forma, nas eleições de 02 de dezembro de 1945 para a presidência da República, Yedo Fiúza, candidato pelo PCB, recebeu uma votação significativa no estado do Espírito Santo. De acordo com Simões e Malheiros (1996), Fiúza obteve 4442 votos, representando 4,15% dos votos válidos. Com esse resultado, conseguiu superar sua própria votação em vários outros estados brasileiros.

Nas eleições de 1946 para Assembleia Legislativa, o PCB, no Espírito Santo, apresentou uma chapa composta por 32 nomes, mas somente um deputado foi eleito, Benjamin de Carvalho Campos, com 966 votos (SIMÕES; MALHEIROS, 1996, p. 87).

Quanto às eleições subsequentes, em 03 de outubro de 1950, o PCB elegeu o vereador Miguel Miranda, que ficou na primeira suplência e teve oportunidade de assumir o mandato quando o titular obteve uma licença médica. Nas eleições estaduais de 02 de novembro de 1950, o partido elegeu o deputado estadual Custódio Tristão. Em 1958, o PCB elegeu dois vereadores, um em Cachoeiro de Itapemirim e outro em Ecoporanga (SIMÕES; MALHEIROS, 1996).

É salutar também a referência à Câmara Federal, pois o PCB elegeu Ramon de Oliveira Neto, pelo PTB, com 13.287 votos, representando 6,01% dos votos válidos (SIMÕES; MALHEIROS, 1996). No mais, como argumentam ainda os autores, no Espírito Santo, o PCB teve um crescimento orgânico e político nos municípios do interior. De acordo com Simões e Malheiros (1996, p. 90) com a eleição de Ramon de Oliveira Neto, “[...] o PCB consegue pela primeira e única vez no ES exercer influência no movimento de camponeses”. Esse episódio é referente ao caso de Cotaxé, conhecido como o massacre de Ecoporanga, no norte do Estado. Até o ano de 1964, o partido irá passar por diversas situações adversas no Espírito Santo. Com o advento do golpe de Estado de 1964, haverá interrupções na vida política dos mais diversos partidos.

⁵⁵ *Folha Capixaba* foi um periódico criado pelo Partido Comunista capixaba. Sua publicação seguiu até ser interrompida pelo Golpe de Estado de 1964.

2.2 OS GOVERNOS CAPIXABAS NO PERÍODO DEMOCRÁTICO: O FIM DO CORONELISMO?

Sobre o coronelismo no Espírito Santo, as referências pertinentes são às dos pesquisadores capixabas Fernando Achiamé e Marta Zorzal. Em sua interessante obra *O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937)*, Fernando Achiamé dá uma referência primordial sobre o coronelismo espírito-santense:

[...] o acesso ao exercício da política no estado era limitado às pessoas que possuíam estreitas ligações familiares e de compadrio com as oligarquias locais, cuja riqueza estava baseada, geralmente, na exploração do latifúndio e do comércio cafeeiros [...]. (ACHIAMÉ, 2010, p. 91).

Ainda como certifica Achiamé, tais oligarquias eram promotoras da montagem e da manutenção de uma fechada rede de favores políticos. Isto é, caracteriza-se o comprometimento entre essas oligarquias, resultando em reciprocidade. Numa palavra, uma relação de parentesco e compadrio. Na região norte do Espírito Santo, mais especificamente em São Mateus, com o barão de Aimorés, os Calmon dominavam a política em Linhares e Colatina. A família Monjardim em Vitória, destaques para o coronel Monjardim e o barão de Monjardim (ACHIAMÉ, 2010, pp. 91-92). Ao sul, temos também os diversos membros das famílias Souza Monteiro, Florentino Avidos, Marcondes de Souza e Vivacqua.

Como declara com firmeza Marta Zorzal:

A dinâmica das articulações políticas se realizava através de uma estrutura oligárquica e elitista a qual, através da marginalização institucionalizada da população e manipulação do processo eleitoral, se manteve no poder até a Revolução de 30, a nível de Brasil. (ZORZAL, 1995, p. 91).

Entretanto, como ainda chama a atenção Zorzal (1995, p. 83), a região sul do Espírito Santo era constituída de grandes proprietários rurais controlando todo o eleitorado. Dessa forma, nessa plaga a participação política era bem mais limitada do que na região central capixaba.

As eleições, como eram arranjadas, seu resultado, já era de antemão sabido. As expressões eleições *a bico de pena* e *voto de cabresto*⁵⁶ são próprias do período.

⁵⁶ Eleições a bico de pena e voto de cabresto podem ser sintetizados, quanto ao período aqui estudado, da seguinte maneira: os coronéis, em geral, grandes proprietários de terras, controlavam os eleitores em seu município de influência. Como o voto era aberto, a maioria dos eleitores ficava sujeita às pressões exercidas por esses chefes políticos locais. Em troca de favores, como um emprego na fazenda ou na cidade, roupas ou materiais de construção para construir uma casa, os

Conforme Achiamé (2010, p. 93), “[...] as divergências intraoligárquicas eram resolvidas, de modo geral, no seu próprio âmbito”. Numa dimensão maior, a intervenção federal deveria atenuar as discrepâncias. No entanto, o último presidente do estado foi Aristeu Borges de Aguiar, até 1930. No mais, após a Revolução de 1930, o interventor indicado por Getúlio Vargas foi João Punaro Bley.

Havia, entretanto, na Primeira República (em boa parte desta), o Partido Republicano Espírito-Santense. Tal partido foi uma das principais referências para os futuros líderes da política capixaba. No mais, com a Revolução de 30, as personagens políticas capixabas são trocadas para darem lugar a outras. Trocam uma elite por outra, indicada pelo novo governo da República, na pessoa de Getúlio Vargas.

Outro pesquisador capixaba, João Gualberto, com a obra *A invenção do coronel*, de 1995, faz um estudo instigante sobre a autoridade do coronel. Baseado também na obra de Victor Nunes Leal e outros estudiosos sobre a República Velha, Gualberto salienta a história do Espírito Santo. De acordo com suas pesquisas, Gualberto aponta que, a ascensão da República, concomitantemente, ascendeu à figura do coronel (1995). Entretanto, o coronel era um grande proprietário de terras em época da Guarda Nacional.⁵⁷ No controle político, três formas básicas da Primeira República foram salientadas: o federalismo, o presidencialismo e a ampliação do sistema representativo. Como em sua desenvoltura, nenhum outro ator social teve a penetração e a amplitude do coronel (GUALBERTO, 1995).

Contudo, de suas conclusões, Gualberto manifesta seu parecer sobre a personagem histórica do coronel:

[...] Inteiramente enraizado na vida brasileira, o imaginário social do coronel foi a base do surgimento das ideias que visavam à modernização da sociedade. (...) as profundas relações entre as elites e as massas jamais foi seriamente ameaçada [...]. (GUALBERTO, 1995, p.84).

eleitores acabavam votando nos candidatos daqueles coronéis. Também, em boa parte das vezes, para garantir que tal candidato iria ganhar, faziam-se uso da capangagem, força armada particular de um coronel.

⁵⁷ A Guarda Nacional foi criada para assegurar a Constituição (1831), a integridade, a liberdade e a independência do Império brasileiro. A maioria esmagadora dos dirigentes da Guarda comprava o seu título de “coronel” junto ao Estado brasileiro. Vários proprietários de terras adquiriram essa patente e foram responsáveis pela organização local das milícias que deveriam, teoricamente, apenas manter a ordem.

Por natureza, isso parte desde o início da República com a junção dos intelectuais expressivos no contexto do movimento coronelista no limiar do século XX. São eles, atores coletivos, postos em evidência: os intelectuais. Haja vista a obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*, e os pensadores católicos conservadores, trazidos pelo movimento de renovação católica. Em 1922, a *Semana de Arte Moderna*, trouxe consigo discussões acerca de literatura e preocupação em saber sobre as raízes do Brasil, mas não se atendo aos elementos urbanos (operariado), enfim, outra série de fatores.

Oferecendo uma visão também de forma emblemática e crítica, porém com um caráter sociológico, Marta Zorzal e Silva, em outros trechos deste segundo capítulo, também contribui significativamente para a história política espírito-santense. Zorzal confirma, dentre outras análises, que dentro do Espírito Santo, no início da primeira República (século XIX), havia uma estrutura social mista, isto é, baseada na pequena e grande propriedade privada, tanto na esfera produtiva quanto na comercial (ZORZAL, 1995). Este é um panorama de um estado que foi sempre relegado a um segundo plano na escala econômica de nível nacional: estado pequeno, população na mesma proporção, não era tão significativo quanto Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. É importante atentar para a observação de Zorzal:

Tal estrutura social poderia dar ensejo a uma estrutura distinta entre classes dominantes e classes dominadas, da relação coronelística delineada, visto que no Espírito Santo não predominavam relações servis de produção (ZORZAL, 1995, p. 82).

Por sua vez, Fernando Achiamé (2010, p. 110) assume que, com a Revolução de 30, houve uma mudança da posição política dos que compunham as elites com a derrocada do sistema político da Primeira República e, por sua vez, apoiaram o movimento revolucionário e o estado do Espírito Santo passou a ser governado por um interventor federal. Por outro lado, Zorzal (1995, p.84) assevera que a forma oligárquica e elitista seria preservada. O coronelismo ressurgiria após 45 com a mesma força e vigor que na Primeira República, entretanto, isso se daria ao lado de formas populistas, na década de 1950 até a eliminação do regime democrático, em 1964.

No entanto, para entendimento acerca da atuação política de alguns partidos em disputas pela governadoria espírito-santense, vejamos a tabela com sua cronologia a partir dos anos de 1947 (Jones dos Santos Neves) a 1962 (Chiquinho):

Tabela

Percentuais de votos partidários Espírito Santo

Para governador do Estado	Governador eleito
1947: PSD/UDN= 64,9% PR/PDC= 35,1%	Carlos Fernando Monteiro Lindenberg
1950: PSD/PTB= 58,8% PSP/PR/PRP/PRT/PDC/=41,2%	Jones dos Santos Neves
1954: PSD/UDN/PDC=44,8% PTB/PR/PRP/PSP= 55,2%	Francisco Lacerda de Aguiar
1958: PSD/PSP=47,3% UDN/PRP=26,5 PTB=26,2%	Carlos Fernando Monteiro Lindenberg
1962: PTB/PRP/PSP/PDC/UDN= 52% PSD/PTN=48% Acordo	Francisco Lacerda de Aguiar

Fonte baseada nos estudos de monografia de Marcelino Marques (1997)

Como podemos entender, pela tabela, o pós-1945 no Espírito Santo ficou caracterizado pelas disputas entre as lideranças principais do PSD e dos pequenos partidos. Assim são elas: Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, Jones dos Santos Neves, Francisco Lacerda de Aguiar. Em 1954, o PSD tem uma pequena queda, porém, retome a direção do Estado, em 1958, com 47,3% dos votos. No pleito de 1962, o partido novamente perde a eleição para o cargo de governador (MARQUES, 1997).

A partir do quadro passaremos a analisar as ações dos governos estaduais, em parte, entre 1947 e princípios de 1960 no estado do Espírito Santo. Dos anos de 1945 a 1964, o Partido Social Democrático (PSD) obteve uma relativa expressão na

política partidária do Espírito Santo. Sobre o nascimento do PSD, de acordo com Amylton de Almeida:

A fundação ocorreu em 1932, antes do rompimento com Jerônimo (Monteiro). Bley convidou Carlos a participar, assim como Francisco Otávio, Asdrúbal Soares, Oswald Guimarães, Carlito Medeiros- uma comissão composta por trinta pessoas [...]. (ALMEIDA, 2010, p. 152).

Esse partido procurava manter sempre a liderança do controle do Estado. Como estratégia, realizava coligações/alianças até com os partidos de oposição para garantir a permanência no poder.

Embora o PSD tenha aglutinado ao seu redor uma rede de políticos, teve dois principais protagonistas: Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg. Dois típicos políticos elitistas que fizeram parte, por assim dizer, do desenvolvimento político capixaba. Não se deve negligenciar, neste estudo, uma personalidade, por vezes antagônica a Lindenberg, que foi Francisco Lacerda de Aguiar, o popular Chiquinho.

E sobre a forma distinta dos dois primeiros de governar o Estado, Carlos Lindenberg, num dos vários depoimentos que prestou, afirmou que:

Havia sempre quem era partidário de um em detrimento do outro. Mas isso nunca desuniu o partido. As duas lideranças trabalhavam para a união do partido. Sempre nos respeitamos muito” (De Viva Voz, 1989, p. 38).

O PSD foi formado com base nas estruturas governamentais apoiadas por Getúlio Vargas. Nesse contexto de entrada num regime democrático pós Estado-Novo, existiam vários mecanismos legais para permitir o registro de partidos de qualquer natureza ideológica, bem como dispositivos que permitiam o cancelamento de partidos. Essa possibilidade, então, foi utilizada pelos partidos de esquerda. O voto do analfabeto foi impedido, mas a sua participação como candidato, não.

Nas eleições de 1947, o PSD lança o candidato Tristão Araripe. Este, na ocasião, não conseguiu o apoio do senador Atílio Vivácqua e do capitão Punaro Bley. Carlos Lindenberg conta que Araripe o procurou e disse que não era mais candidato. Lindenberg, então, reuniu os deputados para comunicar que Araripe havia renunciado. Os deputados indicaram o nome de Lindenberg para substituir o de Araripe. Surpreso, ele aceitou restando apenas 20 dias para a data da eleição.

No pleito daquele ano, a aliança PSD/UDN elege Carlos Lindenberg para governador do Estado. Jones dos Santos Neves é eleito senador pelo PSD. Na

Assembleia Legislativa, o PSD tem 14 parlamentares, a UDN 06, o PR 04, o PDC 02, o PTB 02, o PRP 02, o PCB 01, o PRD 01 (ZORZAL, 1995).

O político Carlos Lindenberg não chegou a concluir o mandato. Renunciou seis meses antes para se candidatar ao Senado. Foi eleito e exerceu o mandato senatorial de 1951 a 1958. Conseguiu também eleger seu sucessor, Jones dos Santos Neves.

Ao que concerne às eleições de 1950, a aliança PSD/PTB elegeu Jones dos Santos Neves e Carlos Lindenberg para o Senado. A Assembleia Legislativa ficou assim composta: PSD 15, UDN 7, PTB 6, PRP 2.

Conforme a revista *ES-Agora* (s/d), após a queda de Vargas em 1945, Lindenberg encontrou um ferrenho opositor do PSD, na figura do udenista, Eurico Rezende.⁵⁸ Por este caminho, consolida-se a postura da qual se ressentia o udenismo capixaba, a atuação solitária de Rezende como parlamentar. Todavia, a forte presença de Eurico Rezende caracterizou a existência e vigor da bancada capixaba da UDN (partido ainda não expressivo à época no Espírito Santo), com grande oposição ao PSD.

Com o ingresso de Jones dos Santos Neves na política, pelo PSD, o então governador procurou fazer com que seu partido se mantivesse entre as forças políticas. De acordo com Marta Zorzal,

A estratégia adotada pelo então governador estadual (na verdade interventor federal no Estado – 1943-1945), Jones dos Santos Neves, foi a de agregar em torno desse partido o maior número possível de lideranças políticas e suas respectivas correntes ou facções. Não se importou, para tanto, com a natureza de suas tendências ideológicas nem com suas posições, se situacionistas ou oposicionistas. (ZORZAL, 1995, p. 166).

Entretanto, com a forte tendência de centralização política do país, no período pós 1930, é visível a posição de Jones nesse sentido. O objetivo era evitar os regionalismos criando partidos fortes de tendência nacional. No discurso de solenidade de fundação do partido, em 23/05/1945, Jones observava que:

⁵⁸ Eurico Vieira de Rezende (1918-1997). Personagem política capixaba. Foi o último governador do período militar (1979-1983). Iniciou sua vida política, de acordo com o periódico (s/d) *ES Agora*, em 1947, juntamente com a fundação da UDN no Espírito Santo. O periódico salienta, em certa altura, a importância deste parlamentar como forte opositor de Lindenberg, em particular, e do PSD, como um todo. Mandatos: dep. Estadual (1950-1958); senador arenista (1963-1970); senador (1971-1978). Rezende tinha a formação de Advogado. Atuou como criminalista e professor. In: www.senado.gov.br. Acesso em 20/11/2012.

(...) depois de a experiência que fizemos com o Estado nacional, que corrigiu tendências separatistas da nacionalidade, integrando todos os Estados na grande comunhão da pátria brasileira, não devemos retroagir à proliferação desagregadora dos partidos regionais. (*A Gazeta*, 24/05/45, p.1, in: ZORZAL, 1995, p. 166).

Durante sua administração Jones dos Santos Neves procurou demonstrar que o Espírito Santo não se desenvolveria, caso concentrasse sua atividade econômica somente na produção de café. Por isso, Jones era a favor da agroindústria, da diversificação agrícola e, acima de tudo, da industrialização.

Jones dos Santos Neves direcionou sua ação também na educação. Segundo Cristiano Ferreira Fraga:

A rede escolar foi amplamente desenvolvida e revitalizada, visando ao mesmo tempo à racionalização do aprendizado e do ensino, à melhoria das condições do aluno e do mestre, técnica e economicamente. (*A Gazeta*, 28/12/1973, in: Jones Santos Neves, s/d, p.10).

Jones tinha o objetivo de projetar o Estado do Espírito Santo no cenário nacional. Queria transformar o Espírito Santo num Estado moderno e industrial. Como atesta Luiz Derenzi:

Ele construiu estradas, pavimentou rodovias, transpôs todos os rios com pontes monumentais, suprimiu as barcas enervantes e isolacionistas. Retomou a construção do Porto, aterrou mangues, ganhou áreas urbanas (...) fomentou a agricultura (...). (*A Gazeta*, 08/01/1974, in: Jones Santos Neves, s/d, p. 14).

O governo de Santos Neves, com o objetivo de tornar a economia capixaba forte e dinâmica, articulou significativas modificações nos órgãos considerados chaves para a realização dessa política. Ele implantou, então, o Plano de Valorização Econômica do Estado.⁵⁹ Para isso, utilizou um bom suporte tecnocrático com especialistas do Espírito Santo⁶⁰ e os que ele trouxe do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Essa ideologia de Jones estava baseada, como declara com convicção Marta Zorzal:

⁵⁹ De acordo com a publicação capixaba, Jones dos Santos Neves, de 2005, coordenada por Antônio de Pádua Gurgel, "A execução do Plano de Valorização Econômica esteve basicamente a cargo da Secretaria de Viação e Obras Públicas, cuja direção Jones confiou ao engenheiro Hermes Curry Carneiro" (LIMA Jr., 2005, p.64).

⁶⁰ Em termos de formação superior o Estado só possuía duas faculdades: Direito e Odontologia. No segundo governo de Jones, o ensino superior é ampliado com a criação da Universidade do Espírito Santo (Idem, p.63).

Pela influência das correntes de pensamento que, na Europa e nos Estados Unidos, preconizavam o chamado *Welfare State* (Estado do Bem-Estar Social) como forma de relacionamento entre o Estado e a Sociedade. (ZORZAL, 1995, p. 253).

O Plano de Valorização Econômica do Estado deveria ser executado num prazo máximo de cinco anos, tendo quatro áreas beneficiárias dos investimentos: obras do porto de Vitória; ampliação do suprimento de energia elétrica; investimentos nas rodovias e fomento da produção agrícola.

Para Marta Zorzal, um dos aspectos que chama atenção no referido plano econômico é o fato de sua justificativa não estar fundamentada em um diagnóstico da economia estadual, e sim, sobre os aspectos positivos e as vantagens do planejamento como técnicas para alcançar objetivos em longo prazo.

Por sua vez, um dos objetivos de Carlos Lindenberg foi o de conter os gastos públicos. Percebeu, logo no início de seu primeiro governo, em 1947, que o gasto com funcionalismo público era muito alto e por isso deveria haver um controle mais rígido. Acontece que essas medidas entraram em choque com as forças políticas aliadas, ou seja, com a UDN. O PSD tinha feito uma aliança com a UDN para vencer as eleições e com isso garantir o controle do Estado. Assim, era necessário construir um governo de coalização para direcionar as ações.

A UDN passou a ver nessas medidas de Carlos Lindenberg um caráter de perseguição política, nas quais, segundo políticos da UDN, Carlos Lindenberg se utilizou de diversas manobras possíveis para diminuir o espaço político da UDN. Devido a esses conflitos, a aliança PSD/UDN se rompe. A UDN se retira da situação e passa a fazer oposição ao governo do PSD, isto é, a Carlos Lindenberg.

A UDN consegue a adesão de deputados na Assembleia Legislativa, criando sérios obstáculos às forças políticas do governo de Carlos Lindenberg. Todavia, essa adesão abre espaço para as forças políticas, aliadas a Lindenberg, fazerem manobras necessárias, principalmente as de cunho clientelista/coronelistas. Com essas manobras, o governo passa a efetivar de fato a sua política de desenvolvimento econômico e social.

A UDN consegue a adesão de deputados na Assembleia Legislativa, criando sérios obstáculos às forças políticas do governo de Carlos Lindenberg. Todavia, essa adesão abre espaço para as forças políticas aliadas a Lindenberg fazerem

manobras necessárias, principalmente, como por exemplo, as de cunho clientelista/coronelistas. Com essas manobras, o governo passa a efetivar de fato a sua política de desenvolvimento econômico e social.

Ao que consta, Marta Zorzal (1995) faz uma análise dos dois governos do PSD, considerando nuances nas administrações de Jones dos Santos Neves e Carlos Fernando Monteiro Lindenberg:

Em essência, de certa forma, Carlos Lindenberg retomou o projeto de desenvolvimento iniciado por Jones dos Santos Neves, mas o fez imprimindo feições bem distintas daquelas idealizadas por Jones. Isso porque as concepções que têm, sobre as vias de desenvolvimento socioeconômicas, são bem diferentes. Enquanto Jones dos Santos Neves partilhava as ideias getulistas de desenvolvimento industrial acelerado, induzido pelo Estado, como forma de desenvolvimento, Carlos Lindenberg solidarizava-se com a alternativa mais conservadora, também presente na formação social brasileira. Ou seja, aquela preconizada pela burguesia agromercantil, cuja base fundamentalmente de interesses era expressa pela economia cafeeira. Para esse núcleo de interesse a alternativa de desenvolvimento capitalista admitia a expansão do setor industrial. Mas esse avanço deveria ser efetivado de forma moderada, não provocando grande ruptura no ritmo do processo de desenvolvimento em curso. (1995, p. 355).

Enquanto Jones dos Santos Neves, à frente do PSD, via na industrialização o ponto de partida como meta prioritária, Carlos Lindenberg, por seu turno, entendia que a industrialização deveria crescer concomitantemente ao setor agrícola. Pode-se inferir talvez, que esse seja o ponto capital que difere a ação política desses dois governos.

Entretanto, o historiador capixaba Estilaque Santos em sua apresentação *intitulada A dimensão histórica de Carlos Lindenberg* no livro de autoria de Amylton de Almeida, *Carlos Lindenberg um estadista e seu tempo*, de 2010, analisa acuradamente Marta Zorzal (1995), em que sustenta a seguinte afirmação:

Como se vê, embora a autora admita que Lindenberg não se oponha à industrialização, [grifo nosso] associa sua gestão fundamentalmente aos supostos interesses daquilo que ela chama “burguesia agro-mercantil”. Ou seja, para falar de forma menos polêmica, da agricultura. (ALMEIDA, p.18)

Santos, ainda ressalva que essa visão de intitular Lindenberg ao campo ocorre também em função da obra do jornalista Antônio de Pádua Gurgel, *Dr. Carlos, um homem do campo e sua relação com o poder*, de 2000. Podemos dizer que esta tipificação não pode ser apenas entendida para separar o governante que atuou para a Agricultura, Lindenberg, de Jones dos Santos Neves, que governou para industrializar.

Ao examinar os dois mandatos de Carlos Lindenberg, bem como ao efetuar a análise de seus discursos como governador e senador da república, percebe-se que, a partir do final de seu primeiro mandato como governador (1947-1951), e mais especificamente no segundo mandato no mesmo cargo (1958-1961), o tema industrialização se faz presente, claro que não esquecendo suas raízes no campo, pois como o mesmo afirma categoricamente:

Empregamos todos os esforços possíveis para a realização do programa de eletrificação propiciando a industrialização do estado, visando às nossas fontes de receita e produção que aludi. Como não compreendo industrialização sem produção agrícola, entendo que a agricultura, em todos, os seus ramos, deverá ter todo o amparo, toda a assistência técnica, social e financeira, como seu mais legítimo direito [...] A meu ver, a industrialização em nosso País esta intimamente ligada ao desenvolvimento agrícola. Precisa caminhar paralelamente. Qualquer desequilíbrio será fatal, desastroso para economia nacional. (AMEILDA 2010, p.19).

Podemos perceber que, de forma mais acentuada, a preocupação de Carlos Lindenberg com a industrialização se iniciou ao final do primeiro governo, depois de colocar em dia as finanças do Estado que segundo ele, encontrou um caos,

O meu primeiro período governamental foi de 1947-1951. Mas foi um período para mim muito difícil (...). De modo que minha principal preocupação foi arrumar a casa, botar em ordem o pagamento do funcionalismo atrasado. (...) e procurar a ordenar a administração a fim de poder melhor administrar". (IJSN, 28/05/1970).⁶¹

Em suma, o projeto de governo de Carlos Lindenberg estava pautado no suposto equilíbrio orçamentário, para isso, fato desde seu primeiro governo, a preocupação em enxugar a folha de pagamento do funcionalismo público. Não poderia, no entanto, gastar qualquer centavo sem que este não tivesse sido planejado dentro das condições reais do governo. O trecho a seguir traduz claramente a concepção que orientou a sua diretriz, conforme Zorzal:

Somos dos que pensam que aos governos há de se caber intenso e permanente trabalho em realizações que falem ao interesse do povo, sempre, porém, dentro do justo equilíbrio orçamentário, pois, quebrando este, o bem que se possa fazer dificilmente conseguirá compensar o mal que se provoca, abalando o crédito e pondo perigosas curvas nas linhas elevadas que devem ser seguidas pela administração pública. (ZORZAL, 1995, p. 223).

⁶¹ Transcrição da entrevista de Carlos Lindenberg concedida ao IJSN em maio de 1970.

Ao concluir o primeiro mandato, o governador Carlos Lindenberg deixou o projeto de implantação da usina hidrelétrica da Suíssa⁶²[sic] pronto para seu sucessor também do PSD, Jones dos Santos Neves, colocá-lo em prática. A construção da Suíssa, cujo projeto de implantação foi delineado em 1951-1952 pela AGE, Companhia Sul Americana de Eletricidade, possuía o objetivo de aproveitar o potencial hidráulico do rio Santa Maria da Vitória, devido às suas acentuadas declividades e proximidade com o principal centro consumidor, Vitória. E quando retorna ao governo do estado em 1959 a 1961, dando continuidade ao projeto em 12 de maio de 1961, assina contrato com a Companhia Moreno do Brasil S.A, para levar adiante as obras da hidroelétrica.⁶³

Embora, com toda essa ideologia desenvolvimentista que pairava na sociedade brasileira no final dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, Carlos Lindenberg não distinguisse desenvolvimento industrial de desenvolvimento agrícola⁶⁴, como comentado em linhas anteriores, chegou a mencionar que fazia esforços para a realização de eletrificação, propiciando a industrialização, como também a agricultura, em todos os seus ramos, que deveria ter todo o amparo, assistência técnica, social e financeira.

Por sua vez, para o jornalista Rogério Medeiros (1982), Carlos Lindenberg consolidou duas coisas no Espírito Santo: o partido (PSD), que se transformou realmente na expressão mais forte do Estado, a ponto de exigir a reunião de vários partidos para poder equilibrar uma disputa eleitoral, e a sua liderança, feita num estilo muito especial. Para Marta Zorzal (1995), a ação governamental de Lindenberg esteve centrada basicamente em dois vetores: arrumação (conforme visto anteriormente) e agilização dos aparelhos financeiros e administrativos do Estado, quanto também da criação de condições capazes de dinamizar tanto a produção agrícola-pecuária, como a industrial.

⁶² Fonte: O projeto de implantação da Usina Suissa, bem como as plantas da obra, as fotografias de todo o processo de construção encontram-se no acervo do ICL (acervo digital) Localização: FA3C19 DVD02, Bandeja 03, caixa 19.

⁶³ Fonte: fotografias assinatura do contrato acervo iconográfico ICL.1961. Fotografia digital (P&b). Imagem TIFF PB3 caixa 19.

⁶⁴ Sobre os primeiros anos da década de 1960 o governador Carlos Lindenberg articulou a política econômica para o ES baseando-se no Conselho de Desenvolvimento Econômico- CODEC, criado para pensar e implantar políticas para desenvolver estruturalmente o Estado, desenvolvimento industrial e também a zona rural.

Em suma, numa comparação dos governos pessedistas no estado, podemos inferir que, Jones dos Santos Neves, por seu turno, não foi muito hábil no plano político. Embora tenha feito um governo mais eficiente que o de Carlos Lindenberg, em matéria de obras públicas, Jones “permitiu” que políticos de renome, como Asdrúbal Soares e Carlito Medeiros, deixassem o PSD e passassem a fazer oposição ao seu governo, criando logo em seguida o PSP (Partido Social Progressista). O resultado não podia ser outro: de 1955 a 1958, a oposição assume o poder no Estado.

No entanto, no pleito de 1954, o PSD lançou a candidatura de Eurico Salles⁶⁵ para governador. Francisco Lacerda de Aguiar (Chiquinho), que era deputado federal pelo PSD, irritou-se com a indicação do nome de Salles. Chiquinho, na verdade, esperava que o nome dele fosse o indicado. Então, rompeu com o PSD e abriu uma dissidência no partido, formando a coligação PSP/PTB/PR/PRP e parte da UDN. Ele conta com detalhes como a coligação surgiu:

A coligação me chamou para dividir e enfraquecer o PSD. Acho que nem eles acreditavam na minha vitória. A princípio o PSD aceitara a minha candidatura pelo partido, mas depois mudaram. Não sei o que houve. Aí, das duas uma: ou eu saía da política, ou aceitava a proposta da oposição. Aceitei a segunda hipótese e enfrentei Eurico Salles, do PSD, um rapaz muito distinto. Ganhei. (*ES- Agora*, 1972, p. 34).

Marta Zorzal faz uma síntese desse momento da coligação em apoio ao candidato Chiquinho, no que podemos constatar:

A vitória da coligação democrática para o governo estadual não foi acompanhada de um significativo rearranjo na correlação de forças no poder, tanto regional como central. Traduziu de certa forma a força do voto catalisado por lideranças carismáticas, como era o caso de Lacerda de Aguiar, o qual, habilmente, associou seu carisma a práticas populistas, num contexto que começava a se tornar permeável a esse tipo de prática. Como resultante, se verá que a Coligação Democrática ‘reinou mas não governou’. (ZORZAL, 1995, p. 298).

Como conta Carlos Lindenberg, em suas memórias, de acordo com o pesquisador capixaba Amylton de Almeida:

Como deputado federal, Chiquinho começou bem, mas depois apareceram em Guaçuí folhetos com o nome dele como candidato a governador do estado. Ele me negou que tivesse mandado fazer aquilo. Ele era do PSD (...) e os outros partidos todos acharam que era ocasião de se livrarem de

⁶⁵ Eurico de Aguiar Salles (1910-1959). Participou da fundação do PSD. Foi deputado federal a partir de 1946, participou da Assembleia Constituinte, que resultou na Constituição de 1946. Foi nomeado ministro da Justiça e Negócios Interiores, por Juscelino Kubitschek em 1957. In: www.camaradosdeputadosbrasileros.gov.br. Acesso em 23/10/2012.

nós, de derrubar o PSD, e então lançaram o Chiquinho. Eles fizeram uma campanha muito populista (...). (ALMEIDA, 2010, p.372).

Na esteira populista de Getúlio Vargas, que em São Paulo teve por seguidor Adhemar de Barros, adotou o slogan *Chiquinho vem aí*, e venceu com 95.389 votos⁶⁶ contra 77.476 dados a Eurico Salles.

No que concerne ao resultado das eleições de 1954, constata-se: a coligação democrática PTB/PR/PRP/PDC elege Francisco Lacerda de Aguiar para o governo do Estado. Na Assembleia Legislativa, o PSD tem 12 parlamentares; o PTB, 8; UDN/PDC, 5; PR/PRP, 4; PSP, 3. Na Câmara: PSD, 4; UDN, 1; PTB, 1; PR, 1. No Senado: PSD, 1; PR, 1.

Dentro do mesmo plano, a situação política estava delicada para o pessoal do Partido Social Democrático (PSD). Na verdade, o que havia era uma preocupação: Francisco Lacerda de Aguiar passou a sofrer certa rivalidade com Carlos Lindenberg e os dois sempre trocavam acusações entre si. Na verdade, Lindenberg era um entre os vários opositores a Chiquinho, bem como, Christiano Dias Lopes Filho, Dirceu Cardoso entre outros, o que caracterizou assim, uma ferrenha oposição.⁶⁷

Uma vez no governo do Estado, Francisco Lacerda de Aguiar procurou fazer atos de “bondade”, conforme reportagem no periódico *ES Agora* (1972), com o funcionalismo público, aumentando os salários e a equiparação dos vencimentos dos inativos.

Carlos Lindenberg comenta sua postura oposicionista ao governo de Chiquinho com o seguinte comentário:

Daí eu virei oposição e em tudo que ele trabalhava eu metia o pau. Fiz muito discurso contra Chiquinho no Senado, mas sempre mantendo a decência: fazia discursos contra acontecimentos, contra perseguições políticas, contra seus desmandos. O governo era de todo mundo, ele deu muitas terras, prejudicou, e muito, ao estado. Mas ganhou muito prestígio (...). Os desmandos do governo Chiquinho eram cada vez maiores, o

⁶⁶ Francisco Lacerda de Aguiar- Chiquinho com reduto eleitoral originário em Guacuí e municípios vizinhos havia pertencido ao PSD. Em 1954, uma coligação de partidos de oposição ao governo, entre os quais figuram a UDN, o PSP, o PRP, além de outros, lançando-o candidato ao governo contra Eurico de Aguiar Salles, do PSD, transformaram-no em líder populista que, do meio rural, alcançou receptividade junto às massas, em processo de sedimentação urbana, constituindo-se caso típico de liderança populista na história republicana do Estado. (De Viva Voz, 1989, p.37).

⁶⁷ Conforme o periódico *ES Agora* (1972, p.37), sobre o primeiro governo de Chiquinho e as acusações contundentes: “O PSD tinha cuidado de tudo. As críticas na Assembleia ao governo eram diárias (...)” O governo Lacerda de Aguiar afirmou: “Meu governo deve ter sido tremendamente sabotado”.

funcionalismo ficava sem receber até seis meses (...) a situação era mesmo caótica. (ALMEIDA, pp. 372/373).

Por outro lado, ainda, perdido as eleições em 1954 para o Executivo, o PSD precisava se reerguer. Para isso, em 1955 o partido realizou uma convenção elegendo o senador Carlos Lindenberg para presidente do diretório regional do PSD. O partido no Espírito Santo apoiou Juscelino Kubitschek para a presidência da República, naquele ano. Já em 1956, o mesmo partido elaborou um plano de ação para a organização e reestruturação dos diretórios regionais e subdistritais, procurando estabelecer o máximo de renovação para atingir seus objetivos políticos.

Realizada, tempos depois, uma aliança entre o PSD e o PSP, Carlos Lindenberg foi lançado como candidato a governador, no pleito de 1958. As discussões entre Lindenberg e Chiquinho permaneceram por longo tempo na história política capixaba. O governador Francisco Lacerda de Aguiar disse que ninguém governaria depois dele, pois tornaria a tarefa insuportável.

No mais, ao que se observa, no decorrer do ano da nova disputa eleitoral, Carlos Lindenberg, em suas memórias⁶⁸, disse que já era candidato muito antes das eleições. Conta (episódio ocorrido em 29 de junho de 1958) uma passagem acontecida com ele e o advogado Waldemar Mendes ao encontrarem Chiquinho numa exposição de trabalhos em Cachoeiro de Itapemirim. Lindenberg relata que foram cumprimentar Chiquinho, pois ele estava sozinho. Waldemar, segundo Lindenberg, com aquele jeitão dele, muito abelhudo, disse:

Chiquinho, como é que vamos indo de sucessão?. Diz Chiquinho, com toda calma: Dr. Waldemar, eu já tenho meus planos feitos. Se eu perder esta eleição, ninguém vai poder governar depois de mim. – Você está brincando, não está?- Não senhor. Se eu perder, o senhor vai ver. (De Viva Voz, 1989, pp. 20/21).

Se no primeiro governo, Carlos Lindenberg diz ter encontrado várias dificuldades em normalizar a vida do Estado. Agora, no segundo mandato, afirma ter um grupo de

⁶⁸ De acordo com a nota da publicação *DE Viva Voz* (1989, p.39), Carlos Lindenberg já estava oficializado. A convenção do PSD o escolheu em 24 de maio de 1958, tendo como candidato a vice-governador Raul Giuberti, do PSP.

dedicados amigos no qual se dispuseram a ajudá-lo e restaurar as finanças públicas e a economia, a autoridade e austeridade do Governo em prol da coletividade.⁶⁹

Em conclusão, como se seguiu no Brasil, e evidente, no Espírito Santo, o pós 1945 com a redemocratização, houve uma alternância na política capixaba. Trocaram-se as elites políticas no pós-revolução de 1930. Quando também daquela mudança, 1945, as relações econômicas de produção e uma nova forma de exploração do trabalho assalariado (êxodo rural com a economia cafeeira em declínio) e a manutenção disso tudo. O Nacional-desenvolvimentismo e o populismo abrangeram a política capixaba.

O jogo político no estado, boa parte dele, ficou entre Carlos Lindenberg e seu amigo e correligionário mais próximo, Jones dos Santos Neves. A alternância se deu quando o segundo ocupava um cargo, o primeiro estava em outro, este saía para ocupar o lugar do segundo, e de alguma forma, quando não era o Executivo, o Legislativo era a ambição seguinte. Isto é, a importância era de sempre manter um “cacique” no poder político pessedista, com isso, garantias do controle dessa elite junto à população capixaba que, com um passado de coronelismo, ainda estava caracterizada nessa cultura.⁷⁰

De acordo com suas memórias⁷¹, Carlos Lindenberg procurou reorganizar o Estado e torná-lo progressista.⁷² Como um governador democraticamente eleito, o governo Lindenberg no ano de 1961 encarou a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart (situação política). Para tanto, colocar-se-á a favor da legalidade pela posse de Goulart tornando patente seu governo com a democracia, ou pelo menos,

⁶⁹ A obra de referência neste ponto se encontra numa publicação didático-biográfica sobre Lindenberg, em GURGEL, Antônio de Pádua. (Coord.) *Carlos Lindenberg. Coleção grandes nomes do Espírito Santo*. Vitória: Pro Texto Comunicação e cultura, 2007.

⁷⁰ No mais, para corroborar tal afirmação, a reprodução da nota 34, da publicação *De Viva Voz* (1989, p.37-38) é de suma importância: “No jogo de forças políticas que se estabeleceu no Espírito Santo no período pluripartidário nacional (...), ficaram claros dois tipos opostos de lideranças populares, sem serem populistas, dos ‘caciques’ pessedistas Carlos Lindenberg e Jones dos Santos Neves (...). Do outro lado, aglutinando as chamadas oposições coligadas, criou-se a liderança populista personalizada em Francisco Lacerda de Aguiar. A alternância no poder dos grupos Carlos-Jones e Lacerda de Aguiar marcou, durante vinte anos, de [43] 47 a 67, nossa história republicana”. Da conclusão a que apurei, fica redundante tecer comentário crítico de como essa elite se apoderou de momentos oportunos da história política capixaba, apesar de vários avanços, fica evidente que submeteu um eleitorado/povo ao seu jugo.

⁷¹ Idem.

⁷² Aqui o sentido de progressista tem o mesmo a ver com desenvolvimento. A obra referente ao Lindenberg coordenada pelo Antônio Gurgel *Carlos Lindenberg (...)* traz esse termo. Na verdade, o que se infere é desenvolvimentismo ou progresso econômico.

aparentemente com ela. Por sua vez, com a crise do café (situação econômica), alvo este de um sem-número de discussões que também abrangerá futuros governantes capixabas.

3. CAMPANHA DA LEGALIDADE (1961)

Ao episódio concernente à renúncia de Jânio Quadros, uma vez que essa atitude foi inesperada e a posse de seu vice, João Goulart, são assuntos políticos à época, reveladores de uma das instâncias mais tensas da história política brasileira. Isto é, Quadros deixa o poder Executivo apenas com sete meses de mandato, por sua vez, Goulart é impedido pelos ministros militares de seu antecessor de assumir a presidência da República.

A repercussão nacional dessa situação política foi externada na Campanha da Legalidade, liderada por Leonel Brizola, no sul do país. Este capítulo tratará de discutir tal tema, corresponde a dizer, fazer uma análise no nível nacional e regional, uma vez que o Espírito Santo foi um estado partícipe em termo de apoio. A movimentação a partir do governo capixaba, Carlos Lindenberg, que na ocasião encontrava-se em São Paulo⁷³, quanto também da classe política e do povo espírito-santenses.

3.1 O MANIFESTO DE BRIZOLA E SUA REPERCUSSÃO NACIONAL

A atuação política de Leonel de Moura Brizola em mobilização pela legalidade à posse de João Goulart foi muito marcante para a história política do País. Aqui, numa breve menção sobre sua vida, o governador gaúcho nasceu em 22 de janeiro de 1922, em Cruzinha, no Rio Grande do Sul. Em janeiro de 1947 elegeu-se deputado estadual pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1954 foi eleito deputado federal pelo mesmo partido. Brizola irá lutar, tenazmente, da região sul do país, para movimentar uma campanha pró João Goulart. De acordo com Jorge Ferreira (2003, p. 327), “o precário dispositivo militar e o entusiasmo popular em Porto Alegre, no entanto, eram insuficientes para garantir a posse de Goulart”. Na verdade, havia a necessidade de mobilizar o restante do Brasil⁷⁴, não somente a parte sul. Qual seria a estratégia?

⁷³ Nas discussões acerca do momento político circunstanciado pela renúncia inopinada de Quadros, Lindenberg se encontrava em São Paulo. O jornal A Gazeta de 27 de agosto de 1961, capa, notícia: “Lindenberg (de volta de São Paulo) faz importantes revelações sobre sua participação na crise política”.

⁷⁴ No Espírito Santo, a campanha pela legalidade surtiu um efeito muito grande. O periódico *Folha Capixaba* noticiou no dia 31 de agosto de 1961 como matéria principal: “povo capixaba unido pela legalidade e pela posse do senhor João Goulart”, relatando a vontade da maioria da população em ver Jango assumindo a presidência.

As circunstâncias promovidas para tornar Goulart o novo Presidente do Brasil, sendo Constitucionalmente o legítimo sucessor, desencadeou uma corrida desenfreada para interceptar a fatalidade de um golpe. De Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, Brizola fazia discursos inflamados. Dono de uma boa oratória procurou mover as massas para pegar em armas e combater as tropas antidemocráticas.

Assim, acerca do precário aparato militar favorável ao movimento em Porto Alegre, isto é, o dispositivo dos defensores da legalidade, a alternativa era o alardeamento da situação. Como advoga Jorge Ferreira,

Era preciso, por amplos meios de comunicação, disseminar ideias, imagens e representações que atingissem a dignidade das pessoas, mobilizando-as e incitando-as a ações e atitudes de rebeldia em grande escala. (FERREIRA, 2003, p. 327).

Naquele momento, toda a mobilização possível foi realizada, a incitação necessária despontou sem hesitar. O momento exigia rápida ação. Como continua Ferreira em sua narrativa, no dia 27 de agosto, a Guarda Civil invadiu os estúdios da Rádio Guaíba colocando-a à disposição da Secretaria de Segurança. Na verdade, a Campanha da Legalidade, como assim ficou divulgada, impediu o golpe em iminência de se realizar, arquitetado pelos ministros militares de Jânio. Na afirmação de Jorge Ferreira em sua obra intitulada, *João Goulart, uma biografia*, de 2011, no Rio de Janeiro, trabalhadores dos transportes e de outros ramos, declararam-se, em greve, reagindo contra o golpe. Neste sentido, demonstra assim, tal postura politizada desses trabalhadores, uma vez que, os sindicatos estavam com uma atuação muito forte naquele período.

Por conseguinte, como se prosseguiu dias depois, independente de religião, do time de futebol, não interessava a diferença dos grupos, a maioria estava unida na cidade porto alegreense para que Goulart pudesse ser empossado como presidente da República dentro da legalidade que lhe era de direito.

Quando da decisão concernente ao parlamentarismo, essa imposição foi tomada após intensos dias de discussão. A pesquisadora Argelina Figueiredo (1993) atesta que Goulart foi relutante sobre governar sob o parlamentarismo. De acordo com ela, a preferência, a tradição para Goulart era o presidencialismo. Como continua a

autora, Cordeiro de Farias⁷⁵ concordava com a ideia do novo sistema de governo, e ainda, para ele, o parlamentarismo era uma excelente fórmula: a proposição da legalidade com a estabilidade política (FIGUEIREDO, 1993).

No mais, como prossegue a autora, acerca dessa postura deliberativa sobre parlamentarismo, a ala esquerda do PTB e os representantes socialistas denunciaram o “golpe branco” implícito na lei que impunha o parlamentarismo. Na verdade, o PSD era condizente com o novo sistema de governo, porque sendo um partido majoritário, teria um papel importante na formação do gabinete.

Em reforço a tal argumentação, a União Democrática Nacional (UDN) e o Partido Social Democrático, encerrados em seus interesses, como chama a atenção o pesquisador Caio Toledo (1984), estavam articulando, desde o começo da crise política, o que ficou conhecido como “solução de compromisso”. Nessa altura, a decisão pelo parlamentarismo expressou-se com grande força. Como observa Toledo,

[...] Se o golpe militar era derrotado, um golpe político, no entanto, era perpetrado contra o regime vigente, pois a carta de 1946 proibía, taxativamente, toda e qualquer reforma constitucional num clima insurreccional. (TOLEDO, 1984, p. 18).

O parlamentarismo, por natureza, retira a eleição do Presidente da República do âmbito popular para o espaço reduzido da Câmara Federal. Por sua vez, para João Martins Filho (2003), em citação à observação de Nelson Werneck Sodré concernente à tentativa de golpe (já mencionado em linhas anteriores) a ser desferido pela cúpula militar de Jânio Quadros, em agosto de 1961, o excesso de autoconfiança daqueles ministros militares e a falta de sensibilidade política que a caracterizava, a derrota desses militares conspiradores foi a relação de forças desfavorável naquele momento. Destarte, pode-se concluir que, esses atores sociais, produto das circunstâncias ainda não oportunas em 1961, trabalharão na modificação dessas circunstâncias, cujo desfecho será no ano de 1964. Em uma palavra, tal cúpula militar terá as forças necessárias a seu favor para atingir seu objetivo, e isto significa afastar a ameaça do comunismo e Goulart do poder político.

⁷⁵ Segundo Argelina Figueiredo (1993), Cordeiro de Farias além de ser leal aos ministros militares de Jânio Quadros, era chefe do estado-maior das Forças Armadas. Os ministros militares durante o governo de Quadros eram: Odílio Denys (Pasta da Guerra); Gabriel Grum Moss (Marinha), e Golbery do Couto e Silva (Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional).

Em capital conclusão, a preocupação do governador Brizola para com a legitimidade do governo de João Goulart comoveu o país, conclamando o povo para apoiar Jango, conforme discutido, e fez duras críticas àqueles que estavam colocando em risco a democracia, tanto os civis quanto os militares. Percebendo um complô golpista, como advoga o historiador Paulo Vizontini, a campanha pela Legalidade obstou o golpe, “obrigando a direita a aceitar um compromisso. A implantação do parlamentarismo foi a solução encontrada e Tancredo Neves tornou-se o primeiro-ministro”. (VIZENTINI, 2003, p. 26). Como acuradamente observa Figueiredo (1993), o parlamentarismo diminuía a implantação das reformas sócio-econômicas mais profundas exigidas por grupos nacionalistas e de esquerda.

Entretanto, Jango assume a Presidência da República no dia 07 de setembro de 1961. Uma data que é uma solene efeméride nacional, de acordo com Toledo (1984). O discurso de posse de Goulart foi finalizado da seguinte forma, como nos mostra Marechal Lopes:

Senhores Congressistas: O destino, numa advertência significativa, conduziu-me à Presidência da República, na data da Independência política do Brasil. Vejo, na coincidência, um simbolismo que me há de inspirar e orientar, na mais alta magistratura da Nação.

Peço a Deus que me ampare, para que eu possa servir à nossa Pátria, com todas as forças, com energia e sem temores, para que possa defender, como nossos maiores souberam fazê-lo, a Independência do Brasil, a grandeza Nacional e a felicidade do Povo Brasileiro. (João Goulart, [1961]). (LOPES, 1980, p. 108).

A partir de então, Jango passou a liderar a nação sob a forma de governo parlamentarista, baseada na limitação de poderes do presidente da República, tornando-se apenas um mero chefe de Estado. E, de acordo com a emenda parlamentarista, o Poder Executivo passava a ser exercido pelo presidente da República e por um Conselho de Ministros (TOLEDO, 1984).

Dentro do governo parlamentarista de João Goulart (07 de setembro de 1961 a 06 de janeiro de 1963), o Primeiro-Ministro Tancredo Neves e o Chanceler Francisco San Tiago Dantas deram continuidade à PEI. Interessante é a carreira do Ministro das Relações Exteriores (Chanceler). Francisco Clementino San Tiago Dantas era, em sua juventude, década de 1930, um integralista. Mas, agora estava “confiante” em seu cargo. Sua responsabilidade repousava num homem maduro, sendo o integralismo algo do passado. Como advoga Bezerra (2010), San Tiago Dantas

procurou fazer uma diplomacia amigável em relação a Cuba. Na Conferência de *Punta del Este*, no Uruguai, em 1962, discursou no sentido de abstinência sobre a expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Contudo, os próximos anos do também conturbado governo de João Goulart serão de angústias e tensões políticas: greves, reivindicações pelas reformas de base, enfim, toda sorte de protestos, tanto da direita quanto da esquerda. O novo Presidente foi acusado de comunista, recebeu a pecha de pusilânime, de pouca leitura, de estar do lado dos comunistas (FICO, 2008), entre outras atribuições, e uma imprensa que, na maioria das vezes, o colocou em situação negativa (ABREU, 2006). Sua derrocada final é o golpe que o afastará da administração do país.

3.2 REPERCUSSÕES LOCAIS: O ANO DE 1961 NO ESPÍRITO SANTO

Antes de comentarmos sobre a postura da bancada capixaba, quando da renúncia de Jânio Quadros e suas consequências, é necessário observar, ainda, quando da aplicação do programa Aliança para o Progresso, de como houve uma inspiração de tal incentivo norte-americano aqui no Espírito Santo. Uma espécie de diretiva à economia espírito-santense. Assim, colocam-se os informes concernentes aos *Projetos prioritários à economia espírito-santense. Submetidos ao Programa de Aliança para o Progresso*, de acordo com o governo de Carlos Lindenberg.⁷⁶ Documento referente ao Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODEC):⁷⁷

Em junho de 1961, atendendo pedido do Ministério das Relações Exteriores, foram discutidos e selecionados pela administração estadual, projetos prioritários ao desenvolvimento da economia do Estado do Espírito Santo [...].

Não obstante, na mesma página do documento (mas sem número), encontramos um detalhe que nos chama a atenção:

O referido pedido pretendia dar apoio à orientação a ser fixada pelo governo federal, a fim de relacionar reivindicações junto ao BID e aos fundos extraordinários a serem concedidos pelo Governo Americano.

Como pudemos observar, tal incentivo resultou em mostrar uma possível influência do programa definido pelo governo americano, no qual procurou implantar a Aliança

⁷⁶ Dentre outros aspectos, conforme o periódico *Folha Capixaba* (26 de agosto a 1º de setembro), Lindenberg apoiava a política exterior de Jânio Quadros.

⁷⁷ Documento do acervo pessoal de Carlos Lindenberg, adquirido no Instituto Carlos Lindenberg (ICL), em janeiro de 2012. Acerca do pronunciamento de Carlos Lindenberg na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, em setembro de 1961.

para o Progresso em lugares mais castigados pela pobreza, em especial no Nordeste, e, detalhe, a governos simpatizantes à política estadunidense. O BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) foi fundado em 1961. O Brasil também é um dos países fundadores desse banco, cujo objetivo era (e é) o desenvolvimento da América Latina.

Salienta-se, entretanto, em termos econômicos, durante a década de 1960, no Espírito Santo, a questão da erradicação dos cafezais. Não somente esse fator, mas é o que se destaca como diretiva de governo na gestão de Carlos Lindenberg. Por isso, é necessário atentarmos para o esforço do governo Lindenberg em manter o equilíbrio dos preços e pedido de ajuda ao governo federal para solucionar tal problema na zona rural. Falou-se, na época, da política do café.

Breve nota sobre atitude tomada por Carlos Lindenberg, na instabilidade política criada pela renúncia de Jânio Quadros: o periódico *Folha Capixaba*, em um texto, fez menção a uma carta que o governador Lindenberg⁷⁸, juntamente com o Presidente da Câmara, deputado Mário Gurgel (PTB), endereçaram ao Presidente da República interino, Ranieri Mazzilli, para que permanecesse no que rezava a Constituição, isto é, na legalidade da posse de João Goulart. No ensejo, o movimento sindicalista também opinou, em nota de agradecimento, pelos esforços do governo capixaba em prezar pela legalidade. Assim também o fazem trabalhadores de Cachoeiro de Itapemirim, em movimento pró-João Goulart.

O livro de Marta Zorzal, *Espírito Santo, Estado, interesses e poder* (1995), reporta-nos acerca das questões políticas e, sobretudo, econômicas do período mencionado e outros aspectos. Zorzal cita como o governador do Espírito Santo, Carlos Lindemberg, refere-se às ações prioritárias de seu governo, conforme mensagem ao final de um ano de gestão (1960):

[...] Procurei, (...) imprimir como diretrizes básicas para o primeiro ano de administração, uma rígida política financeira, compreendida na repressão aos gastos supérfluos e no aprimoramento do aparelho fiscal, medidas que, pela sua correta aplicação, haveriam os efeitos desastrosos do desequilíbrio orçamentário (Mensagem à Assembleia, 1960).

⁷⁸ Apesar de ter apoiado o Marechal Teixeira Lott, na campanha de 1960, Carlos Lindenberg apoiou João Goulart no sentido de garantir os direitos constitucionais do país. Na matéria do periódico *Folha Capixaba*, 08 de setembro de 1961, Lindenberg pronunciou: “Minha posição é de defesa da Constituição e pela posse pura e simples de João Goulart”. Em suma, de acordo com a reportagem: o Espírito Santo estava em paz e tranquilo, o povo capixaba estava unido em defesa da Constituição.

O governo de Carlos Lindenberg enfrentou a crise da erradicação do café. Defendeu a produção de tipos finos de café para sustentar a arrecadação do Estado, mantendo, assim, a base cafeeira, mas modernizando o setor. Procurou dar assistência ao produtor visando à melhoria de qualidade do produto.

Embora a administração Jones dos Santos Neves (segundo governo, 1947-1951) tivesse dedicado atenção ao setor elétrico, o potencial instalado na época era insuficiente para atender qualquer tentativa maior de industrialização. Assim, Carlos Lindenberg criou condições para a industrialização, via suprimento de Energia Elétrica – como discutido em trechos anteriores com a construção da hidrelétrica Suíssa. Nesse sentido, o governo de Carlos Lindenberg retornou ao plano estadual de eletrificação, que fora elaborado no governo de seu correligionário Jones dos Santos Neves.

Em tal contexto, forças locais buscavam inserir o Espírito Santo no projeto de desenvolvimento nacional, através das recém-criadas Federação das Indústrias e Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo. Começa a nascer, ideologicamente, o projeto de desenvolvimento socioeconômico para o Espírito Santo, que se consolidaria nos anos de 1970 e 1980.

Assim, Carlos Lindenberg, através do decreto nº 331 de 19/10/60, criou um grupo de trabalho que tinha por finalidade básica estudar e sugerir ao próprio governo medidas necessárias ao incentivo das atividades econômicas criadoras e aceleradoras do progresso do Estado (ZORZAL, 1995).

Paulatinamente, começa a se perceber uma mudança nos discursos do governo de Carlos Lindenberg, que passa a enfatizar o desenvolvimento econômico. Assim, Carlos Lindenberg afirma: “Estagnar não significa, hoje estacionar, senão, mesmo perecer. Cumpre-nos, destarte, desenvolver para sobreviver” (ZORZAL, 1995, p. 363). A sede da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi transferida para Vitória e deu-se início à construção do Porto de Tubarão.

Marta Zorzal diz que:

A face social do Estado, durante a gestão de Carlos Lindenberg, não mereceu grande destaque. Na verdade, nessa área, o governo de JSN manteve funcionando as estruturas existentes, e, a não ser na construção de escolas, poucas foram as realizações efetuadas. (ZORZAL, 1995, p. 368.).

A ação do governo de Carlos Lindenberg, nesse segundo mandato, seguiu ou foi pelo menos forçado a seguir, o plano nacional de governo, que era o de desenvolvimento industrial. Talvez por isso, é que Carlos Lindenberg tenha feito pouco na área social, dando sustentação à produção agrícola, e, no tocante à educação, essa também teve um grande peso na área rural: ao final de seu segundo mandato totalizou mais de 450 escolas, sobretudo, na zona rural.

No plano político o governo de Carlos Lindenberg foi marcado por uma estreita relação com a política nacional: atuava como defensor dos interesses do estado do Espírito Santo e interlocutor político em grandes embates nacionais. Essa relação estendeu-se de JK ao governo militar, tendo destaque as várias visitas oficiais dos presidentes desse período ao Estado para inaugurar importantes obras no campo da infraestrutura e indústria.

Um breve esboço do sindicalismo concernente à década de 1960 no Espírito Santo se justifica porque, não se tem encontrado algo mais preciso sobre a atuação dos sindicatos no período desejado. Há apenas uma breve discussão sobre o sindicalismo capixaba com um bom teor crítico e consistente, porém, insuficiente. Os pesquisadores, Alberto Tosi, Antônia Colbari e Wania Alves (1995, p. 58), asseveram que, no final de 1960, aeroviários e ferroviários aqui do Estado aderiram à greve nacional de suas categorias.

Os autores acrescentam ainda que o ano de 1961 no Espírito Santo é ocupado pelas reivindicações trabalhistas, protestos, greves envolvendo diferentes setores profissionais; são protestos que vão desde portuários a professores com reivindicações como aumento salarial, aposentadoria aos 25 anos de serviço com vencimentos integrais. De acordo com os autores, o periódico, *Folha Capixaba* (23/09/1961), noticiava as dificuldades enfrentadas pelos doqueiros e outras categorias que reivindicavam melhores condições de trabalho e salário.⁷⁹

Dentre desses eventos, um dos mais relevantes pesquisados, foi a visita do então presidente Jânio Quadros para a inauguração da fábrica de Linho Braspérula, em Cariacica, em 19 de agosto. Nesse mesmo dia, pela manhã, o presidente havia condecorado Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a maior honraria do

⁷⁹ Esta parte reside em demonstrar o papel do Sindicalismo no Estado neste período. A exploração desses dados careceram de materiais mais precisos.

Estado brasileiro. Daí a poucos dias, Quadros renunciaria ao cargo. Da visita ao Estado, no dia seguinte, o jornal *A Gazeta* noticia, em sua página principal: “*A Pressa do Presidente Jânio*”. Entende-se que o espectro das mudanças políticas vindouras já era percebido por setores políticos, bem como da imprensa que fez questão de frisar a apressada visita do presidente, quando da sua vinda ao Espírito Santo.

O livro do Jornalista Antônio de Pádua (2000), intitulado *Dr. Carlos, um homem do campo e sua relação com o poder*, relata que o Governador Lindenberg estava com políticos na capital paulista quando soube da renúncia e imediatamente foi ao aeroporto onde Jânio era esperado, encontrou-se com o presidente e tentou fazer com que ele voltasse atrás em sua decisão. Sem sucesso, Lindenberg regressa ao Estado e se pronuncia mais tarde a favor da legalidade, isto é, pela posse de João Goulart. Essa decisão recebeu amplo apoio dos estudantes universitários e sindicalistas capixabas, que foram até ao palácio cumprimentar o governador pela decisão política.

3.3 RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS E SEUS REFLEXOS NO ESPÍRITO SANTO: A REAÇÃO DA BANCADA CAPIXABA

Esta seção é dedicada à análise da renúncia de Jânio Quadros e seus reflexos no Espírito Santo. Isto é, o posicionamento de parlamentares nas bancadas estadual e federal, já que consumada a renúncia, em todos os cantos do país houve um extremo manifesto pela legalidade, ou seja, pela posse de João Goulart, haja vista a criação da Campanha da Legalidade (evidenciada no primeiro capítulo), capitaneada por Leonel Brizola no sul do Brasil.

Ao se fazer uso de documentos primários para compreender a política espírito-santense, naquele ano de 1961, nas atas da Assembleia capixaba⁸⁰ nota-se a preocupação por parte dos deputados, em sua maioria, ao que está acontecendo no país e por uma possível solução do quiproquó, no Congresso Nacional.

⁸⁰ De acordo com a listagem da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), dentre os 43 parlamentares capixabas na Quarta Legislatura, 1959-1962, 07 (sete) compunham o PTB, 11(once) compunham o PSD, 01 (um) compunha o PRP e 05 (cinco) compunham a UDN. Outros tantos não possuíam o respectivo partido, de acordo com o relatório da Assembleia Legislativa capixaba. O simples número maior de deputados do PSD oferece-nos um entendimento da predominância desse partido no Espírito Santo.

De acordo com a Ata do dia 25 de agosto de 1961, sob a presidência da ALES de Mário Gurgel, este relatou os gestos que antecederam a renúncia de Jânio Quadros, salientando as providências adotadas pela mesa da ALES concernentes à atual conjuntura política.

Na verdade, é a 89ª (octogésima nona) sessão da Terceira Sessão Ordinária da quarta legislatura, datada de 25 de agosto:

Logo após, declara o Sr. Presidente que há auto requerimento do Sr. Antônio Gil Vellozo, conclamando o povo capixaba a manter-se na mais absoluta ordem e, ao mesmo tempo, reafirmando a sua fé no regime democrático, repelindo toda e qualquer tentativa de subversão da ordem que venham ferir as instituições vigentes.

Como a situação de impasse permanecesse durante as controvérsias em Brasília, a câmara dos deputados estaduais está em pleno movimento de tratar o momento político com a maior prudência necessária. Fato é que, na 90ª (nonagésima) Sessão na Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), configurou-se o maior número de deputados presentes. Esta Ata data de 28 de agosto de 1961, nos seguintes termos:

A mesa da Assembleia faz comunicação e apelo sobre a situação do país, face à renúncia do Sr. Jânio Quadros. No mais que, [...] a Assembleia concede um voto de aplauso e confiança ao Sr. Presidente Mário Gurgel – pela maneira com que agiu pela atual conjuntura política do país [...].

Em meio à tensão vivida no estado, durante essa Sessão, o Presidente fez a leitura do telegrama do Presidente da Assembleia do Rio Grande do Sul, relacionado à situação política da nação e demais estados envolvidos com a causa.

Conforme a Ata da 93ª (nonagésima terceira) Sessão, o Presidente da Assembleia, Mário Gurgel (PTB), fez um comunicado de que os chefes do Executivo e do Legislativo do Estado do Espírito Santo queriam fazer valer a Campanha pela Legalidade, dando posse ao senhor João Goulart, deixando em evidência o repúdio a qualquer situação extralegal.

O Executivo capixaba demonstrou sensibilidade muito forte. Conforme ofício remetido a ALES, Carlos Lindenberg agradece o apoio de Mário Gurgel ao seu ato cívico: “[...] aplausos dessa presidência ao comportamento desse Executivo, face à crise político-militar (...) em jamais anuir com propósitos estranhos aos reais interesses dos capixabas [...]” (ofício de número, 135, 16/09/1961). No mais, uma vez Jango

empossado, Lindenberg logo o procurou para pedir ajuda com o objetivo de superar a crise da economia cafeeira no estado, nos idos de 1961. Como ficou evidenciado no telegrama destinado ao Executivo federal, assinado por José Saade:⁸¹

Harmonizando-se justas preocupações. Governo estadual relativamente situação criada para o Espírito Santo através imposição política cafeeira altamente discriminatória (...) fazer nosso Estado retornar regime tranquilidade garantida comercialização normal seu principal produto[...]. (Ofícios do Executivo, 1961).

Preocupações econômicas evidenciadas dentro do plano político-econômico, consubstanciado no ensejo da Aliança para o Progresso e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).⁸² A economia cafeeira estava dando sinais de esgotamento, era necessário para a o desenvolvimento do Estado um investimento mais preciso vindo do governo federal.

3.4 A RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS E A ENTRADA DE JANGO NA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, PELA BANCADA FEDERAL CAPIXABA

Como fonte documental para este item, foi necessária a análise de documentos provenientes do Congresso Nacional em Brasília, para dar uma base a esta pesquisa. Tal suporte está na pesquisa de documentos, como os anais do Congresso, e na leitura e compreensão dos discursos dos parlamentares capixabas, no período aqui estudado.

Entretanto, no âmbito das questões políticas, nesta parte cita-se a atuação do deputado Dirceu Cardoso, quanto ao seu pronunciamento.

Dirceu Cardoso (PSD-ES)⁸³, parlamentar capixaba em Brasília, 25/08/1961, faz um pronunciamento apenas de leitura⁸⁴ sobre a renúncia de Jânio Quadros, isto é, a

⁸¹ José Saade foi Presidente da Federação do Comércio do Estado do Espírito Santo nos anos de 1960 (Ofícios do Executivo, 1961).

⁸² Documento pronunciado por Carlos Lindenberg. É um material importante para entendimento da economia capixaba. Havia, pelo menos, a tentativa de se estar em consonância com os encontros em Punta del Este, no Uruguai, em 1961.

⁸³ Dirceu Cardoso. Foi prefeito de Muqui em 1954. Deputado Federal, pelo ES, no período 1959-1975; Senador, pelo ES, em 1975-1983. Dirceu Cardoso nasceu em Miracema (RJ), em 04 de janeiro de 1913. Em 1962, reelegeu-se deputado federal pelo Partido Social Democrático (PSD). A partir de então, começou a projetar-se contra o governo de João Goulart. Em 1963, e nos primeiros meses de 1964, seus discursos foram contundentes nas denúncias contra o movimento sindical, os pronunciamentos estudantis e a indisciplina nas forças armadas, que, em sua opinião, eram incentivadas pelo governo como meio de acelerar a comunização do país. Fonte: Câmara dos Deputados.

carta na qual expõe sua renúncia à presidência da República. Não se posiciona contra ou a favor do ato de Quadros, naquele momento.

Portanto, quando Dirceu Cardoso se reeleger deputado federal no ano seguinte, 1962, ele fará discursos criticando o governo de João Goulart e movimentos ditos de esquerda. Na verdade, há uma expressa preocupação com o movimento comunista protagonizado na América Latina por Cuba, conforme dito em outros momentos, a “cubanização”.

Na fala que é registrada no diário datado de 27/08/1961 (p. 6220), Dirceu Cardoso novamente toma a palavra na Câmara e posiciona-se sobre a renúncia:

[...] mas é preciso que nesse instante os curiangos da democracia não fiquem piando nessa penumbra que estamos vivendo [...].
Não podemos ser cassandras agoirentas que vislumbrem nessa renúncia o dealbar de outros dias, mas também não podemos ter os óculos de pangioses de que nos fala o vulto da literatura.
[...] espero que os acontecimentos que o país foi palco no dia de ontem, cujos desdobramentos ainda continuam, possam chegar ao talvegue da legalidade. [...] que o Brasil encontre, nestes instantes de angústia, uma solução que seja a expressão de todo o seu sentir e de todo o seu pensar.

Por sua vez, Oswaldo Zanello (12/09/61)⁸⁵ faz o seguinte pronunciamento quanto à legitimidade da posse de Goulart:

Em nenhuma oportunidade deixou o Congresso Nacional de estar à altura dos acontecimentos [...] e os parlamentares se portaram com bravura cívica, repelindo insinuações e ameaças, preferindo ver esta Casa fechada a submeter-se as Forças Armadas com a admissão sequer da hipótese do impedimento da posse do vice-presidente João Goulart.

Conforme segue, no mesmo discurso, data no *Diário do Congresso* de 12/09/1961, Oswaldo Zanello parece ter favorecido a posse de Ranieri Mazzilli, ou pelo menos deixa transparecer uma fala exaltando o mesmo como um, quiçá, “salvador da pátria”:

⁸⁴ De acordo com a revista mensal *Espírito Santo Agora*, número 32, de março de 1979, página 11, sobre Dirceu Cardoso, o único fato de destaque como parlamentar foi quando leu a carta-renúncia de Jânio Quadros. Suas visitas ao Espírito Santo, como afirmou a revista, só costumava aparecer em época de eleição.

⁸⁵ Oswaldo Zanello Vieira da Costa (19/04/1920) nasceu em Ribeirão Preto (SP). No ano de 1936 filiou-se à Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1946 retornou à política figurando entre os fundadores do Partido de Representação Popular (PRP), liderado por Plínio Salgado. Foi incumbido de fundar o partido no Espírito Santo, assim como o de fundar o jornal *A Tribuna*, em Vitória. Em 1958, compôs a Aliança Democrática, juntamente com a UDN, sendo eleito deputado federal. Em 1960 foi escolhido vice-líder do PRP na Câmara dos Deputados. Em 1965, passou a fazer parte da ARENA. Faleceu em Vitória no dia 03 de novembro de 1999. In: câmara dos deputados.brasileiros.gov.br. acesso em 23/10/2012, repertório (5,6,7,8).

A nosso lado, solidário com as nossas vigílias, assumindo responsabilidades históricas, Ranieri Mazzilli. Empossado presidente da República, em momentos de perigo e de conturbação nacional, viveu dias dramáticos e decisivos. [...] Injustiçado muitas vezes, incompreendido e agredido em sua reputação, o Presidente Ranieri Mazzilli merece respeito e gratidão do povo brasileiro. [...] fazemos justiça a um homem que nesses dias dramáticos se revelou um grande estadista [...] digno da confiança do povo brasileiro.

Por conseguinte, acerca da implantação do regime parlamentarista no Brasil para a possibilidade de empossar João Goulart, havia um projeto de emenda que criava o sistema parlamentar de governo. Nesse momento, o deputado federal capixaba Lourival de Almeida (PSD) dá o seu parecer.

Lourival de Almeida (PSD)⁸⁶ votou contra a emenda parlamentarista, datada de 02/09/1961, p. 8304: “[...] votei contra a emenda parlamentarista. É um ponto de vista que sustentei, sustento e sustentarei para o futuro.” Como mencionado, tal emenda era concernente à instituição do parlamentarismo, que daria direito de posse e limitaria os poderes de João Goulart. Foi aprovada pelo Congresso Nacional, em 1961.

3.5 O ACIRRAMENTO DAS DISPUTAS: O RESULTADO DO PLEBISCITO NO ESPÍRITO SANTO E A IMPRENSA ANTICHIQUINHO

O ano de 1963 no Espírito Santo começa com a perspectiva da entrada de um “velho-novo” governador⁸⁷, Francisco Lacerda de Aguiar, o popular Chiquinho. Afastado da política, mas determinado a ganhar, quando lhe convidaram para concorrer a uma nova eleição para governo do Estado. O resultado foi a vitória no pleito de 1962⁸⁸, mas seu mandato foi interrompido em 1966, por pressão de seus opositores e denúncias fortes de corrupção.⁸⁹

A antecipação do Plebiscito estabelecido como uma das condições para posse de Jango em 1961, para janeiro de 1963, gerou uma série de debates. Isso porque tal consulta se destinava a decidir, como é sabido, acerca da volta do Presidencialismo.

⁸⁶ Lourival de Almeida nasceu no dia 09/03/1899. Deputado federal pelo PSD, nos anos de 1961-1962. Teve filiação partidária na UDN, PSP e PSD. Dep. Federal em 23/03/1964 pelo PSD. Atividades partidárias: vice-líder da minoria pelo PSP, em 1956-1957.

⁸⁷ Esta expressão, como não é necessário se estender na discussão no corpo do texto, Francisco Lacerda de Aguiar havia exercido o mandato de Governador do estado do Espírito Santo nos anos de 1955 a 1959. Agora tem um novo mandato: 1963-1967.

⁸⁸ Por carência de fontes, não foi possível obter o número de votos de cada candidato.

⁸⁹ Em momento oportuno, será feito um breve esclarecimento sobre as denúncias e a renúncia de Chiquinho, serão abordados no capítulo IV.

Isto é, a garantia de plenos poderes ao Presidente da República. No Espírito Santo as expectativas não resultaram em outra, naquele momento, se não pela volta ao regime presidencialista.

Para tal desenvoltura deliberativa acerca do sistema de governo presidencialista, foi realizada uma regular propaganda sobre o pleito. Como destaque no estado do Espírito Santo, o jornal *A Gazeta* (03/01/1963, p. 04) anunciou em uma propaganda/imagem que tomou quase metade da página: *“Acabe com a confusão! Diga não”, “Contra crise política, crise social, crise econômica. Diga não”, “Dia 6 vote não”,* entre outras frases de efeito contra o sistema parlamentarista de governo. Posição essa, do jornal supracitado, em que corrobora a opinião, corrente no país, favorável ao presidencialismo. A pesquisadora Argelina C. Figueiredo (1993), afirma conclusivamente: liberado o projeto do Plano Trienal, em final de dezembro de 1962, como programa de governo, serviria para Jango vencer no Plebiscito em janeiro do ano seguinte.

Quando da votação no dia 06 de janeiro de 1963, o mesmo periódico, *A Gazeta*, em dias posteriores, estampa: *“Capixaba disse ‘não’ no plebiscito escolhendo sistema presidencialista”*. (*A Gazeta*, 08/01/1963, capa). O relato diz sobre o comparecimento em massa dos capixabas votantes às urnas e o “Não”, como resposta ao parlamentarismo. Em outra edição, do dia 10 de janeiro de 1963, o mesmo jornal noticiou o resultado parcial do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Esse, o segundo boletim de apuração, trazia resultado de alguns municípios, restando ainda os do interior: norte e sul. O voto pelo “não” foi o mais encontrado.

Da mesma forma, em todo o país o voto contra o parlamentarismo havia vencido. De acordo com Jorge Ferreira:

[...] A vitória de Goulart foi avassaladora: dos 11 milhões e quinhentos mil eleitores, 9 milhões quinhentos mil, ou cinco em cada seis, aprovaram o retorno do regime presidencialista. (FERREIRA, 2003, p. 362).

Diante da tese de Ferreira, pode-se afirmar que o plebiscito foi a eleição de Jango à Presidência da República, ou, pelo menos, a garantia de poder governar o país de forma plena, uma vez que, obstaculizado por seus adversários políticos tinha a chance de poder decidir no destino político do país. E neste momento, era fundamental a aliança entre os dois partidos políticos mais representativos na época para estabilizar o governo: o PSD e o PTB.

Em meados de janeiro, chega ao Estado o presidente João Goulart. Sobre a estada de Goulart no Espírito Santo, o jornal *A Gazeta* (19/01/1963) anunciou brevemente: “*Desde ontem em Vitória, o Presidente da República*”.⁹⁰ Em edições posteriores, o mesmo jornal relatou o retorno de Jango a Brasília, porém, salienta que logo o presidente estaria de volta ao Estado (*A Gazeta*, 22/01/1963).

De volta ao debate partidário capixaba, o PSD novamente entra em cena com todo vigor de recuperação. Assim explicitou *A Gazeta* (19/01/1963) em reportagem favorável ao partido. Por conseguinte, nas eleições de 1962, na qual Francisco Lacerda de Aguiar foi eleito, o PSD sentiu-se duplamente derrotado. Primeiro porque não conseguiu eleger Jones dos Santos Neves, candidato lançado por esse partido ao governo. Segundo, porque tampouco obteve êxito com a candidatura de Carlos Lindenberg - então Governador – ao Senado Federal. A reportagem, apesar da derrota, procura enaltecer o partido:

Vale observar que o PSD, considerando-se tenha sido derrotado em busca de sua continuidade no Governo- constitui-se ainda a maior força partidária do Estado [...]. Ainda: [...] PSD capixaba já provou sua grande capacidade de recuperação [...] (*A Gazeta*, 19/01/1963, capa).

Por conseguinte, a demonstração de força relativa ao PSD concerne ainda no apoio das lideranças pessedistas do interior do Estado em reunião, na cidade de Vitória, naquela ocasião, acerca dos rumos do partido.

Por sua vez, o PRP, base de apoio à candidatura de Chiquinho, passou a levantar uma oposição ao governador eleito. Na verdade, Oswaldo Zanello, que outrora apoiava Chiquinho, por desavenças, desistiu de tal apoio, tornando-se oposição. De acordo com a reportagem, Zanello se desentendeu com a postura da UDN e do PTB (*A Gazeta*, 19/01/1963).

A ênfase do discurso dos pessedistas, na reunião do partido realizada no dia 19 de janeiro de 1963, em Vitória, foi de total reanimação do PSD no Estado. Dentre vários pontos, a posição do deputado Christiano Dias Lopes Filho era a defesa da reformulação programática, a necessidade de que o Diretório Estadual defendesse, junto ao Diretório Nacional, alguns pontos programáticos na estrutura do partido.

⁹⁰ Parece haver certa relevância em tal reportagem. Entretanto, fica impossível saber qual o objetivo da vinda de Jango ao Estado pelo motivo de o jornal se encontrar deteriorado, de outra forma, não foi encontrado nenhuma outra fonte mencionando o referido episódio. Por outro lado, apenas a manchete de *A Gazeta* anunciando a passagem do Presidente pelo Espírito Santo saiu nítida.

A certa altura de um dos discursos, o deputado João Calmon alerta, em sua fala, para que se faça oposição ao governo Chiquinho, mas não ao Estado do Espírito Santo: “Oposição vigilante e severa ao Governo, sem que represente oposição ao Espírito Santo” (*A Gazeta*, 20/01/1963). Isso evidencia a perseguição que o PSD faria ao longo ao governo de Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966). Uma vez fora do Governo do Estado, até mesmo do Senado Federal, pareceu então ao PSD fazer oposição marcante ao outro ícone da política capixaba, outrora também membro pessedista, que foi Chiquinho.

Por um breve período, assumiu a administração do Estado, Asdrúbal Soares, que esteve às voltas com problemas relacionados à fiscalização de renda estadual, com a anistia fiscal proposta pelo governo Chiquinho, como também da carestia que assolava o poder aquisitivo dos capixabas, assim como a escassez de arroz. Em reportagem de capa (*A Gazeta*, 03 de janeiro de 1963), noticiou-se: “A mando de Chiquinho, Asdrúbal veta, também, o aumento dos professores do ensino médio”. Isto é, de acordo com o jornal, Chiquinho já estava se comprometendo de maneira errada, na administração do Estado.

Nesse mesmo dia, 03/01/1963, o jornal ainda explicitava, na capa: “*Poupe-nos da vergonha*”. A reportagem tecia vários comentários, dentre os quais, o de que Governador eleito estava dizendo coisas disparatadas sobre o Estado, beirando à comicidade. Não bastando tais ações, na edição de 27 de janeiro de 1963, o jornal ainda aborda, em reportagem, a acusação do deputado estadual Christiano Dias Lopes a Asdrúbal Soares, perante a Assembleia Legislativa.⁹¹ O momento político, entretanto, conforme se pôde observar, era de certa perseguição ao governo espírito-santense que estava por vir. Devemos entender tal atitude de Christiano D. Lopes, por ser do PSD, como uma grande crítica ao governador eleito.⁹² No ensejo, de acordo com *ES-Agora* (s/d), sobre o depoimento do parlamentar Setembrino Pelissari (UDN), Chiquinho governou sem ódio e sem rancor, foi hábil e tratou bem o jornal da oposição (*A Gazeta*); manteve sob controle as rédeas da

⁹¹ Embora a matéria esteja comprometida em seu conteúdo textual, pelo desbotamento natural do material impresso, contudo, em alguns trechos iniciais lê-se que houve um desrespeito à cronologia dos precatórios e algumas manobras para beneficiar a candidatura de Chiquinho.

⁹² A posição contra o Governo Chiquinho, pelo PSD, no Estado, de acordo com a entrevista de Carlos Lindenberg, dada à *Revista ES-Agora* (s/d), relata o seguinte fato: “Nessa época, *A Gazeta* já era nossa, assumindo naturalmente, uma posição a nosso favor, sendo contrária à coligação [...]”.

coligação e a sua relação com o povo. E conclui: magnetismo pessoal feito de calma e bondade.

3.6 ACUSAÇÕES A JOÃO GOULART ⁹³ E O GOVERNO DE CHIQUELHO

Em uma entrevista, datada de novembro do ano de 1963, dada ao *Jornal do Brasil*, que havia se tornado uma publicação independente, Armando Falcão⁹⁴ faz denúncias acerca de João Goulart, chamando-o de golpista. Acusava-o de armar um golpe que poria em risco as instituições democráticas. Um trecho do discurso de Falcão ilustra bem o exemplo:

Cumpro o dever de alertar a Nação para o complô que se organiza contra o regime. Prepara-se um golpe de Estado, que tem por objetivo derrubar as instituições democráticas. E o chefe da conspiração chama-se João Belchior Marques Goulart. [...] visando ao fechamento do Congresso Nacional e à destruição da Constituição. (FALCÃO, 1963, p.5).

Como se percebe, a denúncia de Falcão é de forte conteúdo contra o governo Goulart, e coincide com o período no qual João Goulart pediu ao Congresso para decretar um estado de sítio.⁹⁵ Esta situação foi gerada pela denúncia do governador da Guanabara Carlos Lacerda, em uma entrevista para o *Los Angeles Times*, 1º de outubro de 1963, no qual argumentava sobre o governo Goulart ser apoiado por comunistas, de ser um caudilho, um totalitário à moda sul-americana, entre outras fortes críticas, pedindo assim, a intervenção norte-americana na política brasileira (FIGUEIREDO, 1993).

O crescendo da crítica de Lacerda também atingiu os militares, estes foram acusados de manterem Goulart no poder por indecisão se era melhor tutelá-lo, patrociná-lo ou pô-lo sob controle (FIGUEIREDO, 1993). Os ministros militares

⁹³ O referido material traz a assinatura de Armando Falcão em 21 de novembro de 1963, de título: *Denúncia ao povo brasileiro*. Dirigido ao governador Chiquinho (APEES, caixa-ofício do ano de 1963).

⁹⁴ Armando Ribeiro Falcão (1919-2010). Conhecido por ter sido Ministro da Justiça do Brasil, durante o governo de Ernesto Geisel (1974-1979), como sucessor de Alfredo Buzaid. Ingressou na vida política ao se filiar ao PSD e se eleger deputado federal em 1950, 1954, 1958, 1962. Em 1959 foi designado para substituir Carlos Cirilo Júnior no Ministério da Justiça, no governo de Juscelino Kubitschek, onde também foi Ministro interino das Relações Exteriores em lugar de Horácio Lafer. Ocupou o Ministério da Saúde no governo Jânio Quadros. Da renúncia de Jânio, opôs-se à posse de Goulart e alinhou-se, mais tarde, aos partidários do regime militar de 1964. Filiando-se, depois, à Arena. Para maiores informações: ABREU, Alzira; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sergio (Coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

⁹⁵ Estado de sítio: De acordo com o *Dicionário de Política*, de Norberto Bobbio, o Estado de Sítio geralmente indica um regime jurídico excepcional a que uma comunidade territorial é temporariamente sujeita, em razão de uma situação de perigo para a ordem pública. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*, Editora UNB, 1986. p. 413.

trataram o fato como injúrias de Lacerda, numa palavra, declaração insultuosa ao governo constitucional. Solicitou-se a Goulart que pedisse ao Congresso Nacional o estado de sítio e prendesse o governador da Guanabara. De acordo com Jorge Ferreira (2011), Goulart não conseguiu apoio de Miguel Arraes nem de outras personagens políticas, das esquerdas, sindicatos, sendo tal oposição ao pedido de Goulart como instância forte e ampla. Na verdade, segundo Darcy Ribeiro (FERREIRA, 2011), estado de sítio não se pede e sim, toma-se.

Pode-se inferir, por nota mais ampliada sobre o referido estado de sítio, um momento de solução para a crise política da imagem do Governo Goulart. A pesquisadora Alzira Abreu (2006), com o artigo de nome *A imprensa ajudou a derrubar o Governo Goulart*, relata uma breve passagem desse período, na política governamental de Jango. Para corroborar o que foi dito em linhas anteriores, destaca-se: “Goulart, em 04 de outubro de 1963, enviou uma mensagem ao Congresso solicitando o estado de sítio por 30 dias. Com isso, plantou a semente da desconfiança [...]”. (ABREU, 2006, p. 119). No ensejo, aqueles que eram contra Goulart, a exemplo do deputado Falcão, argumentaram em oposição ao Presidente da República. No mais, Falcão é um parlamentar que, desde a posse de Jango, após a renúncia de Jânio Quadros, em 25/08/1961, tomava iniciativas sempre contrárias às do Presidente.

No discorrer das denúncias de Falcão, o deputado cearense assume posturas duras sobre o governo Goulart e suas possíveis intenções, quanto à liderança da Nação. Portanto, podemos apresentar de tal pronunciamento o seguinte trecho:

Atualmente, brandindo os slogans das reformas de base, o Sr. João Goulart mais uma vez se coloca no centro de um complô que tem como alvo principal o Parlamento. O Presidente da República sabe que a sua pregação reformista é simplesmente falsa e, por isso, não sensibiliza os representantes do povo. Como não inspira a mínima confiança, é notório que o Sr. João Goulart não influi no Congresso para emendar a Constituição. (FALCÃO, 1963, p.9).

Observa-se, até certo ponto, o clima de tensão política que pairava sobre Goulart. O texto reproduzido é apenas uma amostra das acusações feitas ao Presidente. No ensejo, tal momento de extrema crítica a Goulart, espalha-se pelas mais variadas organizações civis, com o intuito de minar o governo federal. O historiador Rodrigo P. Motta, demonstra com solidez o ambiente anticomunista, havido em princípios dos anos de 1960; sua obra *Em guarda contra o perigo vermelho [...]*, já mencionada

no primeiro capítulo, mostra exemplos daquelas organizações hostis a Goulart. Dentre as entidades, as femininas também se alastraram por várias partes do Brasil. Em artigo intitulado *João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64*, de 2006, Motta, destaca algumas delas: Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), na Guanabara; União Cívica Feminina (UCF) e Movimento de Arregimentação Feminina, em São Paulo, entre outras (MOTTA, 2006).

3.7 O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, SITUAÇÃO ECONÔMICA.

No documento correspondente a outubro de 1963⁹⁶, o então governador do Espírito Santo, Francisco Lacerda de Aguiar (Chiquinho), pede ajuda financeira, na quantia estimada de oitocentos milhões de cruzeiros (Ofício, nº 1788, ano de 1963) ao governo federal.

Em território capixaba, estava em discussão, como também era importante definir como competem às relações políticas, os limites com o estado vizinho, Minas Gerais. Como o Espírito Santo é “cortado” pelo Rio Doce, os dois governos, Chiquinho, do Espírito Santo, e Magalhães Pinto, de Minas Gerais, procuraram acordar os limites da divisa. Consta que decisões foram tomadas a partir de junho de 1963, entretanto, a documentação refere-se ao mês de outubro daquele ano. Dentre várias personalidades, participantes do processo deliberativo acerca da divisa territorial, podemos destacar, por parte de Minas Gerais (Ofício, nº1796, ano de 1963): Dr. Raul de Barros Fernandes, Secretário do Interior; Dr. Darci de Oliveira Andrade, Advogado; Dr. Getúlio Vargas Barbosa, Geógrafo do departamento Geográfico do Estado; entre outros. Por seu turno, o Espírito Santo teve: Eliseu Lofêgo, Secretário do Interior e Justiça; Dr. Asdrúbal Soares, engenheiro; Dr. Délio Magalhães, advogado do Serviço de Juta; e outros.

Feitos e acertados os procedimentos corretos acerca da definição dos limites do Estado, outros problemas ocorriam na área econômica. Na verdade, de acordo com José T. Oliveira (2008), o debate sobre a definição dos limites do Estado já perpassava decênios, o acordo definitivo foi feito em Bananal, a 15 de setembro de 1963. Destarte, relatório anual do governo (1964) relata que, pelo acordo entre os governos capixaba e mineiro, foi colocado um ponto final existente no litígio limítrofe.

⁹⁶ A documentação primária aqui reside em Ofícios expedidos pelo/ao governo estadual, correspondentes ao ano de 1963. Vide referência completa no item documentação primária, ao final deste trabalho.

O Espírito Santo havia ficado com 6.572,8 Km², e ao Estado de Minas Gerais coube à parcela de 2.753,6 Km². Com isso, se marcou a chamada Linha de União.⁹⁷

De volta a esta temática, de salutar importância para análise do panorama capixaba, uma das preocupações do governo de Chiquinho residia em atenuar a crítica situação econômica por que passava o Espírito Santo, em seu governo. Se por um lado o governo estadual apontava o Estado como uma unidade federativa com muitas carências, por outro lado, Chiquinho também procurou promover a imagem do Espírito Santo de maneira positiva. Como atesta o documento Ofício, nº 1484, de 26/08/1963, apesar de o Espírito Santo ser pequeno em sua área territorial, todavia, é um dos estados da federação de maior desenvolvimento tanto industrial quanto comercial. Assim como o Rio de Janeiro, que é mencionado no tal documento como um polo cultural de destaque e tão próximo do estado capixaba, o governo Lacerda Aguiar enaltece Vitória como sendo também uma cidade que abriga um centro cultural e econômico de elevada importância:

[...] encontram-se sediadas diversas agências de importantes empresas nacionais e internacionais, salientando-se dentre elas os diversos escritórios e as magníficas instalações portuárias e ferroviárias da Cia. Vale do Rio Doce [...] cais da Ponta de Tubarão [...] em Vitória hoje está sediada uma das boas universidades do país [...]. (Ofício 1484, ano de 1963).

Entretanto, no ensejo da expedição do documento supracitado, Chiquinho pede ao Presidente da República, preocupado com a Rádio do Governo, a Rádio Espírito Santo, no intuito de melhorar a comunicação em geral no Estado, em virtude do desenvolvimento econômico-cultural local.

Quanto ao problema agrário, tema debatido frequentemente pelas legítimas autoridades espírito-santenses, era condizente a preocupação concernente à seca que assolava o Estado no ano de 1963. Em documento do governo estadual, pedia-se uma atenção mais valorizada para o Espírito Santo. Devemos lembrar que o café capixaba era um dos principais produtos rurais. Podemos observar, por parte do governo estadual, o chamado de atenção do Estado à União (Ofício, nº 2065, 1963):

Esta seca, que já está se desenhando como calamidade pública, entre nós, assume proporções ainda mais alarmantes, porquanto, possuindo o Estado uma área agricultável de 700.000 ha, tem 50 % dessa ocupada pela cultura do café, cuja previsão para a safra é a pior possível [...].

⁹⁷ Relatório anual do governo Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966). Biblioteca Pública do Espírito Santo (BPES).

Torna-se de importância capital a comunicação na tentativa de chamar a atenção do governo federal, aproveitando o oportuno momento de aplicação do Plano Trienal, de autoria de Celso Furtado.⁹⁸ Porém, no Espírito Santo, o governo de Chiquinho não deixou passar despercebido. Conforme a documentação governamental, toda a renda do Estado depende da agricultura cafeeicultura. Porém, esta estava deficitária chegando a apontar sobre uma possível erradicação do café⁹⁹, enquanto a produção de cacau estava num relativo equilíbrio. Isto é, para manter o estado sanitário das lavouras de boa qualidade deste produto, era necessário apenas que algum técnico especializado fosse enviado para dar uma assistência adequada, conforme pedido de Chiquinho à União.

Por sua vez, retomando nesta parte de maneira sucinta o governo de Carlos Lindenberg¹⁰⁰, durante sua gestão (1962), também mostrou constante preocupação com a economia do Estado. Esse governo, em manifesto intelectual, e nesse sentido como não se pode deixar de mencionar, o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CODEC). Tal iniciativa residia na pretensão de desenvolver a economia capixaba, evidentemente, dentro do programa da Aliança para o Progresso.¹⁰¹ Que, no ensejo desse programa, a economia no Estado pudesse condizer com o que estava sendo adotado no plano nacional. No ano subsequente, o jornal *A Gazeta*, de 06/02/1963, noticia em sua capa que o Banco Interamericano havia aprovado o empréstimo de dois milhões de dólares destinados ao investimento agrícola no Espírito Santo. Isto é, fazendo crer da possibilidade, para o Estado, de uma disposição econômica mais forte.

Quanto à construção de casas populares, assim tratava o documento proposto por Carlos Lindenberg:

⁹⁸ Celso Monteiro Furtado (1920-1984). Notório economista brasileiro. Destacou-se no cenário político com ideias econômicas bastante estimulantes para o desenvolvimento econômico brasileiro. No Chile, integrou a recém-criada Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Em 1963, elaborou o Plano Trienal no intuito de ajudar a desenvolver a economia brasileira. In: ABREU, Alzira; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sergio (Coords.). Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

⁹⁹ Documento número 2061, de 08 de novembro de 1963. Ofício do governo. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

¹⁰⁰ Aqui houve uma necessidade de abordar outros aspectos do governo Lindenberg. É sabido que tal assunto já tenha sido tratado nesta Dissertação, nesta parte, possui o caráter de esclarecer outros pontos.

¹⁰¹ Material já explicado em outros momentos deste trabalho.

Sendo elevado o contingente de população favelada tanto na capital como nas principais cidades do Estado, decidiu-se o governo a promover a construção de 3.000 casas populares. A elaboração do projeto foi confiada a uma firma especializada no ramo [...].(Documento institucional Governo Lindenberg- CODEC 1962).

Por outro lado, menciona o fato de o Estado ser beneficiado pelo seu porto e, conseqüentemente, a possibilidade desse ponto estratégico trazer benefícios para a economia capixaba era algo estimulante:

A economia estadual tem como fator favorável ao seu desenvolvimento, a posição invejável do porto de Vitória como ponto de escoamento de toda a grande zona do vale do Rio Doce e áreas circunvizinhas, e de pontos de divergências para correntes novas de comércio e perspectivas próximas na mesma região. (Documento institucional Governo Lindenberg- CODEC 1962).

Destarte, tal desenvoltura do Codec, de acordo com o seu autor, estaria salientada para o triênio 1962-1964, devendo, portanto, atender os objetivos da Aliança para o Progresso. Em acréscimo, o documento rezava por grande prioridade para a economia espírito-santense, confundindo-se com prioridades nacionais. Das iniciativas e suas quantias, segundo Carlos Lindenberg, chega-se à soma de 7.851.000,00 (sete milhões e oitocentos e cinquenta e um mil cruzeiros), a serem aplicados no prazo de três anos.

É pertinente, neste momento, não deixar de analisar um pouco mais a respeito do Plano Trienal durante o correr do ano de 1963. Dentre vários textos essenciais, o trabalho do brasilianista Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo* (1979), faz uma descrição interessante. Nesse sentido, analisa-se aqui o período inicial da década de 1960, isto é, em como o rumo econômico brasileiro estava ligado a uma política de combate à inflação. De acordo com os estudos de Skidmore, esse combate à inflação esteve voltado para um novo grupo de prioridades econômicas, um Plano Trienal, com o resumo lançado por Celso Furtado, em dezembro de 1962.¹⁰²

Tem-se a participação de San Tiago Dantas¹⁰³ que, ao lado de Celso Furtado, foi um grande colaborador para o plano econômico do amigo. Politicamente, Dantas era

¹⁰² O Plano Trienal foi anunciado em setembro de 1962. Sua divulgação oficial ocorreu em 31 de dezembro do mesmo ano.

¹⁰³ Francisco Clementino San Tiago Dantas (1911-1964). Foi jornalista, advogado, professor e político brasileiro. Em 1932 filiou-se à Ação Integralista Brasileira. Tornou-se Ministro das Relações Exteriores no governo parlamentarista de João Goulart. Com a volta do presidencialismo, em janeiro de 1963, ocupou a pasta da Fazenda, afastando-se do cargo cinco meses depois por motivo de

representante da esquerda moderada do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), enquanto Celso Furtado era apertadário, sua contribuição se dando no sentido da formação intelectual e como um tecnocrata.

Ao que se segue, como declara com firmeza Skidmore, o Plano Trienal propunha um programa em simultaneidade com política de combate à inflação e recuperação de um alto índice de crescimento. Portanto, para tal desempenho, o Plano possuía dois pré-requisitos imediatos: a) A pressão inflacionária, produzida pelos déficits no setor público; b) A capacidade de importar deveria ser mantida por intermédio de um refinanciamento da dívida externa do Brasil, concentrado no momento em obrigações de pagamento a médio e curto prazo (SKIDMORE, 1979, p. 290). Em suma, pré-requisitos que exigiam uma ação resoluta de Jango. Na observação de Argelina Figueiredo (1993), o Plano Trienal previa uma taxa de inflação para o ano de 1963 de 25%, com a possibilidade de chegar ao ano de 1965 no patamar de 10%. Como veremos mais adiante, isso correu apenas no terreno das possibilidades.

No mais, o brasilianista chega à conclusão de que o Plano Trienal era uma maneira relativamente “ortodoxa” de enfrentar a permanente questão da inflação. Assevera ainda que San Tiago Dantas poderia demonstrar, enfim, que o Brasil aceitava as exigências do planejamento econômico e da reforma social pedida pela Aliança para o Progresso. Por sua vez, Dantas tinha o inteiro objetivo de obter ajuda no exterior, sobretudo dos Estados Unidos. Outro ponto era a renegociação da dívida brasileira com os credores europeus, dos acordos financeiros com a União Soviética e Europa Oriental (SKIDMORE, 1979, p. 293). Isso significou uma procura por enquadramento do Brasil como uma Nação comprometida em realizar suas obrigações diplomáticas.

Numa capital conclusão nas teses do estudioso dos assuntos sobre a política brasileira, o pesquisador afirma que a batalha anti-inflacionária se encontrava em quatro áreas: a política creditícia, a política cambial, a política orçamentária federal e a política salarial. Esta, no entanto, um sério teste para o programa de combate à

inflação de San Tiago Dantas e Celso Furtado. Em outras palavras, punha à prova a eficácia do Plano Trienal.

Por sua vez, como chama a atenção Ricardo Bielschowsky (s/d), sobre o Plano Trienal, como já fora apontado tendo por objetivo o controle inflacionário, de acordo com o autor (p.149), “[...] A contenção de crédito e de despesas públicas vem recoberta de ressalvas de que a redução da pressão inflacionária está planejada de modo a não comprometer o crescimento da economia”. Por conseguinte, não se cogitava elevar as despesas de investimentos, mas, atualizar o sistema tributário. Nas palavras de Celso Furtado, para enfrentar o problema da inflação, seria notório fazer uma reforma fiscal-administrativa em profundidade.

Também tentando lograr êxito dentro do mesmo tema, os pesquisadores brasileiros, Hildete Melo, Carlos Bastos e Victor Araújo, discorrem em um artigo intitulado *A política macroeconômica e o reformismo social: impasse de um governo sitiado*, de 2006. E fazem isso com uma visão crítica sobre a situação econômica do Brasil, no período de João Goulart como presidente do país.

Nas análises produzidas pelos estudiosos supracitados, o Plano Trienal visava à melhoria dos indicadores de crescimento e distribuição de renda, mas enfatizando a necessidade de combater a inflação e equilibrar as contas em curto prazo (MELO; BASTOS; ARAÚJO, 2006, p. 95). Como continuam os autores, apesar de todo cuidado, por parte governamental, em sanear a economia brasileira, no plano político, por todos os lados (civis, militares, udenistas, petebistas, operários e camponeses), todos se reuniram em pequenos grupos. Todos, devido ao clima político por que passava o país, pensavam em tomar o poder. Esse era o momento de 1963 a março de 1964.

No entanto, o Plano Trienal durou pouco tempo, durante o Governo de Goulart. Na verdade, conforme os pesquisadores mencionados no parágrafo anterior houve uma inflação elevada e um baixo crescimento da economia. Isto é, o contrário do que a população brasileira estava esperando. As reformas de base tão divulgadas por Jango não eram de interesse de boa parte do empresariado brasileiro (MELO; BASTOS; ARAÚJO, 2006). De acordo com o que se seguiu, entende-se que o governo Jango foi um governo sitiado.

Por seu turno, o então ministro do Trabalho e da Previdência Social de João Goulart, João Pinheiro Neto, em sua publicação *Jango, um depoimento pessoal*, de 1993, relata minuciosamente qual era o procedimento do Plano Trienal de Celso Furtado. Para Pinheiro Neto (1993), das expectativas otimistas que traria o Plano, “Uma suposição bastante generalizada era a de que se elaborava um plano de tendência estatizante, ou mesmo socialista” (PINHEIRO NETO, 1993, p. 168). Porém, como continua o autor, ficou patente depois, foram apenas devaneios de seus críticos. Entretanto, para a aplicação do Plano, havia três críticos problemas: o aumento do funcionalismo, o teto dos preços de mercadorias básicas e a contenção do crédito.

Como ainda chama a atenção Pinheiro Neto (1993), as controvérsias iniciais do desenrolar do Plano, em certo sentido, estabeleceu o limite máximo de quarenta por cento de reajuste para o funcionalismo civil e militar, tendo como base o custo de vida e outros elementos. Porém, após alguns meses, o Congresso deliberou por um aumento de setenta por cento. Essa decisão comprometeu todo o esquema do Plano Trienal (PINHEIRO NETO, 1993). De outro lado, San Tiago Dantas percebia o momento econômico, assim como o político, no qual a política interna acompanhava a externa, conforme seu depoimento publicado no jornal *A Gazeta*, de 26/01/1963. Podemos entender o movimento que a situação do país fazia, de acordo com o desenlace econômico-político estrangeiro, mormente, estadunidense.

Depois da visita de João Goulart aos Estados Unidos, em abril de 1962, havia um clima de otimismo. Porém, não foi muito duradouro. As exigências estadunidenses e do Fundo Monetário Internacional (FMI) foram bastante duras: bloquearam todos os créditos ao Brasil, reclamando um forte plano de estabilização da moeda e o pagamento de indenizações à AMFORP.¹⁰⁴ O governo de Kennedy estava cada vez mais agressivo com o de João Goulart. No mais, como observa ainda, Jorge Ferreira (2011, p. 352), a fala de John F. Kennedy a Goulart é incisiva: “Temos informações, Sr. Presidente, de que há comunistas em seu governo!” ou seja, já estava se denotando um afastamento de Kennedy do governo brasileiro, com isso, as observações norte-americanas quanto as ações políticas de Goulart foram cada vez mais contundentes, como veremos mais adiante.

¹⁰⁴ *American and Foreign Power Company*. Empresa norte-americana encampada durante o governo de Leonel Brizola (Rio Grande do Sul), em 1961.

Houve contradições em alguns quesitos concernentes ao Plano, as quais vieram abalar suas reais intenções. O que foi contraditório aconteceu com o aumento do valor do aço. A indústria automobilística foi afetada pelas restrições creditícias do Governo. Assim como o aumento da inflação acumulada em trinta por cento, em 1963. Havia fracassado o esquema de estabilização do Plano Trienal. Com a reforma ministerial de junho de 1963, os ministros Celso Furtado e San Tiago Dantas cederam suas pastas (PINHEIRO NETO, 1993). No entanto, para efeito de negociações internacionais, o plano ainda existia, mas os esquemas principais e suas metas haviam se dissolvido. Conforme o ex-ministro da pasta do Trabalho de Jango, o Plano Trienal não conseguiu unir estruturalismo¹⁰⁵ com monetarismo, desenvolvimento com estabilização, tão pouco que soluções técnicas sobrepujassem as pressões políticas.

O que reserva uma importância capital é perceber, dentre vários fatores, o momento econômico-político no país, mormente, quanto ao governo Goulart, cuja herança recebida foi uma pesada crise econômico-financeira, que perpassou boa parte de sua administração. As estatísticas comentam uma inflação na casa dos 45%. Como chama a atenção Argelina Figueiredo (1993, pp. 91-94), citada por Jorge Ferreira (2003), o plano tinha um duplo objetivo: visava, por um lado, obter o apoio dos grupos conservadores e da opinião pública em um momento de transição para o presidencialismo; por outro lado, tentava obter a confiança dos credores externos, sobretudo norte-americanos, assegurando o refinanciamento da dívida externa e permitindo ajuda financeira adicional.

A resistência ao Plano partiu dos grupos conservadores. Estes criticavam com veemência o programa e seus criadores. Antes do Plano Trienal, como declara com firmeza Argelina C. Figueiredo (1993), o governo exercia controle sobre alguns produtos. Mas, ficou impossível controlar tudo. Seriam necessários bons aparatos institucionais e administrativos, para o controle dos salários e dos preços.

¹⁰⁵ Em breve descrição, Estruturalismo se refere a uma parte do conhecimento humano, sobretudo concernente à área de humanas, que se inspirou no modelo da Linguística e que apreende a realidade social como um conjunto formal de relações. Neste caso, refere-se ao conjunto de ideias tomado pelos intelectuais da CEPAL na década de 1950, assim como a ideia de desenvolvimentismo e um nacionalismo imbuído. O termo também se aplica a área da filosofia como em Saussure e o marxismo. In: BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

No nível estadual, como advoga o pesquisador capixaba Rodrigo Simão na publicação *Espírito Santo, uma viagem de cinco séculos*, de 2006, os reflexos do Plano Trienal, durante o governo de Chiquinho, foram: os projetos do Porto de Tubarão (começados no governo de Carlos Lindenberg, mas como prioridade no governo de Chiquinho em 1963); a conclusão das obras da Rodovia BR 101 e BR 262, com a desenvoltura para a economia e variedades no mercado capixaba; projeto da ACARES (Associação de Crédito e Assistência do Espírito Santo), que era, no entanto, uma política de auxílio ao meio rural; incentivo ao cooperativismo; apoio ao produtor rural comprando e repassando materiais para a agroindústria, maquinários para a fábrica de farinha, industrialização abrangente do milho e laticínios. Além disso, foi prometido para o Estado, conforme *A Gazeta*, de 25/01/1963, dois bilhões de cruzeiros, dinheiro da Aliança para o Progresso¹⁰⁶, destinado ao fomento agrícola por intermédio do Banco de Desenvolvimento Econômico.

As características econômicas sobre o Espírito Santo já foram mencionadas ao longo deste estudo. Sabemos que a economia capixaba foi, por um bom tempo, voltada para o cultivo do café. Na década de 1960 já era cogitada a intenção de erradicação dos cafezais, com o intuito de fomentar outros cultivos. O problema se agrava com as frequentes comunicações ao governo federal em solicitação de maiores cuidados para com a economia no Estado.

O Presidente da Federação do Comércio, José Saade, manifesta o desejo do Presidente Goulart em encontrar soluções para a crise do café e garantir a comercialização normal desta mercadoria¹⁰⁷, uma vez que o comércio capixaba da época girava em torno do café¹⁰⁸ e, em crise, já estava refletindo na sociedade. A historiadora capixaba Maria da Penha S. Siqueira entende, todavia, que a atividade

¹⁰⁶ De acordo com o pesquisador capixaba Amylton de Almeida (2010, p.405), sobre o programa Aliança para o Progresso, na conferência em Punta del Este, vários projetos foram avaliados. O Espírito Santo foi o primeiro Estado brasileiro a receber recursos internacionais: Cr\$ 600 milhões para a criação da Carteira de Crédito Agrícola no Banco do Estado do Espírito Santo e Cr\$ 2 bilhões e 300 milhões para a construção da Usina Hidrelétrica de Suissa.

¹⁰⁷ Telegrama (S/D) expedido para o Presidente João Goulart por José Saade, Presidente da Federação do Comércio Capixaba. De acordo com Oliveira (2008), a produção de café em 1961 era de 1.900.000 (sacas de 60 Kg), em 1962, 2.400.000 (sacas de 60 Kg), em 1963, 1.300.000 (sacas de 60 Kg), em 1964, 1.100.000 (sacas de 60 Kg). Em suma, tais números expressam a paulatina queda da produção de café no decorrer dos anos, no Espírito Santo.

¹⁰⁸ Em ofício, nº 2067, de 08/11/1963, o Estado contava com 14 milhões de cacauzeiros plantados, com cerca de 08 milhões de produção, saca anual oscilando em torno de 90.000 sacas de 60 quilos, ou seja, 700 gramas por pé ou pouco mais. Fonte: Arquivo Público do Espírito Santo (APEES).

econômica, nos idos de 1960, se deslocou do setor cafeeiro para o setor industrial e, com isso, houve um desenvolvimento significativo na economia estadual (SIQUEIRA, 2010). O também historiador espírito-santense, Gabriel Bittencourt, com sua obra *A formação econômica do Espírito Santo: o roteiro da industrialização* (1987) faz um levantamento interessante acerca da economia capixaba desde o período colonial à década de 1980.

Bittencourt dentre vários apontamentos, salienta que:

Graças à expansão dos transportes rodoviários, o avanço da fronteira agrícola foi mais rápido entre as décadas de 1940 e 1960, quando o café encontra no extremo norte-nordeste do Estado o seu limite ecológico. (...) à atividade madeireira em crescimento, veio se juntar [...] 1950/1960, a criação extensiva de bovinos para corte [...]. (BITTENCOURT, 1987, p. 207).

Consequentemente, a mão de obra para tais atividades era procedente das lavouras de café, já sinalizando uma decadência dessa monocultura. Destarte, há o êxodo rural, pois os trabalhadores do campo, sem ocupação e em busca de condições melhores de trabalho, irão povoar as cidades.

Sobre a erradicação dos cafezais, Siqueira (2010) afirma que o café capixaba não era de boa qualidade e que, quando então se erradicou uma grande percentagem da lavoura cafeeira, a economia espírito-santense foi a que mais se desestruturou. Isto é, as condições da cultura cafeicultora no Estado eram muito precárias.¹⁰⁹

A atividade de pecuária leiteira foi também muito importante nas áreas onde outrora se cultivava café. Conforme Bittencourt (1987), tal ação era essencialmente extensiva, abrangendo o Sudeste oriental que antes predominava o cafezal. Por sua vez, no que tange ao escoamento de mercadorias, em virtude da abertura de estradas estratégicas ligando o Estado a outros, por exemplo, o Estado era ponto estratégico para a vazão de minério de ferro realizado pela Companhia Vale do Rio Doce. Como assevera Bittencourt:

A expansão dos transportes se processou graças à pavimentação da rodovia Rio-Vitória, que se prolongou ao norte do Estado. Posteriormente, ficou ainda mais representativo, com a nova estrada litorânea que une o Rio à Bahia (BR 101) e também a BR 262, que liga Vitória à região central de Minas Gerais, aliada à Estrada de Ferro Vitória-Minas [...]. (BITTENCOURT, 1987, p. 207).

¹⁰⁹ De acordo com Siqueira (2010, p. 47), “o Plano Gerca de erradicação e indenização dos velhos cafezais foi implementado em duas fases e atingiu todas as áreas produtivas do país, sendo que algumas delas tiveram um número maior de pés erradicados, como foi o caso do Estado capixaba”.

Na esteira programática da Aliança para o Progresso, o momento era oportuno para pedidos convenientes, com objetivo de desenvolver o Espírito Santo, sendo que disso aproveitaram-se os governantes. Por meio de ofício (21/11/1963), Chiquinho menciona seu desejo em adquirir roçadeiras rotativas de procedência norte-americana, isto é, dentro do sistema Aliança para o Progresso. Tal pedido era considerado parte indispensável do plano de fomento da lavoura e pecuária. Com isso, o Governo estadual se comprometeria ainda com o pleito de um financiamento para um prazo de 08 (oito) anos, com 03 (três) anos de carência. Ou seja, as autoridades competentes deveriam dar prioridade para tal iniciativa.

Conforme vimos no primeiro capítulo, a Aliança para o Progresso foi aplicada no início de seu anúncio de lançamento no Brasil, em 1961. Logo recebeu uma “parceira” no país conhecida como Aliança Brasileira para o Progresso.¹¹⁰ Como atesta o documento-ofício nº 2336, de 30/11/1963, lançada pelo Governador de São Paulo, Adhemar de Barros, com o intuito de beneficiar os Estados carentes (pelo menos era esse o objetivo), o Governador Chiquinho, junto com seu Secretário da Agricultura, Terras e Colonização, pede uma quantia de trezentos e setenta milhões de cruzeiros. De acordo com o documento, o pedido se justificava para a aquisição de equipamentos destinados àquela Secretaria.

Em documento emitido para o coordenador do Itamarati, o Governo capixaba pede que uma professora de inglês, em viagem para os Estados Unidos, seja bem recebida lá. O conteúdo também destaca ser a nação norte-americana amiga do Brasil e de ambos gozarem dos termos da Aliança para o Progresso. Isto evidencia o caráter circunstancial do Governo Chiquinho em tirar bons frutos da relação político-econômica desse período na forma ensejada, isto é, atrelada à política estadunidense.

¹¹⁰ Aproveitando o clima de Guerra Fria, o Governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, lançou a sua Aliança Brasileira para o Progresso (fevereiro de 1963). Era um claro desafio ao Governo Federal, que usou de todos os meios para frustrá-lo. Houve reação adversa também de outros governadores que temiam tratar-se de uma estratégia para a expansão de uma hegemonia paulista. Conforme informação, Adhemar de Barros pretendia realizar estudos, planejamentos e execução de programas de cooperação econômica. In: ABREU, Alzira; BELOCH, Israel; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sergio (Coords.). **Dicionário histórico-biográfico brasileiro pós-1930**. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

3.8 OS EMBATES ENTRE O GOVERNO DE FRANCISCO LACERDA DE AGUIAR E A OPOSIÇÃO

Como demonstrado em seção específica sobre as principais personalidades capixabas¹¹¹, embora de maneira breve, Francisco Lacerda de Aguiar merece, neste momento, um espaço enfático. Antes de se envolver com os assuntos da política partidária Chiquinho era jogador de futebol e remador pelo mesmo clube, o Flamengo. Natural de Guaçuí, sul do Espírito Santo, seu pai fora vereador por 30 anos, ainda na chamada política a “bico de pena”.

Francisco Lacerda de Aguiar estudou cinco anos no Colégio Militar do Rio de Janeiro. Mal conhecia a região norte capixaba e, na ocasião, tinha vindo a Vitória pouquíssimas vezes. Consta de suas atividades, relatadas em periódico¹¹², que era um homem simples, procedente da roça e humilde, havia conquistado o povo. Não à toa, Chiquinho foi considerado como populista, uma figura carismática. O *slogan* “Chiquinho vem aí”, divulgado na primeira candidatura para Governador, em meados da década de 1950, foi um sucesso. Como advoga a revista *ES–Agora* (1972, p. 35), “[...] Em toda a sua vida política demonstrou ser um hábil diplomata sabendo agradar a gregos e troianos numa época em que isso era quase impossível”.

Assim, Chiquinho havia também conquistado vários opositores. Como já foi adiantado, o PSD, em certo período, passou a ser seu principal adversário. O deputado estadual Christiano Dias Lopes Filho, daquele partido, acirrou atritos com Chiquinho, realizando um trabalho de fiscalização mais forte às atividades do governador. Por sua vez, da primeira candidatura, alguns políticos do PSD de Guaçuí eram favoráveis a Chiquinho. Críticas de Christiano Dias Lopes Filho (*ES–Agora*, 1972, p.38):

O PSD tinha que cuidar de tudo- as críticas na Assembleia ao governo eram diárias. O deputado Christiano Dias Lopes Filho atacou violentamente a falta de estruturação das obras a serem realizadas. Em um discurso feito em 24 de setembro de 1956, disse não saber o que o governo pretendia fazer com um excesso de arrecadação. [...] ‘O governo não tem um esquema de trabalho e nem uma diretriz certa e segura para conduzir os destinos do Estado’.

¹¹¹ Neste estudo foi abordado no segundo capítulo, em seção concernente ao Espírito Santo, alguns ícones da política capixaba no qual Chiquinho está incluso.

¹¹² Tais informações foram retiradas da revista *ES–Agora* (1972). Entrevista especial do ex- governador Chiquinho.

Com essa difamação feita pelo deputado, Chiquinho se defende afirmando que seu governo havia sido altamente sabotado. Mesmo com as perseguições, Chiquinho permanecia líder. Era ovacionado em inaugurações e frequentemente carregado pelo povo. Entretanto, sobre a perseguição do PSD, Chiquinho conta o motivo de ter deixado o pagamento do funcionalismo atrasado, quando saiu do governo pela primeira vez: “Porque o PSD, que havia ganhado as eleições, prendeu as verbas federais que Juscelino tinha liberado”. E prossegue: “Mas quando voltei para a segunda campanha o povo foi me buscar com o mesmo entusiasmo” (*ES-Agora*, 1972, p. 35).

Em sua segunda eleição para governador, Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966), mais uma vez derrotou o PSD. No entanto, as críticas às suas atividades políticas foram veementes. Mais uma vez, Christiano Dias Lopes Filho (PSD) estava no encalço do governador eleito. De outro modo, Chiquinho também conquistava elogios diversos pela população em geral. Mas, como o ele mesmo assumiu, era difícil ser governador da coligação, era muito partido para acomodar nos cargos chaves do governo.

Em seu derradeiro mandato como governador ampliou o número de escolas no interior do Estado, de oito para cinquenta e seis. Na área da saúde, liberou verba estimada em quinze milhões de cruzeiros para um hospital de Montanha, em 1964 (*ES-Agora*, 1972). Das críticas contundentes do deputado Christiano Dias Lopes, líder da oposição na Assembleia Legislativa, pode-se salientar, de acordo com a *ES-Agora* (1972, p.39): “O governador tem mandado para esta casa mensagens redigidas não em cima da perna e sim debaixo da perna”.

Em outra observação, no mesmo periódico, diz o deputado:

O governo assumiu conosco o compromisso de mandar, dentro de poucos meses, o pedido de criação de cargos, mas este governo não é de nada e até agora não pediu os cargos para enquadrar.

Pode-se perceber, nas veementes críticas do referido parlamentar, quanto às ações políticas de Chiquinho, de que este fazia um jogo duplo entre o ato falado e o realizado. Deve-se considerar que nesse momento o PSD havia perdido por duas vezes a governadoria. Por sua vez, como mencionado no início deste capítulo, o periódico *A Gazeta*, capitaneado por Carlos Lindenberg e associados, também fará duras e provocativas observações a Chiquinho, tão logo em vias de sua posse:

Terá o senhor Lacerda de Aguiar condições para bem exercer a direção do Espírito Santo? Ou haverá de retroceder àqueles dias – longos dias – em que se impôs aos capixabas uma insignificância que não merecemos?

E como continua a coluna:

Preferimos acreditar que, realmente, S. Excelência tenha reformulado o seu passado, parodiando o prestigioso ex- Governador Lindenberg. Pelo menos, é o que se pode esperar de sua fala, que acreditamos sincera. (*A Gazeta*, 01/02/1963, capa).

Tais provocações irônicas, como se pôde constatar, são providas de uma oposição partidária endossada pelo jornal *A Gazeta*, hostil ao governador. Ao que pese, advindas do PSD, diz-se serem divergências políticas, portanto, apenas no campo da política, como a mesma reportagem advoga:

Nossa posição política, entretanto, permanece em campo oposto ao de S. Excelência e seus auxiliares. O refrão popular cabe aqui perfeitamente: “gato escaldado tem medo de água fria” – o que se justifica depois de analisado o primeiro Governo Lacerda de Aguiar. (*A Gazeta*, 01/02/1963, capa).

Por outro lado, como o próprio administrador Chiquinho assumiu, quando governador da coligação, era uma situação complicada. Isto é, tendo que agradar a vários políticos partidários.¹¹³ Quando do término de seu primeiro governo, o pagamento do funcionalismo público ficou bem atrasado. Chiquinho esclareceu que o PSD, que havia ganhado a eleição, prendeu a verba liberada por Juscelino Kubitschek (*ES–Agora*, 1972).

Por sua vez, o periódico *A Gazeta*, de 01/02/1963, traz em sua reportagem de capa, então, as boas vindas ao novo governador em seu segundo mandato. Na verdade, composto em termo irônico, trata de revolucionárias as ações futuras do governo, devido ao seu discurso de posse no dia 31 de janeiro:

O Sr. Lacerda de Aguiar, pelo seu pronunciamento, promete uma verdadeira revolução nos seus métodos de governar, tendo quatro longos anos para colocar em prática seus desejos.

Por conseguinte, não somente viveu Francisco Lacerda de Aguiar de injúrias, por suas ações políticas, como também os elogios foram emblemas marcantes na vida desse político, considerado populista. Ao que consta, o jornal *O Diário*, de

¹¹³ Em documento/ofício (s/n), de 23/3/1964, dirigido ao prefeito de Nova Venécia, José Scardini, o governador Chiquinho relata alguns membros da Coligação Democrática para ocupar cargos. Assim, o Governo distribuiu: os cargos de Delegado Policial devem ficar com a UDN, as Secretarias de Saúde, de Viação e o D.E.R, devem ficar com o PTB. Com o protocolo assinado por Eurico Rezende, Raul Giuberti, Rubens Range e Oswaldo Zanello.

propriedade de Chiquinho, não hesitava em publicar os feitos de sua autoria. Solon Borges e Ferraço Filho não deixavam de elogiar publicamente Lacerda de Aguiar (*ES-Agora*, 1972). Como a imagem foi exaltada: Chiquinho era bem comentado pelo povo. As manifestações continuavam vivas e frequentes nas concentrações populares.

Em um sentido oposto às críticas, de acordo com a entrevista dada ao periódico *Espírito Santo Agora* (1972, p.37), Chiquinho apresenta uma possível contradição de Christiano Dias Lopes Filho:

Este moço é muito engraçado. Durante meu governo era líder da oposição. Vivia me criticando publicamente, mas nos bastidores me pedia várias coisas. Ele não pedia a mim diretamente, pedia através de Setembrino. Sobre o governo dele sou suspeito para falar, né? Ele atacou tanto o meu, de maneira que o governo dele para mim não existiu.

Entretanto, outro parlamentar, Hélsio Cordeiro, também fazia seu manifesto contra Chiquinho: “Parece que o Sr. Lacerda de Aguiar também resolveu seguir o caminho do Sr. João Goulart, isto é, ser amigo dos comunistas [...]” (MEDEIROS, acesso em 18 de out. 2012). Conforme segue, de acordo com os inconvenientes contra Chiquinho, segundo consta, é mencionado o poder da Rádio Espírito Santo, com programação diária com um horário especial destinado aos comunistas e, ainda, o espaço de uma folha do jornal O Diário, oferecida também a eles.

Sobre a atuação de Hélsio Cordeiro, deputado estadual, o jornal *A Gazeta*, de 29/11/1964, trouxe uma seção com o comentário pronunciado com certa irritação pelo deputado: “O senhor Lacerda Aguiar pensa que os comunistas valem alguma coisa (...)”. No comentário, com as críticas mais fortes sobre o reduzido número de parlamentares do Partido Comunista no Espírito Santo, Hélsio Cordeiro acrescenta que só foram eleitos dois comunistas depois que a Rússia venceu uma guerra mundial. Prossegue sua denúncia: “(...) jamais o partido comunista fez eleger um candidato”.¹¹⁴ Pode-se afirmar que o deputado foi fortemente censor, pois, de sua parte, se observa certo medo ou raiva do comunismo em palavras como: “amigo dos comunistas”, “não são eleitoralmente nada”, entre outras. Parece que havia um vocabulário próprio dos conservadores anticomunistas, aliados, por sua vez, à

¹¹⁴ No periódico *A Gazeta* (29/11/196[?]), Hélsio Cordeiro dirigiu pesadas críticas aos comunistas nos seguintes termos: “Não representam nada, eleitoralmente nada, moralmente nada, fisicamente nem virilmente [...] salafrários, picaretas da política, indignos, venais, desprezíveis como homens e como políticos [...]”.

ideologia norte-americana de combate ao comunismo, no contexto da Guerra Fria. No mais, com as denúncias de corrupção e instalação de Inquérito Policial Militar (IPM) e a criação de obstáculos, realizada pelo deputado Christiano Dias Lopes Filho, quando reuniram uma comissão em defesa do Governador Chiquinho, a renúncia foi solução mais viável.¹¹⁵

3.9 PREPARANDO O TERRENO PARA O GOLPE: MANIFESTAÇÕES DO ANTICOMUNISMO NO ESPÍRITO SANTO

Como podemos explanar no segundo capítulo deste estudo, acerca dos partidos políticos, mormente, o Partido Comunista Brasileiro, tanto no nível nacional quanto no âmbito capixaba, foram ali mostradas as nuances pelas quais passou esse partido durante várias décadas: ilegalidade, clandestinidade, entre outras. Entretanto, urge a necessidade de apontar nesta seção, o anticomunismo, numa palavra, as posições anticomunistas, no estado do Espírito Santo. Isto é, sob a ótica de Carlos Lindenberg, Hélio Cordeiro e João Calmon.

A renomada frase do *Manifesto Comunista* de Marx e Engels aponta o que podemos observar com relação a isso no mundo sob o capitalismo: “Um espectro ronda a Europa, o espectro do comunismo”. Como fora discutido com profundidade no primeiro capítulo desta Dissertação, a possível ameaça do comunismo no Leste Europeu sobre os países latino-americanos, em especial, o Brasil, após a Revolução Cubana, poderia ser um fato consumado tendo em vista que as críticas a João Goulart residiam em mostrá-lo como um presidente voltado para os comunistas ou preparar uma República Sindicalista. Assim evidenciaram Hélio Silva (1978) e Jorge Ferreira (2003).

Se por um lado tem-se a população que não é esclarecida sobre o conceito de comunismo, ou mesmo socialismo e seus principais filósofos, por outro, Lindenberg também não parece esclarecido sobre como funciona de fato o comunismo. Em suas memórias, documento pessoal e sem data, mas datilografado e extenso¹¹⁶, Carlos Lindenberg se posiciona contra o comunismo da seguinte forma:

¹¹⁵ Sobre esse episódio está melhor detalhado em seção oportuna sobre a participação do Governador Lacerda de Aguiar no Golpe de Estado e sua renúncia no quarto capítulo.

¹¹⁶ Tal documento é do acervo pessoal e de autoria de Carlos Lindenberg. Trata-se de um documento inédito. Material adquirido no Instituto Carlos Lindenberg (ICL), em 13 de janeiro de 2012. Entretanto,

2º- Meu pensamento e meu comportamento em relação ao comunismo são por demais conhecidos. Sendo eu espiritualista, por índole, por educação, por princípio, não posso transigir com o materialismo em campo algum. Baseado o comunismo no materialismo, nossas ideias [sic] doutrinárias chocam-se por tal maneira, que não pode haver coexistência pacífica entre nós, quer na doutrina e, menos ainda, no método de ação. Devo lembrar que, por duas vezes, rejeitei os votos dos comunistas.

Esta é uma parte correspondente ao segundo parágrafo da documentação pessoal de Carlos Lindenberg. Suas posições contra o apoio aos comunistas se exacerbavam. À época, o estadista se achava como: latifundiário, acionista de grandes negócios, um dos sócios do jornal *A Gazeta*, entre outras atividades. Dessa forma, seu posicionamento político não era equivalente nem se coadunava com uma ideologia que punha fim na propriedade privada dos meios de produção como rezava o comunismo. Prossegue Carlos Lindenberg em sua leitura:

3º- Prefiro e me bato em que o Brasil mantenha a atual situação. As aparentes vantagens que poderiam surgir se reatássemos relações com a URSS, não passariam de engodo [sic], pois a infiltração e o incremento que teria o comunismo em nossa terra, levar-nos-ia à situação em que se encontram outros países, que estão pagando ou em breve pagarão pelo erro cometido.

Para o historiador Francisco Falcon, no discorrer de seus estudos sobre os termos História e Poder mostram como estes estão intimamente ligados, isto é, são irmãos siameses difíceis de serem separados. Observar um sem perceber a presença do outro é tarefa impossível. Em suas próprias palavras:

[...] A história da humanidade neste caso deve ter presentes estas duas maneiras de ver a questão das relações entre a história e o poder: Há um olhar que busca detectar e analisar as muitas formas que revelam a presença do poder na própria história [...]. (FALCON, 1997, p. 61).

Como adiantamos, o contexto histórico da Guerra Fria ensejou as atitudes de combate ao perigo vermelho com maior intensidade. Quem detém a imprensa, detém o poder? O que é o próprio poder na história? São perguntas que, por si mesmas, implicam em respostas profundas, quiçá, motivo de outra pesquisa. Cabe aqui, no entanto, discutir os diversos discursos a respeito trazidos à tona.

outro documento datado de 03 de abril de 1961, traz alguns nomes fichados como comunistas pela Chefatura de Polícia, como Vespaziano Meyrelles, Hermogenes Lima, Maurício de Oliveira, entre outros. Documento esse, adquirido em 02 de maio de 2013, também se insere no acervo de Carlos Lindenberg, porém, não sendo de sua autoria, há relevância aqui em mencionar o trabalho policial em apontar supostos comunistas a um empresário do meio de comunicação. Para maiores detalhes, vide material em Anexos.

Por sua vez, o deputado Hélios Cordeiro (PSD) também fez fortes críticas aos comunistas. Como podemos adiantar em trechos anteriores, Hélios Cordeiro foi bastante incisivo em suas posições. Ainda no discurso lançado em *A Gazeta*, de 29/11/1964, intitulado “*Hélios Cordeiro fustiga governador: fez acordo vergonhoso com comunistas*”, ele se pronuncia, pode-se afirmar, num desabafo contra os comunistas:

[...] incapazes de atingir pela frente e não aceitam a disputa em nenhum terreno, cara a cara, de homem para homem, covardes. E não adianta mandar bilhetinhos anônimos, nem telefonemas. Não tenho receio de patifes, não sou homem de amedrontar-me cara a cara e não deixaremos de falar o que falamos aqui e na televisão.

Conforme vimos, Hélios Cordeiro não foi somente um crítico do governador Chiquinho Lacerda de Aguiar, mas também dos comunistas ou, na verdade, dos membros do Partido Comunista capixaba e, na mesma esteira, dos comunistas como um todo.

Outra personalidade política tão bem conhecida e, pode-se dizer conservadora, era a do deputado federal João Calmon.¹¹⁷ Em sua atuação política, em 1962, comandou uma campanha que resultou na derrubada dos vetos opostos pelo governo do presidente João Goulart ao projeto do Código Brasileiro de Telecomunicações.¹¹⁸

Dentro de suas atuações incisivas a respeito de João Goulart, João Calmon procurou acirrar ainda mais sua ofensiva quando Leonel Brizola fazia seus discursos pró-reformas na Rádio Mayrink Veiga. Juntando-se a Roberto Marinho (Rádio Globo) e Nascimento Brito (Rádio Jornal do Brasil), João Calmon (Rádio Tupi) criou a Rede da Democracia. Tal rede foi lançada em outubro de 1963, conforme Jorge Ferreira, em *João Goulart, uma biografia* (2011). A cadeia, segundo Marcia Quarti (2012), era formada por mais de cem emissoras de todos os estados do Brasil. Uma reação, formada por anticomunistas, ao programa de Brizola. Com um discurso unânime, denunciavam o perigo do comunismo, a política do governo e o próprio Goulart. De

¹¹⁷ João de Medeiros Calmon. Nasceu em 1927, em Baunilha, município de Colatina (ES). Deputado federal pelo Espírito Santo (1963-66, pelo extinto PSP, e, em 1971, pela Arena). Morreu em São Paulo, em 1998. Presidiu a Associação de Emissoras do estado de São Paulo (AESP).

¹¹⁸ A Associação Brasileira de Rádio e Televisão (ABERT) surgiu na luta contra os vetos de João Goulart ao Código Brasileiro de Telecomunicações, em 1962. Nesse momento, o empresariado de radiodifusão começa a despertar e parte para um trabalho de esclarecimento da sociedade, por meio de seus congressistas. In: www.fpabramo.or.br/artigos-e-boletins. Acesso em 30/11/2012.

acordo com Jorge Ferreira (2011), Tancredo Neves e Ulysses Guimarães, assustados com a escalada de radicalização das esquerdas, saudaram a formação da Rede da Democracia.

Era uma época na qual criticar o comunismo estava no auge, embora, como assevera Jorge Ferreira (2011), o anticomunismo no Brasil viesse a lançar suas “teses” mais fortes ao final do ano de 1963 para 1964. O deputado João Calmon já era partícipe de tal pensamento há um bom tempo. Formado nesse pensamento e sendo, além de político, administrador na área de comunicação (Rádio) e intelectual, escreveu o livro *Duas invasões* (1966), sendo o primeiro volume dedicado à *invasão vermelha* (uma forma de desenvolver suas ideias), partindo de questões político-partidárias no Brasil, das que se relacionavam às telecomunicações (TV e Rádio) e do mundo empresarial em geral. Como chama a atenção João Calmon, sobre a situação política do país em 1963:

O Brasil de 63 [...] marchava vertiginosamente para a esquerda. As ‘primas-donas’ da chamada Frente Nacional de Reportagens, na Rádio Mayrink Veiga e em dezenas de outras, em cadeia, enchiam os céus do Brasil com ‘slogans’ e imagens subversivas e intranquilizadoras. [...] Era preciso agir e contra-atacar com firmeza. (CALMON, 1966, p. 91).

Dessa forma, o político capixaba procurou ser incisivo em suas ações, utilizando sua TV Tupi para desestabilizar o governo de Goulart e consortes. As ideias propagadas insistentemente conseguiram alcançar seus objetivos. Como continua sua fala, na determinação para a gênese da Rede da Democracia, depois do veto de Goulart aos congressistas:

[...] Uma providência simples e prática: os discursos dos parlamentares vetados pelos censores federais passariam a ser transmitidos através dos horários reservados ao Congresso Nacional, na ‘Hora do Brasil’. [...] Nada menos de 1.400 emissoras estariam às nossas ordens, a serviço da liberdade de opinião. [...] aos telespectadores da TV Tupi, que me honravam com sua audiência não ser isso bastante. [...] E lancei [...] as bases do que seria, mais tarde, a ‘Rede da Democracia’. (CALMON, 1966, p. 91).

Como é sobejamente sabido, o papel da imprensa se confunde com o do poder. No caso supracitado, podemos inferir sobre a manipulação de opiniões proposto pela emissora de Calmon. Isto é, o lado persuasivo de um grupo para derrubar um governo e pessoas próximas a este. Como continua Calmon, ainda justificando a eficácia da programação de sua TV, salientando as palavras do General Assis Brasil de que o dispositivo de propaganda mobilizada pela Rede da Democracia contribuiu de maneira decisiva para o desmoronamento do plano de poder de João Goulart.

No plano de discursos contra o comunismo, mormente, o comunismo soviético, João Calmon procurou não mitigar suas palavras. Atacou situações até mesmo sem muita importância. Sobre as importações que a União Soviética realizava e seu pagamento deficitário, assim como certa irritação aos comunistas, Calmon apontava em sua fala na Rede da Democracia:

[...] Quem está importando, agora, milhões e milhões de toneladas de trigo: [...] é a Rússia, é o falso paraíso soviético que está importando seis milhões de toneladas de trigo [...]. Vamos desmascarar os aliados conscientes e inconscientes de Krushev e de Mao TséTung. Vamos respeitar os comunistas que não usam máscara e desprezar os mascarados [...]. No mundo comunista, há, também, monstros de insensibilidade. [...] Simultaneamente não devemos poupar os lacaios do comunismo, os lacaios caboclos e os lacaios dolicocefalos louros ou de qualquer cor [...]. (CALMON, 1966, pp. 96-97).

Suas observações continuam. João Calmon, mais tarde, irá fazer parte do esquema que derrubará Goulart. Nesse momento de 1963, suas preocupações residem apenas num combate forte contra a influência das esquerdas no país. Na continuação do pensamento sobre a década de 1960, outra obra de João Calmon, *O livro negro da invasão branca*, de 1966, o autor expõe sua recusa à compra da Companhia Telefônica Brasileira, promovida por João Goulart. Calmon salienta que, às vezes, era a favor do capital estrangeiro, outras vezes, contra. Isso pode ser explicado no sentido que, para Calmon, o Estado era um mau patrão. Tanto que o autor havia se engajado de fato, como era denominado, na batalha antiestatização. Com isso, essa não era uma tarefa tão árdua quanto às das passadas lutas contra a administração comunizante da qual a Revolução de março de 1964 acabara de liquidar. Em conclusão, salienta:

Naquela época enfrentávamos um anticapitalismo peleguista e comunizante cujo principal líder combatia na planície, de microfone em punho, infiltrando-se nos sindicatos, nos quartéis, nas escolas. Nos dias que correm atacamos figuras representativas de outro tipo de anticapitalismo, o anticapitalismo estatizante [...]. (CALMON, 1966, p. 35).

Outra forma de luta proposta pelo autor e seus consortes combateria grupos que estavam contra a iniciativa privada, que, segundo Calmon, era geradora de riquezas, assim como do desenvolvimento do país. De outra forma, como propagandeou o periódico *A Gazeta*, de 03/03/1964, João Calmon iria se pronunciar sobre a conjuntura do país e de sua candidatura à vice-presidência da República, pelo PSP. Ainda, em momento oportuno, veremos como Chiquinho também se voltará para a derrubada de Goulart. Em entrevista, o governador espírito-santense se colocará

contrário ao comunismo ou, pelo menos, não favorável às reformas propostas por Jango. Uma vez que Chiquinho também era um latifundiário, a reforma agrária atingiria suas propriedades.

As argumentações anticomunistas, importantes por exprimirem razões contra o Governo de Goulart, eram também dirigidas os grupos da esquerda próximos ao Presidente da República, criando um clima de Guerra Fria. Das assertivas anticomunistas de Calmon, podemos destacar:

[...] Pois se o perigo comunista existe, cada dia maior e mais próximo, é inclusive porque o imobilismo de vários setores das elites do país propicia o florescimento das ideologias [...]. (CALMON, 1966, 1º vol. p. 81).

No entanto, Calmon é incisivo em suas observações acerca do comunismo. Como intelectual e empresário de telecomunicações, ministrou conferências em boa parte do país. Continua seu discurso:

[...] É imperioso que ao lado da batalha contra a cubanização do Brasil [...] em toda minha pregação através do país [...] basta ver as teses que defendo, a de um fanático que outra coisa não enxerga senão o perigo da dominação comunista [...]. (CALMON, 1966, 1º vol., p. 81/82).

Dessa forma, adverte Jorge Ferreira (2011), o anticomunismo durante o governo Goulart deve ser analisado com devida cautela, evitando as interpretações que valorizam excessivamente seu peso na crise e na desestabilização do governo. A atenção deve ser dada no sentido em que, em fins de 1963, o radicalismo estava num crescendo, as esquerdas se afastavam do Presidente da República. Na mesma esteira anticomunista, no Espírito Santo, podemos relatar brevemente sobre o deputado Christiano Dias Lopes Filho. Conforme *A Gazeta*, de 11/4/1964, quando dos militares no poder político do país, o deputado diz lucidamente que se punam os comunistas, mas não transformassem a Revolução em fábrica de inúmeros injustiçados.

No mais, podemos destacar organizações anticomunistas, tais como: Ação Democrática Parlamentar (ADP), Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), Movimento Anticomunista (MAC) e o Comando de Caça aos Comunistas (CCC). Assim, no próximo capítulo iremos abortar a escala anti-comunista e as conspirações que levaram o Golpe Militar de 1964. Também trataremos dos reflexos do movimento de 1964 em terras capixabas.

4 A CONSPIRAÇÃO E O GOLPE DE 1964: O CONTEXTO

O cerne da questão sobre a tomada de poder pelos militares em consonância com o desejo de um grupo civil, conforme Dreifuss (1981), de uma elite orgânica organizada há vários anos no complexo IPES/IBAD com o objetivo de afastar o governo de João Goulart. No plano nacional, com o comício da Central do Brasil realizado em 13 de março de 1964, desencadeou uma reunião de líderes opostos a Goulart. Nesse sentido, procurar-se-á expor os minuciosos desenlaces do golpe de Estado de 1964 e sua repercussão no estado do Espírito Santo. Em outras palavras, quais foram os protagonistas desse golpe de Estado? No estado capixaba, quais foram os momentos contraditórios entre o governo Chiquinho, políticos e demais autoridades acerca da articulação golpista?

Como acuradamente observa Marta Zorzal (1995), o governo de Francisco Lacerda de Aguiar, na esteira do que estava se passando no país, com crise política, greves, entre outros, marcadamente, é considerado um governo populista. Chiquinho se fazia muito próximo do povo, assim, a alcunha de populista, nesse sentido, valeu-lhe muito bem. A autora ainda admite que os planos de Governo de Chiquinho estavam voltados para objetivos sociais. No entanto, bem mais perto dos interesses das classes dominadas, mormente, da produção rural (ZORZAL, 1995, p. 411-414).

Por sua vez, no contexto nacional, sobre a situação crítico-política pela qual o país estava atravessando, João Goulart já estava jogando com várias frentes para poder abraçar seus objetivos. Dessa forma, por essas investidas para salvaguardar seu governo e equilibrar a economia, Goulart fará inúmeras tentativas de procurar agradar os diversos setores. Entretanto, como corroboram Fernando Silva e Antônio Negro (2003), quanto ao PTB e sua atuação, rivalizada ou recusada, a herança do trabalhismo consta no centro dos acontecimentos relativos aos períodos prévios e posteriores a 1964.

4.1 O ANO DE 1964 E O ESPÍRITO SANTO

Como já discutido em capítulo oportuno¹¹⁹, o PTB, juntamente com o PSD, tiveram um aval de Getúlio Vargas. No mais, conforme Argelina Figueiredo (1993), neste momento salienta-se que a ajuda solicitada por Goulart aos pessedistas lhe será cerceada. O PSD não admitia, com todas as letras, o programa de reforma agrária. Pôs severas objeções aos intentos reformistas do Presidente.

Nesse tempo, como mencionado anteriormente, em meio à crise político-econômica que grassava todo o país, João Goulart, como alguns autores apontam, como Argelina Figueiredo (1993), estava vivendo um isolamento político, após uma onda de greves e outras manifestações, desencadeadas a partir de 1963 com o seu pedido de estado de sítio. Em fevereiro de 1964, o governo estadual solicitou ajuda ao Governo Federal para o Plano de Produção de Alimentos. Tal solicitação era cobrança de maior atenção à área rural do Espírito Santo e visava tornar mais acessíveis os meios de produção de alimentos e, por conseguinte, ao bem-estar social.

Ainda no âmbito capixaba, o governador Chiquinho pedia ao governo federal a liberação da quantia de 212 milhões de cruzeiros destinados à Fundação de Serviço Especial de Saúde Pública, para obra de Engenharia Sanitária no estado (N.G., 573, 13/03/1964), uma demonstração do governo local para com a questão da saúde pública. Também, no campo do conhecimento, o jornal *A Gazeta* (03/03/1964, s/p) noticia a união de intelectuais capixabas em defesa do progresso do país, isto é, o Espírito Santo daria uma comitiva de trabalhadores intelectuais de várias categorias, tudo, visando o desenvolvimento geral da nação.

O dia 13 de março de 1964 se torna um marco importante para este estudo porque desencadeará reflexões por todo o país no sentido de o discurso de Goulart, no comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, ter provocado manifestações críticas de seus opositores dos setores civil e militar. Seu discurso, bastante aplaudido pelos presentes, foi feito para atender a um pedido das esquerdas, como forma de esclarecimento das reformas e soluções propostas pelo Presidente da República.

¹¹⁹ Sobre os partidos políticos e personalidades políticas em destaque foram debatidas no segundo capítulo.

4.1.1 Preparativos para o comício

O Governo Goulart era pressionado por todos os lados.¹²⁰ Desde sua posse, como durante do regime parlamentarista, militares e civis hostis a ele produziam manifestos contra ao Presidente. De acordo com Jorge Ferreira (2003), para a direita civil-militar, que tomou o poder em 1964, Goulart era um demagogo, corrupto, inepto. Tinha a pecha de pusilânime, analfabeto, amigo dos comunistas, entre outros adjetivos negativos.

Procuravam os oposicionistas, conforme Abelardo Jurema¹²¹ (1964), impingir a ideia de que o chefe da nação era incapaz, primário e preguiçoso. Para a imprensa, nos primeiros dias de março, segundo Jorge Ferreira (2011), não existia uma opinião uniforme sobre o governo Goulart. Com a acentuação da radicalização das esquerdas, os proprietários de jornais não investiam numa oposição ordenada.

De outra parte, as esquerdas, que haviam se afastado de Goulart, negavam compromissos com o PSD e tinham como estratégia o confronto. Neste momento, como examina atentamente Jorge Ferreira, “[...] com a disposição de Jango de promover as reformas, os comunistas se reaproximaram do presidente, apoiando o governo” (FERREIRA, 2011, p. 388). Contudo, no que advoga Argelina Figueiredo (1993), sua conclusão sobre o comício era a de que este desencadeou forças tanto à esquerda quanto à direita, que o governo não tinha mais como conter.

Na reprodução exata que faz Jorge Ferreira do texto do cartaz de propaganda extraído do periódico *Última Hora*, de 13/03/1964, destaca-se:

VOCÊ DEVE ESTAR PRESENTE AO COMÍCIO DAS REFORMAS

DIA 13, às 17:30 horas

Estação Pedro II, Central do Brasil

Você também está convocado a participar desta jornada cívica em favor da concretização imediata das REFORMAS que o Brasil reclama! E, como ponto de partida, vamos realizar a REFORMA AGRÁRIA para dar ao Brasil mais proprietários de terras produtivas para ampliar o mercado consumidor, para criar mais empregos na indústria e acelerar progresso econômico do país! (FERREIRA, 2011, p. 414).

¹²⁰ Conforme o início do capítulo 3, com o texto de Armando Falcão, já em 1963, as críticas ficaram cada vez mais contundentes a Goulart.

¹²¹ Abelardo Jurema era amigo de Goulart e assumia a pasta da Justiça no governo de Jango. Em suas memórias sobre o amigo, escreveu o livro *Sexta-feira, 13*, sobre os últimos dias do governo Goulart.

Um pessedista em destaque, e aspirante à presidência da República, caso houvesse eleição em 1965, era Juscelino Kubitschek que procurou apoiar as reformas de base de Jango.¹²²

Entretanto, o anúncio do comício provocou forte reação no PSD. Havia, tempo antes, um relativo apoio. De acordo com Lucia Hippolito (apud FERREIRA, 2011), existia entre os pessedistas a noção segundo a qual o apoio ao governo garantiria certa estabilidade à democracia. E continua, O PSD manteve uma postura favorável a Goulart para conduzir seu governo até o final. Porém, no dia 10 de março de 1964, três dias antes do comício, o PSD rompeu com Goulart.

No dia do evento, tanto o grupo de esquerda quanto o grupo de direita se manifestaram. O de direita, com o movimento das mulheres, entre outros itens, pediu pela não legalização do Partido Comunista. Como chama a atenção Jorge Ferreira (2011), o comício estava ameaçado de não acontecer. Goulart temia sofrer um atentado. Alegou falta de segurança, que estaria vulnerável, pois, um atirador poderia executar um tiro do alto da Central do Brasil. Depois de muitas conversas com amigos pessoais e de terem acertado colocar um membro do Partido Comunista, Oswaldo Pacheco (alto e forte) ao lado de Jango no palanque, Goulart concordou em ir e participar do esperado evento.

Naquele mar de gente, conforme a metáfora de Abelardo Jurema, era possível ler faixas com os dizeres postos nas janelas: “Jango, assine a reforma agrária que nós cuidaremos do resto”; “Jango, pedimos cadeia para os exploradores do povo”; “Jango, defenderemos suas reformas. Volta Redonda” (FERREIRA, 2011, p. 419). O comício teve início às 18h. Uma situação de caráter interessante foi um grupo que se infiltrou na multidão para fazer uma enquete sobre o que desejavam aquelas pessoas. Tal equipe estava a serviço do governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Do resultado, perceberam que ali não estava, como se supunha, uma maioria de janguistas atuando como claque (FERREIRA, 2011, p. 421).

¹²² Conforme o periódico *A Gazeta* (25/03/1964), Juscelino havia se definido irreversivelmente pelas reformas. Num discurso, comentou sobre vários temas, entre eles, agricultura, progresso, democracia, entre outros.

Jango chegou ao palanque às 19h45min. Sob muita tensão e forte esquema de segurança, deu início à sua fala. O jornal *O Estado de São Paulo* (14/03/64),¹²³ em matéria cujo título era *O discurso de Goulart no comício totalitário*, conforme as pesquisas de Maria Oliveira (1993), reproduziu parte do discurso de Jango. Sobre o terror ideológico e a democracia comentada pela oposição:

Aqui estão os meus amigos trabalhadores, vencendo uma campanha de terror ideológico e sabotagem, cuidadosamente organizada para impedir ou perturbar a realização deste memorável encontro entre o povo e o seu presidente [...].

Chegou-se a proclamar até que esta concentração seria um ato atentatório ao regime democrático. [...]

A democracia que eles pretendem é a democracia dos privilégios, é a democracia da intolerância e do ódio. [...].

Conforme o discurso vai tomando forma, fica cada vez mais acentuada a crítica aos opositores de Goulart. Agora, atinge os anticomunistas em geral, de acordo com a continuação da matéria citada em linhas anteriores:

Ameaça à democracia não é vir confraternizar com o povo na rua. Ameaça à democracia é embrulhar o povo explorando seus sentimentos cristãos na mistificação de um anticomunismo que não visa ao comunismo, pois tenta levar o povo a se insurgir contra os grandes e luminosos ensinamentos dos últimos Papas. [...]. Aqueles que reclamam do presidente da República uma palavra tranquilizadora para a Nação, o que posso dizer-lhes é que só conquistaremos a paz social pela justiça social [...]. (*O Estado de São Paulo*, 14/03/64).

Depois dessas e de tantas outras palavras, no comício da Central do Brasil, podemos incluir alguns dos oradores: Leonel Brizola, José Serra (presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE), José Lellis da Costa (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos). Enfim, uma reverberação muito grande no país de possível mudança. Em depoimento, o general Antônio Carlos Muricy, no documentário de Silvio Tandler¹²⁴, diz que “Jango não era um ‘perigo’, mas os homens que o cercavam estavam levando-o a um esquerdismo”.¹²⁵ Sobre o discurso na Central do Brasil, para o general aquilo foi uma afronta aos militares, uma vez que o episódio aconteceu próximo ao Quartel General, no centro do Rio de Janeiro.

¹²³ Tais informações (encarte, p. 10) são concernentes ao livro: OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. **João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 1993. Na verdade, é a publicação da tese de Doutorado em Comunicação da autora.

¹²⁴ TENDLER, Silvio. Jango: quando, como e porque se depõe um presidente da República. Filme-documentário, 1984.

¹²⁵ O general Antônio Carlos Murici [sic], segundo o brasilianista John W. F. Dulles, com sua obra *Castelo Branco, o caminho para a presidência*, de 1979, fez o seguinte comentário quando do golpe de Estado de 1964: “Não é possível”. Consta ainda que: “Um telefonema da casa de Ademar a Juiz de Fora, confirmou a notícia e Murici se apressou a sair, para reunir seus oficiais e juntar-se a Mourão [...]”. (p. 337).

Para o amigo de Goulart, Abelardo Jurema (1964), o desejo do Presidente era demonstrar a Carlos Lacerda de que quem tinha o povo era ele. Aquela multidão acreditava em alguma coisa e o governo não poderia decepcioná-la. Após o discurso, o povo saiu de forma ordeira para a frustração da direita reacionária, que alarmara para o surgimento de tumulto e baderna.

A repercussão do comício no dia seguinte, no Espírito Santo, produziu um efeito, de certa forma, mais popular. O principal jornal do Estado, *A Gazeta*, em matéria de capa de sua edição de 14/03/1964, ou seja, no dia seguinte ao discurso, divulga o evento como ato de surpresa: *Surpreendida a Nação com a encampação das refinarias durante o comício de ontem*. Isto é, declara que durante o discurso, Goulart assinou o decreto de encampação que abrangia todas as refinarias particulares, estavam estendidas, por sua vez, ao monopólio da Petrobras.

4.2 COMPARAÇÕES DOS PRINCIPAIS PERIÓDICOS SOBRE JOÃO GOULART

Nesta seção, discorre-se sobre os três principais veículos de comunicação, pois é importante mencionar a atuação desses periódicos que noticiavam suas matérias sobre João Goulart. A comparação é pertinente para mostrar que nem todos os veículos de comunicação da época tinham uma imagem negativa do Governo Jango. Sua pesquisa é necessária, pois identifica um jornal a favor do governo federal, *Última Hora*. Os outros dois são: *Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*. Assim, a pesquisadora Maria de Oliveira (1993), perfilou os três jornais.

<i>O Estado de São Paulo</i>	<i>Última Hora</i>	<i>Folha de São Paulo</i>
Passivo- manobrado por comunistas/	Agente: conquista da liderança pelo trabalho	(muitos) lado negativo: incapaz para governar; o lado positivo: personalidade simples e afável- é provável que Jango sentisse sua incapacidade política;
Disfarce de líder revolucionário Corrupto/incapaz	Líder popular/ firme Símbolo do poder popular	Lado negativo: desorientação política; executor testamentário fracassado do trabalhismo getulista.
Desejo de liquidar Lacerda	Jango: bandeira do povo	Não podemos senão arriscar uma interpretação provisória;

Fonte: OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. João Goulart na imprensa, de personalidade a personagem. 2ª edição. São Paulo Annablume, p. 49, 1993.

Percebe-se o tom moderado de *Folha de São Paulo*, apesar de vir com situação positiva e negativa, é uma constante. No estado do Espírito Santo não houve comparação igual com os veículos de comunicação. Na verdade, o principal periódico foi *A Gazeta*, porém, esse veículo não dispensava maior atenção ao plano federal, e sim, ao estadual, para com o governo local, ao qual não poupou críticas.

Dos acontecimentos daquele mês de março de 1964, podemos incluir a Marcha da Família com Deus pela Liberdade. Realizada no dia 19, organizada pelo governador de São Paulo, Adhemar de Barros, provocou reverberação positiva nos setores conservadores. As esquerdas viram tal movimento apenas como um protesto religioso. No Espírito Santo, a repercussão foi noticiada sem muito alarde, mas a direita conseguiu seu êxito. Na sequência, houve a Revolta dos Marinheiros, liderada pelo renomado Cabo Anselmo.¹²⁶ Goulart fez de tudo para que essa revolta tivesse êxito. Na verdade, acabou em anistia para os revoltosos e foi escolhido Paulo Márcio como novo ministro da Marinha. Com esses fatos, Jango passou a receber ainda mais contundentes críticas dos militares, pois, para estes, estava em jogo à disciplina e a hierarquia militar.

No dia trinta, depois de muitos conselhos de seus assessores para que não fosse ao Automóvel Club, no Rio de Janeiro, Jango persistiu em ir e realmente foi. Seu discurso, já sem nenhuma motivação, não agradou aos militares presentes. Pode-se dizer, era o princípio do fim para o governo Goulart.

4.3 VISÃO DE GOLPE DE ESTADO, DE ACORDO COM MONIZ BANDEIRA

Em suas pesquisas sociopolíticas, Moniz Bandeira estuda o golpe militar no Brasil, sob o seguinte aspecto: o golpe militar de 15 de novembro de 1889, o primeiro golpe para se instalar uma nova forma de governo no Brasil, no caso, a República, o marechal Deodoro da Fonseca e demais militares, derrubam o governo de D. Pedro II, mas sem a participação do povo que, nas palavras de José Murilo de Carvalho, assistiu a tudo bestializado (Bandeira, 2008).

¹²⁶ José Anselmo dos Santos, o cabo Anselmo, é uma figura interessante. Alguns autores o trataram como agente duplo: estaria a serviço da CIA e infiltrado na Revolta dos Marinheiros para provocar e minar cada vez mais o Governo de Goulart. Em suas memórias, no livro de Percival de Souza, *Eu, cabo Anselmo*, de 1999, cabo Anselmo chega enaltecer a imagem do delegado Sérgio Paranhos Fleury, este um policial que torturou várias pessoas supostamente envolvidas com guerrilhas ou com os subversivos.

Bandeira toma de antemão as palavras do pesquisador italiano, Curzio Malaparte, de como poderia ser vista a conquista do Estado, não importando qual nação seja. A análise, curiosamente, é bem empregada no caso brasileiro, concernente a 1964: a conquista do Estado não é um problema político, mas técnico. Observando-se a tomada do poder na Rússia pelos socialistas, em 1917, percebe-se que esse acontecimento não estava vinculado às condições gerais daquele país, mas, sim, a uma questão de tática.

Afirma-se, entretanto, de acordo com Bandeira, que a técnica de Trotsky foi o que realmente assegurou a vitória dos bolcheviques em 1917 (p. 78). Mais adiante, e com análises mais precisas sobre a tomada do poder político, Bandeira ressalta que, baseado em Friedrich Engels, “a insurreição é uma arte” (p. 78). Ainda sobre a Revolução Russa, “o golpe de Estado foi o momento militar da insurreição, dentro de um processo revolucionário em curso havia vários meses”. O detalhe importante que se observa é: golpe de Estado e revolução são acontecimentos distintos; no caso da Revolução Russa, esses se completam. (Bandeira, 2008, p.79).

Longe de se chegar a uma conclusão, mas tendo como base teórica o autor italiano Umberto Melotti, há três formas de se observar a conquista do Estado pelo golpe (BANDEIRA, 2008, p. 80):

- 1ª) O golpe de Estado revolucionário, que objetiva transformar a estrutura econômica e social;
- 2ª) O golpe de Estado reformista, que visa promover certas mudanças políticas, mas sem modificar os fundamentos da sociedade;
- 3ª) O golpe de Estado governamental, cujo objetivo é apenas reforçar o poder político de quem o detém.

Nos exemplos que se seguem, temos a figura de Antônio de Oliveira Salazar, golpista português que, em 1932, instituiu o Estado Novo, um regime autoritário com traços fascistas. No Brasil, quase no mesmo período, não foi muito diferente, em 1937, o governo de Getúlio Vargas instituiu o Estado Novo; entretanto, nos dois países, os golpes governamentais tiveram caráter reformista, mudaram as instituições políticas, todavia, necessitaram de condições objetivas ou pretextos para justificá-los (Bandeira, 2008, p. 81).

Uma vez que a palavra de ordem era o combate ao comunismo, os Estados Unidos se lançaram na vanguarda para tal “empreitada”, a *Central Intelligence Agency* (CIA), foi criada para dar suporte logístico, informativo e operacional ao governo norte-americano; tal instituição participou em golpes de Estado nas Américas, na Ásia, na África e no Oriente Médio. No Brasil, conforme o autor a CIA se envolveu com parlamentares para que se opusessem ao governo de João Goulart, num investimento de cerca de \$12 milhões a \$20 milhões de dólares na campanha de deputados de direita (p. 86).

Ainda segundo o autor, Brasil e Chile eram os países que mais preocupavam o governo dos Estados Unidos. Bandeira afirma que o golpe de deposição de Jango foi dissimulado pelo Secretário de Estado, Dean Rusk, para não levantar suspeita da participação governamental norte-americana (p. 88). Dessa forma, para os deflagradores do golpe, a “revolução” era “redentora”, tinha a finalidade de combater o comunismo.

No mais, o que podemos ter certeza acerca da derrubada de Goulart é que a conspiração há muito tempo havia sido elaborada. Era inadmissível para militares e civis terem um governo não condizente com seus interesses. Importante suscitar aqui é: o golpe foi civil ou militar? Para tal análise René A. Dreifuss (1981) tem a sua posição. A característica civil ou militar do Golpe de Estado, para esse autor, vem da seguinte afirmação: o golpe foi civil-militar. Dreifuss reserva sua capital conclusão sobre isso:

O que ocorreu em abril de 1964 não foi um golpe militar conspirativo, mas sim o resultado de uma campanha política, ideológica e militar travada pela elite orgânica centrada no complexo IPES/IBAD. Tal campanha culminou em abril de 1964 com a ação militar [...]. (DREIFUSS, 1981, p. 230).

De acordo com o que foi visto em trechos anteriores, à parte sua classificação em ser civil ou militar, o golpe de Estado foi deflagrado e, com isso, realizado os objetivos dos conservadores: organizar o país. O golpe foi consumado e com o aval dos Estados Unidos, como veremos adiante.

4.4 O GOLPE DE ESTADO DE 1964 NA HISTORIOGRAFIA

O objetivo de análise desta seção é compreender como o presidente João Goulart foi destituído do governo da nação e como os Estados Unidos vieram participar da

ação golpista. De acordo com o pesquisador Dênis de Moraes (2011), as esquerdas alertavam sobre o golpe, isto é, o golpe estava no ar (frase repetida frequentemente). “[...] Os militares reacionários, o IPES, a ESG, a UDN, Lacerda, Ademar, Magalhães Pinto... Sabíamos identificar o núcleo da conspiração [...]” (MORAES, 2011, p. 187).¹²⁷ Como salienta ainda esse autor, citando as palavras do deputado Almino Afonso, ditas nos idos de 1963, somente havia duas saídas, uma golpista ou uma revolução social (MORAES, 2011). Conforme veremos, o golpe foi à solução que melhor satisfazia as classes dominantes. A conspirata, apoiada pelo governo norte-americano, teve uma ação mais eficaz.

Conforme vimos anteriormente, são poucas as memórias ou lembranças sobre João Goulart como figura política positiva. Os generais-presidentes têm suas representações mais destacadas, haja vista seus nomes em nome de bairros, escolas e rodovias.

Como é largamente sabido, o general Olímpio Mourão Filho iniciou o golpe deslocando tropas de Juiz de Fora em direção ao Rio de Janeiro. Conforme Carlos Fico (2008), as tropas legalistas acabaram aderindo aos golpistas. Após momentos tensos no Palácio Laranjeiras, João Goulart deixa o Rio de Janeiro em direção a Brasília, no dia 1º de abril. Na capital do país estavam sua mulher e filhos e também seus documentos pessoais. Os generais de confiança do presidente passaram a ser coniventes com o golpe. Para os desinformados ou negligentes do perigo golpista, o veículo de comunicação *A Gazeta*, de 03/04/1964, noticiou que Castelo Branco, em 29 de março de 1964, havia alertado as Forças Armadas sobre o perigo comunista.

Ainda no Palácio Laranjeiras, Goulart havia sido avisado sobre a participação dos Estados Unidos na tomada de poder. Com o temor de haver um derramamento de sangue inocente, Goulart preferiu manter a prudência e não resistir. Em seus estudos, Carlos Fico relata que San Tiago Dantas havia alertado o Presidente da República sobre a frota norte-americana que estava de prontidão em alto-mar.

¹²⁷ De acordo com o panfleto distribuído pela União Nacional dos Estudantes (UNE), provavelmente na segunda quinzena de março de 1964, traz alguns dizeres: “O golpe reacionário está em marcha. É preciso que o povo se organize para o contra-golpe”; salienta ainda: “Quem quer o golpe?: 1) os grupos estrangeiros ligados ao petróleo (...)”. Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), adquirido em dezembro de 2007. Maiores informações em Anexos.

Acompanhando as pesquisas de Fico (2008), se sua análise salienta que a conspiração para derrubar Goulart foi desarticulada, todavia, seu parecer acerca da conspiração que pôs um ponto final no governo de Goulart, ou seja, a respeito da campanha para desestabilização do governo federal, é de que esta foi mais bem organizada. Isto é, foi realizado um trabalho mais minucioso para poder desestruturar a imagem do Presidente e afastá-lo do poder.¹²⁸

No entanto, para tal investimento foi necessário aplicar dinheiro na juventude universitária, deputados, professores universitários com passagens garantidas para os Estados Unidos. Como assevera Carlos Fico (2008) a campanha para desestabilização evoluiria para um possível golpe; na verdade, já pensado desde 1962. Com o decorrer da Guerra Fria, acentuadamente, a crise dos mísseis, impasses sino-soviéticos, Guerra do Vietnã, entre outros fatores, cada vez mais se apertava o cerco contra a influência comunista na América Latina. O embaixador norte-americano Lincoln Gordon, afirmou que Goulart implantaria um regime tipo peronista e governaria aliado com comunistas, que estes, depois, afastariam Goulart e tomariam o poder (FICO, 2008).

Todavia, como podemos observar, desde o princípio, Goulart havia sido criticado e impedido de exercer seu cargo que lhe era de direito. A decisão de implantar o parlamentarismo já corrobora a versão da qual Jango não inspirava confiança aos setores conservadores. As propagandas anticomunistas e anti-Jango eram fato consumado desde inícios da década de 1960.

De retorno àqueles que lançaram mão de campanha difamatória a João Goulart, podemos recorrer à personalidade política de Armando Falcão¹²⁹, figura sempre aliada de Carlos Lacerda. Em documento já mencionado ao longo desta dissertação, podemos inserir nesta parte outros trechos imprescindíveis contra o procedimento do governo Goulart. De acordo com Falcão (nov. 1963, p. 10), quando ainda do estado de sítio que Goulart planejava:

¹²⁸ De acordo com o brasilianista Jonh W. F. Dulles (1979, p.337) em uma citação da posição de Castelo Branco quanto ao levante de 1964, menciona: “O Mourão se precipitou, agindo antes do tempo. Agora não temos outra escolha, a não ser apoiá-lo, ou deixar que ele seja esmagado”.

¹²⁹ Sobre Armando Falcão já foi feita menção breve sobre sua atuação política e difamatória ao Governo Goulart, nesta dissertação. Como complemento, de acordo com o jornalista Carlos Castello Branco, em sua obra *Os militares no poder*, de 1977, Armando Falcão funcionou como contato entre civis e militares envolvidos na conspiração, inclusive em Juiz de Fora.

Um ponto é pacífico e fortalece o espírito de luta e a vocação de resistência dos democratas: dominar, ficar de cima, esmagar o Congresso, vencer- O Senhor João Goulart não vencerá. O triunfo final será da democracia, que as Forças Armadas vão defender para salvar.

Não estando ainda no fim de sua redação, melhor, de sua comunicação expressiva contra Goulart, Armando Falcão faz provocações com pesadas críticas. Cita o fato de Juscelino Kubitscheck, quando Presidente da República, tendo Jango como Vice, ter reclamado fortemente de seu vice. Kubitscheck, segundo Armando Falcão, teria dito que o chefe do comunismo não era Luiz Carlos Prestes, mas, sim, João Goulart. Tais denúncias se referem ao ano de 1963, isto é, um pouco distante de ainda derrubar Goulart, porém, as expectativas já se delineavam.

O historiador Carlos Fico (2008), em suas pesquisas sobre o Golpe de Estado de 1964, em seu livro intitulado *O grande irmão, da operação Brother Sam (...)*, fez um trabalho notável, pois conseguiu realizá-lo com riqueza de minúcias sobre o referido tema. Em suas análises, Fico afirma que a campanha de desestabilização evoluiria em um possível golpe. Ou seja, já era cogitado desde 1962. Como prossegue o autor, o plano de tomada de poder (plano de contingência), presumia que os militares brasileiros eram os únicos a alterar o regime de Goulart.

Carlos Fico atesta que o plano de contingência não previa apenas a Operação Brother Sam, mas também estabelecia essas linhas de ação estratégica: o controle militar temporário, a posse do presidente da Câmara e a posterior eleição de um novo presidente (FICO, 2008). Entretanto, isso foi apenas uma linha hipotética. Não foi necessária a operação *Brother Sam*, tão pouco houve eleição direta para Presidente da República, como estava previsto para o ano de 1965.

De qualquer forma, a possibilidade de um golpe realizado pela direita, conforme vimos anteriormente, estava iminente. Entretanto, Luiz Carlos Prestes e seus camaradas não imaginavam que um golpe estava se avizinando. Mas, pareceu propriamente que a falha não foi somente das esquerdas, pois o próprio Chefe da Casa Militar, Assis Brasil, negligenciou tal possibilidade. Eduardo Chuahy, mencionado por Moraes (2011, p. 197), relata a seguinte fala:

- O serviço de informações do governo não era ruim. O responsável era o coronel Labarthe, uma figura extraordinária, sabia de tudo. Eu recebia e lia relatórios, mostrando o desenvolvimento do golpe. Às

vezes eu os entregava ao Assis Brasil e ele bloqueava, dizendo: “querem assustar o presidente”. Até hoje preciso entender o Assis. Não que fosse um traidor, mas era um homem desqualificado para a função.

No entanto, para tal iniciativa golpista, a direita não precisou de muitos esforços. Se admitirmos que houvesse negligência e os militares que estavam próximos a Goulart se aliaram aos militares insidiosos, portanto, para o governo federal só lhe restou o exílio no Uruguai. Conforme os estudos de Carlos Fico (2008), em certa altura do Governo Jango, ele acabou trocando muito seus ministros militares. Na verdade, Goulart não entendia de tarefas militares, não entendia de respeito aos dois pilares básicos militares.

Fato importante também reside no próprio depoimento de Carlos Lacerda. Personalidade política bastante controversa, no decorrer de algumas décadas, Carlos Lacerda foi também um dos que mais perseguiu o governo de João Goulart, da mesma forma que perseguiu o de Getúlio Vargas, que não renunciou e não lhe foi dada chance para um golpe, por preferir o suicídio, nas circunstâncias em que se encontrava.

Por sua vez, o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, relata em suas memórias que na manhã do dia 31 de março, bem cedo, havia recebido o telefonema de Armando Falcão, este sim, havia articulado e conspirado bastante, relembra Carlos Lacerda. Lacerda apenas resistiu no Palácio Guanabara. O policiamento estava desfalcado no Rio de Janeiro e Lacerda se viu encurralado. Mesmo assim, resistiu e sempre mantinha contato por telefone com pessoas de amizade pessoal dentro e fora do Brasil.

Entretanto, em seu relato, Lacerda faz uma observação positiva a respeito de Goulart, quando diz que Jango havia prestado um serviço extraordinário, no dia 31 de março: procurou não resistir. Qualquer coisa havia lhe pesado na consciência: instinto de piedade, pena do povo. Decepção profunda com o dispositivo militar que possuía por intermédio do general Assis Brasil, este sofreu as duras e obscenas observações por parte de João Goulart (LACERDA, 1978).

Sobre a participação dos Estados Unidos, Lacerda é enfático: o armamento que o Exército tinha era americano, era o tal acordo americano. Esse armamento tanto serviu para a Revolução de 31 de março quanto servira para garantir o comício da

Central do Brasil e a posse do Jango. Sobre se Lacerda sabia de agente colaborando na armação, segundo seu próprio relato, disse não saber de nada.

Aos articuladores do golpe de Estado foi necessário apenas vigiar os passos de Goulart. Do Rio de Janeiro, Goulart viajou a Brasília. Chegou ao local de destino por volta das 16h30min. Na madrugada do dia 2 de abril, o Presidente do Senado, Auro de Moura Andrade, declarou vaga a Presidência da República. Ranieri Mazzilli assumiu a chefia do país, temporariamente. Conforme o periódico *A Gazeta*, de 03/04/1964, as Forças Armadas assumiram o comando do país e logo entregaram o governo ao poder civil.¹³⁰

Fico, de acordo com suas pesquisas, assim entende a derrubada de Goulart: “[...] Ele foi deposto porque deu a impressão de fomentar conquistas populares demasiado amplas que, aos olhos de certos setores da elite, poderiam levar à radicalização da democracia” (BANDEIRA apud Fico, 2008, p. 75).

De outra forma, por que os militares? Uma instigante investigação sobre a iniciativa militar reside nas pesquisas de Alfred Stepan, estudado por Carlos Fico (2004). Em seu livro *Os militares na política (...)*, de 1975, aborda o conceito de *Padrão Moderador*. De acordo com Stepan, até 1964 teria havido no Brasil um padrão de relacionamento entre os militares e os civis, caracterizável como “moderador”. No ano de 1964 tal padrão tinha que se transformar. Conclusão, os militares passaram a supor a necessidade de um governo militar autoritário que pudesse fazer mudanças radicais e eliminar alguns atores políticos. Foram favorecidos pela Doutrina de Segurança Nacional e pela Escola Superior de Guerra. Entretanto, isso foi apenas tese de Stepan, pois, conforme Fico (2004), há insuficiências históricas no trabalho daquele pesquisador. As circunstâncias para o golpe de Estado que derrubou Goulart estavam preparadas, conforme vimos, desde algum tempo.

Do sul do Brasil, Jango com seu cunhado Leonel Brizola e aliados tentaram resistir, porém, sem êxito. Seus camaradas militares, como Amaury Kruel e outros tantos, já estavam do lado dos que deflagraram o processo golpista. Qual seria o futuro do país? Para Argelina Figueiredo (1993), sobre a crise política que perpassou os anos

¹³⁰ Conforme reportagem em *A Gazeta* (11/4/1964), a reunião no Congresso Nacional realizada no dia 11 de abril era para decidir o novo Governante do país. Estava bem cotada a figura de Humberto Alencar Castelo Branco. Ele assumiria então até o dia 31 de janeiro de 1966, consequentemente, viria o eleito democraticamente nas eleições de 03 de outubro de 1965.

de 1961 a 1964, acerca das reformas necessárias que urgiam para a sociedade brasileira, estas sempre foram colocadas em discussão. Foram ensaiadas algumas reformas, entre as quais a de remessa de lucros e a reforma agrária. Porém, conforme a autora, não houve nem reforma nem democracia. Com a deposição de Goulart, o que este havia feito acabou sendo revogado pelos generais-presidentes. Instalou-se, portanto, a ditadura, processo autoritário de governo respaldado num regime de exceção.

4.4.1 Breve nota sobre o oficial Olympio Mourão Filho

Olympio Mourão Filho, à época do levante militar de 1964, era General e, em 1937, no governo de Getúlio Vargas, ocupava a posição de Capitão do Exército. Ele foi personagem importante, pois marcou a história política do país nesses dois grandes momentos. Cabe aqui adiantar a máxima marxiana, na obra, *O 18 Brumário de Louis Bonaparte*, de 1852, quando o filósofo Hegel afirma que a história acontece duas vezes, mas esqueceu de acrescentar: a primeira, como tragédia e a segunda, como farsa.

Como se pode inferir do desenrolar das circunstâncias do golpe de Estado de 1964, as ações de Olympio Mourão Filho irão residir em manter um *status quo* da política nacional, denominada de democracia, mas, concernente a um conservadorismo próprio da classe burguesa em manter um grau de exploração da classe trabalhadora, por conseguinte, de não se sentir ameaçada por esta. De acordo com os estudos de Thomas Skidmore, em seu já comentado trabalho sobre o período Vargas ao governo de Castelo Branco¹³¹, o então capitão Olympio Mourão era um militar integralista. Juntamente com outros importantes militares, como Góes Monteiro, Daltro Filho e Eurico Gaspar Dutra etc.¹³², cujas atuações eram de total confiança de Vargas, apoiaram veementemente o golpe de 1937. Entretanto, numa articulação política, com o intuito de permanecer no poder, esses oficiais fiéis a

¹³¹ Obra: SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. 6ª edição. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

¹³² A pesquisadora Dulce C. Pandolfi, em seu artigo *Os anos 1930: as incertezas do regime*, de 2003, salienta que após o golpe de 1937 “[...] a condução do novo regime estava nas mãos de Góes Monteiro, Eurico Dutra, Agamenon Magalhães, Benedito Valadares, Negrão de Lima, Francisco Campos e Filinto Muller [...]” (PANDOLFI, 2003, p. 35). Em conclusão, para a sustentação do regime com esses atores, Vargas obteve sucesso.

Vargas irão confeccionar um documento no qual dizem que uma insurreição comunista estava para acontecer.

O plano forjado, de novembro de 1937, ficou conhecido como Plano Cohen, de combate a uma revolução comunista, segundo a pesquisa de Skidmore (1979, p. 50), “O golpe de 10 de novembro foi a concretização do desejo, há muito tempo evidente, de Vargas, de permanecer no cargo além do seu prazo legal (...)”. Em outras palavras, usou-se o pretexto de contenção ao comunismo, como o empregado três décadas depois, 1964, em outras instâncias, pelo mesmo personagem militar, Olympio Mourão Filho. O golpe de 1937, por assim dizer, mostrou-se mais tarde como tragédia para a democracia brasileira e o movimento trabalhista. Conforme Dulce Pandolfi (2003), a peça de ficção representada pelo Plano Cohen serviu aos seus objetivos. Para Maria Helena Capelato (2003, p. 116)¹³³, “Após o golpe, como os partidos e o Parlamento foram abolidos, não havia mais intermediários entre as massas e o governo [...]”. Numa palavra, isso será novamente colocado em 1964, agora, com outros atores sociais.

O desenrolar dos fatos, conforme se analisou em capítulo anterior sobre o golpe de Estado de 1964, foi a situação criada no calor dos acontecimentos da década de 1960. O propício ambiente proporcionado pela Guerra Fria traduz-se como algo inerente à ação militar golpista de 1964. A farsa de combate ao comunismo ascendeu marcadamente no cenário latino-americano e, conseqüentemente, no Brasil.

Quanto ao movimento golpista de março/abril de 1964, o comando do agora general Olympio Mourão Filho foi salutar. Sob suas ordens, na madrugada de 31 de março de 1964, as tropas saem de Juiz de Fora, Minas Gerais, em marcha para o Rio de Janeiro, no intuito de derrubar o governo de João Goulart. Como já foi discutido em momento oportuno desta dissertação, o general Olympio Mourão Filho foi um articulador golpista muito precipitado. Se a intenção, em princípio, era apenas a de afastar Goulart do poder, todavia, conforme as opiniões e surpresas de Carlos Lacerda e as de outros civis e militares relatados no livro de Hélio Silva, *1964: Golpe ou contragolpe*, Mourão Filho, antecipou a derrubada de Goulart. Sem perda de

¹³³ CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org). **O tempo do nacional-estatismo**: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

tempo, o general pôs em ação o que já estava planejado, desde fins de janeiro de 1964, pelos opositores do governo Jango. Porém, era necessário um tempo hábil, um dia “D” e, no entanto, a decisão golpista veio mais cedo. A data prevista para a ação golpista, como afirma Hélio Silva (1978), era o dia 02 de abril.

Sendo assim, o golpe de 1964 repetiu o de 1937, pois, apesar de ter se apresentado com outras configurações, teve por finalidade afastar o espectro do comunismo. Foi realizado e levado em prática pelos militares apoiados por civis (deputado Armando Falcão, o governador da Guanabara Carlos Lacerda, no Espírito Santo o governador Chiquinho, entre outros) e instituições, como a Igreja Católica e outras. Não restam dúvidas, por argumentações já evidenciadas, bem como pela análise do contexto da Guerra Fria e de governos latino-americanos condizentes com o imperialismo norte-americano, que o combate ao comunismo ateu era prioridade como meta de eliminar o inimigo externo e, por sua vez, o interno (o comunista, o revolucionário e qualquer opositor de esquerda). Para tal assertiva, como foi explorado no capítulo segundo deste trabalho, o discurso de Vargas em janeiro de 1936, demonstrava uma ojeriza ao comunismo. Este deveria ser derrubado e negligenciado pelos brasileiros.

4.5 O GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964 E SEUS REFLEXOS NO ESPÍRITO SANTO: ATUAÇÃO DE CHIQUINHO

Retomando alguns aspectos factuais, cabe neste momento relatar o reflexo do movimento militar golpista de 31 de março no estado do Espírito Santo e, em como as personalidades políticas capixabas viram ou reagiram ao avanço das tropas golpistas de Juiz de Fora, em Minas Gerais, para o Rio de Janeiro. Este fatídico dia para o Governo de Goulart também repercutiu, como em outras partes do país, também houve uma reverberação consistente no Espírito Santo, mormente, quanto ao apoio logístico que o governo espírito-santense poderia fornecer a Magalhães Pinto, então governador de Minas Gerais.

Para Goulart, na iminência de sua deposição, não havia uma boa alternativa, pois, de acordo com Carlos Fico (2008), como pudemos observar, os Estados Unidos estavam se envolvendo na trama, haja vista a frota de navios (*Operação Brother Sam*) em prontidão para atacar o Brasil, caso houvesse resistência por parte de

peessoas ligadas ao presidente como grupos de esquerda e outros. Resistir, colocar civis armados sem treinamento seria pôr o país num banho de sangue.¹³⁴

No Espírito Santo, sob o governo de Francisco Lacerda de Aguiar (1963-1966), a reação ao golpe foi imediata. Chiquinho não demorou em oferecer ajuda ao aliado político do Estado vizinho, Magalhães Pinto. O periódico *Espírito Santo Agora* (1972, p. 36) revela o seguinte depoimento do ex-governador quando lhe perguntam sobre o movimento de 64:

Fui um dos primeiros a aderir. O Magalhães Pinto apareceu por aqui a pretexto de inaugurar uma agência bancária e combinou comigo o movimento no Estado. Aí nós entramos num acordo às vésperas da revolução.

O Jango também aparecia muito por aqui. Sempre lhe dizia que estava errado. Essa questão de tomar terras (Reforma Agrária) nunca houve. Não pode, está errado né? Eu não era a favor de uma reforma daquele jeito: tomar as coisas dos outros. Era a favor de uma reforma cristã.

De acordo com Chiquinho, ainda ao periódico, as conversas que ele sempre mantinha com Jango era a de que o Brasil precisava de tranquilidade, não de agitação. Isto é, a ideia de comunismo devia ser esquecida. Para Chiquinho, Goulart insistia com as reformas com as quais ele mesmo não concordava. Goulart era um homem bom, segundo Chiquinho, mas não estava preparado para o governo.

No prosseguimento de mesma entrevista, é-lhe perguntado sobre o movimento de março aqui no Estado:

Eu tinha feito aquele pacto com Magalhães. Ele achava que a revolução ia durar 90 dias. Ele não achava que ia ser como foi, achava que o porto de Vitória era estrategicamente importante. Por aqui deviam entrar armas, abastecimento. Eu fiquei receoso quanto ao ponto de vista tático. Aqui não tinha gente para tratar do movimento e a polícia era mal aparelhada em termos de combate. Eu sempre pedi munição mas o governo federal não dava nunca. (*ES-Agora*, 1972, p. 36).

E continua sua saga com os conspiradores:

Ora, eu sabia que, com cinco minutos de tiroteio acabava a munição do Estado. Falei pro Magalhães: A polícia é boa mas não tem condições. Ele disse: “eu deixo em Governador Valadares 5 mil homens à sua disposição”. Na véspera do movimento chegaram a Vitória, Silvio Sette, assessor de Magalhães, e dois coronéis da Polícia Militar. Os dois coronéis estavam à

¹³⁴ De acordo com Jorge Ferreira (2003), Goulart recebeu proposta de um líder de esquerda para resistir à ação militar golpista. A resposta de Goulart foi a de que não entregaria armas para quem não sabia usá-las. Conforme Carlos Fico, em uma de suas entrevistas, o fato de Goulart não resistir e saber do envolvimento dos Estados Unidos no golpe de Estado, deveu-se de seu amigo e ex-ministro San Tiago Dantas que, por sua vez, obteve informações de Afonso Arinos, outro importante político de destaque nacional.

paisana. Me disseram baixo: “o negócio é amanhã. (*ES- Agora*, 1972, pp. 36-37).

Sem fazer julgamento de Chiquinho, todavia, entende-se que sua política estava voltada contra o medo do movimento comunista aqui no Estado. Apesar de seu governo não ter criado atrito anteriormente com o de João Goulart, agora estava concentrado com o dos golpistas, em outros termos, como relatou o antigo governador: “Eu ficaria com a missão de ir ao 3º BC saber da posição do comandante, que era meu amigo, o Coronel Nilton Fontoura Reis. Então eu fui lá de tarde [...]” (*ES-Agora*, 1972, p. 37). Entretanto, por motivo de prudência e receio de muito sangue derramado no Estado, isso seria feito por meio de muitas conversas, Chiquinho conseguiu uma resposta de alívio. A fala do coronel foi bastante tranquilizadora: “Fique tranquilo governador, mesmo que estejamos em lados opostos. O batalhão vai se deslocar para Campos porque o Espírito Santo para nós é sagrado” (*ES-Agora*, 1972, p. 37).

No mais, no calor daquele tenso momento, Chiquinho salienta ainda:

Depois de muita conversa ele disse para mim que a posição dele dependia do general Kruel. Como eu já sabia que o general Kruel estava no movimento disse a ele: tenho a impressão que vamos ficar do mesmo lado. Às duas horas da manhã me acordaram para dizer: ‘O governador Magalhães Pinto acaba de lançar o manifesto’. (*ES-Agora*, 1972, p. 37).

Em um momento do qual toda decisão deveria ser prudentemente pensada, Chiquinho também se manifesta, isto é, decide fazer sua própria escolha. Em suas memórias diz:

O PTB, que fazia parte do meu governo ao tomar conhecimento do movimento manifesto deixou o governo. Aí ficou tudo em paz. Aliás, o PTB daqui nunca teve nenhum apaixonado pelo Jango. Quando me perguntaram se aqui tinha algum comunista eu disse que apesar de A Gazeta proclamar isso eu disse que não conhecia nenhum. (*ES-Agora*, 1972, p. 37).

Por mais que Chiquinho tenha sido a favor do Golpe de Estado e deixou bem explícita sua ajuda, mesmo assim, o governo mais tarde não ficou em suas mãos. A oposição política dentro do Espírito Santo acabou desestabilizando seu governo. Sobre a sua deposição, o relato do próprio ex-governador é o mais lacônico possível: “[...] isso é uma coisa que nunca entendi, não quero entender e não quero falar” (*ES-Agora*, 1972, p.37).

Conforme se percebe, a entrevista foi realizada pelos idos de 1972, isto é, oito anos depois do golpe de Estado. Em se tratando de suas próprias memórias, Francisco

Lacerda de Aguiar possivelmente ainda estivesse magoado. Uma vez que, como uma pessoa à frente do poder Executivo ter apoiado uma ação expressiva como foi a derrocada do Presidente da República tão manifestada, mormente pelos militares e grupo empresarial (civil), não receber um merecido reconhecimento da ajuda prestada ao levante militar golpista de 1964.

4.5.1 Relato conciso sobre o inquérito contra Chiquinho

Para ressaltar o fato, já mencionado nesta pesquisa, sobre a deposição do governador Francisco Lacerda de Aguiar, o periódico *Espírito Santo Agora* (1972) veiculou uma matéria exclusiva a respeito do assunto. Em certa altura do texto, inferimos ter sido a campanha de desestabilização feita por seus adversários que o levaram a responder o Inquérito Policial Militar (IPM) no 3º BC. O propósito explícito, todavia, era o de apurar as irregularidades administrativas do Governo. Como chama a atenção a reportagem:

O IPM foi transferido para a alçada da Assembleia Legislativa que absolveu o governador. [...] adoentado na época o governador licenciou-se, e de acordo com a lei em vigor, que estabelecia o prazo de seis meses para a desincompatibilização, deixou uma carta-renúncia, em mãos do deputado José Moraes. A carta foi lida na Assembleia e o presidente da casa declarou vago cargo de governador, e tomou posse o vice-governador Rubens Rangel. (*ES-Agora*, 1972, p. 40).

Assim, a era Chiquinho chegou ao final na data de 06/04/1966. Ainda em seu descanso na fazenda em Guaçuí, respondia pelo processo de corrupção. De acordo com *Espírito Santo Agora* (1972), o jornal *A Gazeta*, de 29/01/1966, opinou no sentido de que Chiquinho sairia ileso e deixaria as Forças Armadas desmoralizadas. Porém, conforme visto, tal menção era apenas intriga da oposição.

4.5.2 O golpe de 1964 na memória política capixaba: senador Eurico Rezende

Sobre o golpe de Estado que derrubou João Goulart, ou como é chamada a “Revolução de 64”¹³⁵, cabe nesta seção discutir esse episódio sob a ótica de Eurico

¹³⁵ A palavra Revolução tem para os pesquisadores da área de humanas um significado bastante politizado que é o de definir a passagem de uma quantidade para qualidade. Simplificando, numa revolução socialista a base econômica passa do capitalismo para um modo de produção socialista, se preferir, comunista. Em 1964, ocorreu para a esquerda um golpe. Entretanto, para a direita, foi uma revolução. O conceito de Revolução para o marxismo, isto é, para a filosofia, advoga uma total radicalização do modo de produção e, por conseguinte, uma mudança profunda nas questões político-sociais, a quantidade em qualidade dentro do pensamento dialético.

Rezende¹³⁶, outra personalidade política capixaba destacada por sua atuação política. Desde cedo, Eurico Rezende defende a revolução com louvores até pelo fato de ela manter a capital do país em Brasília. Corriam rumores em 1964, de transferirem a capital para o antigo local, Rio de Janeiro, o governo militar, com Castelo Branco, impediu tal possibilidade.

Eurico Rezende, senador de 1963-1970 e de 1971-1978 e governador biônico no Espírito Santo de 1979-1983, fez um diagnóstico plausível de sua atuação como político e, possivelmente, devotado às questões políticas capixabas. Antes, será necessário neste momento explicitar o episódio sobre a deposição de Chiquinho. Eurico Rezende, em seu livro intitulado *Memórias*, de 1988, faz o seguinte relato (p. 78):

Minha imagem junto ao comandante do antigo 3º Batalhão de Caçadores, sediado no Espírito Santo [...] e alguns de seus oficiais [...]. Esses militares estavam fazendo, a princípio, veladas, e, em seguida, ostensivas pressões para que a Assembleia Legislativa decretasse, em 1965, o Impeachment do governador Francisco Lacerda de Aguiar. Coloquei-me contra aquela intromissão, de maneira clara e pública, demonstrando o sentimento de companheirismo para com o correligionário em sofrimento, quando muitos o abandonavam, e cumprindo o dever de enfrentar e combater a prepotência [...]. (REZENDE, 1988, p. 78).

Na tentativa de ajudar o amigo, pois Francisco Lacerda de Aguiar era seu correligionário, Eurico Rezende corre contra o tempo para conter o impedimento do mandato de Chiquinho. Conforme o desenrolar da situação, chegou à Assembleia Legislativa um Inquérito Policial Militar (IPM) para checar quem no Estado havia negociado a ida de estudantes para um congresso em São Paulo. Eurico Rezende diz que havia uma inconsistência naqueles papéis, somaram-se, também, denúncias de que Chiquinho praticara corrupção. Entretanto, a oposição estava pronta para condenar o governo Lacerda de Aguiar.

Subsequentemente, quando do Golpe de Estado, Eurico Rezende havia se colocado, totalmente favorável ao movimento. Desde vésperas, junto com um dos conspiradores, Magalhães Pinto, tentou desestabilizar o governo de Goulart. Senão, conforme o próprio Eurico Rezende deixa explícito:

Desde os primeiros preparativos, tive participação efetiva no esquema pró-Revolução. [...] Em dezembro de 1963, o governador Magalhães Pinto [...]

¹³⁶ Sobre Eurico Rezende, foi feito em seção oportuna, sobre sua atuação na política capixaba.

me telefonou, solicitando meu comparecimento a Belo Horizonte [...]. (REZENDE, 1988, p. 153).

Rezende diz que atendeu de imediato o pedido do governador de Minas no sentido de conversar a respeito da UDN. Segundo declaração do autor, preocupado com o momento político por que passava o país, sua intenção era a de ouvir atentamente o amigo e procurar uma solução:

Disse-me dos esforços de sua persuasão junto ao presidente João Goulart para que alterasse os preocupantes rumos de seu governo, intensamente exacerbados pela atuação subversiva do deputado Leonel Brizola. A nação caminhava para consequências perigosas [...]. A pregação de uma 'República Sindicalista', a formação das 'Ligas Camponesas', a insuflação constante às greves, a exploração demagógica em torno das 'reformas de base', os indícios cada vez mais ostensivos da influência de Cuba no corrente processo de subversão [...]. (REZENDE, 1988, p. 153).

Dentro do contexto da Guerra Fria, as palavras subversão ou comunismo, conforme o pensamento da direita conservadora e de seus intelectuais orgânicos, não eram muito agradáveis. O momento exigia uma solidariedade contemplativa e sensível. Eurico Rezende não hesitaria em ajudar o amigo. Conforme seu depoimento, o lamento do Governador de Minas era a respeito do comportamento inadequado do Presidente da República, isto é, que não estava condizente com a classe mais abastada. Uma vez que a classe média estava empobrecendo, toda expectativa convergia num sentido de mudança. Para Magalhães Pinto, ou João Goulart estava enfraquecido no poder (sem autoridade) ou estava conivente com os líderes e promotores da desordem (REZENDE, 1988).

Outro fato que vem corroborar a hipótese acima mencionada é o discurso de Magalhães Pinto como um manifesto à nação sobre o porquê em derrubar Goulart. Conforme o pesquisador Hélio Silva (1978), podemos entender a preocupação do governador mineiro em propor oposição a Goulart por meio da intervenção militar:

O Presidente da República, como notoriamente o demonstram os acontecimentos recentes e suas próprias palavras preferiu outro caminho: o de submeter-se à indisciplina nas Forças Armadas [...] tentar realizar seus propósitos reformistas, com o sacrifício da normalidade institucional e, acolhendo planos subversivos que só interessam à minoria desejosa de sujeitar o povo a um sistema de tirania que ele repele. (SILVA, 1978, p. 472).

Entretanto, tal documento, como foi denominado na análise de Hélio Silva, é uma proclamação do governador Magalhães Pinto dirigido ao povo brasileiro, em particular, ao mineiro. Como podemos observar, ainda é bastante forte a afirmação

de o governo Goulart estar atrelado às esquerdas. Pode-se inferir que combater o comunismo, trazer ordem/disciplina nas Forças Armadas e garantir liberdade eram fatores essenciais advindos da força do argumento pelo argumento da força. Em suma, a opinião civil-conservadora e até mesmo a da maioria de militares, viam nas Forças Armadas a solução mais viável para a crise política no governo Jango. Como ainda continua o documento:

Ante o malogro [...] vinham proclamando a necessidade de reformas fundamentais, dentro da estrutura do regime democrático, as forças sediadas em Minas, responsáveis pela segurança das instituições, feridas no que mais lhes importa ao país [...] fidelidade aos princípios de hierarquia garantidores da normalidade institucional e da paz pública- consideraram de seu dever entrar em ação [...]. (SILVA, 1978, p. 472).

No mais, tal argumentação permanece contumaz. A fala de Magalhães Pinto, favorável à ação militar, é assim ponderada: “[...] Seu objetivo supremo é o de garantir às gerações futuras a herança de patrimônio de liberdade política e de fidelidade cristã [...]” (SILVA, 1978, p. 472). Em suma, a intervenção militar abriria possibilidades otimistas que o governo civil não foi capaz de realizar. Até que ponto essa compreensão é plausível? O contexto histórico, como cenário a Guerra Fria, as apostas na força militar, como exemplo, a junta militar que destituiu Getúlio Vargas em 1945, o episódio chamado por Jorge Ferreira (2003) de “novembrada”, cujo objetivo era derrubar Juscelino Kubitschek e, em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, ministros militares se impuseram à posse de Jango, enfim, desde o início da República, as ações militares, pela força, sempre foram marcantes na história do país.

Por conseguinte, as condições que favoreciam a derrubada de Goulart tomada pelo governo de Minas Gerais em relação ao ponto estratégico que o Espírito Santo oferecia, da revolução que o mesmo estava formulando com mecanismos de eficiência para evitar uma guerra civil. Para Rezende (1988, p. 154), o estado capixaba deveria ser colaborador, e aponta duas razões para isso:

- a) No caso de a tropa insurrecional ter necessidade de ultrapassar a linha fronteira Minas-Espírito Santo, tal fato poderia ser interpretado como invasão pelo governo capixaba, tendo em vista a sesquicentenária questão de conflito de limites entre os dois Estados e que estava em voga, na época;

- b) O movimento revolucionário poderia durar tempo considerável, pois era previsível a resistência do governador Miguel Arraes, de Pernambuco; neste caso, o porto de Vitória desempenharia papel relevante no esquema, considerando-se sua estratégica localização, além de sua conexão com a estrada de ferro da Companhia Vale do Rio Doce.

Magalhães Pinto manifestou preocupação, no ensejo de sua proposta, de qual seria a reação do governador Chiquinho ao saber do fato. Destarte, Rezende (1988, p. 154) acalmou-o: “[...] Dr. Chiquinho, na condição de abastado fazendeiro, certamente estava atemorizado com a tentativa de cubanização do Brasil [...]”.

Todavia, a proposta, embora mitigada, continuou a ser apresentada, uma vez que Chiquinho, governando um Estado pobre, dependia da União. Mas, aderindo ou não aos golpistas, por sua palavra, manteria o sigilo. Tempo depois, já no Espírito Santo, a conversa de Eurico Rezende com o governo capixaba é realizada. Conta Rezende:

Discuti o problema com o Dr. Chiquinho e encontrei da parte dele, a princípio, uma reação cautelosa e, por fim, uma completa receptividade. Os dois governadores se encontraram e o compromisso da desejada colaboração espírito-santense foi assumido. (REZENDE, 1988, p. 155).

No mais, das conversas entre Rezende e seus amigos mais próximos. Um destes, o Coronel Newton Fontoura Reis, havia informado ao senador capixaba que estava próximo o “Dia D”. Além da tropa sob seu comando, poderia deslocar, se houvesse necessidade, uma guarnição de policiais militares de Minas Gerais para sua colônia de férias no balneário de Carapebus, em Serra-ES. (REZENDE, 1988).¹³⁷ Sobre o dia que antecedeu o avanço das tropas de Mourão Filho, em marcha até o Rio de Janeiro, Eurico Rezende faz outra revelação, no mínimo, surpreendente, da iniciativa do governo Magalhães Pinto em pedir, pelo menos nisso se acreditava, a força militar para solucionar a crise política do país:

Na sessão vespertina de 30 de março de 1964, o senador Afonso Arinos leu uma proclamação do Governador Magalhães Pinto, denunciando à nação que a ordem constitucional no Brasil fora vulnerada e que Minas Gerais estava atenta e vigilante no sentido de restaurá-la plenamente. (REZENDE, 1988, p. 160).

¹³⁷ De acordo com as memórias de Eurico Rezende, um segredo contado pelo deputado Bonifácio de Andrada foi o qual a inspiração para a criação da colônia de férias de Fontoura Reis, residiu na perspectiva de necessidade de deslocamento da milícia mineira para o Espírito Santo, a serviço da Revolução (REZENDE, 1988, p. 157).

É amplamente sabido que o estado de Minas ajudou a consumir o golpe, porém, aqui não se deve esquecer como a conspiração estava em iminência de acontecer. Como Rezende afirmou: “era o grito de guerra”. Naquela mesma noite do dia 30 de março de 1964, o Senado realizou uma Sessão Extraordinária, no sentido de examinar a ordem dos acontecimentos. Adiante, o autor também assume seu papel junto aos golpistas:¹³⁸

A esta altura, mercê do comportamento político e da conduta tática do eminente governador Magalhães Pinto e da atitude firme do governador de São Paulo, em cujo redor numa afirmação de solidariedade, estão todos os seus jurisdicionados políticos, neste instante sabe o Sr. Presidente da República que a nação democrática está em condições de aceitar o desafio da sua insensatez e da sua irresponsabilidade. (REZENDE, 1988, p. 160).

Conforme o desencadeamento do movimento militar de 31 de Março, com as tropas de Mourão avançando sobre o Rio de Janeiro em direção ao Palácio Laranjeiras, o depoimento de Eurico Rezende se faz salutar, pois foi uma testemunha ocular capixaba do episódio que depôs Goulart. Segundo ele, tendo ciência do fato, voltou à tribuna do Senado para reiterar o gesto solidário ao governador mineiro. E ainda foi firme em sua posição, pois, mesmo que os golpistas fossem derrotados, não se importou em sofrer uma penalidade por parte da resistência promovida por Jango e aliados: “[...] Pouco me importavam a incerteza e os comentários frequentes (...) o meu compromisso estava de pé e não seria jamais vulnerado” (REZENDE, 1988, p. 161).

O movimento dos golpistas, contado por Abelardo Jurema,¹³⁹ vem acrescentar ainda mais sobre o procedimento sobre o cerco a Goulart: “[...] na rua já era público o movimento sedicioso de Minas, chefiado pelo governador Magalhães Pinto e Mourão Filho. Já eram ouvidas até proclamações [...]”. (JUREMA, 1964, pp. 182/183). Essa situação, podemos inferir, era de extrema tensão para que Goulart e seus assessores conseguissem dela sair ilesos.

O então senador Eurico Rezende ainda ressalta seu discurso politizado e veemente, convictamente a favor do movimento que ele denominou revolucionário:

¹³⁸ De acordo com Eurico Rezende, tal pronunciamento foi realizado em 31/03/1964.

¹³⁹ Abelardo Jurema, já apresentado no terceiro capítulo desta dissertação, exercia a pasta da Justiça no governo Goulart. Acerca da memória do presidente e também amigo pessoal de Jango, escreveu a obra *Sexta-feira, 13, os últimos dias do governo João Goulart*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964.

Senhor Presidente, é este o meu objetivo nesta hora de definições [...] estou de modo incondicional com a bandeira da legalidade desfraldada [...] a imensa geografia do Brasil numa intensa devoção à causa do direito, da justiça e da liberdade. (REZENDE, 1988, p. 161)

Era sabido que Goulart, no dia 1º de abril à noite, já se encontrava em Brasília. Convidado por Auro de Moura Andrade, que por sua vez obteve informações sobre Jango de Zacarias de Assunção, militar e senador, Eurico Rezende conta em suas memórias um episódio cinematográfico: como morava na SQS 405, desse ponto poderia observar a decolagem do avião que estaria levando Goulart para outro ponto do país. E quiseram a informação do momento exato da decolagem. Zacarias de Assunção, de imediato, providenciou um binóculo de longo alcance para Rezende. Depois de um banho tomado às pressas, foi chamado por sua esposa (que estava de posse do binóculo para o marido se banhar). Rezende relata:

Lá estava, no aeroporto, a princípio em pisca-pisca e depois iluminado, o avião com as características que haviam sido mencionadas, e que logo em seguida decolava. [...] telefonei para o Presidente Moura Andrade, que, após dizer-me, 'era isso o que faltava', pediu-me para que eu retornasse logo ao Senado. (REZENDE, 1988, p. 162).

Como toda a movimentação no país, havia um clima tenso e boa parte da população não sabia ao certo o que estava ocorrendo. No estado do Espírito Santo, sobre o que noticiaram muito depois sobre o movimento de 1964, o clima, de certa forma, era de festejo, isto é, a saudação da revolução promovida pelos militares. Sobre a possibilidade de o movimento fracassar, o asilo político já era cogitado. Por orientação de Auro de Moura Andrade, no dia anterior ao golpe, Eurico Rezende tomou posse de um *Diário do Congresso*. E ouviu do Presidente do Senado: “Eurico, a revolução vai estourar em breve” (REZENDE, 1988, p. 173). O referido Diário trazia em reportagem de capa o número da Lei sobre a Convenção Territorial.¹⁴⁰ Tal Convenção relacionava vários países da América do Sul. Era uma possibilidade de Rezende e demais colegas “revolucionários” terem um local seguro fora do Brasil.

Como prossegue seu escrito concernente ao movimento de março de 1964, Eurico Rezende, conforme vimos, não escondeu sua forte determinação de estar ao lado dos golpistas e, até mesmo, procurar soluções viáveis para realização dos planos contra o governo Goulart. Ainda em suas memórias sobre suas atividades políticas,

¹⁴⁰ Projeto de Lei da Câmara nº 5, 1964. Aprova a Convenção sobre Asilo Territorial, firmada na X Conferência Interamericana, que se reuniu em Caracas, entre 1º e 28 de março de 1954. (REZENDE, p.173).

Rezende explica o intuito, a necessidade de terem realizado o golpe. De início, o parlamentar faz uma assertiva de que a execução do Movimento de Março (assim ele o chama) correspondeu ao interesse nacional superlativamente agredido. A tônica do discurso é de que havia uma situação de medo ou pânico já nos idos de 1963.

No mais, conforme o crescendo de suas análises sobre a condução da política econômica do Governo Goulart, Rezende as vê como negativas para a sociedade brasileira. Segundo ele, chegava às cercanias do desastre final, da letalidade do equilíbrio social. Na verdade, todo um quadro político, econômico e social é elaborado de forma negativa ou, até mesmo, pernicioso, por Rezende. Numa palavra, não existia perspectivas de mudanças. Acentuou-se, também, quando surgiu a propaganda negativa sobre o regime de Cuba, de acordo com Rezende, sob a capa de defesa da autodeterminação e da não intervenção. Quanto às Forças Armadas, havia uma tentativa de desmoralização por parte do Chefe de Governo. Rezende conclui de forma capital sua posição positiva ao golpe de Estado de 1964:

[...] todos esses fatos e circunstâncias, atestavam, de modo inequívoco, que estávamos diante de um processo de decomposição nacional, em sua etapa celeremente conclusiva. Estas, em resumo, as razões que determinaram a eclosão revolucionária, com o apoio integral da sociedade brasileira. (REZENDE, 1988, p. 213).

Com isso, a necessidade do ato revolucionário, não importando se iria conseguir ou não tomar o poder de Goulart. Esses pronunciamentos confirmam a assertiva de Carlos Fico (2008) de que a campanha para a desestabilização do Governo Goulart foi melhor articulada. Isto é, desde muito tempo havia a necessidade de minar o governo federal por supostas aproximações com os comunistas. O golpe, por sua vez, foi uma ação rápida.¹⁴¹ Pode-se dizer, estava em jogo organizar, moralizar o país, assim como, reestabelecer as Forças Armadas e afastar o comunismo, este com a possibilidade de expansão nas Américas, capitaneado por sua vez pela Revolução Cubana.

Eurico Vieira de Rezende, então senador da República, conforme analisado, sua postura favorável à Revolução não nos é nenhuma novidade, porém, é importante

¹⁴¹ De acordo com o jornalista e pesquisador Carlos Castello Branco (1977, p.16), “o deflagrar da Revolução estava previsto para o dia 2 de abril, após a marcha popular programada no Rio. Os mineiros, no entanto, a precipitaram por uma decisão do General Mourão, logo apoiada pelo Governador Magalhães Pinto [...]”.

ressaltar sua fala de que o movimento de março trouxe benefícios para o Espírito Santo: o Estado tem deveres de gratidão para com o regime que se instalou no país dia 02 de abril de 1964. De acordo com o parlamentar, o estado capixaba passou a ter uma política de igualdade com os demais estados da União, que, na ocasião, passou a ter um significativo progresso socioeconômico (REZENDE, 1988).

4.5.3 O Golpe De 1964 Na Memória Política Capixaba: O Deputado Carlos

Alberto Cunha¹⁴²

Acerca do Golpe de Estado de 1964 e dos políticos favoráveis a tal movimento aqui no Estado, podemos citar o deputado Carlos Alberto Cunha (MDB).¹⁴³ Esse parlamentar¹⁴⁴ deixou suas posições bastante claras com respeito ao desenrolar político, no decorrer do regime militar, de que estava cansado da política e suas nuances: “[...] tenho mais o que fazer na vida, a ficar como deputado me enganando e enganando a quem me elegeu” (*ES-Agora*, 1978, p. 12). Ele ainda se manifestou afirmando que o poder forte é o Executivo, o Legislativo somente obedece. Por entrevista feita ao jornalista Erildo dos Anjos, Carlos Alberto Cunha dá seu testemunho sobre o movimento de 1964. Argumenta que sua atuação, quando ainda universitário, esteve a favor do movimento civil-militar de 1964, como mostra a reportagem:

[...] angariou antipatias dos colegas por ter sido um dos grandes defensores do movimento militar que culminou com a Revolução de março de 1964. (...) hoje abandona a política por exatamente não concordar com o regime autoritário instalado no país [...]. (*ES-Agora*, 1978, p. 12).

Sobre o apoio à ação dos militares, Carlos Alberto da Cunha é emblemático em sua afirmação. De acordo com ele, antes de 1964, “o Brasil viveu momentos atormentados, quando um chefe de família não tinha certeza se encontraria alimentos para comprar e levar para sua casa” (*ES-Agora*, 1978, p. 12). Sua posição continuava basicamente a mesma de apoio ao movimento revolucionário, afirma o

¹⁴² Outro deputado, porém, na esfera federal, foi Antônio Gil Veloso (ES). Sobre sua atuação na Câmara dos deputados e sua participação no golpe de Estado de 1964, até o momento não foi encontrada informação suficiente. Entretanto, quando o governo de Castelo Branco recolheu assinaturas para a cassação de mandatos de parlamentares que não concordavam com o novo regime, Gil Veloso se pronunciou a favor da decisão daquele governo (GRIMBERG, 2009).

¹⁴³ Carlos Alberto Cunha (1934) nasceu em Mimoso do Sul, sul do Espírito Santo. Foi deputado estadual durante parte da década de 1970. Não há registros sobre sua atuação partidária.

¹⁴⁴ A entrevista foi concedida ao periódico *ES-Agora* (1978, p. 12).

periódico, ou seja, no que concernia a Revolução de 1964 ter tirado a nação da balbúrdia. Porém, lastimou-se o deputado de que aquele movimento havia ido longe demais. A eleição indireta era um absurdo. Escolher presidente por meio de um grupo de privilegiados era inconcebível. O povo era quem deveria tomar decisão. As falas dos presidentes militares sobre abertura política não estavam condizentes. Vivia-se um impasse no quesito político (*ES-Agora*, 1978, p. 13).

4.5.4 O golpe de 1964 na memória política capixaba: o senador João Calmon

O parlamentar João Calmon mais uma vez se mostra um grande patriota quando fala com ufanismo sobre sua defesa ao golpe de 1964. Essa personalidade política capixaba não escondeu sua forte posição contra Goulart e o comunismo.¹⁴⁵ O próprio Calmon relata o feito de estupefação para o Brasil da época, dessa forma:

[...] Nunca, em nossa história, houve uma intervenção armada tão legítima e límpida. [...] com moderação, nossos chefes militares restabeleceram a ordem onde era o caos, fizeram claridade onde era noite. Enfim, recolocaram a nação em suas raízes democráticas [...]. (CALMON, 1966, p. 173).

E isso foi apenas um começo de seu contentamento. Calmon ainda relata que se encontrava naquele momento em Brasília. Como o episódio de deslocamento das tropas comandadas por Mourão foi realizado em Minas, de acordo com ele, precisava ir àquele Estado para dar as congratulações ao Magalhães Pinto e conclamar os mineiros a fazer parte do movimento “insurrecional”. Relata o parlamentar: “[...] Não perdi tempo. Procurei alcançar Belo Horizonte, o que fiz através de mil dificuldades. Queria estar presente à grande arrancada libertadora [...]” (CALMON, 1966, p. 173). Essa atitude indica um político sequioso por ver concretizados os sonhos dos conservadores (civis e militares), desde que Jânio Quadros renunciou: o afastamento de um Governo com possível ligação com o comunismo. No entanto, com seu ufanismo, Calmon pronunciou-se na TV Tupi acerca do movimento militar:

[...] Esclareci (...) que o país estava diante de uma chance única em sua história republicana [...].

¹⁴⁵ Se observarmos atentamente, podemos perceber que os críticos (militares, políticos, entre outros) ao Governo de João Goulart gostavam de colocar tudo em um mesmo plano, isto é, confundiam algumas atitudes do governo presidencial com práticas comunistas, República Sindicalista, entre outros. Não procuravam discernir comunismo e ações reformistas julgadas essenciais para aquele período.

Vamos mostrar – conclamei- que o nosso interesse não era tirar do poder um governante despreparado, mas sim realizar grandes reformas estruturais, sacudir o País, limpar a administração, higienizar a vida pública para que o Brasil possa acertar o passo com o tempo e com o século. [...] a Democracia, como os moinhos de Deus, mói devagar, mas mói certo. (CALMON, 1966, v. 1, p. 174).

Não somente essa resposta à derrubada de Jango, mas outras tantas elaboradas por João Calmon no decorrer de sua redação sobre os andamentos de março de 1964. Como um político partidário da direita, João Calmon realizou bem sua atuação. Depois da destituição do Governo de Jango e seus assessores, faltava apenas para os golpistas colocar a oficialidade militar no poder. Assim, como desejavam um país sem corrupção, com os militares no poder, esperava-se que viessem o combate à corrupção e ao comunismo, esta uma das pedras angulares do movimento de março.

Na sequência de seu depoimento, o parlamentar Calmon dá seu testemunho de forma lúcida e cabal sobre o golpe. De acordo com ele, sugeriu às classes produtoras do Brasil que auxiliassem a Revolução, com previdências concretas girando em torno de dois trilhões, como forma de suporte ao Governo que acabara de se instalar (CALMON, 1966). Ainda, com total ufanismo, dá continuidade ao seu discurso no programa “Noite de Gala”.¹⁴⁶ “[...] Considero-me um soldado que cumpriu, com a maior humildade, o seu dever, que era lutar para tentar sobreviver e para defender a liberdade [...]” (CALMON, 1966, p. 174-175). Em outras palavras, a preocupação residia em livrar o país do governo Goulart. Ficou patente, não somente no discurso de Calmon, como também de outros tantos o empenho em dar um ultimato ao Governo Jango.

4.6 A IMPRENSA CAPIXABA E AS NOTÍCIAS SOBRE O GOLPE DE 1964: O JORNAL A GAZETA

O jornal *A Gazeta*, de 10 e 11/05/1964, salientou em uma de suas páginas, cuja reportagem interessa mencionar, acerca da imagem da “Revolução” na região capixaba:

Tendo se desencadeado não só contra o comunismo, mas muito especialmente contra os escândalos e a corrupção, a revolução já viu que, no Espírito Santo, se a fuga dos vermelhos facilitou o seu trabalho de

¹⁴⁶ Programa realizado na TV Rio. Discurso pronunciado em 06 de abril de 1964.

drenagem do bolsão comunista, o mesmo não acontece em relação ao governo do Estado.

Mais uma vez, como se constata, o periódico *A Gazeta* fez provocações ao Chiquinho. Contudo, se pensarmos no poder da imprensa, aqui se pode salientar que o jornal trabalhou com seus intelectuais a favor da base conservadora no Estado. Infelizmente, por qualquer razão, não saiu o nome do colunista ou repórter. Continua ainda a mesma matéria sobre o movimento de 64 e mais provocações ao governo do Estado:

Arrivista de última hora, colocou o Dr. Chiquinho um penacho vermelho, fantasiou de herói revolucionário e já se julga ultr3a-seguro, certo de que na revolução é possível alguém se agarrar com fita durex [...] o visgo do Governador em férias é respeitável: saiu daqui dizendo que ia comandar a eleição do Marechal Castelo Branco na bancada capixaba [...].

A ironia apenas realça o forte conteúdo da reportagem contra pessoa do governador. E parecendo promover uma “manobra” com o intuito de desestabilizar o Governo de Chiquinho, o colunista deixa bem claro:

Mas a hora dos corruptos já chegou. De nada adianta as manobras do Senhor Lacerda de Aguiar. Mais hoje, mais amanhã, sua autoridade, já alcançada, deixará de existir e os escândalos, a corrupção do jogo [...]. Um governador que não aceita vir terçar em praça pública as armas da moral- porque não as possui- pode investir contra a dignidade alheia [...].

Dentre essas acusações feitas e demais que se seguiram, conforme visto em seção específica neste capítulo, Chiquinho sairia antes do término do seu mandato, em 1966, com sua atuação avaliada por um Inquérito Policial Militar.¹⁴⁷ No entanto, seu vice, Rubens Rangel (05/04/1966), assume a chefia do Estado. A partir de 1967 começaram a entrar em vigor os governadores biônicos, destarte, foi empossado Christiano Dias Lopes Filho, que passou a ser um correligionário no partido da situação, Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Por sua vez, o periódico *O Diário*, conforme a revista *ES-Agora* (1972, p. 39), noticiou a atuação de Chiquinho (segundo mandato) de forma positiva:

Lacerda de Aguiar é a favor da reunião de líderes revolucionários e que em encontro entre os Governadores do Espírito Santo e de Minas Gerais com o Presidente Castelo Branco, disse que, se o presidente ouve os inimigos da revolução porque não ouvir os responsáveis por ela.¹⁴⁸

¹⁴⁷ Tal procedimento foi apresentado em seção específica. Chiquinho foi acusado de corrupção, caluniado por políticos partidários como Christiano Dias Lopes Filho (PSD) e outros. Sobre o assunto, o próprio acusado em entrevista à revista *ES-Agora* (Dezembro de 1972), não quis se pronunciar.

¹⁴⁸ *O Diário*, 06 de setembro de 1965.

Entretanto, de outro lado, o jornal *A Gazeta* noticiava os manifestos críticos contra Lacerda de Aguiar. Conforme *ES-Agora* (1972, p. [?]), as acusações são bastante contundentes:

O jornal da Guanabara *Tribuna da Imprensa*, publicou um tópico sobre a grande corrupção existente no Governo Lacerda de Aguiar, e a promessa do coronel Bandeira de Queiroz (coronel do 3º BC de Vitória) de apurar tudo e tomar providência enérgica.¹⁴⁹

Não somente tal fato, mas também acerca do mau uso do dinheiro público estadual, durante o Governo de Chiquinho. Em suma, as críticas foram num crescendo que culminaram, como bem queria a oposição, na deposição de Chiquinho, conforme visto em trechos anteriores.

O jornal *A Gazeta*, datado de 17 de novembro de 1964, em uma de suas reportagens de capa, parece indicar que era bastante favorável ao movimento de 64. Neste momento, urge ressaltar alguns trechos da matéria, intitulada *A Revolução e o Espírito Santo*:

Entre os seus muitos objetivos, a Revolução de Abril colocou em plano ante aquele de restaurar a situação financeira nacional [...]. A Revolução não foi feita para Minas Gerais, Pernambuco, Bahia. A Revolução foi feita para o país inteiro e na presunção de que também devesse ter abrangido o Espírito Santo.

Contudo, não foi somente uma posição particular e valorizada do Movimento de 31 de março, porém, tal matéria criticava novamente o Governador Chiquinho, considerando-o impróprio para administrar o Estado, por ter nomeado vários servidores públicos sem necessidade. Mas, isso foi bem comentado em outros momentos nesta parte do texto. Cabe aqui dizer que tal reportagem lançou sua crítica manifestando a afirmação de que a Revolução foi fato consumado, mas não andou por aqui. Isto é, Chiquinho não soube aproveitar o momento para negociar devidamente com os revolucionários e organizar melhor o Espírito Santo.

O periódico *A Gazeta*, por sinal, é o único jornal que ainda se mantém com fonte relativamente intacta. Do jornal da esquerda capixaba, *Folha Capixaba*, por exemplo, não se encontram os números referentes ao ano de 1964, apesar de esse veículo de informação ter sobrevivido até o movimento de março.

¹⁴⁹ Tal reportagem, de acordo com *ES-Agora*, foi publicada em 15 de setembro de 1965.

Logo que foi tomado o poder político pelos militares, o jornal *A Gazeta* apresentou, em sua manchete de capa, que estava sumamente grave a situação no país (01/04/1964), fazendo um desenrolar dos acontecimentos em alguns pontos do país.

Quanto ao campo religioso, o Arcebispo de Vitória, D. João Batista da Motta e Albuquerque, foi acusado de comunista. Alguns elementos da Câmara municipal de Vitória, como o vereador Apolinário Delmaestro, inocentaram o Arcebispo. De acordo com *A Gazeta* (01/4/1964), a acusação se deu pelo fato de o religioso prezar por uma sociedade justa e apoiar as reformas sociais por que passava o país. Apolinário afirmou que, sendo o Arcebispo divulgador dos ensinamentos de Jesus Cristo, ele não poderia ser chamado de comunista. Por sua vez, o líder udenista na Assembleia Legislativa, Helsio Pinheiro, não tinha a mesma opinião. Culpou o Arcebispo de omissão e conivência com os comunistas (*A Gazeta*, 01/4/1964).

Os pronunciamentos dos parlamentares capixabas Mário Gurgel e Christiano Dias Lopes Filho são citados em *A Gazeta* (03/4/1964). Quanto ao primeiro, se solidariza com Jango. Reconheceu o trabalho e desempenho do ex-presidente da República. E ainda, denunciaria erros dos novos dirigentes do país. Por sua vez, o segundo se colocou como o observador de uma análise prudente da qual as Forças Armadas derrubaram Jango para combater as Reformas de Base, e que a essas Forças Armadas cabia-lhes a responsabilidade de um projeto para o futuro.

4.7 ASSEMBLEIA LEGISLATIVA: REGISTRO NAS ATAS DE 1964

Dos registros de Ata da Assembleia Legislativa do Espírito Santo é importante salientar o movimento manifestado pelos parlamentares acerca dos fatos acontecidos nos idos de março a abril de 1964. Evidentemente que, se a situação política no país estava em grande efervescência, *grosso modo*, insurrecional, os deputados estaduais capixabas não poderiam deixar passar despercebido tal evento.

Da Segunda Sessão Ordinária da 5ª Legislatura, datada do dia 22 de abril de 1964, sob a Presidência de Adalberto Simão Nader, podemos relatar um pedido de homenagem realizado pelo então deputado Helsio Pinheiro a João Calmon, por sua honrosa participação no movimento de março, de acordo com a Ata, em defesa do regime democrático. Em outro requerimento, o mesmo deputado pede também

homenagem ao general Pinto Guedes por sua participação no movimento (revolucionário) em defesa da democracia. Assim como, o pronunciamento, já visto anteriormente, de Christiano Dias Lopes Filho a respeito da posição do governador Chiquinho, face à Revolução.

A Sessão Ordinária do dia 23 de abril não traz algo fora do comum, mas, um dos fatos interessantes é o pedido de cidadão espírito-santense para o Coronel Fontoura Reis, participante do evento golpista no Estado, bem como a menção que foi feita à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a ser realizada em Vitória, pois em Cachoeiro de Itapemirim já havia ocorrido similar em agradecimento pela vitória do movimento militar. Na verdade, os debates parecem ter sempre a unanimidade de que a Nação estava passando por graves acontecimentos políticos. Vez ou outra havia esse comunicado. A sessão foi concluída com um discurso preocupado com a situação política que refletia na família brasileira.

4.7.1 Os Documentos Recebidos do Governo Estadual

Quanto aos interesses dos personagens políticos capixabas e pessoas de setores militar, médico e educacional, podemos dar destaques às posições favoráveis ao Golpe de Estado de 1964, desses representantes, por assim dizer, àqueles cuja atuação estavam a reverenciar o governo do Estado por sua atitude disponível em ajudar o movimento “revolucionário” político-militar. Em ofícios emitidos por Francisco Lacerda de Aguiar, em agradecimento, acha-se conteúdo nos seguintes termos:

Esta governadoria que sempre se manteve fiel aos sagrados postulados da democracia brasileira, sente-se jubilosa de ter contribuído para o atual clima de paz, tranquilidade, segurança que se instala [...] necessitamos de uma nação livre, progressista e, sobretudo, democrática [...]. (Ofício nº 798, 08/04/1964).

De outra forma, nota-se que o acréscimo dos termos em alguns comunicados corrobora a preocupação de Chiquinho com o momento, ao salientar questões democráticas, cristãs e pacíficas do povo espírito-santense.

Dentre as diversas figuras públicas: Cezar Roberto Pinheiro Cordeiro (vice-presidente do Departamento Estudantil da UDN); vereador Miguel Hemerly Elias (Câmara Municipal do Rio Novo do Sul); João Zanotti (Café S/A); Eurico Lima

(Presidente da UDN, Baixo Guandu); Antônio Salotto (Presidente da UDN, Apiacá).¹⁵⁰

Às personalidades partícipes do golpe ou com manifestação contrária ao comunismo, dentre os militares, o Governador Chiquinho expressa um pedido para que o oficial do Exército, José Sylvio Alves Torres, com inteira confiança do governo estadual por sua atuação convicta anticomunista, seja passado a Secretaria do Interior e Justiça.¹⁵¹ Em outros termos, teriam chance na nova ordem instalada, aqueles cuja atuação foi sempre voltada contra Goulart e ao comunismo.

Não obstante, por vezes comentado neste estudo, logo depois da vitória do golpe, tudo estava ocorrendo segundo a manutenção da democracia brasileira. Em certos documentos expedidos pelo seu governo, Chiquinho sempre menciona o referido termo. Tudo levava a crer que era o governo de Goulart que deixava de ser democrático. As Forças Armadas traduziram fielmente o desejo de se restaurar ou restabelecer a democracia no país.

Dos assuntos militares, o Coronel Comandante, Newton Fontoura de Oliveira Reis, participante do movimento golpista no Espírito Santo, é agradecido ao governador Chiquinho pelos serviços prestados em defesa dos postulados constitucionais e da restauração da ordem.¹⁵²

Para comparar a assertiva de uso frequente da palavra democracia e anticomunismo, o documento ao Dr. José Moysés¹⁵³, é esclarecedor:

[...] essa conceituada Entidade de Classe hipoteca seu valoroso apoio e solidariedade ao meu Governo, pela posição assumida, em defesa da democracia brasileira e de total repressão à infiltração comunista em nosso país na recente crise político-militar eclodida no Brasil. (Ofício nº 794, 08/04/1964).

Pode-se afirmar que Chiquinho, bem como outras personalidades capixabas, de vários segmentos, estava condizente com os discursos anticomunistas em prol da democracia e pela ordem, manifestada em todo o país. A busca pela paz e

¹⁵⁰ Os documentos posteriores, no caso, Ofício da Secretaria de Governo, número 819 (13/4/1964), inserem os nomes dos vereadores (não relata o município) Orides Fosse, José Lougon dos Reis, Antônio Fernandes Pereira e João Brito Neto. Todos congratulam o Governador Chiquinho por estar ao lado da democracia, isto é, por ter apoiado os golpistas.

¹⁵¹ Documento (Ofício 769, 03/04/1964), dirigido ao Ministro General Artur da Costa e Silva.

¹⁵² Documento (Ofício 779, 07/4/1964)

¹⁵³ Dr. José Moysés era Presidente da Associação Médica do Estado do Espírito Santo.

disciplina, por conseguinte, era feita pelas Forças Armadas. Num gesto solene, a Assembleia Legislativa do Espírito Santo (Ofício nº 850, 22/4/1964), dedica o título de cidadão espírito-santense a Adhemar de Barros (Governador de São Paulo), pelo desempenho, zelo, energia e ação patriótica, assim como, por ter preservado respeito à Constituição brasileira. Por sua vez, o general Amaury Kruel ganhou igual honraria pelos mesmos feitos.

A Universidade Federal do Espírito Santo, com o movimento militar de 1964, precisou trocar seu reitor. Evidentemente que a preocupação era a de por no cargo uma pessoa de confiança do novo governo federal. Em ofício (Ofício nº, 20/4/1964), o governador pede a nomeação de Fernando Rabelo.¹⁵⁴ Este, então, era pessoa que favorável ao movimento revolucionário e que havia exercido o cargo de interventor daquela repartição durante a crise político-militar. Fica claro que os favoráveis da tomada de poder de 1964 queriam pleitear e garantir seu espaço em algum cargo público. De acordo com Ivantir Borgo (1995), Fernando Rabelo assumiu a reitoria em 18 de junho de 1964. Assevera ainda que Rabelo foi obrigado a agir com redobrada habilidade. Para tal desenvoltura, o discurso de Rabelo é interessante, no sentido de comentar certa preocupação que perpassava o ano de 1964, assim que assumiu a Reitoria da UFES:

Decorreram 4 meses que assumi a Reitoria, dentro de uma expectativa que criava preocupações, eis que a Universidade ainda enfrentava as consequências da grave crise (...). Inspirado no interesse público preferi observar a 'linha dura' preconizada pelo senhor Presidente da República, a sofrer, como outros, as consequências de uma orientação acomodatória, fraca e vacilante. (Rabelo, apud BORG, 1995, p. 45).

Em outras palavras, Fernando Rabelo procurou colocar a ordem e a disciplina na Universidade. Estava agora o alinhamento da educação superior no Espírito Santo condizente com o novo Chefe da Nação, o General Castelo Branco.

¹⁵⁴ Fernando Duarte Rabelo. Foi advogado e professor. Na década de 1940 pertenceu ao Partido Democrata Cristão (PDC), era Presidente do Diretório Estadual daquele partido. In: ALMEIDA, Amylton de. Revisão de texto de Fernando Achiamé. Carlos Lindenberg, um estadista e seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2010.

4.8 OS EMPRESÁRIOS CAPIXABAS SAÚDAM O MOVIMENTO MILITAR¹⁵⁵

Conforme o jornal *A Gazeta*, de 19/04/1964, em seu espaço propagandístico, vários comerciantes e parlamentares saudaram o golpe de 1964: Centro de Comércio de Madeiras de Vitória (“Glória às Forças Armadas”); A Semblano e Cia. Ltda, Confeitaria Cipó e Supermercados das Carnes (“saúdam Castelo Branco que, com as Forças Armadas, deixaram o país em tranquilidade”); Instaladora Vitória Ltda. (“Saúda as Forças Armadas que reconduziram o Brasil para a paz social”); A Assembleia Legislativa, em nome do Presidente da casa, Adalberto Simão Nader, enviou saudações às Forças Armadas e a Humberto de Alencar Castelo Branco. Enfim, uma série de outras empresas fazem o mesmo. Em destaque, “Melhor homenagem dos capixabas às Forças Armadas foi a dos membros da Câmara de Vitória”:

No momento em que o Brasil, tendo vencido de maneira singular, quer dizer, sem derramamento de sangue, a luta que forças negativas desencadearam a fim de implantar em nossa pátria, um sistema de governo incompatível com os princípios cristãos e democráticos do povo brasileiro [...].

Não obstante, a carta de congratulações informa dos elogios às Forças Armadas e ao novo presidente do Brasil, Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. No mais:

Todos aqueles que possuem bom senso e se surpreendiam desagradavelmente [...] com a desorganização reinante em todos os setores da vida nacional, tem hoje sobejos motivos de esperança [...] os homens escolhidos para os diversos postos administrativos [...] possuem qualidades inegáveis para o exercício das funções de que acabam de ser investidos. (*A Gazeta*, 19/04/1964).

A referida carta foi assinada pelos parlamentares da Câmara Municipal de Vitória: Wallace Vieira Borges (Presidente), José de Paula Rocha (vice-presidente), Wilmington Barcelos (1º secretário), Claudione Lopes Pereira (segundo secretário) e Raulino Rodrigues da Rocha (3º secretário).

No exemplar de 25 de abril de 1964, de *A Gazeta*, a notícia interessante é a manchete sobre a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na verdade, manifestação pelo agradecimento da vitória da revolução promovida pelos militares.

¹⁵⁵ Tal manifestação tem como fonte somente o jornal *A Gazeta*. Não há menções, até o momento, em bibliografias, da participação de empresários capixabas em articulação com o golpe de Estado de 1964.

Uma marcha similar já havia acontecido em Cachoeiro de Itapemirim, outra, agora, havia sido realizada no Centro de Vitória. Estavam presentes o Comandante do 3º BC, Newton Fontoura Reis, e o Arcebispo de Vitória, D. João Batista da Motta e Albuquerque, como personalidades destacáveis.

No entanto, sob tal manifestação, o levante militar de março de 1964 ganhou a opinião favorável da Igreja Católica (em nome do Arcebispo de Vitória) e consolidada do público no Espírito Santo. Por sua vez, como tarefa histórica, isto é, da ação das pessoas no tempo, cabia aos contrários ao golpe, como foi o movimento estudantil¹⁵⁶, sindicatos e outros, derrubar o novo regime que se instalara no país. O movimento de guerrilha, presos políticos, torturas e desaparecimentos, foram episódicos durante o regime militar. Onde ficou a defesa da democracia tão debatida por aqueles militares e civis fomentadores e partícipes do golpe?

De acordo com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, em um de seus vários depoimentos, a revolução era para durar somente 90 dias; como sabemos, durou 21 anos. João Quartim de Moraes, em seu artigo *O argumento da força*, de 1987, confirma que o cargo de Presidente ficou privativamente à disposição de generais de quatro estrelas. De 1985 (término dos governos militares) a 1989, o país foi governado por um presidente ainda escolhido indiretamente por meio do Colégio Eleitoral. O desejo concretizado de eleições diretas somente aconteceu no pleito de 1989. Mas a inflação e a corrupção, contra as quais os discursos de governos militares e civis prometeram uma ação séria, e que, em muitas ocasiões, até tentou-se combatê-las, não haviam sido derrubadas. O socialismo soviético se esfacelou; por sua vez, os Estados Unidos criaram outros inimigos e, agora, estavam voltados para o Oriente Médio. Novos tempos, novas esperanças apontaram no horizonte da sociedade brasileira. Novos coronéis surgiram, assim como, novos partidos e lideranças políticas. Porém, não num mundo mais dividido em dois blocos entre capitalistas e socialistas, mas num ambiente denominado, no limiar do século XXI, de Aldeia Global.

¹⁵⁶ Brice Bragato (atual militante do Partido Socialismo e Liberdade- PSOL capixaba) relata em seu depoimento, ainda militante católica, sobre a resistência ao governo militar que, "(...) a Catedral era um lugar onde os estudantes protestavam, era o único lugar onde os estudantes não apanhavam da polícia. (...) a repressão era muito grande (...) a Igreja tem alguns pequenos fatos (...) teve um papel fundamental". In: depoimento concedido a PINTO, Carolina Júlia. Partido dos Trabalhadores: 20 anos. *A Institucionalização da Rebeldia*. Trajetória no Espírito Santo. A Formação na Cidade de Viana. 2001. 152 f. Monografia (graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001.p.55.

4.9 A RESISTÊNCIA

4.9.1 Perly Cipriano: um depoimento¹⁵⁷

Quando do movimento a favor da posse de João Goulart, em 1961, e depois do golpe de Estado de 1964, a personalidade política capixaba, Perly Cipriano, foi testemunha-chave desses movimentos aqui no Estado. Hoje, um militante petista, Perly Cipriano fez um depoimento importante sobre os anos iniciais da década de 1960. Concernente ao golpe que pôs em bancarrota o governo Goulart, e a João Calmon, manifestante golpista, Cipriano dá seu testemunho:

[...] João Calmon [...] aparece como uma das figuras que mobilizava a gente [...] as pessoas davam suas contribuições [...] as marchas, as pregações em igrejas [...] claro, tinha igrejas evangélicas sob influência americana [...] a essência está na preparação [...] quando veio o golpe, algumas igrejas perseguiam as outras [...].

Sobre os dias posteriores ao primeiro de abril, Perly Cipriano relata em suas memórias:

Quando as primeiras notícias começaram a aparecer [...] a Frente de Mobilização Popular que fazia essa mobilização pelas reformas de base, o Partido Comunista e o Movimento Estudantil, percebem os primeiros movimentos, e quando percebem esses primeiros movimentos, há algumas movimentações [...] reuniões [...] vamos resistir [...] a movimentação mais conhecida foi no Sindicato dos Portuários [...].

A resistência dos movimentos sociais, tais como: o movimento estudantil, ligado a Universidade Federal do Espírito Santo e o movimento sindical, uniram-se para lutar contra o golpe de Estado. Esta resistência política, no caso específico de Perly Cipriano, durou, mesmo quando ele, por questão de segurança, teve que deixar o estado do Espírito Santo para se refugiar em outro Estado. Em Pernambuco, é preso e torturado. Sua resistência não terminou. Uma vez exilado, foi para a União Soviética, onde estudou e sempre se manteve informado sobre a ditadura no Brasil. Após a abertura política (1979) regressa ao Espírito Santo e, junto aos sindicalistas, Rogerio Medeiros, Vitor Buaiz, os militantes da Igreja Católica, Cláudio Vereza, Brice Bragato, João Carlos Coser, entre outros, participa da fundação do Partido dos

¹⁵⁷ Perly Cipriano nasceu em 10 agosto de 1943 em Minas Gerais. Formou-se em Odontologia pela Universidade Federal do Espírito Santo- UFES. Na década de 1960 era um militante estudantil de esquerda. Foi preso pela primeira vez em 1965 no Batalhão de caçadores em Vila Velha. Após várias prisões e solturas foi preso em 1970 em Olinda, Pernambuco, quando permaneceu 10 anos e somente após a abertura política concluiu o curso de Odontologia. Atualmente é membro do Partido dos Trabalhadores (PT) e exerce a função de Subsecretário na SETADES (Secretaria Estadual de Trabalho e Desenvolvimento Social). Entrevista concedida ao orientador desta pesquisa Prof. Dr. Pedro Ernesto Fagundes e ao autor, em 12 de abril de 2012.

Trabalhadores- PT, do qual se tornou o primeiro candidato a governador em 1982, se tornando depois o seu terceiro presidente estadual.

4.9.2 O deputado Mário Gurgel: voz solitária

O deputado Mário Gurgel (PTB), que na época do golpe era 1º Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa capixaba durante a 5ª Legislatura (1963-1966), atribuição exercida de 16 de março de 1964 a 16 de março de 1965, foi um dos expoentes capixaba contrário ao movimento golpista. Episódio marcante, narrado por seu filho, Antônio de Pádua Gurgel, no livro *Mário Gurgel* (2008), já mencionado em outros momentos deste estudo, no qual traça uma biografia do pai, foi de quando um deputado-general, do PSD¹⁵⁸, fez um pedido de voto de louvor à Assembleia Legislativa para que o plenário ovacionasse as Forças Armadas por ter livrado o país da corrupção e da subversão comunista.

Naquele momento, Mário Gurgel pronunciou um discurso inflamado, vejamos parte dele: “Traíram a oligarquia rural no episódio da Abolição. Traíram a princesa na Proclamação da República. [...]. Traíram Jânio por ocasião da renúncia. E agora estão traindo Jango”. (GURGEL, 2008, p.134). Após esse pronunciamento, Mário Gurgel não foi poupado de dar um depoimento no 3º Batalhão de Caçadores.¹⁵⁹ Para os militares, ele era traidor do movimento de março, deveria ficar em casa e não procurar fazer nada em favor da Revolução Cubana, pois, então, o Brasil dos militares havia rompido as relações diplomáticas com Cuba. Anteriormente ao golpe, o deputado esteve no comício da Central do Brasil para acompanhar a situação política e possíveis soluções para o que se passava no país (GURGEL, 2008). Dessa forma, nem todos na Assembleia Legislativa espírito-santense coadunavam com os militares. Na verdade, a resistência existiu e a crítica sempre houve, porém, poucos puderam se impor.

¹⁵⁸ Antônio de Pádua Gurgel não menciona o nome do deputado e tão pouco a data do referido episódio, apenas o codinome de “General F”.

¹⁵⁹ Atual 38º BI.

4.10 NOVAMENTE O ANTICOMUNISMO E SUA PROPAGANDA: UMA JUSTIFICATIVA?

Depois de todo relato acerca do Golpe de Estado que pôs fim ao Governo de João Goulart, é necessário, nesta seção, fazer menção às propagandas anticomunistas¹⁶⁰ que existiram no decorrer do início da década de 1960. Convém ressaltar que, uma análise conjuntural do golpe leva a interpretar a tomada de poder pelos militares, como algo pertencente à Guerra Fria. Atentar-nos-emos para o detalhe exposto pelo pensamento militar: combate à corrupção, ao comunismo e promoção da ordem. No mais, nesse tempo, firma-se, também, a ideia de reestabelecimento da hierarquia e da disciplina nas Forças Armadas.

Sobre tal comportamento de alguns contrários ao comunismo, e mesmo a João Goulart e seu governo, o pesquisador Geraldo Cantarino, com sua obra *Segredos da propaganda anticomunista* (2011), tem uma análise mais específica no estudo acerca do assunto. De acordo com Cantarino, em documento datado de 13 de junho de 1962, havia uma listagem das organizações anticomunistas mais engajadas infiltradas no Brasil, dentre dezenas, podemos citar algumas delas: Aliança Eleitoral pela Família, Associação Brasileira do Congresso pela Liberdade da Cultura, Centro de Estudos Afro-Asiáticos, Centro de Pesquisa Educacional, Comitê Brasileiro para a Auto Determinação dos Povos, Legião Anticomunista do Estado do Rio de Janeiro (CANTARINO, 2011, p. 52-53). Enfim, pode-se afirmar, havia todo um aparato no país para combater a influência comunista. Como percebemos, não era pouco.

Dessa forma, como a propaganda anticomunista precisava continuar, os esforços não foram pequenos para que isso ocorresse. Sob a ótica do oficial britânico, Robert Evans, Cantarino expõe um trecho interessante a respeito da análise feita por aquele oficial, em relação às atividades políticas no Brasil:

O Brasil é um dos poucos países subdesenvolvidos com uma esquerda liberal reformista genuína. Ela contém um núcleo anticomunista resistente. O denominador comum é uma forma de nacionalismo, caracterizado pelo antiamericanismo, que é contra qualquer forma de dominação externa ou pressão de fora do país [...] intelectuais de esquerda não convertidos ao comunismo [...]. (CANTARINO, 2011, p. 56).

¹⁶⁰ Sobre o discurso anticomunista, já em 1936 havia uma fala correspondente do governo Getúlio Vargas, conforme se explanará em trechos posteriores.

De forma que essa era a visão de um observador de fora do país. No entanto, não deixa de ser importante tal análise, uma vez que conter o comunismo era uma grande preocupação para os Estados Unidos e países aliados a ele no contexto da Guerra Fria. A espionagem, como sabemos, foi uma atividade muito usada naqueles anos de Guerra Fria. No Brasil, por exemplo, houve o serviço secreto de agentes da CIA, sobretudo durante o governo Goulart.

Como existiam várias organizações que faziam propaganda anticomunista no país, citadas em linhas anteriores, uma importante de se destacar é o Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES). Organização pesquisada minuciosamente por René A. Dreifuss (1981). Cantarino ainda salienta a ação política determinada pelo IPES, também sob a observação de Robert Evans: o IPES era um canal confiável de distribuição de material anticomunista do IRD¹⁶¹, em português. Conforme informação sobre essa instituição, ela foi fundada em fevereiro de 1962. Organização criada por empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, insatisfeitos com a inflação, a falta de planejamento do governo, o aumento da intervenção estatal e, possivelmente, um entusiasmo comunista. (CANTARINO, 2011).

Isso mostra que todo o esforço estava sendo feito para garantir sucesso absoluto contra a influência comunista no Brasil. De acordo com Dreifuss (1981), a *Central Intelligence Agency* (CIA) fazia investimentos pesados em dólares para obter o máximo de divulgação anticomunista: folders, filmes, entre outros, no intuito de convencer a sociedade brasileira, em geral, acerca do perigo comunista.

Segundo as análises de Jorge Ferreira (2011), para Rodrigo Patto Sá Motta (pesquisador acerca das atividades anticomunistas no Brasil), há um exagero na hipótese de que os grupos conservadores viam no golpe uma principal opção política. Por outro lado, mantendo a mesma crítica, não faria sentido o investimento do complexo IPES-IBAD nas eleições de 1962, uma vez que, se a opção era pelo golpe, investir no pleito seria gasto desnecessário.

Não obstante, é importante salientar que as propagandas contra o “perigo vermelho”¹⁶² não foram produção apenas dos anos iniciais da década de 1960. Na

¹⁶¹ *Information Research Department* (Departamento de Pesquisa de Informações). Uma agência britânica de informações.

¹⁶² Perigo Vermelho é uma expressão muito comum, sobretudo, aos anos de Guerra Fria, 1946-1991. Os vermelhos dizem respeito aos socialistas/comunistas soviéticos, pela cor da bandeira da extinta

verdade, existiram desde quando da fundação do Partido Comunista em 1922, conforme já estudado no capítulo dois sob as análises de John W. F. Dulles e demais, quando do relato sobre perseguições aos comunistas, como também, do fechamento e ilegalidade do partido, entre outros.

O contracomunismo, frequentemente divulgado entre décadas da primeira e segunda metade do século XX, tem seu melhor exemplo propagado pelo governo brasileiro, já em 1936, no discurso de Getúlio Vargas, antes do Estado Novo, como se segue, o pronunciamento daquele governante publicado no *Diário Oficial* de 12 de dezembro de 1936:

Brasileiros!

O comunismo trata o homem como instrumento, como simples fator de trabalho. Escraviza-lhe o esforço, materializando-o. Diverso deve ser o nosso objetivo. Cumpre prepará-lo para ser útil a si mesmo e à sociedade e para que, vivendo em comum com os outros homens, se compraza em amá-los sem egoísmos e sem preconceitos de superioridade de classes ou de raças (*Diário Oficial*, trecho do discurso pronunciado em 01/01/1936).

Por sua vez, as contendas concernentes ao levante de 1964 e seus principais líderes, levam-nos a procurar respostas consistentes sobre as ações dos militares envolvidos. Conforme analisado, são notórios os motivos aparentes, a razão ou circunstância por que chegaram à conclusão do Golpe de Estado: combate ao comunismo, à corrupção e à República Sindicalista de Goulart. Dentro desse contexto, as pesquisas de Hélio Silva, na obra *1964: golpe ou contragolpe?*, de 1978, apresenta-nos um documento importante sobre o diálogo entre militares, da possibilidade de não tramar a derrubada do governo (Goulart). Tal documento foi denominado *LEEX* (Lealdade ao Exército). De acordo com o pesquisador brasilianista John W. F. Dulles (1979), em sua obra biográfica sobre Castelo Branco, o documento foi redigido em fins de janeiro de 1964 por Cordeiro de Farias e Ulhoa Cintra, sendo revisado pelo general Castelo Branco. A seguir alguns trechos considerados importantes:

2- Antes de mais nada é essencial deixar bem claro que não é nosso intuito tramar a destituição do atual governo, nem substituí-lo por um regime de força extracontinental. O desejo que nos anima é o do mais absoluto respeito à Ordem, à Constituição e às Liberdades nela consubstanciadas [...]. (SILVA, 1978, p. 466).

União Soviética, que era avermelhada com uma foice e um martelo dourados no detalhe. Para maiores esclarecimentos, vide o livro de Rodrigo Patto Sá Motta, *Em guarda contra o perigo vermelho, 1917-1964*. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

Pode-se afirmar que até esse momento não havia a real necessidade de implantar um governo autoritário em substituição ao governo Jango, porém, os rumos de fins de março, como analisados em outras ocasiões deste estudo, deram outra diretiva. No mais, como continua o documento:

3- O que há, porém, na consciência de todos os militares de formação democrática é o justificado receio de que certos setores governamentais, através de fraudulento e astucioso exercício de prerrogativas, venham por fim destruir a ordem social e a democracia representativa, de profundas raízes na vida brasileira. (SILVA, 1978, p. 467).

Nesse contexto, essas prerrogativas já são bases suficientes para o pensamento militar em agir em defesa de uma democracia que acreditavam mantê-la no intuito de proteger a soberania brasileira.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A discussão acerca do golpe de Estado de 1964 e seus fatores desencadeadores, os quais levaram à sua culminância, bem como as repercussões desse episódio no país e no estado do Espírito Santo, parecem estar longe de serem concluídas. Parte da história, tanto do movimento militar de 1964 (nos últimos anos recebeu imensa bibliografia) quanto do Estado capixaba (este último ainda é mais preocupante) carecem de mais estudos e fontes mais precisas, ou seja, vive-se um momento em que nem todas as fontes estão disponíveis. Como sabemos, a respeito do movimento político-militar de março/abril que derrubou João Goulart, por mais que estejamos rodeados por esse material de análise sobre aquele período, há sempre mais a ser pesquisado e avaliado.

O governo de Jânio Quadros (1961), em sua atuação meteórica (apenas sete meses), enfrentou vários obstáculos, sobretudo, num período cuja discussão suscitada pela UDN era de um país atrelado ao capital estrangeiro sendo que o presidente da República, por sua vez, apoiado por esse partido, não foi muito condizente com os ditames político-econômicos propostos até aquela circunstância, preferindo calcar-se numa Política Externa Independente. A posse de seu vice, João Goulart, foi de outra instância conturbada. Premido pelos ministros militares de seu antecessor e outras personalidades políticas, Goulart, consultado várias vezes, viu-se empossar como um presidente dentro do sistema parlamentarista de governo. O plebiscito de 1963 foi uma forma de fazer valer os interesses democráticos brasileiros, dentro de opiniões de toda a sociedade, mormente, das esquerdas. E, finalmente, por intermédio do voto popular, o país alcançou as decisões de um presidente da República com plenos poderes.

João Goulart procurou obter o apoio de todos que o circundavam. O Plano Trienal foi seu discurso para arregimentar adeptos ao seu governo e a solução para a inflação, cujo índice era crescente.¹⁶³ O Governo Goulart passou de desacreditado a reanimado com o anúncio das reformas, pelas quais as esquerdas puderam lhe render saudações de compromisso profícuo com a pátria. De acordo com Luiz

¹⁶³ De acordo com Jorge Ferreira (2011), a inflação na qual o governo Goulart tentava reduzir, era de situação galopante. Por sua vez, os pedidos de ajuda financeira ao governo de John Kennedy não foram atendidos. Na verdade, a política norte-americana para com o novo governo brasileiro, já entendido por Kennedy como apoiado pelos comunistas, era de estrangular a economia brasileira.

Carlos Prestes, não haveria golpe, pois tudo estava sob controle. Com o tempo, não se concretizou tal assertiva. As condições em fins de março de 1964 foram adversas para o governo e a sociedade brasileira. Esta, no entanto, não sabia exatamente o que estava ocorrendo politicamente no país, quando foi deflagrado o golpe de Estado que depôs Goulart. Parafraseando José Murilo de Carvalho, o povo assistiu a tudo bestializado?

Quando pediu pelas reformas de base, em primeiro lugar, a reforma agrária, Jango logo se viu envolto em circunstâncias contrárias. O Brasil, de território muito extenso, tinha sua maior parte nas mãos de poucos. Essa reforma foi uma bandeira de luta que deixaria o governo federal satisfeito, caso houvesse êxito. De acordo com Jorge Ferreira (2011), o próprio João Goulart, como latifundiário que era, fez valer a Lei para si mesmo. Para dar o exemplo, a reforma agrária abrangeu suas propriedades que foram enquadradas na Lei recém-criada. Entretanto, o PSD e outros partidos conservadores de imediato colocaram empecilho à iniciativa reformista de Jango. Destarte, pode-se afirmar que houve apenas um ensaio de reforma, não sendo consolidadas as pretensões janguistas. De substancial importância, é a observação conclusiva de Argelina Figueiredo (1993), com os governos posteriores a Jango, não houve nem democracia nem reformas.

Quanto ao estado do Espírito Santo, os anos de 1961 a 1964 foram também de disputas na área política. Carlos Fernando Monteiro Lindenberg (1961-1962) ponderou suas atuações políticas sempre contra o então rival, Francisco Lacerda de Aguiar (Chiquinho). Ponto ainda mais acentuado foi a compra do jornal *A Gazeta* por Carlos Lindenberg, através do qual passou a veicular notícias sempre difamatórias aos opositores do PSD, mostrando-se, assim, um jornal ideológico. Chiquinho, por sua vez, teve também vários membros do PSD tentando minar o seu governo. Tanto que, perseguido pela oposição, foi acusado de corrupção e de estar do lado dos comunistas.

Não obstante, o Espírito Santo também deu lugar ao coronelismo. Os proprietários rurais também detentores do poder econômico local. O Estado foi setorizado e, em seu território, de norte a sul houve destaque de famílias influentes na área política. Entretanto, após a Revolução de 1930, as questões político-sociais começaram a ter

sua mudança. Porém, ainda existia influência de certas personalidades que, juntas às antigas, começaram a revitalizar o cenário político-econômico capixaba.

Paulatinamente, no entanto, o Espírito Santo irá se desenvolver industrialmente: de um Estado produtor de café, passará a possuir uma nova modalidade de produção, haja vista a produção cacaueteira, de gado leiteiro e de outros que começam a tomar forma e magnitude. De outra maneira, a mão de obra migra dos cafezais para outros ramos a partir da década de 1960. Neste período, o governo Chiquinho solicitará insistentemente ajuda do governo federal. De acordo com argumentações deste governo, o Estado era muito pobre, mas, assim como o governo de Lindenberg, Chiquinho mencionava que tínhamos uma região portuária salutar. De fato. Entretanto, havia necessidade de ajuda nas esferas econômico-social para o território capixaba.

Com as querelas políticas no país, entre os principais partidos políticos PSD, PTB e UDN, o Espírito Santo também lançou seus principais líderes. Da formação do PSD, personalidades como Carlos Lindenberg e Jones dos Santos; o PTB, com Floriano Lopes Rubim e demais; assim como a UDN capixaba, liderada por Eurico Rezende, Chiquinho (Coligação Democrática) entre outros, irão despontar na cena política capixaba.

As fontes mais precisas sobre o Espírito Santo e seus governos no período estudado desta dissertação ainda permanecem insuficientes. A história capixaba ainda precisa de muita pesquisa e perscrutação de episódios relevantes, como os estudados neste trabalho. Este estudo encontra-se ainda em processo. Em outras palavras, apesar de produto de conscienciosa pesquisa, fica evidente que nem tudo foi explorado. A preservação da memória, sobretudo concernente ao estado do Espírito Santo, corre ainda a passos lentos, porém, houve avanços significativos com a disposição de certas obras e documentos que aos poucos vão surgindo e descortinando outro lado da história. Graças ao trabalho de diversos pesquisadores.

Os discursos e ações políticas que dizem respeito à pessoa de João Goulart estão presentes em diversas bibliografias. Não obstante, e evidente, o governo Goulart foi tema enfático até mesmo para autores estrangeiros, como Thomas Skidmore, Alfred Stepan e outros brasilianistas. A derrubada de Jango, assim como de seus auxiliares, foi assunto do discorrer de várias teses. Por sinal, o contexto da Guerra

Fria suscitou várias questões sociopolíticas dentro da América Latina. As contendas pelo fator político-ideológico entre capitalismo e socialismo foram, ao longo de décadas, palco de disputas configuradas dentro de um bloco capitalista (ocidental) e pelo bloco socialista (oriental). Como se mostrou, historicamente, de 1946 a 1989, um mundo bipolar.

Por sua vez, do início da Guerra Fria, em meados da década de 1940, ao final da década de 1980, a contenção ao comunismo sempre foi um tema principal dos governos ocidentais liderados ou influenciados pelos Estados Unidos. Conforme Eric Hobsbawm (1996), contenção ao comunismo era uma palavra de ordem. Como continua o mesmo pesquisador em seus ensaios *Sobre História* (1998), não sabemos até onde a Rússia pretendia expandir o comunismo, porque nem todos os arquivos haviam sido abertos.¹⁶⁴

Quanto ao próprio golpe de Estado de 1964, relacionado aos militares, e como salientou concretamente Renan Armand Dreifuss (1981), foi uma ação pensada também por civis, isto é, uma elite orgânica a serviço do capital nacional e internacional associado à participação da *Central Intelligence Agency* (CIA), que subsidiou o complexo IPES/IBAD para se opor em campanhas ao Governo de Goulart, desestabilizando-o política e moralmente.

Conforme Dreifuss, sobre a atuação dos militares e a instância do golpe de Estado e quanto ao uso da força e da violência que se manifestou mais tarde:

O golpe de Estado não pode ser assimilado pelas Forças Armadas como recurso político, muito menos como se dá em seu raciocínio perverso, pelo qual os militares seriam os *legítimos executores* (...) a subversão do conceito do monopólio de força, que deixa de ser prerrogativa do Estado para transformar-se em recurso da sociedade política armada, pelo uso discricionário das 'chefias' militares hipostasiadas no Estado [...]. (DREIFUSS, 1987, p. 116).

Dreifuss fez suas pesquisas com bases sólidas, apoiado por fontes imprescindíveis sobre o poder das Forças Armadas e o uso da violência por estas, desrespeitando os direitos civis. Em outras palavras, parafraseando o filósofo e pesquisador João Quartim de Moraes (1987), acerca dos princípios militares, *a força do argumento pelo argumento da força*.

¹⁶⁴ HOBBSAWM, Eric. Sobre história. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1998.

Em relação ao golpe de Estado de 1964, dentro do contexto da Guerra Fria, as argumentações de combate ao comunismo foram sempre postas em primeira ordem. Quanto ao estado do Espírito Santo não foi descartada tal hipótese. Com um passado ligado às elites locais, as lideranças conservadoras capixabas também foram bastante fortes nessa assertiva anticomunista. Carlos Lindenberg, com uma ação política mais voltada para o campo, não aceitava estar atrelado aos comunistas. Por sua vez, Eurico Rezende ajudou a concretizar a ação militar de março/abril de 1964, assim como João Calmon, político partidário e contumaz opositor à possível influência soviética, e outros tantos que se colocaram à disposição do golpe e receberam os militares como salvadores da pátria.

De forma geral, nesta pesquisa pode-se, de igual maneira, inserir como objeto ou objetos, e tendo por suporte a guia teórica do materialismo histórico-dialético, que apropria o concreto e a dinâmica refletida por este, o Golpe de Estado de 1964, a ação de militares e civis para derrubar Goulart, não somente como um episódio isolado da Guerra Fria, mas de todo um contexto histórico. Pode-se afirmar que os discursos da burguesia ou da classe hegemônica em procurar afastar o fantasma do comunismo eram fundamentais. Em outras palavras, uma vez que o comunismo preza por uma sociedade sem classes, e isso pressupõe um território onde não haveria as desigualdades sociais, grandes proprietários (empresários, latifundiários e outros), com razão, não coadunaram com tal teoria. Desde o surgimento da propriedade privada, a sociedade sempre objetivou mantê-la a qualquer preço, sobretudo a do mundo burguês moderno.

Como a Guerra Fria representou e suscitou rugas político-ideológicas entre capitalismo e socialismo, ou melhor, denotou-se um mundo bipolarizado, durante vários anos, na América Latina, mormente o Brasil, assim como boa parte de seus representantes políticos e empresariais, manifestou apoio ao discurso imperialista norte-americano de não se permitir governos como os de Fidel Castro e de lideranças soviéticas (Joseph Stalin, Nikita Krushev e outros), conforme se verificou em certos momentos ao longo do primeiro capítulo deste estudo.

A burguesia brasileira, ou o capital nacional-associado, como bem demonstrou René A. Dreifuss em sua obra, *1964, a conquista do Estado* (1981), contou com papel significativo dos intelectuais orgânicos correlatos à sua classe. Aquela burguesia

atrelada aos demais membros representantes da União Democrática Nacional, por vezes também aos representantes do Partido Social Democrático, pode-se caracterizá-la como composta por conservadores latifundiários opositores da reforma agrária proposta pelo governo Jango. Sobre as adversidades contra Goulart, destacam-se a possível criação, por parte do governo federal, de uma República Sindicalista ou a aproximação de Goulart com os comunistas, ou seja, com as esquerdas. Em suma, são fatos que denotam um discurso burguês cujo objetivo, além de outros, era pôr em bancarrota a influência comunista no Brasil, na esteira do combate à corrupção. Um golpe de Estado representado pelos militares, o uso da força destes, poria uma ordem na política brasileira.

Destarte, a apropriação crítica do movimento militar de 1964, dar-se-á sob a perspectiva modelada em compreender, não exatamente no campo político, a classe burguesa brasileira, assim como se houve realmente uma hegemonia de seus intelectuais orgânicos no intuito conclusivo de deposição de João Goulart. Para Karl Marx e Friedrich Engels, em *A ideologia alemã*, “as ideias da classe dominante, são as ideias dominantes de uma época”.¹⁶⁵ Isto é, uma classe que está no poder lança sua manifestação por meio de expressões dadas como verdadeiras para a sociedade em geral. Por sua vez, Antonio Gramsci, em seu tempo, definiu bloco histórico e os respectivos intelectuais orgânicos dentro do contexto de uma época. Para Gramsci, todos os homens são filósofos. Os intelectuais orgânicos fazem uma estreita ligação à sua classe, e correspondem ao pensamento dessa classe dentro de um espaço-tempo definido. Com isso, o papel da classe dominante brasileira, do período estudado (década de 1960), era o de garantir o direito à propriedade privada, então ameaçada pelo espectro do comunismo. Para isso garantir, não importava os meios, mas, atingir os seus fins.

Pode-se afirmar a partir das análises apresentadas no decorrer desse estudo que, o golpe civil-militar brasileiro de 1964, apresentou, como em outros golpes de estado espalhados pela América Latina, uma face completamente atrelada ao poder político

¹⁶⁵ De acordo com as pesquisas de Michael Lowy em sua obra *Ideologias e Ciência Social, elementos para uma análise marxista*, de 1985, o autor discute a ideologia sob a interpretação na qual “Para Marx, (...) ideologia é um conceito pejorativo, um conceito crítico que implica ilusão, ou se refere à consciência deformada da realidade que se dá através da ideologia dominante [...]” (LOWY, 1985, p.12).

ideológico das elites, bem como de setores que acabaram por absorver o discurso da ideologia da Guerra Fria, como o do combate ao comunismo, característico do período quando os Estados Unidos da América exercia fortemente grande influência político-financeira sobre os países que por ora, apoiavam o nascimento das ditaduras. Não é novidade para nenhum estudioso ou mesmo curioso sobre as ditaduras, esse papel. Contudo, faz-se ainda pungente aprofundarmos na varredura de documentações primárias tanto aqui no Espírito Santo, como no Brasil e no país estimulador do golpe, para revelar às novas gerações, as inúmeras facetas dessa participação da programação de ação governamental manifestada em Washington, em correlação à política brasileira.

Ao concluir esta pesquisa, faço-a à luz de novas revelações da Comissão da Verdade criada pelo governo brasileiro nos últimos anos, cujas fontes descobertas apresentam fortes indícios que, o então presidente João Belchior Marques Goulart, pode ter sido envenenado no exílio, em sua fazenda, no Uruguai em 1976. Revelações como esta não podem ficar às escondidas, pois cumprem um papel didático-pedagógico de expor às novas gerações do que foi capaz o regime militar brasileiro. Por isso, ao finalizar este estudo faço com a certeza de que as fontes primárias, as comissões atuais, e, mormente, os centros irradiadores de pesquisa têm ainda um longo caminho a trilhar em busca de novas versões, fatos e relatos dos longos anos da ditadura militar, cujas cicatrizes, ainda hoje são expostas à sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

a) Bibliográficas

ABREU, Alzira Alves. Como a imprensa ajudou a derrubar João Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **João Goulart: entre a memória e a história** (coord.) Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ABREU, Alzira Alves; BELOCH, Israel; LATTAN-WELTMAN, Fernando; LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro**. Segunda edição, vol. I e IV. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

ABREU, Alzira Alves. **Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)**. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). vol. 2, col. **As esquerdas no Brasil**. Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

ACHIAMÉ, Fernando. **O Espírito Santo na era Vargas (1930-1937). Elites políticas e reformismo autoritário**. Rio de Janeiro: ed. FGV, 2010.

ALMEIDA, Amylton de. SANTOS, Estilague Ferreira dos; ACHIAMÉ, Fernando (org). **Carlos Lindenberg**, um estadista de seu tempo. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2010.

ARISTÓTELES. **A Política**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Fórmula para o caos**. A derrubada de Salvador Allende (1970-1973). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BARROS, Edgard Luíz. A Guerra Fria, col. **Discutindo a História**, 6 edição, São Paulo: Atual, 1988.

BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Org). **América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BEZERRA, Gustavo Henrique. **Brasil-Cuba: relações político-diplomáticas no contexto da Guerra Fria (1959-1986)**. Brasília: Fundação Alexander de Gusmão, 2010.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 4ª edição. Contraponto, s/d.

BLACKBURN, Simon. **Dicionário Oxford de Filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BOBBIO, Norberto. MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**: Editora UNB, 1986.

BORGIO, Ivantir Antônio. **UFES**, 40 anos de História. Vitória: UFES, Secretaria de Produção e Difusão Cultural, 1995.

BOTTOMORE, Tom (Editado). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRANCO, Carlos Castello. **Os militares no poder**. 2ª edição. Col. Brasil, século 20. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

CALMON, João. **Duas invasões**. Invasão vermelha. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.

_____. **O livro negro da invasão branca**. 2º vol. De duas invasões. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1966.

CANTARINO, Geraldo. **Segredos da propaganda anticomunista**. Documentos diplomáticos revelam a atuação do IRD, um departamento secreto do governo britânico, no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2011.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. Populismo latino-americano em discussão. In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história** (debate e crítica). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CAPELATO, Maria Helena. **O Estado Novo: o que trouxe de novo?** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHACON, Vanireh. **História dos partidos brasileiros**. Terceira edição. Brasília: editora Universidade de Brasília, 1981.

COURTOIS, Stéphane. A cortina de ferro: uma escalada de manipulação. In: **Revista História Viva**, grandes temas, número 07, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). vol. 2, col. **As esquerdas no Brasil**. Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Trabalhismo, nacionalismo e desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge

(org). **O populismo e sua história** (debate e crítica). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

DE VIVA VOZ. Vitória: Instituto Jones Santos Neves, 1989.

DIAS JÚNIOR, Roubiceck. **Guerra Fria, a era do medo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

DREIFUSS, René Armand. **1964, a conquista do Estado.** Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DREIFUSS, René Armand. **As Forças Armadas no Brasil.** Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DULLES, John F. **War or peace.** New York: Macmillan Company, 1950.

DULLES, John W. F. **Castello Branco, o caminho para a presidência.** Rio de Janeiro: J. Olympio, 1979.

EAGLETON, T. **Ideologia.** São Paulo: Boitempo/Unesp, 1997.

ENGELS, Friedrich. *Revolution und Konterrevolution in Deutschland.* In MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Werker, Band 8.** Berlim: Dietz Verlag, 1982.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os Integralistas no Estado do Espírito Santo (1933-1938) **Revista Ágora** (Vitória), v. 13, p. 1-12, 2011.

FALCÃO, Armando. **Denúncia ao povo brasileiro.** Rio de Janeiro, 1963.

FALCON, Francisco. História e poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da história.** Ensaios de teoria e de metodologia. São Paulo: Ed. Campus, 1997.

FERREIRA, Jorge. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Maria Lucília Neves. **O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática.** Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Jorge. **João Goulart, uma biografia.** 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

FERREIRA, Jorge. Leonel Brizola, os nacional-revolucionários e a Frente de Mobilização Popular. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). vol. 2, col. **As esquerdas no Brasil.** Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história** (debate e crítica). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil republicano, o tempo da experiência democrática**. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FICO, Carlos. **O grande irmão**. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo, o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Além do Golpe**. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2004.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. Tradução de Carlos Roberto Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GERMANI, Gino. **Política e sociedade em uma época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas**. São Paulo: Mestre Jou, 1973.

GRINBERG, Lucia. **Partido político ou bode expiatório**: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

GOMES, Angela de Castro. O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In: FERREIRA, Jorge (org). **O populismo e sua história** (debate e crítica). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

GOMES, Angela de Castro. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). vol. 2, col. **As esquerdas no Brasil**. Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Concepção dialética da História**. 7ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

_____. MAQUIAVEL, a política e o Estado moderno. 2ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Alberto Pasqualini: o teórico do trabalhismo. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). vol. 2, col. **As esquerdas no Brasil**. Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GUALBERTO, João. **A invenção do coronel**. Vitória: UFES, 1995.

GURGEL, Antônio de Pádua. **Mário Gurgel**. Vitória, ES: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2008.

_____. **Dr. Carlos**: um homem do campo e sua relação com o poder. Vitória: contexto jornalismo Ltda., 2000.

GURGEL, Antônio de Pádua. (coord.). Col. Grandes nomes do Espírito Santo. Prefácio de Cariê Lindenberg. **Carlos Lindenberg**. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2007.

_____. Col. Grandes nomes do Espírito Santo. Texto: Carlos Benevides Lima Júnior. **Jones dos Santos Neves**. Vitória: Pro Texto Comunicação e Cultura, 2007.

HIPPOLITO, Lucia P. **De raposas e reformistas**. O PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HOLDEN, Roberth; ZOLOV, Eric. ***Latin America and the United States, a documentary History***. New York: Oxford University Press, 2000.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octavio. **O populismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

JOSÉ, Emiliano. **Carlos Marighella, o inimigo número um da ditadura militar**. São Paulo: Sol e Chuva, 1998.

JUREMA, Abelardo. **Sexta-feira, 13**. Os últimos dias do governo João Goulart. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1964.

LACERDA, Carlos. **Depoimento**. Prefácio de Ruy Mesquita; org. de textos e seleção de documentos, Cláudio Lacerda Paiva. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

LENS, Sidney. **A fabricação do império norte-americano**. Da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LINDENBERG, Carlos Fernando Monteiro. **CODEC**: Conselho de Desenvolvimento Econômico, 1962.

LOWI, Michael. **Ideologias e Ciência Social, elementos para uma análise marxista**. 13ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 1985.

MAINWARING, Scott P. **Sistemas partidários em novas democracias, o caso do Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.

MALAPARTE, Curzio. **Técnica del golpe di Stato**. Milão: Oscar Mondatori, 2002.

MARQUES, Marcelino. **PSD: Partido Social Democrático (1945-1964)**. Monografia para o curso de Ciências Sociais. Vitória-ES, 1997.

MARTINS FILHO, João Roberto. "Forças Armadas e política, 1945-1964: a ante-sala do golpe". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano, O tempo da experiência democrática**. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. O processo de produção do capital. Décima terceira edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011

_____. A miséria da filosofia, resposta à filosofia da miséria de Proudhon. Obras escolhidas em três tomos. Tomo I. Lisboa/Moscovo: Edições Avante!/Progresso, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. Obras Escolhidas em três tomos. Tomo I. Lisboa/Moscovo: Edições Avante!/Progresso, 1982.

_____. O 18 de Brumário de Louis Bonaparte. Obras escolhidas em três tomos: tomo I. Lisboa/Moscovo: Edições Avante!/Progresso, 1982.

MELOTTI, Umberto. **Rivoluzione e Società**. Milão: La Culturale, 1965.

MONTENEGRO, Antônio Torres. Ligas camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática**. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORAES, Dênis. **A esquerda e o golpe de 64**. 3ª edição. São Paulo: ed. Expressão Popular, 2011.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**: o anti comunismo de 1917 a 1964. São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

MOURA, G. **Tio Sam chega ao Brasil**. A penetração cultural norte-americana. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **A história do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte de. **João Goulart na imprensa: de personalidade a personagem**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 1993.

PANDOLFI, Dulce Chaves. **Os anos 1930: as incertezas do regime**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O Brasil republicano, o tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PARENTI, Michael. **A cruzada anti-comunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

PINHEIRO NETO, João. **Jango, um depoimento pessoal**. Rio de Janeiro: Record, 1993.

PINTO, Carolina Júlia. **Partido dos Trabalhadores: 20 anos**. A Institucionalização da Rebeldia. Trajetória no Espírito Santo. A Formação na Cidade de Viana. 2001. 152 f. Monografia (graduação em História). Departamento de História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2001, p.55.

PORFÍRIO, Pablo F. de A. A temida revolução. In: **Revista de História da Biblioteca Nacional**, ano 5, número 60, 2010.

QUARTI, Marcia. **Atualização sobre João Calmon**, 2012.

RAMOS, Guerreiro. **A crise do poder no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1961.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. "O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico". In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano, o tempo do liberalismo excludente da Proclamação da República à Revolução de 30**. Vol.1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

REZENDE, Eurico. **Memórias**. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

RIBEIRO, Luiz Cláudio. **Sinergia-ES: de Getúlio a Lula**. Vitória: Flor e Cultura, 2005.

ROUSSEL, Éric. Um plano para reconstruir a Europa. In: **Revista História Viva**, grandes temas, número 07, 2004.

SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**, São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

SCHIMIT, Rogério. **Partidos Políticos no Brasil: 1945- 2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SEILER, Daniel-Louis. **Os partidos políticos**. Brasília: ed. Universidade de Brasília, 2000.

SILVA, Hélio; CARNEIRO, Maria Cecília Ribas (participação). **1964: Golpe ou contra Golpe?** 3ª edição. Porto Alegre: L&PM, 1978.

SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o Partido da Classe Operária (PCB) na democratização (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). vol. 2, col. **As esquerdas no Brasil**. Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira; NEGRO, Antônio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Maria Lucília Neves. **O Brasil Republicano, o tempo da experiência democrática**. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, Marta Zorzal e. **Espírito Santo, Estado, interesse e poder**. Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1995.

SIMÃO, Rodrigo. **Espírito Santo: uma viagem de cinco séculos**. Vitória: Porto das Letras, 2006.

SIMÕES, Rafael Cláudio; ALVES, Wania Malheiros. História eleitoral e parlamentar do PCB no Espírito Santo de 1945 a 1992. Vitória, ES. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo**, número 47, 1996.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. Tradução de Ismênia Tunes Dantas. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano**. O caso da Grande Vitória: 1950-1980. 2ª edição. Vitória: Grafitusa, 2010.

SYRETT, Harold C. (org). **Documentos históricos dos Estados Unidos**. São Paulo: Ed. Cultrix, 1960.

SOUZA, Percival. **Eu, cabo Anselmo**. São Paulo: Ed. Globo, 1999.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: as mudanças de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

TARR, David W. **Nos bastidores da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1968.

TELLA, Torcuatodi. **Para uma política latino-americana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

TOLEDO, Caio Navarro de. **O Governo Goulart e o Golpe de 64**. 5ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

TOSI, Alberto; ALVES, Wania Malheiros Barbosa; COLBARI, Antônia L. **Bancários: 60 anos de história, 1934-1994**. Vitória: Sindicato dos bancários do Espírito Santo, 1995.

ZIZEK, Slavoj. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

b) Filmográficas

Jango: como, quando e porque se depõe um presidente da República. Dirigido por Silvio Tendler, 1984.

c) Fotográficas

Fotografias: assinatura do contrato acervo iconográfico ICL.1961. Fotografia digital (P&b). Imagem TIFF PB3 caixa 19. Vai para referências ao final do trabalho.

d) Digitais

ALVES, José Manuel Quintas. Integralismo lusitano, uma síntese. Disponível em www.seramis.wellog.com.pt. Acesso em 10 de junho de 2007

Cpdoc.br/produção/dossies/AEraVargas1. Acesso em maio de 2012.

RUAS, Henrique. O integralismo como doutrina política. Acesso em 10 de junho de 2007.

www.seculodiário.com.br/arquivo2004/reportagens. Acesso em: 18/11/2012.

www.senado.gov.br. Acesso em: 20/11/2012

.

www.fpabramo.org.br/artigos-e-boletins. Acesso em 30/11/2012.

www.camaradosdeputadosbrasileiros.gov.br. Acesso em 23/10/2012.

e) De Periódicos

Jornal A Gazeta (1961), (janeiro de 1963); 1964 (março/abril/maio/novembro de 1964; *Folha Capixaba* (agosto/setembro de 1961).

MEDEIROS, Rogério. O velho PSD morreu, mas deixou suas raízes. Vitória, **A Tribuna**, 28/03/1982.

Revista: Espírito Santo Agora. Novembro de 1972 (Chico, Chiquim, Chiquinho); 1978 (Um político apolítico), 1979 (O trabalhismo capixaba).

f) De Documentação Primária

Ata da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES), agosto/setembro de 1961.

Ata da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo (ALES), abril de 1964.

Anais do Congresso Nacional, agosto setembro de 1961 e 1964.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), Ofícios expedidos e recebidos pelo Governo do Espírito Santo e Secretariado, 1962, 1963 e 1964/Caixas (números) para consultas desses ofícios: 645,646 (1962); 651, 652, 655 (1963); 662,664, 666 (1964).

Acervo Pessoal de Carlos Lindenberg. Sobre a crítica ao comunismo. Documento datilografado de autoria de Carlos Lindenberg (s/d).

Chefatura de Polícia, 03 de abril de 1961. Adquirido em 02 de maio de 2013.

Diário Oficial, 01 de janeiro de 1936, discurso de Getúlio Vargas, Museu da República, estado do Rio de Janeiro. Adquirido em dezembro de 2007.

Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro, documento/manifesto sobre a União Nacional dos Estudantes (UNE), adquirido em dezembro de 2007.

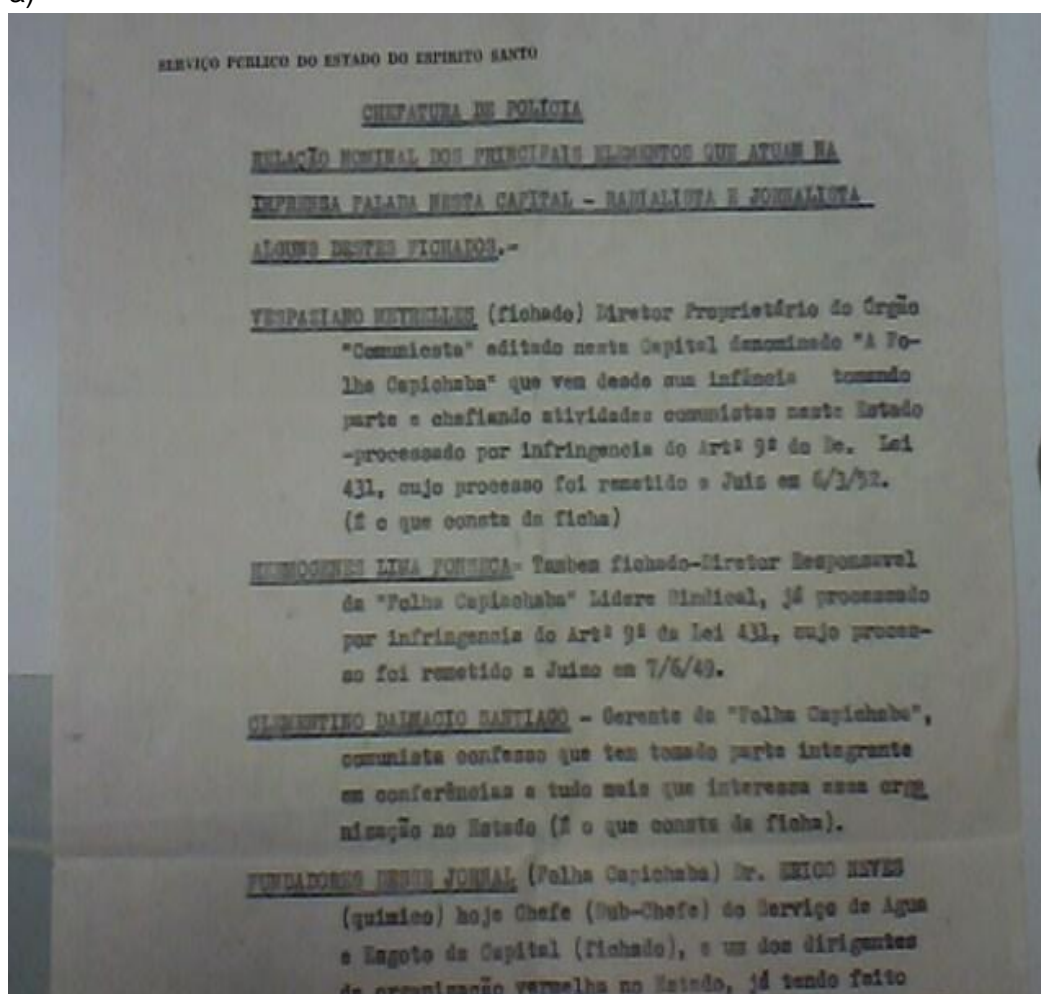
g) Entrevista

Perly Cipriano (Depoimento), Setades (Secretaria Estadual de Trabalho e Desenvolvimento Social), Vitória, 12 de abril de 2012.

ANEXOS

Lista de capixabas fichados como comunistas, entre radialistas e jornalistas, pela Chefatura de Polícia, datada em 03 de abril de 1961. Documento do acervo do empresário e político Carlos Fernando Monteiro Lindenberg.

a)



Fonte: Instituto Carlos Lindenberg (ICL), 02 de maio de 2013.

b)

por infringência do Artº 9º da Lei 431, cujo processo foi remetido a Juízo em 7/6/49.

OLIMETINO BALMACIO SANTIAGO - Gerente da "Folha Capichaba", comunista confesso que tem tomado parte integrante em conferências e tudo mais que interessa essa organização no Estado (é o que consta da ficha).

FUNDADORES DEBEE JORNAL (Folha Capichaba) Dr. ERICO REYES (químico) hoje Chefe (Sub-Chefe) do Serviço de Água e Esgoto da Capital (fichado), é um dos dirigentes da organização vermelha no Estado, já tendo feito várias conferências nesta Capital em companhia do Cel. Edgard Buxbaum e outros.

Dr. ALDENAR DE OLIVEIRA REYES - Também fundador da "Folha Capichaba", (fichado) processado por infringência do Artº 9º do Dec.Lei 431, cujo processo foi remetido a Juízo em 7/6/49. Tem sempre liderado conferências com Cel. Edgard Buxbaum e outros nesta Capital e Municípios em nome prol dessa Organização-Atualmente Presidente da Junta Federal de Saúde neste Estado.

VICTOR COSTA - (fichado) alimentando essas idéas, desde a infância, hoje cirurgião dentista, radialista, jornalista, trabalhou muito para "Folha Capichaba" atualmente trabalhando para imprensa escrita e outros órgãos editados nesta cidade. Tomou parte integrante nas conferências aqui realizadas pelo Cel. Edgard Buxbaum em 27/7/53.

Fonte: Instituto Carlos Lindenberg (ICL), 02 de maio de 2013.

c)

MAURICIO DE OLIVEIRA - Violonista radialista trabalhando na "Rádio Canaã" Órgão Oficial do Estado, não consta ficha mais é de conhecimento da popularidade já ter mesmo tomado parte como representante de classe em conclave no Exterior (Viena etc).

DARLY SANTOS - Opera também na Rádio Canaã como radialista, colabora com a Folha Capichaba, e desde sua infância tem sido adito ao extinto credo vermelho, tomando parte em conferências dessa natureza.

JOÃO METRELLINI (tem ficha) Tem tomado parte em conferências quando aqui esteve o Cel. Buxbaum em 25/2/53, em 29/9/53 foi a Viena como representante de classe assistir o 3º Congresso Mundial ali realizado.

ARMAND ENIL CHARTORVICKY - (Não é fichado) - Jornalista, radialista, opera na Rádio Canaã-Órgão do Estado, escreve para o jornal "A Gazeta" e como é de conhecimento de todos já visitou a Rússia Soviética a fim de assistir conferências de interesse de Classe.

Em 3 de abril de 1961

Fonte: Instituto Carlos Lindenberg (ICL), 02 de maio de 2013.

O político Francisco Lacerda de Aguiar e o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Visita a Vitória, Espírito Santo, em 1964.

da importante. O deputado Dirceu Cardoso não poupava acusações contra mim, mas sabe quem era o fiscal das obras? O cunhado dele - um engenheiro de sua maior intimidade, um homem sério e direito. Quando o PSD assumiu o governo mandou medir a estrada pra saber se o dinheiro gasto tinha sido demais. Descobriu que tinha sido de menos. Ainda sobrara asfalto pra dinheiro empregado.

- E os mortos?

- Eu ia lá todos os sábados, era o meu quartel geral. Sala no meu carro particular e ia conversar com o povo. Saber das coisas. Quando chegava abria o porta-malas do carro e dava balas e cadernos, comprados com meu próprio dinheiro. As vezes a coisa ficava difícil e eu tinha de tomar café com todo mundo. Tomei tanto café de jeito nenhum.

Quando terminou meu primeiro governo, todos ficaram comigo. Só houve um problema. O Rubens Rangel que era dono do PTB expulsou o Floriano Rubim e seu pessoal, obrigando-os a ficarem com o PSD. Mas Floriano era meu amigo e lamentei o episódio. De qualquer maneira nunca deixei que falassem mal dele nos comícios. A coisa só aconteceu porque o Rubens tinha a legenda do PTB e mandava no partido.

Sobre críticas posso dizer que falaram muito de mim. Mas governo sem crítica não existe. Eu deixava criticar e explicava as coisas. Acontece que as vezes a gente está fazendo uma coisa errada e pensa que estava fazendo certo. As críticas ajudam nessas horas.

- E o movimento de 64?

- Fui dos primeiros a aderir. O Magalhães Pinto apareceu por aqui a pretexto de inaugurar uma agência bancária e combinou comigo o movimento no Estado. Aí nós entramos num acordo às vésperas da revolução.

O Jango também aparecia muito por aqui. Sempre lhe dizia que ele estava errado. Essa questão de tomar terras (Reforma Agrária) nunca houve. Não pode, está errado né? Eu não era a favor de uma reforma daquele jeito: tomar as coisas dos outros. Era a favor de uma reforma cristã. Uma vez o Jango foi inaugurar uma obra em Bom Jesus e me convidou. Eu fui. Lá um secretário dele me pediu pra fazer um discurso apoiando o que eles estavam fazendo. Eu não queria mas acabei concordando.



O encontro de Chiquinho e Magalhães Pinto foi importante nas vésperas da Revolução

Mas fiz um discurso sobre o que eu estava pensando e não sobre o que eles queriam. O secretário de imprensa me disse: "o sr. não agradou, governador". Respondi: - "é por isso que não queria falar". No dia seguinte A Gazeta deu em letras garrafais - Governador do Espírito Santo desentou. Eles tentaram me enfiar nesse negócio de comunismo porque o Jango vinha muito aqui. Mas eu falei muitas vezes pro Jango - o Brasil precisa de tranquilidade não de agitação - falei com ele isso uma porção de vezes, lá na Praia da Costa. Ele me parecia um homem bom, mas a impressão que eu tinha é que não estava preparado pro governo.

- Como foi o movimento de março aqui no Espírito Santo?

- Eu tinha feito aquele pacto com o Magalhães. Ele achava que a revolução ia durar 90 dias. Ele não achava que ia ser como foi, achava que o porto de Vitória era estrategicamente importante. Por aqui deviam entrar armas, abastecimento. Eu fiquei receoso quanto ao ponto de vista tático. Aqui não tinha gente pra tratar do movimento e a polícia era mal aparelhada em termos de combate. Eu sempre pedi munição mas o governo federal não dava nunca. Ora, eu sabia que, com cinco minutos de tiroteio acabava a munição do Estado. Falei pro



Na paz e na agitação

Fonte: Revista Espírito Santo Agora, dezembro de 1972.

O panfleto da União Nacional dos Estudantes (UNE) e seu manifesto contra o golpe que estava se avizinando:

DA UNE AO POVO BRASILEIRO

O GOLPE REACIONÁRIO ESTÁ EM MARCHA
É preciso que o povo se organize
para o contra-golpe

QUEM QUER O GOLPE ?

- 1) os grupos estrangeiros ligados ao petróleo, às empresas de publicidade, à indústria farmacêutica.
- 2) os gorilas militares e civis.
- 3) os latifundiários ameaçados pelo decreto da SUPRA.
- 4) os comerciantes inescrupulosos ameaçados pela SUNAB.
- 5) Os grandes proprietários de imóveis que não mais poderão especular com a habitação das classes populares

COMO SE ARTICULA O GOLPE ?

- 1) pela exploração dos sentimentos religiosos para fins políticos.
- 2) pela exploração de setores militares menos esclarecidos, principalmente em virtude da recente crise da Marinha.
- 3) pela articulação de governadores (Lacerda, Adhemar, Meneghetti, Ney Braga, Magalhães Pinto) da maioria do Congresso (UDN, PSD), para o «impeachment» do Presidente da República.

ORGANIZAR O CONTRA-GOLPE É:

- 1) unirem-se os operários em seus sindicatos, esperando palavra de ordem do CGT;
- 2) organizarem-se todas as camadas populares para a resistência contra as articulações da minoria golpista;
- 3) aguardarem os estudantes a palavra de ordem da UNE.

PELAS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

**PELO PROSSEGUIMENTO DAS MEDIDAS
PROGRESSISTAS E POPULARES**

**O GOLPE É A SENHA DO LEVANTE
POPULAR PELAS REFORMAS**

**GOLPE É SENHA DE
GREVE GERAL**

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Rio de Janeiro. Data provável do panfleto (segunda quinzena de março de 1964). Documento adquirido em dezembro de 2007.